História das Comarcas Pernambucanas

ISBN 978-85-88892-03-3

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Centro de Estudos Judiciários

História das Comarcas Pernambucanas

Recife
2021

Equipe técnica
Coordenação: Maria de Lourdes Rosa Soares Campos

Anita de Melo Barbosa
Anne Caroline de Queiroz Nunes de Souza
Eduardo Lira Lobo
Elisabete Cavalcanti Gil Rodrigues
Gerlany Lima da Silva
Maria Angela Diletieri Figueira

P452h Pernambuco. Tribunal de Justiça.
História das Comarcas Pernambucanas / Tribunal de Justiça de Pernambuco; Centro de Estudos Judiciários. - 3.ed. rev. e atual. – Recife: Tribunal de Justiça de Pernambuco, 2020.

799p. : il.
ISBN 978-85-88892-03-3

1. COMARCA – PERNAMBUCO – HISTÓRIA. 2. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. I.Título.

CDU 341.256

DIRETORIA DO CEJ
Biênio 2020/2022

Sumário

Apresentação da 3ª Edição

José Fernandes de Lemos[1]

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, às portas do seu bicentenário, na incessante busca de preservar a história das Comarcas do Estado pernambucano, lança a 3ª edição deste livro, mantendo presente a obra iniciada em 1994 – quando foi editada a 1ª edição, na gestão do Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho – e atualizada em 2010, com a 2ª edição, lançada na nossa gestão como Presidente desta Casa.

Hoje, na direção do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e contando com o apoio integral do Presidente deste Tribunal, Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, temos a honra de entregar aos que integram o Poder Judiciário e à sociedade em geral este livro, que traz a história de cada Comarca de Pernambuco, desde a origem dos municípios, a criação das Comarcas e suas instalações, a criação de novas unidades judiciárias, as organizações eleitorais, os nomes dos juízes que emprestam significativa contribuição à tessitura da Justiça do nosso Estado, entre outros

1 Desembargador, Ex-Presidente do TJPE, atualmente Diretor do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), integra o Órgão Especial, a 5ª Câmara Cível e preside o 1º Grupo de Câmaras Cíveis.

dados de caráter histórico, geográfico e informativo, que tornam a obra atualizada e melhorada.

O trabalho foi realizado pela equipe coordenada por Lourdinha Campos, Secretária Executiva do CEJ, e composta pelos servidores: Anita de Melo Barbosa, Anne Caroline de Queiroz Nunes de Souza, Débora Maria Albuquerque da Cunha, Eduardo Lira Lobo, Elisabete Cavalcanti Gil Rodrigues, Gerlany Lima da Silva, Maria Angela Diletieri Figueira e Rebeka Kreibich Batista da Silva.

Neste momento delicado em que o mundo enfrenta a pandemia da COVID-19, através do trabalho exclusivamente remoto, o grupo colheu informações de cada uma das 150 Comarcas do Estado, com o propósito de manter-se fiel à verdade dos fatos. Uma intensa pesquisa foi realizada em busca de dados que confirmassem as informações recebidas e traduzissem o desenrolar dos acontecimentos históricos, através das legislações, dos atos e das atas nas publicações oficiais, bem como os registros no sistema da Secretaria Judiciária deste Tribunal e nos sites oficiais.

O dinamismo dos que fazem o Judiciário o mantém em constante desenvolvimento, fazendo-se necessário o acurado e permanente registro de suas fases, para que não se percam, ao longo dos anos, os laços que tornam a vida de cada Comarca uma só história do Judiciário pernambucano.

Recife, 4 de maio de 2021.

Apresentação da 2ª Edição

Carlos Frederico Gonçalves de Moraes[2]

O cuidado especial com a preservação da história de cada uma das Comarcas de Pernambuco teve início pela persistência e dedicação que lhe emprestou o Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, quando da sua passagem pela Presidência do Tribunal de Justiça em 1994, com a inestimável colaboração do advogado, professor e escritor Amaro Matias Silva.

Sem dúvida, um trabalho pioneiro e merecedor de aplausos, pois não é possível construir gerações futuras sem conhecer a origem e o passado daqueles que contribuíram para a formação e consolidação do Judiciário pernambucano como instituição permanente a servir a sociedade.

O eminente Desembargador Ricardo de Oliveira Paes Barreto, na direção do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), no biênio 2008/2010, inspirado no mesmo propósito de quem o gerou e o educou para a vida, resolveu atualizar e ampliar, em 2ª edição, o livro "História das Comarcas Pernambucanas", com o intuito de reforçar ainda mais a divulgação desse conhecimento e incorporá-lo à cultura local. Intento que contou com o irrestrito apoio do De-

2 Desembargador do TJPE, atualmente titular da 4ª Câmara Criminal e integrante do Órgão Especial, além de Vice-Diretor do Centro de Estudos Judiciários (CEJ).

sembargador Jones Figueirêdo Alves, enquanto Presidente do Tribunal de Justiça, e, agora, como Diretor deste Centro de Estudos.

Coube-nos, então, por sua indicação, a honrosa missão de coordenar os trabalhos da equipe que laborou pela feitura e entrega deste segundo livro.

Esta obra, tal qual a anterior, não almeja alcançar nenhum sucesso editorial, serve apenas para preservar a memória e tornar acessíveis as suas fontes, no tempo, a respeito do ponto de partida de cada Comarca e também daqueles que contribuíram e ainda contribuem, com afinco e devoção, para a formação elevada da magistratura estadual, mesmo diante de tantas adversidades ao desempenho da função jurisdicional.

Com efeito, não é possível fazer mercê ao Judiciário pernambucano sem revisitar o seu passado, isto é, os pilares que, a cada geração, vão sustentando e amoldando a edificação intelectual e jurídica dessa instituição que tem quase duzentos anos de existência, sempre servindo ao povo pernambucano com insigne cooperação na busca pela paz social, com aplicação da melhor justiça.

Dessa forma, neste livro, procura-se, antes de tudo, revelar e associar os integrantes da magistratura às Comarcas, tanto no passado como no presente, refletindo a composição do mosaico social, com o objetivo de valorizar a contribuição da inteligência humana, que é a referência maior da formação histórica de um povo, forjando a grandeza da instituição.

Frise-se que nesta edição renovada o trabalho de pesquisa não restou limitado apenas às fontes costumeiras de consultas, a exemplo de jornais, revistas, arquivos do Tribunal, ou sítios oficiais da internet. Além disso, buscou-se a visitação *in loco* das Comarcas como meio de reforçar o conteúdo das informações, o que resultou

na produção de ilustrações fotográficas, em entrevistas junto aos magistrados, servidores e autoridades locais, bem como na elaboração de pesquisas nos arquivos das secretarias de unidades judiciárias, sobretudo no interior, tudo com a finalidade de complementar a edição anterior.

Registre-se, por oportuno, que a tarefa de elaborar uma obra de quase seiscentas páginas não foi fácil de ser executada, antes de tudo, resultou numa missão árdua, principalmente em razão do tempo concedido e disponível à sua realização, com início no dia 11 de agosto de 2009 (Portaria n. 005/2009, publicada no DOJ em 19 de agosto de 2009) e conclusão no dia 23 de março do corrente ano.

Assim, mais do que uma obrigação, faz-se mister ressaltar e reconhecer a elevadíssima dedicação de toda a equipe que colaborou com este caderno histórico, chefiada por Maria de Lourdes (Lourdinha) Rosa Soares Campos, com a participação dos nomes que se seguem: Gerlany Lima da Silva, Luciana Sousa de Siqueira Campos, Camilla Rosa Soares Campos, Amaury Rocha Vitorino Gomes, Cinthia Daniela Rodrigues dos Santos, Maria Emília Regis Cavalcanti Pinto, Sandryne Bernardino Barreto Januário, Mariana Andrade Santos Dias, Ricardo Hermes Linhares Rezende, Fernando Gonçalves de Albuquerque Silva, Elisabete Cavalcante Gil Rodrigues, Doralice de Vasconcelos Rodrigues de Assis, Roseane Sampaio Canejo, Evaldo Dantas da Silva, Íris Maria Macedo da Silva, Adilson Severino da Silva, Ângela Maria Alves de Souza e Maria da Glória de Lima Cabral Silva.

Finalmente, expressamos os nossos melhores agradecimentos pela missão que nos foi confiada e torcemos para que esta edição não seja a última, sob pena de congelamento da história das Comar-

cas na estação futura, o que privará as vindouras descendências do acompanhamento de suas atualizações, pois uma instituição que não se posiciona no tempo sofre pela ausência de perenidade.

Recife, 23 de março de 2010.

Apresentação da 1ª Edição

Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho[3]

Sempre tive a pretensão de, na oportunidade possível, fazer um trabalho, nos modelos do presente, a respeito da história de cada uma das Comarcas do Estado de Pernambuco.

Pelo sentido do trabalho julguei, de início, ser fácil, contando com o apoio e a colaboração dos colegas da magistratura interiorana. Assim não aconteceu.

Quando investido no cargo de Corregedor Geral da Justiça, fiz a primeira tentativa e, logo no início, fui encontrando os mais diversos obstáculos. Dei-me por vencido.

Quando assumi a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado, indagado por diversos repórteres da imprensa escrita, falada e televisionada do nosso Estado a respeito da contribuição cultural que pretendia executar na minha administração à frente do Poder Judiciário pernambucano, respondi que desejava dar um substancial avanço na publicação do *Arquivo Forense*, revista oficial do Tribunal de Justiça, do *Ementário de Jurisprudência Cível*, ambos

3 Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco no biênio 1992/1994, idealizador da obra, apresentou sua 1ª edição.

bastante atrasados, e ainda editar um trabalho a respeito da história das Comarcas de Pernambuco.

Como na vez anterior, faltou-me aquele apoio e colaboração. Poucos colegas atenderam ao meu pedido no sentido de fornecer à Presidência do Tribunal de Justiça um resumo histórico da sua Comarca.

Não me considerei vencido e recorri a um amigo, ex-chefe meu, quando exerci o cargo de Agente Recenseador do Censo de 1950, no Município de Rio Formoso, um ibgeano de tradição, conhecedor da história interiorana do Estado, o professor, advogado e escritor Amaro Matias Silva, com o qual fiz um contrato administrativo para, entregando-lhe os poucos subsídios de que já dispunha, ele executar o trabalho, o que foi feito com cuidado e esmero.

O acerto foi aceito e agora está sendo apresentado como colaboração da minha administração à frente do Poder Judiciário de Pernambuco para a nossa história.

Se existem falhas e omissões, espero seja compreendido o motivo das suas ocorrências. Asseguro a todos que não foi propósito algum.

Ao meu amigo, Professor Amaro Matias Silva, e às pessoas que colaboraram para esta publicação, o meu sincero agradecimento.

O trabalho está agora publicado e acredito que venha a ser útil, notadamente àqueles amantes da história.

Recife, janeiro de 1994.

Abreu e Lima

O Município

O Município de Abreu e Lima é originário da sesmaria de Jaguaribe, doada por Duarte Coelho a Vasco Fernandes de Lucena em 1540. O núcleo populacional se expandiu, e a sua região mais próxima à estrada das boiadas passou a denominar-se Maricota, desde meados do século XVIII. Pelo Decreto-Lei n. 235, de 9 de setembro de 1938, o interventor Agamenon Magalhães desmembra a Vila de Maricota de Igarassu, transformando-a em 2º distrito do Município do Paulista. O topônimo foi substituído por ocasião do Centenário da Revolução Praieira – pela Lei n. 378, de 24 de dezembro de 1948 –, passando o distrito a denominar-se Abreu e Lima. A Lei Estadual n. 4.993, de 20 de dezembro de 1963, criou o Município de Abreu e Lima – extinto oito meses depois pelo Mandado de Segurança n. 56.889, de 27 de agosto de 1964. Com a Lei n. 8.950, de 14 de maio de 1982, sancionada pelo Governador José Muniz Ramos, ocorreu a emancipação política do município, sendo instalado em 31 de janeiro de 1983.

A Comarca

De 1936 a 1943, Igarassu, a quem Abreu e Lima pertenceu por 400 anos, era termo da Comarca de Goiana. Só com a criação das

Comarcas únicas de Igarassu e Paulista, pelo Decreto-Lei n. 952, de 31 de dezembro de 1943, é que a população de Abreu e Lima encontrou, enfim, o foro definido para as suas demandas na Comarca paulistense. A Lei n. 9.967, de 18 de dezembro de 1986, cria a Comarca de Abreu e Lima, de 2ª entrância. A Lei Estadual n. 10.391, de 18 de dezembro de 1989, também trata da criação da Comarca, porém como de 1ª entrância. A instalação se deu em 24 de novembro de 1990.

A Comarca contava com três varas. Assumiu a 1ª Vara, e respectivamente a direção do Fórum, o Juiz Instalador Alcides Dérides Caminha; a 2ª Vara, Wellington Gadelha de Freitas; e a Vara da Assistência Judiciária teve como seu primeiro Juiz Sérgio Marinho Falcão. A primeira sessão do Tribunal do Júri Popular ocorreu no dia 15 de junho de 1993, presidida pelo Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto. A Vara da Assistência Judiciária foi transformada em 3ª Vara desde 1º de janeiro de 2001.

A Vara Criminal, atualmente ocupada pelo Juiz Luiz Carlos Vieira de Figueiredo, foi instalada no dia 16 de novembro de 2017, por força do Ato n. 1.242, de 31 de outubro de 2017, tendo sido criada pela Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007 – COJE.

A Lei Complementar n. 353, de 23 de março de 2017, criou o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, que foi instalado em 4 de abril de 2018. Atualmente, Ângela Mesquita de Borba Maranhão responde pelo CEJUSC.

A Defensoria Pública, a Justiça Eleitoral e o Ministério Público têm sedes próprias.

Encontra-se em construção o novo fórum da Comarca, que contará com espaço para a OAB e para a instalação do Juizado Especial Cível e Criminal.

Justiça Eleitoral

O Município de Abreu e Lima constitui a 119ª Zona Eleitoral, com 206 seções, em que são inscritos 75.160 eleitores, tendo como Juiz Eleitoral Hugo Bezerra de Oliveira.

Juízes que atuaram na Comarca

1990 – Alcides Déricles Caminha
1990 – Wellington Gadelha de Freitas
1990 – Sérgio Marinho Falcão
1992 – Joaquim Pereira Lafayette Neto
1993 – Jeanine de Almeida Sodré da Mota
1994 – Paulo Francisco da Costa
1994 – Honório Gomes do Rego Filho
1994 – João José Rocha Targino
1995 – Eduardo Guilliod Maranhão
1996 – Paulo de Oliveira Menezes
1997 – Maria Amélia Pimentel Lopes
1998 – Heraldo José dos Santos
1998 – Anamaria de Farias Borba Lima Silva
1998 – João Alberto Magalhães de Siqueira
1999 – Paulo José Dias Carneiro
1999 – Ana Maria da Silva
2008 – José Romero Maciel de Aquino
2008 – Cristina Reina Montenegro de Albuquerque

2008 – Cíntia Daniela Bezerra de Albuquerque
2008 – Maria do Carmo da Costa Soares
2008 – Patrícia Xavier de Figueirêdo Lima
2009 – Ana Cristina de Freitas Mota
2009 – Júlio Olney Tenório de Godoy
2012 – Natália Assis de Melo Perez
2012 – Adriana Cintra Coêlho
2012 – Luiz Mário Moscoso de Miranda
2013 – Adriana Brandão de Barros Correia
2014 – Maria do Rosário Monteiro Pimentel de Souza
2016 – Hugo Bezerra de Oliveira
2017 – Alfredo Bandeira Medeiros Júnior
2017 – Danielle Christine Silva Melo Burichel
2017 – Isis Miranda de Souza Machado
2017 – Izabela Miranda Carvalhais de Barros Vieira
2017 – Naiana Lima Cunha Bhering
2017 – Ângela Mesquita de Borba Maranhão
2018 – Luiz Carlos Vieira de Figueiredo
2018 – Carlos Neves da Franca Neto Júnior
2018 – Lucas de Carvalho Viegas

Organização judiciária atual

1ª e 2ª Varas Cíveis – Hugo Bezerra de Oliveira
3ª Vara Cível – Naiana Lima Cunha Bhering
Vara Criminal – Luiz Carlos Vieira de Figueiredo
CEJUSC – Ângela Mesquita de Borba Maranhão

Informações geográficas

Abreu e Lima dista 21 km da capital, tem altitude de 19 m e população de 100.346 habitantes. Sua área territorial, segundo a lei de criação do município, é de 126 km². Situa-se na Região Metropolitana do Recife e é composto pelos Distritos Sede e Industrial.

Filho ilustre na magistratura

O Desembargador aposentado Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho, Ex-Presidente do TJPE e do TRE-PE, nasceu em Abreu e Lima. O fórum da Comarca recebeu o nome de seu pai.

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia do Padroeiro São José
14 de maio – Dia da Emancipação Política
31 de outubro – Dia da Consciência Evangélica

Fórum Serventuário Antônio Camarotti

Rua da Assembleia, n. 514 – Timbó – Abreu e Lima/PE
CEP: 53.520-010

Afogados da Ingazeira

O Município

A Freguesia de São José da Ingazeira foi criada pela Lei Provincial n. 23, de 9 de junho de 1836, subordinada ao Município de Flores, e elevada à categoria de município com a denominação de Ingazeira, pela Lei Provincial n. 295, de 5 de maio de 1852, sendo instalado em 7 de janeiro de 1853.

A Lei Provincial n. 1.403, de 12 de maio de 1879, criou o Distrito de Afogados e transferiu para este a sede do Município de Ingazeira.

Foi elevado à condição de Cidade por disposição da Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909. Tornou-se município autônomo em 21 de abril de 1893, com a Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

A Comarca

A Lei Provincial n. 1.260, de 26 de maio de 1877, criou a Comarca de Ingazeira, classificada como de 2ª entrância.

Atualmente, é composta por uma Vara Criminal, duas varas Cíveis, uma Vara Regional da Infância e Juventude e um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

A Vara Criminal foi instalada em 25 de janeiro de 2006 e criada pela Lei Complementar n. 38, de 6 de dezembro de 2001.

Mais recentemente, foram criados: a Vara Regional da Infância e Juventude, instalada em 1º de julho de 2013, criada pela Lei Complementar n.100, de 21 de novembro de 2007; e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, instalado em 25 de janeiro de 2018, criado pela Lei Complementar 253, de 23 de março de 2017.

Em Afogados da Ingazeira, há Subseccional da OAB/PE. A Defensoria Pública, o Ministério Público e a OAB têm salas no Fórum, e a Justiça Eleitoral tem sede própria.

Justiça Eleitoral

Na Comarca de Afogados da Ingazeira concentra-se a 66ª Zona Eleitoral, que abrange também o eleitorado do Município de Iguaracy. É composta por 78 seções, contando com 27.557 eleitores alistados. Atualmente, tem como Juíza Eleitoral Daniela Rocha Gomes.

Juízes que atuaram na Comarca

1884 – Livino Vieira de Macedo Lima
1889 – Pedro Pereira de Souza
1918 – Alfredo Ferreira da Nóbrega
1919 – José do Amaral Tavares
1923 – Luiz Alves de Oliveira Bitu
1927 – Antônio Miguel Nogueira de Souza
1931 – Manoel Idelfonso Pereira de Lucena
1934 – Augusto Santa Cruz Oliveira
1940 – Ângelo Jordão de Vasconcelos Filho

1945 – Alcebíades Medeiros de Siqueira Campos
1949 – Nilton de Araújo Barbosa
1952 – Gabriel Felipe do Rego Barros
1955 – Rivaldo Duarte Ribeiro
1957 – Nilson Carneiro Leão
1958 – Helvécio César de Macêdo do Lima
1962 – Benedito Sitônio
1963 – Carlos Cavalcanti Malta
1963 – Antônio de Barros e Silva
1963 – Naércio Cyrino Gonçalves
1964 – Manoel da Santa Cruz Reinaldo
1966 – Demócrito Ramos Reinaldo
1969 – Ed-Ek Gonçalves Lopes
1972 – Etério Ramos Galvão Filho
1974 – Aristóteles de Siqueira Campos
1983 – Alberto Nogueira Virgínio
1985 – Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
1986 – Eudes dos Prazeres França
1986 – Antônio de Vasconcelos Silva
1987 – Fausto de Castro Campos
1989 – Mauro Alencar de Barros
1992 – André Vicente Pires Rosa
1992 – Antônio Carlos dos Santos
1993 – Paulo de Oliveira Menezes
1993 – Isaías Andrade Lins Neto
1994 – Maria Rosa Vieira Santos
1995 – Marinês Marques Viana
1995 – Luiz Gomes da Rocha Neto
1996 – Ivan Alves de Barros

1997 – Wagner Ramalho Procópio
1997 – Alberto Flávio Barros Patriota
1999 – Carla Adriana de Assis Silva
2001 – Caio Neto de Jomael Oliveira Freire
2002 – Agnaldo Esteves da Silveira Filho
2002 – Orleide Rosélia Nascimento Silva
2002 – Isabelle Moitinho Pinto
2002 – José Francisco Almeida Filho
2002 – Draulternani Melo Pantaleão
2003 – José Carvalho de Aragão Neto
2003 – Daniela Rocha Gomes
2003 – Célia Gomes de Morais
2003 – Fernando Jorge Ribeiro Raposo
2003 – Hélia Viegas Silva
2003 – Ana Virgínia da Costa Carvalho
2004 – Ana Marques Veras
2004 – Severino Rodrigues de Sousa
2006 – Maria da Conceição Godoi Bertholini
2006 – Fabíola Michele Muniz Mendes Freire de Moura
2006 – Márcio Araújo dos Santos
2008 – Luciana Marinho Pereira de Carvalho
2013 – Clenia Pereira de Medeiros
2013 – Maria do Rosário Arruda de Oliveira
2017 – Mariana Zenaide Teófilo Gadelha
2017 – Pablo de Oliveira Santos
2017 – Hildeberto Junior da Rocha Silvestre
2017 – André Simões Nunes
2018 – Rodrigo Barros Tomaz do Nascimento
2018 – Tayná Lima Prado

2019 – Fernando Cerqueira Marcos
2019 – Bruno Querino Olímpio
2019 – Jorge William Fredi
2019 – José Anastácio Guimarães Figueirêdo Correia

Organização judiciária atual

1ª Vara Cível – Fernando Cerqueira Marcos
2ª Vara Cível e CEJUSC – Daniela Rocha Gomes
Vara Criminal – Bruno Querino Olímpio
Vara Regional da Infância e Juventude – José Anastácio Guimarães Figueirêdo Correia

Informações geográficas

Afogados da Ingazeira está situado a 514 m de altitude, dista 379 km da Capital, possui 377 km² de área territorial e população com 37.259 habitantes. Está inserido na Mesorregião do Sertão pernambucano e na Microrregião do Pajeú.

Filhos ilustres na magistratura

Os Desembargadores Bartolomeu Bueno de Freitas Morais, Alberto Nogueira Virgínio e Cláudio Jean Nogueira Virgínio e o Juiz de Direito aposentado João Gomes dos Passos nasceram em Afogados da Ingazeira.

Feriados oficiais locais

24 de junho – Dia de São João
1º de julho – Dia da Emancipação Política

22 de julho – Dia da Padroeira Santa Maria Madalena
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição

Fórum Laurindo Leandro Lemos

Av. Padre Luiz de Góes, s/n, Bairro Manoela Valadares – Afogados da Ingazeira/PE – CEP: 56.800-000

Termo Judiciário

Iguaracy

O Município de Iguaracy foi criado pela Lei n. 4.954, de 20 de dezembro de 1963, instalado em 30 de março de 1964. Seu território foi desmembrado do Município de Afogados da Ingazeira. É composto dos Distritos Sede, Jabitacá e Irajaí, totalizando 838 km² de área, onde vive uma população de 12.247 habitantes. Está situado a 571 m de altitude, a 356 km do Recife, na Mesorregião do Sertão pernambucano, e Microrregião do Pajeú.

Integra a 66ª Zona Eleitoral, com sede em Afogados da Ingazeira, com 8.616 eleitores cadastrados em 36 seções.

Afrânio

O Município

O distrito, antes denominado Caboclo, pertencente a Petrolina, foi criado pela Lei Provincial n. 601, de 13 de março de 1864.

O Município de Afrânio foi criado em 20 de dezembro de 1963, através da Lei Estadual n. 4.983. Foi instalado em 31 de maio de 1964.

A Comarca

A Comarca de Afrânio foi criada no ano de 1981, através da Lei Estadual n. 8.879, de 7 de dezembro de 1981. O Juiz Instalador foi Max Medeiros.

O fórum atual foi inaugurado em 10 de dezembro de 2002, na gestão do Presidente José Napoleão Tavares de Oliveira.

O Ministério Público e a Defensoria Pública funcionam no fórum, e a Justiça Eleitoral tem sede própria. A Comarca possui como Termo Judiciário Dormentes.

Justiça Eleitoral

Afrânio é sede da 107ª Zona Eleitoral, com 45 seções, atualmente com 16.872 eleitores, tendo como Juiz Rodrigo Almeida Leal. Tem como Termo Eleitoral Dormentes.

Juízes que atuaram na Comarca

1986 – Jackson Borges de Araújo
1990 – Luiz Cavalcanti Filho
1992 – Andreya Christhiany Lins da Costa
1992 – Agnaldo Esteves da Silveira Filho
1994 – Cícero Bittencourt de Magalhães
1994 – Frederico José Torres Galindo
1996 – Cátia Luciene Laranjeira de Sá Sampaio
1997 – José Renato Bizerra
1998 – Luciana Ferreira de Araújo Melo
2000 – Luiz Correia da Silva
2000 – Francisco Josafá Moreira
2001 – José Milton Bispo
2002 – Cícero Everaldo Ferreira Silva
2003 – Iure Pedroza Menezes
2003 – Marcos Franco Bacelar
2004 – Edmilson Cruz Júnior
2007 – Carla Adriana de Assis Silva Araújo
2012 – Ana Carla Dias Lucas Mascarenhas
2013 – Rafael Cavalcanti Lemos
2017 – Elisama de Sousa Alves
2017 – Vallerie Maia Esmeraldo de Oliveira
2018 – Marcos Franco Bacelar
2019 – **Rodrigo Almeida Leal (atual)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 519 m de altitude, distando 818 km da Capital, tem uma área aproximada de 1.491 km^2, onde vive uma população

de aproximadamente 19.635 habitantes. O município está situado na Mesorregião do Sertão do São Francisco e na Microrregião de Petrolina. Possui os seguintes Distritos: Afrânio (Sede), Arizona, Cachoeira do Roberto e Poção do Afrânio. Caboclo e Extrema e Barra das Melancias são povoados do município.

Feriados oficiais locais

31 de maio – Dia do aniversário da Cidade
24 de junho – Dia do Padroeiro São João Batista

Fórum Francisco Jubelino Cavalcanti

Av. Francisco Rodrigues Gomes, 241 – Centro – Afrânio/PE – CEP: 56.360-000

Termo Judiciário

Dormentes

Desmembrado do Município de Petrolina, Dormentes foi elevado à categoria de município autônomo no dia 1º de outubro de 1991, pela Lei Estadual n. 10.625.

Foi instalado em 1º de janeiro de 1993. Administrativamente, o Município é formado pelos Distritos Sede, Lagoas, Monte Orebe, Lagoa de Fora e Caatinga Grande, e pelo povoado Poço do Boi. Situa-se na mesorregião do São Francisco e na microrregião de Petrolina, com 1.537 km² de área, distando 749 km da Capital

pernambucana, a 492 m de altitude. Tem população de 18.908 habitantes.

Com 16.085 eleitores em 44 seções, Dormentes integra a 107ª Zona Eleitoral, com sede em Afrânio.

Agrestina

O Município

Pela Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1911, o Distrito de Bebedouro é elevado à categoria de Vila. A emancipação do município ocorreu com a Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, instalado em 1º de janeiro de 1929.

O Decreto-Lei n. 952, de 31 de dezembro de 1943, alterou o nome do município para Agrestina.

A Comarca

A Comarca de Agrestina foi criada pela Lei n. 209, de 9 de julho de 1948, e instalada em 16 de setembro de 1948 pelo Juiz Hermes Parahyba Júnior.

A Comarca é de 1ª entrância e possui vara única. O Ministério Público e a Defensoria Pública têm sala no fórum. A Justiça Eleitoral funciona em um prédio anexo ao fórum.

Justiça Eleitoral

Agrestina é sede da 86ª Zona Eleitoral, com 60 seções e 18.940 eleitores. Atualmente, tem como Juiz Eleitoral Cristiano Henrique de Freitas Araújo.

Juízes que atuaram na Comarca

1949 – José Lopes de Oliveira
1951 – Mateus Lino de Castro
1953 – José Ferreira de Lima
1955 – Artur César Franklin
1958 – Sebastião Cabral de Carvalho
1961 – Heli Leitão de Melo
1962 – Clodoaldo Peixoto de Oliveira
1963 – Wilson da Mota Valença
1964 – Francisco de Sá Sampaio
1965 – Vânio Fox da Rocha
1966 – Dilnae Pinheiro Silveira Borba
1967 – Francisco Muniz Arraes
1969 – Nelson Meirelles
1971 – Sebastião Romildo Valle de Oliveira
1973 – José Luiz Ramos Wanderley
1975 – Antonio de Pádua Couto Caraciolo
1978 – Júlio Pereira de Almeida
1981 – João Figueiredo de Vasconcelos
1984 – João Natalício da Silva
1992 – Antônio Carlos Alves da Silva
1992 – José Adelmo Barbosa da Costa Pereira
1994 – João Maurício Guedes Alcoforado
1994 – Augusto Napoleão Sampaio Angelim
1997 – Brasílio Antonio Guerra
1998 – Luzicleide Maria Muniz Vasconcelos
1998 – Carlos Gonçalves de Andrade Filho
1998 – Emmanuel Santos Júnior
1998 – Aline Cardoso dos Santos

2000 – Adilson Agrícola Nunes
2003 – Ane de Sena Lins
2003 – Antônio de Vasconcelos Silva
2007 – Leonardo Romeiro Asfora
2007 – José Adelmo Barbosa da Costa Pereira
2010 – Jefferson Félix de Melo
2011 – José Tadeu dos Passos e Silva
2013 – Marupiraja Ramos Ribas
2013 – José Fernando Santos de Sousa
2014 – Gustavo Valença Genú
2017 – Renato Dibachit Inácio de Oliveira
2017 – Sheila Cristina Torres Santos Moreira
2018 – Francisco Jorge de Figueiredo Alves
2019 – **Cristiano Henrique de Freitas Araújo (atual)**
2019 – Solon Otávio de França
2019 – Thiago Meirelles Silva dos Santos
2020 – Thiago Pacheco Cavalcanti

Informações geográficas

Agrestina situa-se a 427 m de altitude, dista 150 km da Capital e tem 201 km² de área territorial dividida administrativamente entre os Distritos: Sede, Barra do Chata e Barra do Jardim, além dos Povoados de Pé de Serra dos Mendes, Santa Tereza, Água Branca, Cruz e Cachoeira.

A população do Município conta com, aproximadamente, 24.885 habitantes. Localiza-se na Mesorregião do Agreste Pernambucano e Microrregião do Brejo Pernambucano.

Filho ilustre na magistratura

O Desembargador Benildes de Souza Ribeiro, Ex-Presidente do Tribunal de Justiça, falecido em 2008, nasceu em Agrestina.

Feriados oficiais locais

2 de fevereiro – Dia de Nossa Senhora do Desterro
13 de junho – Dia do Padroeiro Santo Antônio
11 de setembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Desembargador Benildes de Souza Ribeiro

Distrito Industrial, s/n – Campo Novo – Agrestina/PE
CEP: 55.495-000

Água Preta

O Município

O Distrito de Água Preta foi criado pela Resolução de Consulta de 10 de novembro de 1809. Elevado a Vila pela Lei Provincial n. 156, de 31 de março de 1846, quando foi desmembrado do Município de Rio Formoso.

A Lei Provincial n. 1.093, de 24 de maio de 1873, extinguiu o Município de Água Preta, restabelecido pela Lei Provincial n. 1.405, de 12 de maio de 1879.

Tornou-se município autônomo em 3 de agosto de 1892, pela Lei Estadual n. 52, e Cidade pela Lei Estadual n. 130, de 3 de junho de 1895.

A Comarca

A Lei n. 1.805, de 13 de junho de 1884, elevou Água Preta à categoria de Comarca, instalada somente no ano de 1890.

A Comarca integra a 2ª entrância e possui duas varas. A Defensoria Pública, a OAB e o Ministério Público funcionam no fórum. A Justiça Eleitoral tem sede própria.

Justiça Eleitoral

Água Preta sedia a 38ª Zona Eleitoral, composta por 58 seções e tem 23.550 eleitores cadastrados. Tem como Juiz Eleitoral Rodrigo Ramos Melgaço.

Juízes que atuaram na Comarca

1890 – José Brandão Rocha
1892 – Manoel Joaquim Frutuozo
1893 – Manoel Florentino de Albuquerque Montenegro
1894 – José Antonio Pinto Junior
1902 – Elias dos Santos Azevedo e Silva
1905 – Lupicínio Domingues Lins
1911 – Sylvestre da Rocha Wanderley
1917 – Bianor Marques Baptista da Silva
1919 – Antônio de Souza Cousseiro
1919 – José de Carvalho e Albuquerque
1920 – Júlio César de Azevedo
1921 – Pedro da Cunha Beltrão
1927 – Júlio José Bezerra
1931 – Francisco Machado de Gouveia
1931 – Paulo Martins de Almeida
1933 – Miguel Domingos dos Santos Junior
1934 – Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley
1937 – Samuel Martins
1942 – Diógenes Lessa Ferreira
1942 – Ângelo Jordão de Vasconcelos Filho
1943 – Fausto de Oliveira Campos
1945 – Amaro de Lira e César

1946 – João Batista de Almeida
1947 – Edmundo de Sousa Romeu
1951 – Pedro Martiniano Lins
1955 – José Cavalcanti Padilha
1955 – Cícero Abdolônimo de Arroxelas Galvão
1955 – José Felismino
1956 – Moacyr da Costa Gomes
1959 – João David de Souza Filho
1962 – Amaro Galdino da Silva
1962 – Nilson Carneiro Leão
1965 – Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho
1965 – Francisco Carneiro de Menezes
1965 – Célio de Castro Montenegro
1966 – Itamar Pereira da Silva
1969 – Magui Lins de Azevedo
1969 – José Xavier de Moraes
1975 – Múcio Rodrigues Barbosa de Aguiar
1975 – Demóstenes Batista Veras
1977 – Luiz Gonzaga Cavalcante Padilha
1982 – José Manuel Zeferino Galvão de Melo
1982 – Leopoldo de Arruda Raposo
1983 – José Fernandes de Lemos
1983 – Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes
1984 – João Aguiar
1985 – Nilvan Alves Macena
1986 – José Roberto de Oliveira
1986 – Clóvis Guimarães Ribeiro
1987 – Marcos Miguel de Farias Silva
1990 – José Severino Barbosa

1991 – Raimundo Nonato de Souza Braid Filho
2002 – Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
2003 – Adilson Agrícola Nunes
2003 – Cristina Reina Montenegro de Albuquerque
2003 – Evaní Estêvão de Barros
2006 – Júlio César Vasconcelos de Almeida
2006 – Antônio Carlos dos Santos
2006 – Carlos Eugênio de Castro Montenegro
2007 – Hugo Vinícius Castro Jiménez
2009 – Gerson Barbosa da Silva Júnior
2009 – Jorge Eduardo de Melo Sotero
2009 – Luciana Maria Tavares de Menezes
2009 – Patrícia Caiaffo de Freitas Arroxelas Galvão
2009 – Rafael Cavalcanti Lemos
2013 – Hugo Bezerra de Oliveira
2013 – Otávio Ribeiro Pimentel
2013 – Hydia Virgínia Christino de Landim Farias
2014 – Roberta Barcala Baptista Coutinho
2014 – **Rodrigo Ramos Melgaço (atual – 1ª e 2ª Vara)**
2017 – Fábio Corrêia Barbosa
2017 – Marcelo Góes de Vasconcelos
2017 – Lucas de Carvalho Viegas
2018 – Rodrigo Caldas do Valle Viana

Informações geográficas

Água Preta situa-se na Zona da Mata pernambucana, a 94 m de altitude, distando da Capital 121 km. Tem 533 km² de área e 37.082 habitantes. Está dividida administrativamente entre os Distritos Sede e Santa Terezinha.

Filho ilustre na magistratura

O Juiz Saulo Fabianne de Melo Ferreira nasceu em Água Preta.

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia do Padroeiro São José da Agonia
3 de agosto – Dia da Emancipação Política

Fórum Eurico Chaves

Praça dos Três Poderes, n. 3.156 – Centro – Água Preta/PE – CEP: 55.550-000

Termo Judiciário

Xexéu

O Município de Xexéu foi criado pela Lei n. 10.621, de 1º de outubro de 1991, instalado em 1º de janeiro de 1993. Situado a 200 m de altitude, dista 143 km do Recife, detém 110 km² de área e população de 14.757 habitantes. É dividido administrativamente entre os Distritos Sede e Campos Frios, e está localizado na Zona da Mata Sul pernambucana.

Xexéu integra a 38ª Zona Eleitoral, com sede em Água Preta, e tem 10.238 eleitores cadastrados em 32 seções, tendo como Juiz Eleitoral Rodrigo Ramos Melgaço.

Águas Belas

O Município

O distrito, subordinado ao Município de Buíque, foi criado por alvará de 26 de janeiro de 1766. A Lei Provincial n. 997, de 13 de junho de 1871, criou a Vila de Águas Bellas, instalada em 15 de junho de 1872.

O Município foi criado em 16 de janeiro de 1893, elevado à categoria de Cidade com a Lei Estadual n. 665, de 24 de maio de 1904.

A Comarca

A Comarca de Águas Belas foi criada pela Lei n. 1.899, datada de 12 de maio de 1869, tendo por primeiro Juiz Carolino de Lima Santos.

A Comarca é de 1ª entrância e vara única. A Defensoria Pública e o Ministério Público funcionam no fórum. A Justiça Eleitoral tem prédio próprio.

Justiça Eleitoral

Águas Belas é sede da 64ª Zona Eleitoral, que abrange também o Município de Iati. Possui 106 seções, contando com 31.873 eleitores, e tem como Juiz Eleitoral Rômulo Macedo Bastos.

Juízes que atuaram na Comarca

1872 – João Vieira de Araújo
1889 – Francisco Leite da Silva Lins
1914 – João Carlos Ribeiro Roma
1916 – Samuel Ramos de Farias
1921 – José Joaquim Caldas Rocha
1922 – Salviano Barboza da Silva
1925 – Manoel Florentino Correia de Araújo
1929 – Adalberto Baptista Vieira
1931 – Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley
1932 – José Demetrio de Paula Mendes
1936 – Joaquim Cyrillo de Araújo Pereira
1937 – Luiz Gonzaga Nóbrega
1940 – José Feliciano da Silva Porto
1941 – Artur da Santa Cruz Oliveira Filho
1945 – Clóvis Ferreira Lins
1947 – José Sironi de Vasconcelos
1950 – José Tenório de Siqueira
1951 – Américo Gregório Torres
1952 – Orlando Marques de Albuquerque Cavalcanti
1955 – Sinval Montezuma Lins
1955 – José Figueiroa
1956 – Wenern Carvalho Mendes Freire
1961 – José Maria Florentino de Lima
1963 – José Gomes de Freitas
1963 – Antenor Pimentel Belleza
1965 – Rômulo Gomes Falcão
1966 – Manoel Alves da Rocha
1967 – José Antônio Macêdo Malta

1968 – Maurício Lins Galvão
1971 – Joaquim Rodrigues de Castro
1973 – Hermínio Áureo de Queiroz
1975 – Aquino de Farias Reis
1976 – Walter Gomes de Melo
1977 – Rilton Rodrigues da Silva
1978 – Edmundo Jordão de Vasconcelos Sobrinho
1982 – Jackson Borges de Araújo
1983 – João Bosco Gouveia de Melo
1984 – Romão Ulisses Sampaio
1985 – Eudes dos Prazeres França
1985 – Osman Benício de Holanda Cavalcanti
1986 – Severino Tenório Pinto
1987 – Antônio Floriano da Silva Filho
1989 – Antônio Medeiros de Souza
1989 – João Batista Lustosa da Costa
1990 – Vladimir Alves e Silva
1991 – Rosalvo Maia Soares
1991 – Adeildo Lemos de Sá Cruz
1992 – Cícero Bittencourt de Magalhães
1994 – Elson Zopellaro Machado
1995 – Ossamu Eber Narita
1996 – Karla Fabíola Rafael Peixoto Dantas
1997 – José Marcelon Lins e Silva
1997 – José Gilberto de Sousa
1998 – Nicole de Faria Neves Borges
2000 – Rinaldo Adilson de Sousa
2001 – Enéas Oliveira da Rocha
2006 – Francisco Milton Araújo Júnior

2012 – **Rômulo Macedo Bastos (atual)**
2015 – Lucas Tavares Coutinho

Informações geográficas

Águas Belas dista 314 km da capital, tem área territorial de 886 km² dividida administrativamente em dois Distritos: o da Sede e Curral Novo. Detém população de 43.443 habitantes e está situada na Mesorregião do Agreste pernambucano e Microrregião do Vale do Ipanema.

Filho ilustre na magistratura

O Desembargador José Maria Florentino de Lima era natural de Águas Belas.

Feriados oficiais locais

20 de janeiro – Dia de São Sebastião Mártir
19 de abril – Dia do índio
24 de maio – Dia da elevação à categoria de Cidade
13 de junho – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum José Maria Florentino de Lima

Praça Padre Nelson, s/n – Centro – Águas Belas/PE
CEP: 55.340-000

Alagoinha

O Município

Na carta de sesmaria das terras dos Sertões dos Garanhuns de 1671, já constava o Sítio Alagoinhas. Com o advento da Lei Orgânica dos Municípios, a Vila de Cimbres assume autonomia municipal, abarcando as terras de Alagoinhas como distrito, conforme a Lei Municipal n. 1, de 25 de novembro de 1892. Com a Lei n. 420, de 31 de dezembro de 1948, Alagoinhas ganhou foros de município autônomo, sendo instalado em 2 de fevereiro de 1949, desmembrando-se do Município de Pesqueira.

A Comarca

Inicialmente, constituindo termo da antiga Vila e Comarca de Cimbres, depois passando a integrar o território do Município de Pesqueira, a autonomia judiciária de Alagoinha sofreu conturbado processo de consolidação. A Lei Estadual n. 508, de 27 de junho de 1949, criou a Comarca autônoma de Alagoinha, que só foi instalada no ano seguinte, tendo como primeiro Juiz de Direito Otávio Claudino de Paiva.

Vinte anos depois, por força do Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, voltou a constituir termo judiciário da Comarca de Pesqueira. Mais vinte anos se passaram até que a Lei Estadual n. 10.391,

de 18 de dezembro de 1989, determinou a sua restauração, o que só se deu, efetivamente, em 30 de janeiro de 1993, quando a Juíza de Direito Ângela Cristina de Norões Lins reinstala a Comarca.

Foi novamente desinstalada em 3 de fevereiro de 1999, por força do Ato n.148/99, publicado em 4 de fevereiro de 1999, ficando como Termo de Pesqueira. Mais uma vez, a Comarca foi reinstalada no dia 15 de junho de 2001, através do Ato n. 842/2001, do Desembargador Nildo Nery dos Santos, tendo como Juiz Reinstalador Nehemias de Moura Tenório.

Nas dependências do fórum está instalado o Ministério Público. Alagoinha é Comarca de 1ª entrância, com vara única.

Justiça Eleitoral

Constitui a 120ª Zona, sendo Termo Eleitoral da Comarca de Venturosa, contando com 12.476 eleitores cadastrados, sob a responsabilidade do Juiz de Direito Caio Neto de Jomael Oliveira Freire.

Juízes que atuaram na Comarca

1894 – José Rufino Bezerra de Melo
1950 – Otávio Claudino de Paiva
1951 – Fausto de Oliveira Campos
1952 – Florentino Antunes Galindo
1952 – Hélio Cavalcanti Pina
1953 – Salustiano Cavalcanti de Albuquerque
1953 – José Foester
1959 – Antônio Luiz Lino de Barros
1962 – Leduar Monteiro Cavalcanti de Albuquerque
1962 – Ribamar Alves de Almeida

1963 – José Cavalcanti Padilha
1963 – José de Oliveira Lima Filho
1964 – José Antonio Amorim
1966 – Antonio de Barros Filho
1966 – Cícero Cardoso Guedes Alcoforado
1966 – Luiz Gonzaga Padilha
1967 – José Marcos de Moraes
1967 – José Xavier de Moraes
1967 – Ivo Isidoro de Assis
1967 – Manoel Alves da Rocha
1968 – Hemínio Áureo de Queiroz
1993 – Ângela Cristina de Norões Lins
1993 – Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho
1993 – Maria Thereza Paes de Sá
1994 – Abner Apolinário da Silva
1995 – Ossamu Eber Narita
1995 – Marco Aurélio Mendonça de Araújo
1998 – Izilda Maria de Abreu da Câmara
1999 – Sílvia Maria de Lima Oliveira
1999 – Carlos Damião Pessoa Costa Lessa
2000 – Nehemias de Moura Tenório
2002 – **Caio Neto de Jomael Oliveira Freire (atual)**
2003 – Marília Falcone Gomes Lócio
2004 – Feliciano da Silva Melo
2006 – Roberta Barcala Baptista Coutinho
2008 – Adriana Karla Souza de Mendonça
2010 – Jorge Eduardo de Melo Sotero
2013 – Moacir Ribeiro da Silva Júnior
2013 – Rafael Medeiros Antunes Ferreira

2014 – Felipe José Dias Martins da Rosa e Silva
2015 – Rafael Sidoni Feliciano
2017 – Cláudio Márcio Pereira de Lima
2018 – João Paulo Barbosa Lima

Informações geográficas

Dista 226 km da capital, com uma população de 14.718 habitantes e área territorial de 216 km². Situado na Mesorregião do Agreste e na Microrregião Vale do Ipojuca. O Município é composto pelos Distritos Sede e Perpétuo Socorro. São povoados: Laje Grande, Campo de Magé, Samambaia, Genipapinho e Laje do Carrapicho.

Filhos ilustres na magistratura

Nasceram em Alagoinha: Herculano de Oliveira Torres Galindo, que foi Promotor Público e magistrado, tendo falecido quando Juiz de Floresta; José Vital Bezerra Galindo (homenageado com o nome do Fórum); João Ismael do Nascimento Filho; Adrian de Lucena Galindo; Carlos Humberto Inojosa Galindo e Aldileide Paes Miranda Galindo.

Feriados oficiais locais

31 de dezembro – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Doutor José Vital Bezerra Galindo

Avenida Gonçalo Antunes Bezerra, s/n – Centro – Alagoinha/PE. CEP: 55.260-000

Aliança

O Município

Com a Lei Municipal n. 5, de 30 de novembro de 1892, foi criado o Distrito de Aliança, subordinado ao Município de Nazaré. Pela Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909, o distrito foi elevado à condição de Vila.

O Município foi criado pela Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, com território desmembrado de Nazaré da Mata e Goiana. A instalação e o início de suas atividades administrativas ocorreram em 1º de janeiro de 1929.

A Comarca

A Comarca de Aliança foi criada em 1929 e confirmada pela Lei Estadual n. 305, de 13 de junho de 1934, pelo Desembargador Luiz Cavalcanti Lacerda de Almeida, no exercício do Governo do Estado.

O Fórum, inaugurado em 26 de janeiro de 1998, foi reformado na gestão do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo. A Justiça Eleitoral e o Ministério Público funcionam no fórum.

A Comarca é classificada como de 1ª entrância e possui vara única.

Justiça Eleitoral

A Comarca compõe a 125ª Zona Eleitoral, com 93 seções, estando cadastrados 27.853 eleitores, e tem como Juiz Eleitoral Carlos Antônio Sobreira Lopes.

Juízes que atuaram na Comarca

1929 – Felisberto dos Santos Pereira
1929 – João Ignácio Ferreira Rabello
1931 – Gustavo Vellozo Borba
1931 – João Hilário Pereira Lyra
1932 – Joaquim Freire Barbosa da Silva
1934 – Djalma Tavares da Cunha
1936 – Timoleão Augusto de Albuquerque Maranhão
1937 – Severino Correia de Araújo
1937 – João da Costa Pessoa
1938 – Sócrates Gonçalves de Medeiros
1945 – Augusto Cardoso Ayres de Hollanda
1948 – Lauro Dornelas Câmara
1949 – Antônio Viana de Siqueira
1950 – Renato Dornelas Câmara
1950 – Benedito Marques Vieira
1953 – Américo Gregório Torres
1953 – Manoel Ribeiro Duarte
1954 – Nelson Pereira de Arruda
1954 – Artur de Santa Cruz Oliveira Filho
1955 – José Coelho Brandão
1955 – José Frederico Pereira de Lira
1955 – Felismino Pinheiro de Mendonça Filho

1955 – Aderson Antão de Carvalho
1955 – José Geraldo de Oliveira
1956 – José Lopes de Oliveira
1956 – Luis Gonzaga Ribeiro dos Reis
1959 – Otílio Guedes de Freitas Montenegro
1959 – Egídio Ferreira Lima
1962 – Manoel José de Carvalho Coimbra
1966 – Waldemar Reis da Silva Rego
1968 – Antônio Martins Veras
1968 – Irajá D'Almeida Lins
1970 – Ítalo José de Miranda Fonseca
1972 – João Inácio da Silva
1973 – Sebastião Romildo Vale de Oliveira
1973 – Roberto Vasconcelos Guimarães
1973 – Ivonaldo Pereira de Miranda
1973 – Pedro Fernandes de Oliveira
1977 – Lavanério de Queiroz Duarte
1978 – José Vital Bezerra Galindo
1978 – José Alencar Dias da Costa Araújo
1981 – Francisco Eudes Ramos de Araújo Lima
1983 – Antônio Fernando Araújo Martins
1986 – Wellington Gadelha de Freitas
1986 – Francisco Manoel Tenório dos Santos
1988 – Carlos Alberto Maranhão de Oliveira
1989 – Maria de Fátima Guimarães Leite de Almeida
1990 – Nailton Max de Brito e Silva
1992 – Carlos Antônio Alves da Silva
1995 – Mariza Silva Borges
1996 – Marinês Marques Viana

1999 – José Gilmar da Silva
2000 – Luciana Maranhão de Araújo
2005 – Maria das Graças Serafim Costa
2015 – Carlos Neves da Franca Neto Junior
2019 – **Felipe Arthur Monteiro Leal (atual)**

Informações geográficas

Está localizada na Microrregião do Planalto da Borborema e na Mesorregião da Zona da Mata de Pernambuco. Situa-se a 123 m de altitude, distando 91 km do Recife, com 273 km² de área, composta pelos Distritos Sede, Upatininga, Macujé e Tupaoca. Detém população de aproximadamente 38.386 habitantes.

Filho ilustre na magistratura

Nasceu em Aliança o Desembargador Jorge Américo Pereira de Lima.

Feriados oficiais locais

20 de janeiro – Dia do Padroeiro São Sebastião
11 de setembro – Dia da Emancipação Política
15 de setembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora das Dores

Fórum Juiz José Albino Latache Pimentel

Rua 2, n. 79 – Vila da COHAB – Aliança/PE
CEP: 55.890-000

Altinho

O Município

Altinho foi elevado a Vila por força da Lei Provincial n. 1.560, de 30 de maio de 1881, desmembrando-se de Caruaru. Sua instalação aconteceu em 11 de abril de 1884. Constituiu-se município autônomo em 1º de março de 1893, por força da Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892. Altinho foi elevado à condição de Cidade e sede de Município pela Lei Estadual n. 400, de 28 de junho de 1899.

A Comarca

A Comarca de Altinho foi criada pela Lei n. 52, de 3 de agosto de 1892, tendo sido instada pelo Juiz de Direito José Francisco de Farias Sales.

A Comarca foi extinta pela Lei Estadual n. 697, de 20 de junho de 1904, sendo restaurada em 1923 e reinstalada no mesmo ano pelo Juiz de Direito Felismino Guedes. Pela Lei n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, foi extinta pela segunda vez. Com o Ato n. 472, de 20 de março de 1940, foi restaurada novamente tendo sido reinstalador o Juiz de Direito Benedito Marques Vieira.

No prédio do fórum, inaugurado em 26 de novembro de 2015, funcionam o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB. É

Comarca de 1ª entrância e vara única, e a Justiça Eleitoral conta com sede própria.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Ibirajuba passa a ser agregada à Comarca de Altinho.

Justiça Eleitoral

Altinho é sede da 48ª Zona Eleitoral, com 16.198 eleitores divididos em 54 seções eleitorais. Está a sua frente o Juiz Eleitoral Cristiano Henrique de Freitas Araújo.

Juízes que atuaram na Comarca

1889 – José Francisco de Farias Sales
1917 – Rômulo Lins e Silva
1921 – Joaquim Freire Barbosa da Silva
1939 – Nestor Cavalcanti de Carvalho Varejão
1940 – Benedito Marques Vieira
1945 – Artur Santa Cruz Oliveira Filho
1946 – Nestor Cavalcanti de Carvalho Varejão
1959 – Marcos José Figueiroa
1959 – Ivo Isidoro de Assis
1960 – Otílio Neiva Coêlho
1960 – Clodoaldo Peixoto de Oliveira
1962 – Ely Leitão de Melo
1964 – Francisco de Sá Sampaio
1964 – Nildo Nery dos Santos
1965 – Leduar Monteiro Cavalcanti de Albuquerque
1965 – Wilson da Mota Valença

1966 – Irajá D'Almeida Lins
1966 – Mário Alves de Souza Melo
1966 – Dilnae Pinheiro Silveira Borba
1967 – Hélio Nelson Holmes Lins
1969 – Sebastião Romildo Vale de Oliveira
1972 – José Luiz Ramos Wanderley
1972 – Francisco Muniz Arraes
1978 – Beraldo de Arruda Veras
1978 – Júlio Pereira de Almeida
1978 – João Côrte Magalhães
1985 – Flávio Pessoa de Souto Maior
1986 – Evanderly Félix da Costa
1987 – Ives Miranda Mayal
1992 – José Adelmo Barbosa da Costa Pereira
1999 – Antônio de Vasconcelos Silva
1999 – Luzicleide Maria Muniz Vasconcelos
2000 – Adilson Agrícola Nunes
2002 – Silvia Virgínia Figueiredo de Amorim Batista
2003 – Sérgio Paulo Ribeiro da Silva
2003 – Francisco Jorge de Figueiredo Alves
2004 – Leonardo Romeiro Asfora
2006 – Ane de Sena Lins
2012 – Brasílio Antônio Guerra
2015 – Ana Paula Viana Silva de Freitas
2015 – Carlos Neves da Franca Neto Júnior
2015 – José Tadeu dos Passos e Silva
2015 – Gustavo Valença Genú
2015 – Ana Paula Viana Silva de Freitas
2016 – Sheila Cristina Torres Santos Moreira

2016 – Renato Dibachti Inácio de Oliveira
2018 – Juliana Rodrigues Barbosa
2018 – Altamir Cléreb de Vasconcelos Santos
2019 – Paulo Rodrigo de Oliveira Maia
2019 – **Cristiano Henrique de Freitas Araújo (atual)**

Informações geográficas

Numa altitude de 454 m, distando 163 km da Capital pernambucana, Altinho situa-se na Mesorregião do Agreste, na Microrregião do Brejo Pernambucano. Possui 454 km² de área, com 22.972 habitantes. A Cidade conta com os Distritos Sede e Ituguaçu.

Filho ilustre na magistratura

O Desembargador Antônio de Melo Lima nasceu em Altinho, onde cursou a escola primária.

Feriados oficiais locais

28 de junho – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição
18 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora do Ó

Fórum Doutor José Ferreira de Lima

Avenida João Cassiano, n. 170 – Centro – Altinho/PE
CEP: 55.490-000

Amaraji

O Município

A Lei Provincial n. 2.137, de 9 de novembro de 1889, criou o Município de Amaraji, instalado em 11 de outubro de 1890, tendo seu território sido desmembrado de Escada. Constituiu-se município autônomo, com o Decreto-Lei n. 17, de 24 de setembro de 1890. A Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909, alçou Amaraji à categoria de Cidade.

A Comarca

A Comarca de Amaraji, classificada como de 1ª entrância, foi criada pela Resolução datada de 29 de novembro de 1893, em que lhe foi dada organização judiciária independente de Escada, à qual estava anexada. No referido ato, ficou designado o dia 5 de dezembro de 1893 para a instalação da Comarca, cujo primeiro Juiz foi José Antônio da Silva Mello.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Primavera passa a ser agregada à Comarca de Amaraji.

Justiça Eleitoral

Amaraji é sede da 31ª Zona Eleitoral, composta por 48 seções, e conta com 16.281 eleitores cadastrados. A Juíza Izabel de Souza Oliveira responde pela Justiça Eleitoral.

Juízes que atuaram na Comarca

1896 – José Antonio da Silva Mello
1900 – João José Lopes de Albuquerque
1902 – José Antonio da Silva
1904 – Zózimo da Câmara Lima
1908 – Antonio Guimarães
1909 – Alexandre Coêlho
1912 – Francisco Farias Satho
1914 – Adalberto Baptista Vieira
1918 – Sylvio de Guimarães Bravo
1924 – Jonathas Costa
1927 – Ernesto Vieira Santos
1931 – Severino Correia de Araújo
1931 – Sócrates Gonçalves de Medeiros
1934 – Antônio José Henriques
1934 – Arnaldo José Duarte
1939 – Severino Alves Leite
1941 – Augusto Cardoso Ayres de Holanda
1945 – José Sironi de Vasconcelos
1946 – Luiz Regueira Carneiro da Cunha
1956 – Horácio Rodrigues Esteves
1963 – Antonio de Sousa Dantas
1965 – Antonio Luiz Lins de Barros
1966 – Antônio Lira Sousa

1978 – Waldemir de Oliveira Lins
1980 – José Antônio Macêdo Malta
1982 – Manoel de Oliveira Erhardt
1983 – Clodoaldo Bezerra de Souza e Silva
1983 – Vânio Fox da Rocha Pereira
1984 – Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
1987 – José Alexandre de Vasconcelos Aquino
1989 – Airton Mozart Valadares Vieira Pires
1990 – Ozael Rodrigues Veloso
1992 – Adeildo Nunes
1995 – Evanildo Coelho Araújo Filho
1996 – Kathya Gomes Veloso
2000 – Sílvia Maria de Lima Oliveira
2003 – Climério Gutemberg Silva de Oliveira
2003 – Paulo Francisco da Costa
2003 – Abner Apolinário da Silva
2005 – Andréa Calado da Cruz
2005 – Marcos Garcez de Menezes Júnior
2005 – Maria do Carmo da Costa Soares
2012 – Hugo Bezerra de Oliveira
2013 – Márcio Araújo dos Santos
2013 – Arnaldo Spera Ferreira Júnior
2013 – Cláudio Américo de Miranda Júnior
2015 – Fabiana Moraes Silva
2017 – Rafael Carlos de Moraes
2017 – Idiara Buenos Aires Cavalcanti
2018 – **Izabel de Souza Oliveira (atual)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 290 m de altitude, distando 72 km do Recife. Apresenta uma área de 234 km² composta pelo Distrito Sede e pelo povoado de Demarcação. O Município é composto por uma população de 22.870 habitantes e está situado na Microrregião da Mata Meridional e na Mesorregião da Mata Pernambucana.

Feriados oficiais locais

15 de janeiro – Dia do Padroeiro Santo Amaro
19 de março – Dia do Padroeiro São José
29 de junho – Dia de São Pedro
23 de julho – Dia da Emancipação Política

Fórum Desembargador José Sirone de Vasconcelos

Rua Agnaldo Correia, s/n – Centro – Amaraji/PE
CEP: 55.515-000

Angelim

O Município

A Lei Municipal n. 42, de 22 de dezembro de 1908, instituiu o Distrito de Angelim (subordinado a Garanhuns), tendo sido elevado a Vila pela Lei n. 991, de 1º de julho de 1909.

A Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, criou o Município de Palmeira, que, posteriormente, pelo Decreto Estadual n. 74, de 6 de junho de 1931, teve sua sede transferida para Angelim, atribuindo ao Município essa denominação.

Por força da Lei n. 419, de 31 de dezembro de 1948, passou a município autônomo.

A Comarca

Antes Termo Judiciário de Canhotinho, a Comarca de Angelim foi criada pelo Decreto-Lei n. 209, de 9 de julho de 1948, tendo sido instalada em 3 de outubro de 1948.

No fórum, reinaugurado em 16 de março de 1988, funcionam a Defensoria Pública, o Ministério Público e a Justiça Eleitoral. A Comarca é classificada como de 1ª entrância e possui vara única.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Angelim, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Canhotinho.

Justiça Eleitoral

Angelim integra a 116ª Zona Eleitoral, com sede no Município de São João, com 9.407 eleitores e 23 seções, e tem como Juiz Eleitoral Andrian de Lucena Galindo.

Juízes que atuaram na Comarca

1949 – Clóvis Ferreira de Lima
1951 – Gabriel Soares Quintas
1952 – Nelson Pereira de Arruda
1953 – Márcio Rollemberg Leite
1956 – João Batista Neto
1957 – Otílio Neiva Coêlho
1961 – José Manoel de Carvalho Coimbra
1961 – Aluízio de Melo Xavier
1962 – Valdir Barbosa
1962 – Onevaldo Fernandes Maia
1963 – Benedito Sitônio
1963 – Rivaldo Duarte Ribeiro
1964 – Gabriel Wanderley Prazeres
1969 – Rilton Rodrigues da Silva
1970 – Márcio de Albuquerque Xavier
1975 – Aurélio Muniz Freire
1978 – Sócrates Otávio França e Silva
1983 – Cladilson Ferreira Pinto
1985 – Antônio Medeiros de Souza
1986 – José Viana Ulisses Filho
1987 – Osman Benício de Holanda Cavalcanti
1987 – Eudes dos Prazeres França

1990 – Nilson Guerra Nery
1991 – Itamar Pereira da Silva Júnior
1992 – Francisco de Carvalho Silva Gueiros Filho
1994 – Nalva Cristina Barbosa Campello
1995 – Gilvan Macedo dos Santos
1995 – Márcio Bastos Sá Barretto
1996 – Maria Betânia Duarte Rolim
1999 – Marcyrajara Maria Góis de Arruda
2001 – Zélia Maria Pereira de Melo
2003 – Marcus Vinícius Barbosa de Alencar Luz
2003 – Enéas Oliveira da Rocha
2008 – Helenita Ramos Silva
2013 – Maurício Santos Gusmão Júnior
2017 – Andrian de Lucena Galindo
2017 – Tatiana Lapa Carneiro Leão
2018 – **Lucas Cristóvam Pacheco (atual)**

Informações geográficas

Com altitude de 631 m e área de 118 km², está situada a 208 km do Recife e possui 11.150 habitantes. Angelim encontra-se na Mesorregião do Agreste Meridional e na Microrregião de Garanhuns. Administrativamente, é constituída pelo Distrito Sede e pelo povoado de Quatro Bocas.

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia do Padroeiro São José
6 de junho – Dia da Emancipação Política

Fórum Doutor Afonso de Miranda Leal

Rua Antônio Martiniano da Costa, s/n – Centro – Angelim/PE CEP: 55.430-000

Araripina

O Município

Em 1º de julho de 1893, foi criado o Distrito de São Gonçalo (antiga denominação), subordinado ao Município de Ouricuri. Foi elevado à categoria de Vila pela Lei Estadual n. 991, de 1° de julho de 1909, e passou a Município pela Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, quando se desmembrou de Ouricuri.

A instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1929, e através do Decreto-Lei n. 952, de 31 de dezembro de 1943, São Gonçalo passou a denominar-se Araripina, termo que se atribui à proximidade da Chapada do Araripe.

A Comarca

A Comarca de Araripina foi criada pelo Decreto n. 629, de 17 de junho de 1941; na época, era denominada São Gonçalo.

A Lei n. 10.629, de 19 de outubro de 1991, determinou a criação da segunda vara, cuja instalação ocorreu em 23 de maio de 1992.

É Comarca de 2ª entrância, e a sede atual do fórum foi reinaugurada em 26 de janeiro de 1996, pelo então Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Benildes de Souza Ribeiro. A Vara Criminal da Comarca foi instalada em 25 de setembro de 2017, e o

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), inaugurado em 17 de janeiro de 2019.

A Defensoria Pública e a Justiça Eleitoral funcionam no fórum. A Cidade é sede de Subseccional da OAB-PE e de Vara Trabalhista. O Ministério Público funciona em prédio próprio.

Justiça Eleitoral

Araripina é sede da 84ª Zona Eleitoral, que possui 56.296 eleitores, 168 seções, e tem como Juiz Eleitoral Eugênio Jacinto Oliveira Filho.

Juízes que atuaram na Comarca

1941 – Antônio Joaquim Pereira de Oliveira
1942 – Clóvis Ferreira Lima
1944 – José Pessôa de Oliveira Cavalcanti
1945 – Hermes Parahyba Junior
1945 – Manoel Machado da Cunha Cavalcanti
1948 – Gabriel Wanderley Prazeres
1948 – Rubem Demócrito Ferreira Costa
1948 – Gabriel Lucena Cavalcanti
1950 – Nelson Pereira de Arruda
1951 – Américo Gregório Torres
1953 – Onofre de Barros
1954 – Benedito Sitônio
1955 – Heli Leitão de Melo
1956 – Otílio Neiva Coêlho
1957 – Severino Ramos Pereira de Lyra
1960 – Ulisses Lustosa Sobrinho

1963 – Vânio Fox da Rocha Pereira
1963 – José Antônio Macêdo Malta
1964 – Antônio Pessoa Leite
1964 – Cícero Cardosos Guedes Alcoforado
1965 – Aurélio Muniz Freire
1966 – José Agripino e Silva
1967 – Pedro Fernandes de Oliveira
1970 – José Fernando Mendonça de Souza
1970 – Hélio Vidal Campos
1972 – Lavanério de Queiroz Duarte
1972 – Josué Custódio de Albuquerque
1976 – Enéas Bezerra Barros
1977 – Josias Horácio da Silva
1982 – Antônio Fernando Araújo Martins
1984 – Evani Estêvão de Barros
1985 – Armando Tavares da Silva
1985 – Wellington Gadelha de Freitas
1991 – Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas
1992 – Armando Tavares da Silva
1993 – Maria Rosa Vieira Santos
1994 – Luiz Eduardo de Souza Neto
1997 – Alípio Carvalho Filho
1998 – José Raimundo dos Santos Costa
2000 – Valdelício Francisco da Silva
2004 – Izânia Maria Moreira Reis
2005 – João Ricardo da Silva Neto
2007 – José de Andrade Saraiva Filho
2007 – Paulo de Tarso Duarte Menezes
2007 – Hauler dos Santos Fonsêca

2007 – José Wilson Soares Martins
2007 – José Gonçalves de Alencar
2007 – Carlos Humberto Inojosa Galindo
2007 – Rafael Cavalcanti Lemos
2009 – Ivanhoé Holanda Félix
2010 – Luiz Eduardo de Sousa Neto
2010 – Sydnei Alves Daniel
2012 – Rodrigo Ramos Melgaço
2015 – Demetrius Liberato Silveira Aguiar
2015 – Jandercleison Pinheiro Jucá
2016 – João Alexandrino de Macêdo Neto
2016 – Elisama de Sousa Alves
2016 – Pablo de Oliveira Santos
2016 – José Anastácio Guimarães Figueiredo Correia
2016 – Denis Lima Bonfim
2017 – Thiago Meirelles Silva dos Santos
2017 – Leandro Souto Maior Muniz de Albuquerque
2017 – Angélica Chamon Layoun
2017 – Clécio Camêlo de Albuquerque
2017 – Marcus Vinícius Barbosa de Alencar Luz
2018 – Neider Moreira Reis Júnior
2018 – Fernando Jefferson Cardoso Rapette
2018 – **Eugênio Jacinto Oliveira Filho (atual – 2ª Vara Cível, Vara Criminal e CEJUSC)**
2019 – **Leonardo Costa de Brito (atual – 1ª Vara Cível)**

Informações geográficas

O Município de Araripina está a 622 m de altitude e 684 km da capital, com área de 2.037 km² e 84.864 habitantes. Situa-se na Mesorregião do Sertão e Microrregião de Araripina. São seus Distritos: Araripina, Lagoa do Barro, Morais, Bom Jardim do Araripe, Gergelim, Serrânia e Nascente.

Filho ilustre na magistratura

Nasceu no Município de Araripina o Juiz de Direito Élio Braz Mendes.

Feriados oficiais locais

24 de junho – Dia de São João
11 de setembro – Dia da Emancipação Política
31 de outubro – Dia do Evangélico
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Doutor Francisco Muniz Arraes

Rua Ana Ramos Lacerda, s/n – Centro – Araripina/PE
CEP: 56.280-000

Arcoverde

O Município

O povoado se iniciou com a denominação de Olho d’Água dos Bredos, sendo elevado à categoria de Vila através da Lei n. 991, de 1º de julho de 1909, quando passou a se chamar Rio Branco. Posteriormente, a Lei Municipal n. 18, de 12 de novembro de 1912, transformou a Vila em distrito, então subordinado a Pesqueira.

A Lei Municipal n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, criou o Município de Rio Branco, formado pelo território do distrito do mesmo nome.

Por fim, o Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, alterou seu topônimo para Arcoverde, em homenagem a Dom Joaquim de Albuquerque Cavalcanti Arcoverde, natural do Município e primeiro Cardeal da América Latina.

A Comarca

A Comarca de Rio Branco (antiga denominação do Município) foi criada através do Decreto n. 305, de 13 de junho de 1934, e instalada em 18 de junho de 1934, tendo como Juiz Instalador Agrício Gonçalves da Silva Brazil.

Atualmente, a Comarca conta com duas Varas Cíveis, uma Criminal, a Vara Regional da Infância e Juventude, e o Centro Ju-

diciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC). Um novo fórum foi inaugurado no Município em 16 de setembro de 2016.

Em 29 de janeiro de 2010, foi instalada a Vara Criminal, seguida da Vara Regional da Infância e Juventude, em 19 de setembro de 2012, ambas criadas pela Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007.

O CEJUSC foi criado pela Lei Complementar n. 353, de 23 de março de 2017, e instalado em 31 de janeiro de 2018, tendo como Juiz Instalador Cláudio Márcio Pereira de Lima.

Arcoverde é sede de Subseccional da OAB/PE. O Ministério Público e a Justiça Eleitoral têm sedes próprias. No fórum atual, funcionam salas destinadas à Defensoria Pública, à OAB e ao Ministério Público.

Justiça Eleitoral

Arcoverde representa o polo da 57ª Zona Eleitoral, conta com 157 seções, 47.201 eleitores, e o Juiz atual é Draulternani Melo Pantaleão.

Juízes que atuaram na Comarca

1934 – Agrício Gonçalves da Silva Brazil
1935 – Luiz Vicente de Medeiros Queiroz
1935 – Natanael Tavares de G. Marinho
1940 – Augusto Santa Cruz Oliveira
1940 – Luiz Gonzaga Nóbrega
1941 – João Evangelista P. de Oliveira
1942 – Lívio Vieira da Cunha
1943 – José Ferraz Ribeiro do Valle

1949 – Rubem Benvindo Ferreira da Costa
1950 – Antônio Joaquim P. de Oliveira
1951 – Otílio Guedes de F. Montenegro
1954 – Luiz Gonzaga Ribeiro dos Reis
1956 – José Coelho Brandão
1964 – Francisco de Sá Sampaio
1967 – Possídio do Nascimento Coelho
1971 – Antônio de Pádua Couto Caraciolo
1971 – Antônio de Barros e Silva
1978 – Ítalo José de Miranda Fonseca
1984 – Nicolau Loureiro Lopes da Silva Neto
1990 – Eurico Lopes de Andrade Bitu
1991 – Nilbson Rogério Silva Galindo
1997 – Marco Aurélio Mendonça de Araújo
1998 – Cláudio Márcio Pereira de Lima
1998 – Ernesto Bezerra Cavalcanti
1999 – Carlos Damião Pessoa da Costa Lessa
1999 – José Ronemberg Travassos da Silva
1999 – Silvia Maria Luna Oliveira
2000 – Carlos Gean Alves dos Santos
2003 – Draulternani Melo Pantaleão
2003 – Juliana Moreira Maciel
2003 – Gleydson Gleber Bento Alves de Lima Pinteiro
2005 – Marília Falcone Gomes Lócio
2006 – Adriana Karla Souza Mendonça de Oliveira
2006 – Roberta Barcala Baptista Coutinho
2009 – Júlio Olney Tenório de Godoy
2010 – Marcos Garcez de Menezes Júnior
2010 – Raquel Barofaldi Bueno

2012 – André Carneiro de Albuquerque Santana
2013 – Mônica Wanderley Cavalcanti Magalhães
2013 – Ana Marques Veras
2013 – Djaci Salustiano de Lima
2017 – João Eduardo Bernardo Ventura
2017 – Altamir Cléreb de Vasconcelos Santos
2018 – Vivian Maia Canen

Organização judiciária atual

1ª Vara Cível e CEJUSC – Cláudio Márcio Pereira de Lima
2ª Vara Cível – João Eduardo Bernardo Ventura
Vara Criminal – Mônica Wanderley Cavalcanti Magalhães e Vivian Maia Canen
Vara Regional da Infância e Juventude – Draulternani Melo Pantaleão

Informações geográficas

O Município está a 663 m de altitude, distando 254 km da capital, com uma área de 323 km². Sua população é de 74.338 habitantes. Localiza-se na Mesorregião do Sertão Pernambucano e na Microrregião do Sertão do Moxotó. Administrativamente é formado pelo Distrito Sede (Arcoverde), sendo Povoados Caraíbas e Riacho do Meio.

Filhos ilustre na magistratura

Os Desembargadores Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima, Daisy Maria de Andrade Costa Pereira e o Desembargador aposen-

tado Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho nasceram em Arcoverde.

Feriados oficiais locais

11 de setembro – Dia da Emancipação Política
23 de setembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora do Livramento

Fórum Clóvis de Carvalho Padilha

Rua Anderson Henrique Cristino, s/n – Por do Sol – Arcoverde/PE – CEP: 56.516-901

Barreiros

O Município

A Lei Provincial n. 314, de 13 de maio de 1853, desmembrou o território de Barreiros do Município de Rio Formoso, elevando-o à categoria de Vila. A Lei Estadual n. 38, de 3 de junho de 1892, erigiu Barreiros à categoria de Cidade, e a Lei n. 52, de 3 de agosto de 1892, a município autônomo.

A Comarca

A Comarca de Barreiros é de 2ª entrância e de vara única. Foi criada pela Lei Provincial n. 1.057, de 7 de janeiro de 1872, tendo como primeiro Juiz de Direito Francisco da Silva Braga.

O fórum atual foi inaugurado em 9 de abril de 2003, na gestão do Presidente Desembargador José Napoleão Tavares de Oliveira.

O Ministério Público e a Justiça do Trabalho têm sedes próprias em Barreiros, e a Justiça Eleitoral funciona no fórum. O Município sedia uma Subseccional da OAB/PE.

Justiça Eleitoral

Barreiros é sede da 42ª Zona Eleitoral, com 89 seções e 30.355 eleitores, tendo como Juiz Eleitoral Rodrigo Caldas do Valle Viana. São José da Coroa Grande é Termo Eleitoral de Barreiros.

Juízes que atuaram na Comarca[4]

1872 – João Francisco da Silva Braga
1876 – Aquilino Gomes Porto
1876 – João Cavalcante d'Albuquerque
1878 – Manoel Caldas Barreto
1878 – Manoel de Barros Wanderley
1890 – João Antunes Correia Lins de Wanderley
1891 – Austerliano Correia de Castro
1893 – Manoel Tobias do Rego Albuquerque
1895 – José Brandão das Rocha
1898 – Augusto Emílio da Fonseca Galvão
1903 – Bellarmino Cesar Gondim
1904 – Francisco de Albuquerque Mello
1909 – Sebastião do Rego Barros Júnior
1910 – Olympio Bonald da Cunha Pedrosa
1915 – Octávio Bandeira de Lima Coutinho
1916 – João Aureliano Corrêa de Araújo
1926 – Anastácio Peregrino Leite de Araújo
1930 – Timoleão Augusto de Albuquerque Maranhão
1930 – Antonio de Andrade Lima
1930 – Anastácio Peregrino Leite de Araújo
1936 – Sócrates Gonçalves de Medeiros
1939 – Joaquim Pedro Campelo de Souza
1939 – Pedro Francisco Cabral Vasconcelos
1941 – Luiz Gonzaga Nóbrega
1947 – Epaminondas Carlos de Albuquerque

---

4 Em 2000, grande parte dos processos existentes no fórum foi danificada por uma enchente, razão pela qual a presente lista pode estar incompleta.

1953 – Agripino Ferreira da Nóbrega
1954 – Aníbal Wanderlei Cavalcanti
1956 – Clóvis Ferreira Lima
1962 – Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho
1962 – Antônio Luiz Lins de Barros
1963 – João Batista Neto
1964 – Cláudio Américo de Miranda
1966 – Humberto da Costa Soares
1967 – Jonas de Aquino Lucena
1970 – Anthenor Barreto da Rocha Pimentel Belleza
1985 – Roberto Ferreira Lins
1986 – Ives Miranda Mayal
1987 – Josué Antônio Fonseca de Sena
1987 – Márcio Fernando de Aguiar Silva
1991 – Agenor Ferreira de Lima Filho
1998 – Rogério Lins e Silva
1999 – Margarida Amélia Bento Barros
2001 – Arnaldo Spera Ferreira Júnior
2002 – Antônio Carlos dos Santos
2003 – Abner Apolinário da Silva
2003 – Paulo Francisco da Costa
2005 – Carla de Vasconcellos Rodrigues
2006 – Helena Cristina Madi de Medeiros
2009 – Sander Fitney Brandão Menezes Correia
2009 – Luciana Maria Tavares de Menezes
2013 – Roberta Barcala Baptista Coutinho
2013 – Miguel Maira Ruggieri Balazs
2014 – Augusto Napoleão Sampaio Angelim
2015 – Carlos Eugênio de Castro Montenegro

2017 – Fábio Corrêa Barbosa
2017 – Emiliano César Costa Galvão de França
2017 – Raquel Evangelista Feitosa
2018 – Flávio Krok Franco
2018 – Diego Vieira de Lima
2018 – **Rodrigo Caldas do Valle Viana (atual)**
2019 – Fernando Jefferson Cardoso Rapette
2019 – Hydia Virgínia Christino de Landim Farias

Informações geográficas

A Cidade fica a 22 m de altitude, distando 107 km da capital, tem 233 km² de área, constituída pelos Distritos Barreiros e Carimã. O Município detém uma população de aproximadamente 42.659 habitantes. Está situado na Mesorregião da Mata Pernambucana e na Microrregião da Mata Meridional Pernambucana.

Feriados oficiais locais

2 de fevereiro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Saúde
19 de julho – Data da Emancipação Política
29 de setembro – Dia do Padroeiro São Miguel

Fórum Desembargador Orlando Aguiar

Rua Dom Luiz, n. 346 – Centro – Barreiros/PE –
CEP: 55.560-000.

Belém de Maria

O Município

Por volta de 1910, Belém de Maria tornou-se Vila, como distrito do Município de Bonito, passando, posteriormente, a Distrito de Lagoa dos Gatos.

Pela Lei Municipal de 16 de setembro de 1930, a Vila de Belém de Maria incorporou-se ao Município de Catende. A Lei n. 3.340, de 31 de dezembro de 1958, elevou Belém de Maria à condição de município autônomo.

A Comarca

A Comarca de Belém de Maria foi criada pela mesma Lei Estadual n. 3.340, de 31 de dezembro de 1928, instalada em 12 de maio de 1962, pelo seu primeiro Juiz de Direito Mário Alves de Souza Melo.

Pelo Decreto-Lei Estadual n. 61, de 5 de agosto de 1969, a Comarca foi extinta, passando a ser Termo Judiciário de Catende. Posteriormente, foi restaurada pela Lei Estadual n. 10.391 de 18 de dezembro de 1989, e reinstalada em 9 de junho de 1993.

Em março de 1999, pelo Ato n. 150/1999, a Comarca foi mais uma vez desinstalada. Com o Ato n. 1.568, de 29 de novembro de

2000, do então Presidente Desembargador Nildo Nery dos Santos, foi reativada pelo Juiz Evaní Estêvão de Barros.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Belém de Maria, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Lagoa dos Gatos.

Justiça Eleitoral

Belém de Maria integra a 43ª Zona Eleitoral, possui 36 seções e 9.804 eleitores, estando sob a responsabilidade do Juiz Fernando Jefferson Cardoso Rapette.

Juízes que atuaram na Comarca

1962 – Mário Alves de Souza Melo
1966 – Hélio Vidal Campos
1993 – Inês Albuquerque Alves
1993 – Lúcio Grassi de Gouveia
1995 – João Alberto Magalhães de Siqueira
1997 – Sebastião de Siqueira Souza
1997 – Ailton Soares Pereira Lima
1998 – Edina Maria Brandão de Barros Correia
2000 – Evaní Estêvão de Barros
2002 – Alexandre Pinto de Albuquerque
2003 – Michelle Duque de Miranda
2003 – Adriana Cintra Coêlho
2004 – Aldileide Paes Miranda Galindo
2006 – Rildo Vieira da Silva
2007 – Jacira Jardim de Souza Menezes

2008 – Júlio César Vasconcelos de Almeida
2009 – Hugo Vinícius Castro Jiménez
2009 – Gerson Barbosa da Silva Júnior
2012 – Ana Cecília Toscano Vieira Pinto
2013 – Eduardo José Loureiro Burichel
2013 – Simony de Fátima de Oliveira Emerenciano Almeida
2015 – Vivian Gomes Pereira
2015 – Sander Fitney Brandão de Menezes Correia
2016 – Mariana Agostini de Sequeira
2017 – Rodrigo Ramos Melgaço
2017 – Fábio Corrêia Barbosa
2017 – Antônio Carlos dos Santos
2018 – **Hydia Virgínia Christino de Landim Farias (atual)**
2020 – Rodrigo Caldas do Valle Viana
2020 – Thiago Felipe Sampaio

Informações geográficas

Belém de Maria está situada na Zona da Mata Sul de Pernambuco, a 227 m de altitude. Dista 160 km do Recife, possui área de 75 km² e população de, aproximadamente, 12.122 habitantes. O Município é dividido administrativamente em dois Distritos: Sede e Batateira.

Feriados oficiais locais

2 de fevereiro – Dia da Festa do Comércio
19 de março – Dia de São José
3 de maio – Dia da Emancipação Política
15 de setembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora das Dores

Fórum Guilhermino de Souza Melo

Rua Marechal Rondon, s/n – Centro – Belém de Maria/PE – CEP: 55.440-000

Belém de São Francisco

O Município

O Distrito de Belém foi criado pela Lei Provincial n. 1.836, de 12 de março de 1885, subordinado ao Município de Cabrobó. Elevado à categoria de Vila com a denominação de Belém, pela Lei Provincial n. 345, de 13 de maio de 1954, instalada em 8 de novembro de 1854.

A Lei Estadual n. 597, de 7 de maio de 1903, elevou-a à categoria de Cidade, com a denominação de Belém de Cabrobó. A Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, alterou o nome para Belém.

Pelo Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, o Município passou a ser chamado de Jatinã. Por disposição da Lei Estadual n. 1.771, de 7 de dezembro de 1953, passou à denominação de Belém de São Francisco.

A Comarca

A Comarca de Belém de São Francisco foi criada pelo Decreto-Lei Estadual n. 629, de 17 de junho de 1941. Integra a 1ª entrância e possui vara única. A Defensoria Pública, a OAB e a Justiça Eleitoral funcionam no fórum.

Justiça Eleitoral

Belém de São Francisco sedia a 73ª Zona Eleitoral, que também abrange o eleitorado do Município de Itacuruba. Composta por 53 seções, com 14.725 eleitores cadastrados, tem como Juíza Eleitoral Letícia Sant'Anna da Costa.

Juízes que atuaram na Comarca

1941 – Alberto Campos Falcão
1941 – Milvernes Cruz Lima
1943 – Elysio Lustosa de Carvalho Pires
1942 – Luiz Gonzaga Ribeiro dos Reis
1945 – Otávio Claudino de Paiva
1947 – Gabriel Wanderley Prazeres
1948 – José Coelho Brandão
1951 – Sálvio Pires dos Santos
1954 – Manoel de Sá Guimarães
1955 – Maximiniano Jacinto Pereira
1955 – Elísio Cantarelli de Carvalho Caribé
1963 – Manoel Fernando da Fonseca
1965 – Ulisses Lustosa Sobrinho
1977 – José Roberto de Araújo Pimentel
1978 – Alexandre Gadelha Malta de Moura
1982 – Silvio Roberto de Pessoa Resende
1983 – Severino Coutinho da Silva
1984 – Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
1984 – Alfredo Sérgio Magalhães Jumbo
1985 – Marcílio Duque Cavalcante
1985 – Antônio de Jesus Chaves da Costa

1986 – Agnaldo Esteves da Silveira Filho
1986 – Antonio Xavier da Costa
1988 – Cleodon Eleno dos Santos
1989 – Ruy Trezena Patu Júnior
1990 – Jorge Luis dos Santos Henrique
1991 – Ricardo Pessoa dos Santos
1992 – Paulo Torres Pereira da Silva
1992 – Alexandre Freire Pimentel
1993 – Abdon Máximo Neto
1994 – Eliane Ferraz Guimarães Novaes
1994 – Aline Cardoso dos Santos
1994 – Carlos Humberto Inojosa Galindo
1995 – Francisco Josafá Moreira
1997 – Felippe Augusto Gemir Guimarães
1997 – Nilbson Rogério Silva Galindo
1997 – Romão Heisser Sampaio
1997 – Robinson José de Albuquerque Lima
1997 – Glicério Bezerra e Silva
1997 – Joaquim Pereira Lafayete Neto
1997 – Rafael Machado da Cunha Cavalcante
1998 – Edilson Rodrigues Moura
1998 – Edinaldo Aureliano de Lacerda
2002 – Maria Segunda Gomes de Lima
2003 – José Roberto Alves de Sena
2003 – Francisco de Assis Timóteo Borges
2006 – Maurício Santos Gusmão Júnior
2007 – Anna Paula Borges Coutinho
2011 – Elane Brandão Ribeiro
2015 – Carlos Fernando Arias

2017 – Bruno Jader Silva Campos
2018 – Thiago Felipe Sampaio
2019 – **Letícia Sant'Anna da Costa (atual)**

Informações geográficas

Situa-se a 305 m de altitude, distando 481 km da capital. com uma área de 1.831 km², composta pelos Distritos: Sede, Ibó e Riacho Pequeno. Tem população de 20.730 habitantes e está localizado na Microrregião de Itaparica do Sertão Pernambucano.

Filhos ilustres na magistratura

Os magistrados Elysio Lustosa de Carvalho Pires e Elísio Cantarelli de Carvalho Caribé nasceram em Belém de São Francisco.

Feriados oficiais locais

7 de maio – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora do Patrocínio

Fórum Doutor Joaquim Crispiniano Coelho Brandão

Avenida Coronel Jerônimo Pires, 820 – Centro – Belém de São Francisco/PE – CEP: 56.440-000

Termo Judiciário

Itacuruba

O Município de Itacuruba foi criado pela Lei Estadual n. 4.939, de 20 de dezembro de 1963, instalado em 28 de abril do ano seguinte. Situa-se a 292 m de altitude e dista 471 km da capital. Possui 430 km² de área territorial, com uma população de 4.966 habitantes. Está localizado na Mesorregião do São Francisco pernambucano e Microrregião de Itaparica.

Integra a 73ª Zona Eleitoral, com sede em Belém de São Francisco, com 16 seções e 4.237 eleitores cadastrados, tendo como Juíza Eleitoral Letícia Sant'Anna da Costa.

Belo Jardim

O Município

Belo Jardim teve origem na Fazenda Capim, em 1853, pertencendo ao Município de Brejo da Madre de Deus. Foi inicialmente denominado Capim.

O Distrito de Belo Jardim foi criado pela Lei Provincial n. 1.830, de 28 de junho de 1884. A Lei Estadual n. 991, de 1º de junho de 1909, elevou o distrito à categoria de Vila. Finalmente, a Lei n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, criou o Município de Belo Jardim, que foi instalado em 1º de janeiro de 1929, desmembrando o seu território do Município de Brejo da Madre de Deus.

A Comarca

A Comarca de Belo Jardim foi criada pela Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, juntamente com a Cidade e Município. Foi instalada em 1929 pelo Juiz Paulo André Dias da Silva.

A Justiça Eleitoral e o Ministério Público funcionam no fórum. A Justiça do Trabalho e a Defensoria Pública estão instaladas em prédio próprio. A Cidade é sede de Subseccional da OAB/PE.

Atualmente, é Comarca de 2ª entrância e possui três Varas, sendo duas cíveis e uma criminal. A Vara Criminal foi instalada

em 11 de fevereiro de 2015, criada pela Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007.

Justiça Eleitoral

Belo Jardim sedia a 45ª Zona Eleitoral e conta com 176 seções, onde estão distribuídos 62.104 eleitores. Douglas José da Silva é o atual Juiz Eleitoral.

Juízes que atuaram na Comarca

1925 – Manuel Cavalcanti Vieira da Cunha
1929 – Paulo André Dias Silva
1932 – Henrique Daniel Câmara Pimenta
1936 – Joaquim Guedes Correa Gondim Sobrinho
1939 – Melchiades de Albuquerque Montenegro
1950 – Cicinato Pires Raposo Almeida
1953 – Luiz Regueira Carneiro da Cunha
1955 – José Bezerra Filho
1955 – Raul Costa Farias
1957 – Geraldo Correia da Silva
1960 – Otílio Guedes de Freitas Montenegro
1960 – José Tenório de Cerqueira
1962 – Sebastião Cabral de Carvalho
1964 – Benildes de Souza Ribeiro
1965 – Wilson Mota Valença
1966 – Aluiz Tenório de Brito
1966 – José de Oliveira Lima Filho
1971 – Armando Barros de Figueredo
1973 – André Rui de Andrade Albuquerque

1975 – Francisco Muniz Arraes
1976 – Luiz Gonzaga Cavalcanti Padilha
1977 – Aécio José Maranhão
1978 – Nelson Meirelles Ribeiro de Castro
1980 – Marco Antônio Cabral Maggi
1983 – Luiz Carlos da Cunha Mariz
1985 – Marcos Antônio Tavares de Albuquerque
1986 – Lindolfo Cabral Pimentel
1990 – Antônio de Vasconcelos Silva
1991 – Paulo Roberto Alves da Silva
1991 – Vlademir Alves e Silva
1992 – Djalma Andrelino Nogueira
1992 – Carlos Augusto de Albuquerque Barros
1993 – José Barroso Filho
1994 – José Jorge de Amorim
1994 – Marcos Antônio Nery de Azevedo
1995 – Abner Apolinário da Silva
1997 – Marupiraja Ramos Ribas
1997 – Ernesto Bezerra Cavalcanti
1998 – Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
2001 – Marcyrajara Maria Góis de Arruda
2008 – Francisco Assis de Morais Júnior
2009 – Feliciano da Silva Nilo
2009 – Clecio Farias Guerra
2012 – Moacyr Ribeiro da Silva Junior
2012 – José Maria de Carvalho Júnior
2014 – Hugo Vinícius Castro Jiménez
2014 – Orleide Rosélia Nascimento Silva
2015 – Simony de Fátima Emerenciano Almeida

2015 – **Douglas José da Silva (atual – 1ª Vara Cível)**
2015 – Renato Dibachti Inácio de Oliveira
2015 – Cristiano Henrique de Oliveira
2017 – **Clécio Camêlo de Albuquerque (atual – 2ª Vara Cível)**
2018 – Demetrius Liberato Silveira Aguiar
2019 – **Angélica Chamon Layoun (atual – Vara Criminal)**

Informações geográficas

O Município de Belo Jardim se situa em uma altitude de 607 m, a uma distância de 187 km da capital. Tem, aproximadamente, 76.439 habitantes. Situa-se na Microrregião do Vale do Ipojuca e na Mesorregião do Agreste pernambucano, com uma área de 648 km^2, composto pelos Distritos Sede, Serra dos Ventos, Xucuru e Água Fria.

Filhos ilustres na magistratura

Nasceram em Belo Jardim os juízes José Adelmo Barbosa da Costa Pereira, Arthur Barbosa Maciel e Ana Roberta Maciel de Lira.

Feriados oficiais locais

20 de janeiro – Dia do Padroeiro São Sebastião
11 de setembro – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição
1ª ou 2ª semana do mês de julho – Festa das Marocas

Fórum Desembargador João Paes

Praça João Torres Galindo, s/n – Tancredo Neves – Belo Jardim/PE – CEP: 55.150-000

Betânia

O Município

A Lei Estadual n. 1.319, de 13 de junho de 1916, elevou o Povoado de Betânia à categoria de Vila e 4° distrito de Floresta. Posteriormente, se transformou em distrito pertencente a Custódia pela Lei Municipal n. 2, de 6 de dezembro de 1928.

Passou a Município por meio da Lei n. 3.340, de 31 de dezembro de 1928, quando seu território foi desmembrado de Custódia. A instalação ocorreu em 19 de março de 1962.

A Comarca

A Comarca de Betânia foi criada por intermédio da Lei n. 3.340, de 31 de dezembro de 1958, e sua extinção ocorreu pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, quando se transformou em Termo de Custódia. Foi novamente restaurada por meio da Lei Estadual n. 6.652, de 31 de dezembro de 1973.

Desativada em 16 de dezembro de 1998, através do Ato n. 2007, publicado em 26 de novembro de 1998, passou a ser Termo da Comarca de Custódia. Mais uma vez, a Comarca foi reinstalada no dia 12 de junho de 2000, em cumprimento do Ato n. 657, publicado em 28 de abril de 2000, do então Presidente Desembargador Nildo

Nery dos Santos, tendo como Juiz Reinstalador Marcus Vinícius Nonato Rabelo Torres.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Betânia, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Custódia.

Justiça Eleitoral

Betânia é sede da 108ª Zona Eleitoral. Conta com 28 seções, 10.312 eleitores, e o Juiz Eleitoral atual é Manoel Belmiro Neto.

Juízes que atuaram na Comarca

1963 – Múcio Rodrigues Barbosa de Aguiar
1965 – Manoel José do Nascimento
1966 – Hélio Barros Siqueira Campos
1967 – João Alves Daniel
1968 – Lavanério de Queiroz Duarte
1969 – Josué Custódio de Albuquerque
1972 – José Gomes de Freitas
1973 – Aristóteles Siqueira Campos
1976 – Ítalo José de Miranda Fonseca
1977 – Ivonaldo Pereira de Miranda
1981 – Lenivaldo Izídio
1982 – Jovaldo Nunes Gomes
1983 – Solon Otávio de França
1986 – José Ivo de Paula Guimarães
1987 – Sérgio Marinho Falcão
1989 – Danilo Galvão Martiniano Lins
1990 – Luiz Gustavo Mendonça de Araújo

1991 – Emiliano Eustáquio da Silva
1992 – Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima
1993 – Ambrósio Agrícola Nunes
1994 – Eurico Lopes de Andrade
1994 – Carlos Gonçalves de Andrade Filho
1994 – Carlos Humberto Inojosa Galindo
1995 – José Júnior Florentino dos Santos
1995 – Teodomiro Noronha Cardoso
1995 – Clóvis Silva Mendes
1996 – Luiz Sérgio Silveira Cerqueira
1997 – Sérgio Paulo Ribeiro da Silva
1997 – Maria Eliane Cabral Campos Carvalho
1998 – Virginia Gaudêncio de Moraes
1998 – Marcus Vinícius Nonato Rabelo Torres
2001 – Cláudio Avelino de Andrade
2002 – Aguinaldo Esteves da Silveira Filho
2002 – José Francisco Almeida Filho
2002 – Orleide Rosélia Nascimento Silva
2002 – Augusto Napoleão Sampaio Angelim
2003 – Hélia Viegas Silva
2003 – Luiz Vicente de Medeiros Queiroz Neto
2004 – Maria Eliane Cabral Campos Carvalho
2005 – Francisco Assis de Morais Júnior
2006 – Hugo Vinícius Castro Jiménez
2007 – Daniela Rocha Gomes
2007 – Márcio Araújo dos Santos
2007 – Artur Teixeira de Carvalho Neto
2012 – Gustavo Valença Genú
2014 – Leon Elias Nogueira Barbosa

2016 – Fabíola Michele Muniz Mendes Freire de Moura
2017 – Ana Carolina Santana
2018 – Felipe Arthur Monteiro Leal
2019 – **Manoel Belmiro Neto (atual)**

Informações geográficas

O Município de Betânia está a 441 m de altitude, distando 391 km da capital, com área de 1.244 km². Tem 12.719 habitantes. Situa-se na Microrregião do Sertão do Moxotó e na Mesorregião do Sertão pernambucano. Compõe-se dos Distritos Sede (Betânia) e São Caetano do Navio.

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia da Emancipação Política
13 de junho – Dia do Padroeiro Santo Antônio

Fórum Doutor João Jungmann

Rua Luiz Mestre, s/n – Centro – Betânia/PE –
CEP: 56.670-000

Bezerros

O Município

A Resolução Régia de 22 de novembro de 1805 criou o Distrito de Bezerros. O Município foi criado por força da Lei Provincial n. 616, de 9 de maio de 1865. Foi extinto pela Lei Provincial n. 720, de 20 de maio de 1867, tendo sido restabelecido pela Lei n. 919, de 18 de maio de 1870, com o território desmembrado do Município de Bonito, tendo sido reinstalado em 9 de janeiro de 1873.

Com a Lei n. 1.560, de 20 de maio de 1881, Bezerros recebeu foros de Cidade. Constituiu-se Município autônomo, sendo instalado em 23 de abril de 1893, de acordo com a Lei n. 52, de 3 de agosto de 1892.

A Comarca

A Comarca de Bezerros foi criada pela Lei Provincial n. 1.093, de 24 de maio de 1873, desmembrando-se da Comarca de Bonito. Foi classificada como Comarca de 1ª entrância em 16 de maio de 1874, pelo Decreto n. 5.635.

A instalação da 2ª Vara Cível – criada pela Lei n. 7.503, de 18 de novembro de 1977 – ocorreu em novembro de 1990, tendo como Juiz Instalador Evanderly Félix da Costa.

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania foi criado pela Lei Complementar n. 353, de 23 de março de 2017, e instalado em 29 de março 2019. Nesta mesma data, o Tribunal de Justiça inaugurou o novo Fórum de Bezerros, onde funcionam as 1ª e 2ª Varas Judiciais, o CEJUSC, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a OAB e a Justiça Eleitoral. Na atual organização judiciária estadual, é Comarca de 2ª entrância.

Justiça Eleitoral

O Município de Bezerros compõe a 35ª Zona Eleitoral com 150 seções e possui 44.797 eleitores, tendo como Juiz Eleitoral Murilo Borges Koerich.

Juízes que atuaram na Comarca

1873 – João Vieira da Costa
1876 – Joaquim Xavier de Lima
1880 – Joaquim da Costa Pereira
1881 – Joaquim Manoel Vieira de Mello
1881 – Raymundo Theodorico de Castro
1883 – Joaquim Guenes da Silva Mello
1885 – Antonio Cesario Ribeiro
1888 – José Francisco de Farias Salles
1891 – Sebastião do Rego Barros
1891 – Joaquim Antonio Alves da Silva
1896 – José Pedro de Almeida Pernambuco
1899 – Eduardo de Aquino Fonseca
1901 – Edmundo de Aquino Fonseca
1902 – Lourenço Caetano de Albuquerque

1904 – Praxedes Brederodes Mendonça de Vasconcelos
1914 – Juliano Regueira Pinto de Souza
1923 – Antonio Franklin Freire Genuíno
1931 – Paulo André Dias da Silva
1939 – Natanael Tavares de Gouveia Marinho
1952 – Hermes Parahyba Junior
1955 – Pedro Ribeiro Malta
1962 – Aluísio de Melo Xavier
1965 – José Foerster
1966 – José Ferreira Lima
1969 – José Antônio Amorim
1982 – João Gomes dos Passos
1982 – José Ribeiro de Araújo Pimenta
1982 – João de Oliveira
1986 – Flávio Pessoa de Souto Maior
1987 – Luiz Fernando Lapenda Figueiroa
1988 – Waldério Siqueira Vasconcelos
1989 – Evanderly Félix da Costa
1991 – Lindolfo Cabral Pimentel
1993 – Flávio Augusto Fontes de Lima
1993 – José Barroso Filho
1993 – José Roberto de Oliveira
1994 – Isaías Andrade Lima Neto
1995 – Ana Paula Pinheiro Bandeira de Oliveira Duarte
1995 – José Cauby Arraes Bandeira
1995 – **Paulo Alves de Lima (atual – 1ª Vara e CEJUSC)**
1996 – Pedro Odilon de Alencar Luz
1996 – Sílvio Romero Beltrão
1998 – Augusto Napoleão Sampaio Angelim

2002 – Tomás de Aquino Pereira de Araújo
2004 – José Arnaldo Vasconcelos da Silva
2006 – Pierre Souto Maior Coutinho de Amorim
2006 – Fábio Mello de Onofre Araújo
2006 – Severino Coutinho da Silva
2008 – Christiana Brito Caribé Costa Pinto
2012 – Jacira Jardim de Souza Meneses
2012 – **Murilo Borges Koerich (atual – 2ª Vara)**
2012 – Clélio Farias Guerra
2012 – Gleydson Gleber Bento Alves de Lima Pinheiro
2013 – Jefferson Félix de Melo
2013 – Maria Magdala Sette de Barros
2013 – Renata da Costa Lima Caldas Machado

Informações geográficas

A Cidade de Bezerros fica situada a 470 m de altitude e dista 105 km da capital. O Município possui superfície de 492 km², onde vive uma população de 60.798 habitantes. A Cidade de Bezerros integra a Microrregião do Vale do Ipojuca e a Mesorregião do Agreste pernambucano.

Filhos ilustres na magistratura

Nasceram em Bezerros o Desembargador José Antônio Amorim e os Juízes José Anchieta Félix da Silva, Altamir Cléreb de Vasconcelos Santos e Silvia Virgínia Figueiredo de Amorim Batista.

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia do Padroeiro São José
18 de maio – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição

Fórum Desembargador José Antônio de Amorim

Av. Francisca Lemos, s/n – São Pedro – Bezerros/PE – CEP: 55.660-000

Bodocó

O Município

No início do século XX, Antonio Peixoto de Barros fundou o povoado de Bodocó, em terra do Município de Granito, criado pela Lei Provincial n. 548, de 9 de abril de 1863. Com a Lei Municipal n. 8, de 17 de novembro de 1909, Bodocó foi classificado como 2º distrito de Granito, porém recebeu foro de sede municipal pela Lei Estadual n. 1.650, de 22 de maio de 1924, passando a ser sede do Município de Granito.

Pelo Decreto-Lei Estadual n. 92, de 31 de março de 1938, o Município de Granito passou a denominar-se Bodocó, tendo Granito por distrito.

A Comarca

Pelo Decreto-Lei n. 952, de 31 de dezembro de 1943, foi criada a Comarca de Bodocó, tendo como Juiz Instalador Nestor Cavalcanti de Carvalho Varejão.

A sede do fórum atual foi inaugurada em 2003 e conta com salas da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Justiça Eleitoral. É Comarca de 1ª entrância e de vara única.

Justiça Eleitoral

Bodocó representa a 80ª Zona Eleitoral do Estado de Pernambuco, composta por 74 seções eleitorais, com 23.965 eleitores cadastrados. Atualmente, tem o Juiz Reinaldo Paixão Bezerra Júnior responsável pela organização eleitoral no Município.

Juízes que atuaram na Comarca

1941 – Nestor Cavalcanti de Carvalho Varejão
1942 – Antônio Joaquim Pereira de Oliveira
1945 – Cícero Abdolônimo de Arroxelas Galvão
1947 – Gabriel Lucena Cavalcanti
1947 – Antônio de Sá Gominho
1948 – Gabriel Wanderley Prazeres
1950 – José Edgar de Vasconcelos Dutra
1951 – Salustiano Cavalcanti de Albuquerque
1953 – Wenern Carvalho Mendes Freire
1956 – Leduar Monteiro Cavalcanti de Albuquerque
1957 – Benjamim Sebastião Loureiro Alves
1957 – Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho
1961 – Lamartine de Holanda Cavalcanti
1962 – Demócrito Ramos Reinaldo
1962 – Benvindo Ruy Ávila Pereira
1964 – Roberto Vasconcelos Guimarães
1965 – Edmundo Jordão de Vasconcelos Sobrinho
1966 – José Xavier de Moraes
1967 – José Saraiva de Macedo
1970 – José Fernando Mendonça de Souza
1974 – Arlindo de Barros Correia

1978 – Ulisses Lustosa Sobrinho
1981 – Manoel Barros de Freitas
1989 – Reginaldo Alves de Andrade
1990 – Jorge Américo Pereira de Lira
1992 – Rogério Lins e Silva
1993 – Francisco Rodrigues da Silva
1994 – José Marcelon Luiz e Silva
1994 – Arnóbio Amorim Araújo Junior
1996 – Marcus Vinícius Barbosa de Alencar Luz
1996 – José Raimundo dos Santos Costa
1999 – Maria Valéria Silva Santos
2000 – Luiz Eduardo de Souza Neto
2000 – José Maria de Carvalho Junior
2003 – Crystiane Maria do Nascimento Rocha
2004 – Paulo de Tarso Duarte Menezes
2004 – André Rafael de Paula Batista Elihimas
2004 – Dulceana Maciel de Oliveira
2006 – Josilton Antônio Silva Reis
2007 – José Wilson Soares Martins
2009 – Sydnei Alves Daniel
2010 – Francisco de Assis Timóteo Rodrigues
2013 – Rodrigo Fonseca Lins de Oliveira
2016 – Diógenes Lemos Calheiros
2019 – **Reinaldo Paixão Bezerra Júnior (atual)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 443 m de altitude, distando 629 km do Recife. Tem 1.621 km² de área, com 38.378 habitantes. Fica situada na Mi-

crorregião de Araripina, do Sertão de Pernambuco. Administrativamente, é constituída pelo Distrito-Sede (Bodocó), juntamente com Claranã e Feitoria, e pelos Povoados Sipaúba e Cacimba Nova.

Filhos ilustres na magistratura

Os Juízes José Saraiva de Macedo e Eduardo Francisco de Sousa são naturais de Bodocó.

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia do Padroeiro São José
12 de junho – Dia da Emancipação Política
18 de julho – Dia do Evangélico
4 de outubro – Dia de São Francisco de Assis
20 de novembro – Dia da Consciência Negra

Fórum Doutor José Fernandes Mendonça de Sousa

Rua Teodósio Leandro Horas, s/n – Centro – Bodocó/PE – CEP: 56.220-000

Termo Judiciário

GRANITO

O Distrito de Granito foi criado pela Lei Provincial n. 608, de 3 de abril de 1865, e também pela Lei Municipal n. 8, de 17 de no-

vembro de 1909. A Lei Estadual n. 4.972, de 20 de dezembro de 1963, criou o Município de Granito, desmembrado de Bodocó, elevando a sua sede à categoria de Cidade. A sua instalação ocorreu em 25 de abril de 1964.

Granito está localizado a 447 m de altitude, distando 592 km do Recife, com superfície de 521 km². Tem distrito único e povoado Rancharia, onde vive uma população de 7.573 habitantes na Microrregião de Araripina e na Mesorregião do Sertão pernambucano.

Granito integra a 80ª Zona Eleitoral, com sede em Bodocó, com 23 seções e 6.517 eleitores, tendo como Juiz Eleitoral, atualmente, Reinaldo Paixão Bezerra Júnior.

Bom Conselho

O Município

Com a Lei Provincial n. 204, de 25 de junho de 1848, a povoação conhecida por Papacaça tornou-se Vila, e o seu território incorporado ao Município de Correntes.

Pela Lei Provincial n. 239, de 30 de maio de 1849, a Vila foi extinta, tendo sido restaurada pela Lei Provincial n. 476, de 30 de abril de 1860, com a denominação de Bom Conselho, que com a Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892, constituiu-se município autônomo. Bom Conselho foi elevada à condição de Cidade pela Lei Estadual n. 309, de 7 de junho de 1898.

A Comarca

A Comarca de Bom Conselho foi criada pela Lei Provincial n. 1.057, de 7 de junho de 1872. João Vieira de Araújo foi o primeiro Juiz de Direito da Comarca.

É Comarca de 1ª entrância, que tem como Termo Judiciário o Município de Terezinha. A OAB funciona nas instalações do fórum. A Justiça Eleitoral e o Ministério Público têm sedes próprias.

Justiça Eleitoral

Trata-se da 61ª Zona Eleitoral, composta por 99 seções, com 36.977 eleitores, e está, atualmente, sob a responsabilidade do Juiz de Direito Patrick de Melo Gariolli.

Juízes que atuaram na Comarca

1872 – João Vieira de Araújo
1889 – José Pedro Alves da Cruz
1889 – Abdias de Oliveira
1891 – Carlos Cavalcanti Vilela
1893 – Firmino S. Alves Mello
1893 – José Gil de Abreu
1893 – Francisco Coimbra Coelho
1893 – Francisco Manoel Tertuliano Pancrácio Villa Nova
1895 – Luiz Teixeira de A. Reis
1898 – Juvêncio Soares Vilela
1901 – Carlos Cavalcanti Vilela
1901 – Domingos Gonçalves da Silva
1903 – Francisco de Medeiros Dutra
1908 – Apolinário de Mello Liberato
1908 – Manoel Antônio Oliveira
1908 – Possidônio José Correia da Rocha
1911 – Torquato de Mendonça Wanderley
1914 – Pedro Vilela
1914 – Manoel Cândido Ferreira
1914 – Manoel Agripino do Rego Barros
1918 – Euclides Deocleciano de Carvalho
1919 – Joaquim Firmino de Araújo

1920 – Renato Borba da Fonseca
1921 – José de Farias Medeiros
1922 – Antônio de Barros da Silva Pinto
1925 – João Batista
1926 – Sebastião Viana
1927 – Luiz Duarte de Alencar
1929 – Arnaldo Guimarães de Souza
1931 – Alcanço Camboim de Vasconcelos
1931 – Augusto Cardoso de Holanda
1932 – Rodolfo Aureliano da Silva
1932 – Cristóvão Laporte de Siqueira
1933 – Adauto Maia
1933 – Caeté de Medeiros
1934 – Joaquim Pedro Campelo de Souza
1936 – Augusto Alves de Almeida
1937 – Joaquim Ciryllo de Araújo Pereira
1938 – Odilon Tenório Cordeiro
1946 – Pedro Crescêncio de Góes
1954 – Sinval Montezuma Lins
1956 – José Figueirôa
1956 – Orlando Marques de Albuquerque Cavalcanti
1965 – José Gomes de Freitas
1965 – Wilson da Mota Valença
1965 – Juan Malta Gato
1966 – José Napoleão Tavares de Oliveira
1966 – Manoel Monteiro de Lima
1967 – Hélio Nelson Holmes Lins
1967 – José Antônio Macêdo Malta
1968 – Joaquim Rodrigues Castro

1970 – Maurício Lins Galvão
1978 – José de Abreu Santos
1983 – João Bosco Gouveia de Melo
1983 – Gerson Venâncio de Carvalho
1984 – Romão Ulisses Sampaio
1984 – Osman Benício de Holanda
1989 – João Batista Lustosa da Costa
1989 – Francisco Manoel Tenório dos Santos
1990 – Valdemir Alves e Silva
1990 – Adeildo Lemos de Sá Cruz
1991 – Rosalvo Maia Soares
1992 – Edvaldo José Palmeira
1994 – Honório Gomes do Rego Filho
1995 – Alexandre Sena de Almeida
1995 – José Marcelon Luiz e Silva
1995 – Severino Honório Pinto
1997 – Elson Zopellaro Machado
1997 – Rinaldo Adilson de Sousa
2002 – Enéas Oliveira da Rocha
2003 – Roberto Costa Bivar
2008 – Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
2009 – André Rafael de Paula Batista Elihimas
2009 – Hauler dos Santos Fonsêca
2009 – Jorge Eduardo de Melo Sotero
2009 – Patrícia Caiaffo de Freitas Arroxelas Galvão
2009 – Rafael Cavalcanti Lemos
2009 – Marcelo Marques Cabral
2012 – Francisco Milton Araújo Júnior
2013 – Francisco Tojal Dantas Matos

2013 – Thiago Fernandes Cintra
2015 – Andrian de Lucena Galindo
2015 – Ícaro Nobre Fonseca
2016 – Lucas Tavares Coutinho
2017 – Alyne Dionísio Barbosa Padilha
2017 – Rodrigo Caldas do Valle Viana
2018 – Torricelli Lopes Lira
2018 – Marcos Antônio Tenório
2019 – Márcio Bastos Sá Barretto
2019 – **Patrick de Melo Gariolli (atual)**

Informações geográficas

A Cidade, localizada no Agreste Meridional de Pernambuco, dista 287 km da capital, tem 792 km² de área. Sua população é de 48.554 habitantes. O Município é constituído de 5 Distritos: Sede, Barra do Brejo, Caldeirões, Lagoa de São José e Rainha Isabel.

Filhos ilustres na magistratura

O Juiz Severino Tenório Pinto e a Juíza Alyne Dionísio Barbosa Padilha são naturais de Bom Conselho.

Feriados oficiais locais

26 de abril – Dia da Padroeira Nossa Senhora do Bom Conselho
3 de agosto – Dia da Emancipação Política

Fórum Doutor Orlando Cavalcante de Albuquerque

Praça Dom Pedro II, n. 34 – Centro – Bom Conselho/PE – CEP: 55.330-000.

Termo Judiciário

Terezinha

O Município de Terezinha, criado pela Lei Estadual n. 4.958, de 20 de dezembro de 1963, foi desmembrado de Bom Conselho. A instalação do Município se deu em 13 de abril de 1964. A Cidade fica situada a 736 m de altitude, distando da capital 266 km, com 151 km² de área. Tem distrito único, onde vive uma população de 7.169 habitantes. Situa-se na Microrregião de Garanhuns, na Mesorregião do Agreste pernambucano.

O Município integra a 61ª Zona Eleitoral, com sede em Bom Conselho, com 19 seções e 6.591 eleitores, atualmente, sob a responsabilidade do Juiz de Direito Patrick de Melo Gariolli.

Bom Jardim

O Município

O Município de Bom Jardim tem sua origem vinculada à Fazenda Santana, datada do século XVIII, onde foi edificada a atual igreja matriz da Cidade. A Freguesia foi criada em 1857, tendo se tornado Vila pela Lei Provincial n. 922, de 19 de maio de 1870, quando se desmembrou do Município de Limoeiro.

A instalação ocorreu em 19 de julho de 1871, e a elevação a Cidade foi determinada através da Lei Provincial n. 1.327, de 4 de fevereiro de 1879.

A Comarca

Criada pela Lei Provincial n. 1.093, de 24 de maio de 1873, teve como primeiro magistrado o Juiz Agostinho de Carvalho Dias Lima.

É classificada como Comarca de 1ª entrância. No prédio do fórum, inaugurado em 18 de outubro de 2007, funcionam o Ministério Público e a Subseccional da OAB – PE. A Justiça Eleitoral tem sede própria. A Comarca tem Machados por Termo Judiciário.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Orobó passa a ser agregada à Comarca de Bom Jardim.

Justiça Eleitoral

Bom Jardim é sede da 33ª Zona Eleitoral, conta com 28.916 eleitores cadastrados e 102 seções. O Juiz Eleitoral atual é Hailton Gonçalves da Silva.

Juízes que atuaram na Comarca

1873 – Agostinho de Carvalho Dias Lima
1889 – João Lopes Delgado Sial
1891 – João Barbosa da Silva
1891 – Manoel Tertuliano Fragoso de Arruda
1894 – José Cavalcanti Caldas Albuquerque
1899 – Manoel Augusto de Miranda Henriques
1905 – Arthur Gonçalves Souto Maior
1905 – Leovegildo Lins de Arruda
1905 – Austerliano Correia de Castro
1907 – Severino Rodrigues da Costa Revoredo
1910 – João Rodrigues da Costa Revoredo
1914 – Francisco da Motta Silveira
1914 – João Batista D'Almeida
1915 – José Martins de Souza Barbosa
1920 – Manoel Cavalcanti Lima da Cunha
1921 – André Gonçalves da Costa Lima
1923 – Manoel Rodrigues de Souza Vianna
1925 – Osvaldo Cavalcanti da Costa Lima
1925 – Oscar Bandeira de Lima Coutinho
1927 – Antonio Negromonte
1928 – João Christiani de Almeida Catanho
1931 – Juliano Regueira Pinto de Souza

1935 – José Tomé Trindade Paula Mendes
1935 – Fernando Mariano da Costa Leão
1936 – Ascendino Cândido das Neves Filho
1946 – Cláudio de Morais Vasconcelos
1948 – Jeová da Rocha Wanderley
1952 – Clóvis Ferreira de Lima
1954 – Manoel Machado da Cunha Cavalcanti
1955 – José Albino de Aguiar
1955 – Benon Novais Henriques
1957 – Mauro Jordão de Vasconcelos
1958 – Rivaldo Duarte Ribeiro
1959 – José Edgar de Vasconcelos Dutra
1966 – Napoleão Tavares de Oliveira
1967 – Amando de Barros Figueirêdo
1969 – José de Abreu Santos
1969 – Aurélio Muniz Freire
1973 – José Ribamar Teles de Araújo
1985 – Sílvio de Arruda Beltrão
1985 – Alberto Nogueira Virgínio
1989 – José Viana Ulisses Filho
1991 – Nailton Max de Brito e Silva
1997 – Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior
2005 – Sebastião de Siqueira Souza
2013 – **Hailton Gonçalves da Silva (atual)**
2015 – Luís Vital do Carmo Filho
2018 – Daniel Silva Paiva

Informações geográficas

A 110 km da capital, Bom Jardim tem uma extensão territorial de 218 km², com uma população estimada de 38.184 habitantes. Está localizado na Microrregião do Médio Capibaribe e na Mesorregião do Agreste pernambucano. Compõe-se dos Distritos Sede (Bom Jardim), Bizarra, Encruzilhada, Umari e Tamboatá. Lagoa Comprida, Freitas e Pindobinha são seus povoados.

Feriados oficiais locais

2 de fevereiro – Comemoração de São Sebastião
19 de julho – Dia da Emancipação Política
26 de julho – Dia da Padroeira Nossa Senhora de Santana

Fórum Doutor Osvaldo de Lima

Rua Tabelião Manoel Arnóbio Souto Maior, s/n – Centro – Bom Jardim/PE – CEP: 55.730-000

Termo Judiciário

MACHADOS

O Município de Machados foi criado através da Lei Estadual n. 4.994, de 20 de dezembro de 1963, e instalado em 22 de novembro de 1964. Possui área de 60 km², com 320 m de altitude, distando 110 km da capital. Sua população está estimada em 16.088 habitantes. Situa-se na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Médio Capibaribe.

Como Termo Eleitoral de João Alfredo, integra a 88ª Zona Eleitoral, possui 35 seções, 10.171 eleitores e tem, atualmente, como Juiz Eleitoral Hailton Gonçalves da Silva.

Bonito

O Município

A Freguesia de Bonito foi criada pela Lei Provincial n. 65, de 12 de abril de 1839, desmembrando seu território de Bezerros.

Em 16 de janeiro de 1893, transformou-se em município autônomo, com base na Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892. A instalação do Município ocorreu em 16 de janeiro de 1893. Posteriormente, foi elevado à categoria de Cidade pela Lei Estadual n. 130, de 3 de julho de 1895.

A Comarca

A Comarca de Bonito foi criada em 20 de maio de 1833, através de uma Resolução do Conselho do Governo de Pernambuco, tendo como Juiz Instalador Antônio Batista Gitirana. Foi suprimida pela Lei Provincial n. 58, de 20 de abril de 1838, e restaurada pela Lei Provincial n. 86, de 8 de maio de 1840. A sede da Comarca foi transferida para Caruaru pela Lei Provincial n. 212, de 16 de agosto de 1848, voltando a funcionar em Bonito em 1851.

Atualmente, a Comarca de Bonito é de 2ª entrância e tem como termo Barra de Guabiraba. Em 17 de maio de 2019, foi inaugurado novo fórum na Comarca.

A Justiça Eleitoral, a Defensoria Pública e a OAB funcionam no fórum, e o Ministério Público tem sede própria.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de São Joaquim do Monte passa a ser agregada à Comarca de Bonito.

Justiça Eleitoral

Bonito é sede da 39ª Zona Eleitoral, que conta com 29.328 eleitores e 86 seções. O Juiz Eleitoral atual é Valdelício Francisco da Silva.

Juízes que atuaram na Comarca

1833 – Antonio Baptista Gitirana
1870 – José Revoredo do Passos Junior
1873 – Joaquim Pantaleão Heleno de Lima
1877 – Joaquim Manuel Vasconcelos de Lima
1879 – Manuel Baptista
1883 – Joaquim Roberto Pereira
1885 – Julião Pereira de Albuquerque
1911 – Alfredo da Silva Ramos
1916 – Eduardo Correia da Silva
1919 – Félix Cavalcanti da Cunha Rêgo
1923 – José Roque Dias da Silva
1930 – João Jungmann
1933 – João de Almeida Catanho
1934 – Euclides Ferraz
1943 – Agripino Ferreira da Nóbrega
1946 – Renato Dornelas Câmara

1950 – Aníbal Wanderley Cavalcanti
1951 – Lívio Vieira da Cunha
1952 – Plácido de Souza
1964 – Naércio Cyreno Gonçalves
1965 – André Alves de Melo
1966 – Manuel Santa Cruz Valadares
1966 – José Oliveira de Lima Filho
1975 – João Côrte Magalhães
1980 – José Rabelo de Araújo Pimenta
1994 – Severino Coutinho da Silva
2004 – Valéria Maria de Lima Melo Estima
2009 – Gleydson Gleber Bento Alves de Lima Pinheiro
2010 – Damião Severiano de Sousa
2010 – Renata da Costa Lima Caldas Machado
2012 – **Valdelício Francisco da Silva (atual)**
2012 – Marupiraja Ramos Ribas
2013 – Danielle Christine Silva Melo Burichel
2013 – Edinaldo Aureliano de Lacerda
2015 – Ana Paula Viana Silva de Freitas
2016 – Clélio Farias Guerra
2016 – Paulo Alves de Lima
2017 – Flávio Krok Franco
2017 – Murilo Borges Koerich
2017 – Paulo Rodrigo de Oliveira Maia
2018 – Altamir Cléreb de Vasconcelos Santos
2018 – Sheila Cristina Torres Santos Moreira
2020 – Lorena Junqueira Victorasso

Informações geográficas

A Cidade está a 443 m de altitude, distando 128 km da capital, com uma área de 400 km². Está situada na Microrregião do Brejo e na Mesorregião do Agreste pernambucano. Possui uma população estimada de 38.134 habitantes. É formada pelos Distritos Sede Alto Bonito e Bentevi. Estreito do Norte e Engenho Serro Azul são seus povoados.

Filho ilustre na magistratura

O Juiz Clélio Farias Guerra nasceu em Bonito.

Feriados oficiais locais

20 de janeiro – Dia de São Sebastião
20 de maio – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Doutor Plácido de Souza

Avenida América, n. 500 – Loteamento Jardim América – Bonito/PE – CEP: 55.680-000

Termo Judiciário

Barra de Guabiraba

Foi instituído como distrito pela Lei n. 59, de 25 de junho de 1915, com a denominação de Barra de São João. Passou a município

autônomo pela Lei Estadual n. 3.340, de 31 de dezembro de 1958, desmembrando seu território de Bonito e alterando seu topônimo para Barra de Guabiraba. Foi instalado em 1º de março de 1962.

Passou a ser Termo Judiciário de Bonito, quando extinta a Comarca de Barra de Guabiraba, pelo Decreto-Lei n. 61 de 5 de agosto de 1969.

O Município situa-se a 482 m de altitude, fica a 136 km da capital e tem 114 km² de superfície. Está na Mesorregião do Agreste pernambucano e Microrregião do Brejo. Conta com 14.385 habitantes.

O Município integra a 39ª Zona Eleitoral, com sede em Bonito, e conta com 86 seções e 9.466 eleitores.

Brejão

O Município

O Distrito de Brejão pertencia ao território do Município de Garanhuns e foi criado pela Lei Municipal n. 42, de 22 de dezembro de 1908, com a denominação de Brejão de Santa Cruz.

Passou a constituir-se município autônomo pela Lei Estadual n. 3.337, de 31 de dezembro de 1958, e sua instalação ocorreu em 1º de março de 1962.

A Comarca

A Comarca de Brejão foi criada pela Lei Estadual n. 3.337, de 31 de dezembro de 1958, porém foi extinta pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, passando a Termo de Garanhuns. Foi restaurada através da Lei n. 10.391, de 18 de dezembro de 1989, e instalada em 23 de janeiro de 2006, por força do Ato n. 145, publicado no Diário Oficial de 19 de janeiro de 2006, tendo como Juiz Instalador Márcio Bastos Sá Barreto.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Brejão, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Garanhuns.

Justiça Eleitoral

Brejão é Termo Eleitoral de Garanhuns, sede da 92ª Zona Eleitoral, e possui 38 seções, 8.848 eleitores, sendo o Juiz Eleitoral Maurício Santos Gusmão Júnior.

Juízes que atuaram na Comarca

2006 – Márcio Bastos Sá Barreto
2006 – Marcelo Marques Cabral
2009 – Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
2012 – Francisco Tojal Dantas Matos
2012 – Cristiano Henrique de Freitas Araújo
2015 – Enéas Oliveira da Rocha
2015 – Ícaro Nobre Fonseca
2016 – Rômulo Macedo Bastos
2016 – Lucas Tavares Coutinho
2017 – Rodrigo Caldas do Valle Viana
2019 – **Patrick de Melo Gariolli (atual)**

Informações geográficas

O Município situa-se em uma altitude de 788 m, distando 253 km da capital, com uma área de 159 km². Tem 8.987 habitantes. Localiza-se na Mesorregião do Agreste pernambucano e Microrregião de Garanhuns. Constitui-se do Distrito-Sede e tem Santa Rita como povoado.

Feriados oficiais locais

6 de janeiro – Dia de Santos Reis
1º de março – Dia da Emancipação Política
20 de julho – Dia de Padre Cícero
14 de setembro – Dia de Santa Cruz
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Doutor José Gomes de Freitas

Avenida Bacharel Francisco Pereira Lopes, n. 85 – Brejão/PE – CEP: 55.325-000

Brejo da Madre de Deus

O Município

O Vilarejo do Brejo da Madre de Deus originou-se, em 1751, com a fundação de um hospital pelos padres da Congregação São Felipe Nery, às margens de um riacho. O distrito foi criado em 3 de agosto de 1799. Foi elevado à categoria de Vila com a Resolução de 20 de maio de 1833, desmembrando-se do Município de Flores. Tornou-se Cidade pela Lei Provincial n. 1.327, de 4 de fevereiro de 1879. Constituiu-se município autônomo pela Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

A Comarca

A Comarca de Brejo da Madre Deus foi criada pelo Conselho da Província, em 1833, e instalada em 22 de outubro do mesmo ano, sendo o primeiro Juiz de Direito João Teixeira da Costa.

Foi classificada como de 1ª entrância pelos Decretos números 627, de 1850, e 5.139, de 13 de novembro de 1872. Foi sede por diversas vezes da Comarca do Sertão.

Conforme a Divisão Territorial de 31 de dezembro de 1936, o Município do Brejo da Madre de Deus passou a Termo Judiciário da Comarca de Belo Jardim, assim permanecendo até o Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, quando foi restau-

rada a Comarca da Madre de Deus, desmembrando-a da Comarca de Belo Jardim.

O Ministério Público e a Justiça Eleitoral funcionam em espaços próprios. A OAB e a Defensoria Pública funcionam no fórum. É classificada como Comarca de 1ª entrância.

Justiça Eleitoral

Brejo da Madre Deus é sede da 54ª Zona Eleitoral do Estado e conta com, aproximadamente, 32.492 eleitores, distribuídos em 85 seções. Altino Conceição da Silva é o Juiz Eleitoral atual.

Juízes que atuaram na Comarca

1833 – João Teixeira da Costa
1872 – Joaquim da Costa Ribeiro
1872 – João Tavares P. de Lira
1876 – Manoel Caldas Barretto
1879 – Balbino Morais Pinheiro
1883 – João Baptista Gitirana da Costa
1883 – Joaquim Guenes da Silva Mello
1883 – Plínio Antônio dos Santos
1885 – Eutrópio Gonçalves de Albuquerque
1889 – Antônio Pedro da Silva Marques
1890 – João Barros Falcão
1890 – Lupicínio Domingues Lins
1895 – Lourenço Caetano de Albuquerque
1901 – Freire de Carvalho
1902 – João Mariano de França
1904 – Antônio Franklin Freire Carneiro

1915 – Firmino Rodrigues L. D'Albuquerque
1916 – Manoel José Tavares de Souza
1917 – Agrício Gonçalves da Silva Brazil
1923 – Antônio Nogueira Vilela
1924 – Edgar Cesário D'Azevedo
1926 – Narcísio Santos
1926 – João Jorge Pereira Tejo
1927 – Arthur Paes de Carvalho Barros
1927 – Paulo André Dias da Silva
1934 – Joaquim Guenes Corrêa Gondim Sobrinho
1936 – Manoel Theodoro de Arruda
1936 – José Epiphanio Falcão
1937 – Marcos Tavares de Mello
1937 – Mário Torres de Carvalho
1942 – José Ferraz Ribeiro do Valle
1943 – Miguel Braz Pereira de Lucena
1946 – Cincinato Pires Raposo de Oliveira
1945 – Napoleão Batista Nogueira
1949 – Cícero Abdalônimo de Arruda Galvão
1950 – Luiz Regueira Carneiro da Cunha
1952 – Gustavo Marinho Falcão
1952 – José Néri Alves de Souza
1956 – Raul Costa Farias
1956 – Benildes de Souza Ribeiro
1960 – Edílson Policarpo de Lima
1960 – Durval Fernandez Maria
1961 – Wilson Mota Valença
1962 – Jonas de Aquino Lucena
1963 – Napoleão Tavares de Oliveira

1965 – Antônio Martins Veras
1966 – Manoel Mendes de Almeida
1966 – Leonísio Lopes de Almeida
1973 – Demóstenes Batista Veras
1976 – Emmanuel Santos Júnior
1976 – Vânio Fox da Rocha Pereira
1978 – Marco Antônio Cabral Maggi
1982 – Clóris Guimarães Ribeiro
1983 – Roberto Wanderley Nogueira
1985 – Edson Costa Coelho
1992 – Nivaldo Rodrigues Machado Filho
1992 – Pedro Odilon de Alencar Luz
1994 – Carlos Gonçalves de Andrade Filho
1997 – Augusto Sampaio Angelim
1998 – Ane de Sena Lins
2003 – Andrea Rose Borges Cartaxo
2003 – Roberto Jordão de Vasconcelos
2004 – Tito Lívio Araújo Monteiro
2004 – Marcyrajara Maria Góis de Arruda
2006 – Maria Adelaide M. de Abreu Lacerda Melquíades
2008 – Christiana Brito Caribé da Costa Pinto
2010 – Eugênio Cícero Marques
2013 – Ângela Mesquita de Borba Maranhão
2013 – Valdelício Francisco da Silva
2014 – Hugo Vinícius Castro Jiménez
2014 – José Tadeu dos Passos e Silva
2015 – Diego Vieira Lima
2015 – Douglas José da Silva
2015 – José Fernando Santos de Sousa

2016 – Murilo Borges Koerich
2016 – Eliziongerber de Freitas
2016 – Elias Soares da Silva
2017 – Juliana Rodrigues Barbosa
2017 – Demetrius Liberato Silveira Aguiar
2018 – Clécio Camêlo de Albuquerque
2019 – Draulternani Melo Pantaleão
2019 – **Altino Conceição da Silva (atual)**
2020 – Leonardo Batista Peixoto

Informações geográficas

A Cidade fica a 627 m de altitude, distante 202 km da capital, e tem 762 km² de área. O Município é constituído pelos Distritos Sede Barra do Farias, Mandaçaia, Fazenda Nova e São Domingos. A população é de, aproximadamente, 51.225 habitantes. O Município está situado na Mesorregião do Agreste pernambucano e Microrregião do Vale do Ipojuca.

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia do Padroeiro São José
26 de maio – Dia da Fundação do Município
20 de junho – Dia da Emancipação Política

Fórum Bacharela Inácia Marinho Silva

Rua da Saudade, 35 – Centro – Brejo da Madre Deus/PE – CEP: 55.170-000

Buenos Aires

O Município

O Distrito de Buenos Aires, anteriormente conhecido com o nome de Jacu, foi criado pela Lei Municipal n. 311, datada de 4 de novembro de 1920. Passou a município autônomo por força da Lei Estadual n. 4.970, de 20 de dezembro de 1963.

A Comarca

A criação da Comarca de Buenos Aires se deu com a Lei Estadual n. 10.391, em 18 de dezembro de 1989. Sua instalação e inauguração do fórum são datadas de 20 de janeiro de 2006, tendo sido o Juiz Instalador Carlos Alberto Maranhão de Oliveira, designado pelo Ato n. 141/2006. A primeira magistrada a atuar na Comarca foi Maria das Graças Serafim Costa.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Buenos Aires, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Tracunhaém.

Justiça Eleitoral

Buenos Aires é Termo Eleitoral de Nazaré da Mata, compõe a 23ª Zona Eleitoral, conta com 30 seções e 10.951 eleitores. O atual Juiz Eleitoral é Demetrius Liberato Silveira Aguiar.

Juízes que atuaram na Comarca

2006 – Maria das Graças Serafim Costa
2006 – Álvaro Mariano da Penha
2009 – Aldileide Paes Miranda Galindo
2012 – José Faustino Macedo de Souza Ferreira
2013 – Carlos Alberto Maranhão Oliveira
2014 – Rafael Medeiros Antunes Ferreira
2015 – Iarly José Holanda de Souza
2016 – Verônica Gómez Lourenço
2017 – Diniz Cláudio de Miranda Cavalcanti
2018 – Rafael Sampaio Leite
2019 – **Felipe José Dias M. da Rosa e Silva (atual)**

Informações geográficas

Numa altitude de 149 m, situado a 78 km da capital pernambucana, na Zona da Mata Setentrional Norte, possui área de 93 km². Sua população é de 13.190 habitantes. Pertence ao Município de Buenos Aires o Povoado Lagoa do Outeiro.

Feriados oficiais locais

2 de fevereiro – Dia da Padroeira Nossa Senhora do Bom Parto
29 de junho – Dia de São João – Corrida da Fogueira
20 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Juiz Salustiano Cavalcanti de Albuquerque

Avenida Major Severino Mendes, s/n – Centro – Buenos Aires/PE – CEP: 55.845-000

Buíque

O Município

A Freguesia, que inicialmente era conhecida como Campos do Buíque, começou a ser povoada em 1752. O Distrito de Buíque foi criado pelo Alvará de 11 de dezembro de 1795. Foi elevado a Vila por força da Lei Provincial n. 337, de 12 de maio de 1854, ficando subordinada ao Município de Garanhuns, tendo sua instalação ocorrido em 16 de abril de 1855.

De acordo com a Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892, a Vila, que foi denominada Vila Nova de Buíque, passou a município autônomo em 1º de abril de 1893, tendo sido elevada à categoria de Cidade pela Lei n. 669, de 26 de maio de 1904.

A Comarca

Desmembrada de Garanhuns, a Comarca de Buíque foi criada pela Lei Provincial n. 956, de 12 de julho de 1870. Sua instalação foi em 4 de abril de 1871, tendo sido Francisco de Assis Pereira Rocha o Juiz Instalador.

Trata-se de Comarca de 1ª entrância e vara única. O atual fórum tem sua inauguração datada de 16 de fevereiro de 1987, tendo sido reformado e reinaugurado em 11 de abril de 2008. Possui em

seu prédio salas destinadas à Justiça Eleitoral, à Defensoria Pública e ao Ministério Público.

Justiça Eleitoral

Constitui a 60ª Zona Eleitoral, possui 102 seções, com 38.134 eleitores, tendo Ingrid Miranda Leite como Juíza Eleitoral.

Juízes que atuaram na Comarca

1871 – João Hieceno Alves Maciel
1879 – Galdino Moreira Ferraz
1881 – Epiphânio de Mello
1888 – João Ignácio de Albuquerque
1889 – Pantaleão de Souza Valle
1890 – Joaquim Epiphânio de Mello
1891 – Galdino Moreira Ramos
1893 – Theotônio Joaquim Cavalcante
1893 – Manoel Procópio de Souza
1894 – João Olavo de Souza
1896 – João Alves de Siqueira Cavalcante
1896 – Joaquim Bezerra Torres
1897 – Manoel Camello Pessôa Cavalante
1907 – Severiano Camello Pessôa Cavalcante
1908 – Luiz de França Monteiro
1911 – Adolpho Cyriaco da Cruz Ribeiro
1911 – Izac Bezerra Torres
1913 – Manoel Arthur de Souza
1914 – Anastácio Peregrino Leite de Araújo
1916 – Samuel Ramos de Farias

1916 – João Carlos Ribeiro
1923 – Renato João Carlos Ribeiro de Souza
1925 – Alfredo Zacharias dos Santos
1925 – Ubirajara Acioly Correia
1926 – Braziliano Adônico de Castro Barroca
1928 – Luiz Tenório de Albuquerque Cavalcante
1930 – Augusto Oliveira
1931 – Agrício Gonçalves da Silva Brazil
1934 – Felismino Guedes
1935 – Arthur de Santa Cruz Oliveira
1935 – João Evangelista Pereira de Souza Oliveira
1941 – Cícero Tenório de Barros
1941 – João Batista de Almeida
1945 – Euclides Velloso de Melo
1946 – Aníbal Wanderley Cavalcanti
1948 – Otávio Claudino de Paiva
1950 – Manoel do Santos Araújo Cavalcante
1950 – José Ferreira de Lima
1950 – João Carlos Brederodes de França
1951 – Antônio Joaquim Pereira de Oliveira
1951 – Pergentino Domingos Ramos
1951 – Enock Gomes de Almeida
1955 – José Feliciano Figueiredo
1955 – Agenor Ferreira Lima
1959 – Egídio Ferreira Lima
1959 – Francisco de Sá Sampaio
1960 – Francisco Carneiro Menezes
1965 – José Luis Ramos Wanderley
1966 – Djair Pedrosa de Albuquerque

1966 – Ivonaldo Pereira de Miranda
1966 – Luiz Gonzaga Cavalcanti Padilha
1966 – Leonaldo Pereira de Miranda
1966 – Manoel Batista de França
1968 – José Alencar Dias da Costa Araújo
1969 – Possídio do Nascimento Coelho
1972 – Zamir Machado Fernandes
1974 – Antônio de Barros e Silva
1975 – João de Oliveira
1978 – José Vital Bezerra Galindo
1978 – Ítalo José de Miranda Fonseca
1981 – Izael Nóbrega da Cunha
1982 – Adalberto de Oliveira Melo
1982 – Osman Benício de Holanda Cavalcanti
1984 – Severino Coutinho da Silva
1994 – Nicolau Loureiro Lopes da Silva Neto
1994 – Cláudio Márcio Pereira de Lima
1996 – Marco Aurélio Mendonça de Araújo
1998 – Nilbson Rogério Silva Galindo
1999 – Maria do Rosário Monteiro Pimentel de Souza
2000 – Clécio Farias Guerra
2002 – Catarina Vila-Nova Alves de Lima
2003 – Gleydson Gleber Bento Alves de Lima Pinheiro
2004 – Maria das Graças Serafim Costa
2004 – Drauternani de Melo Pantaleão
2005 – Caio Neto de Jomael Oliveira Freire
2005 – Mônica Wanderley Cavalcanti Magalhães
2008 – Evandro de Melo Cabral
2013 – Rafael Medeiros Antunes Ferreira

2013 – Rômulo Macedo Bastos
2015 – Eurico Brandão de Barros Correia
2016 – João Eduardo Ventura Bernardo
2017 – Thiago Pacheco Cavalcanti
2017 – Leandro Souto Maior Muniz de Albuquerque
2018 – Patrick de Melo Gariolli
2019 – **Ingrid Miranda Leite (atual)**
2019 – Marcus Vinícius Menezes de Souza

Informações geográficas

Situada a 278 km do Recife, numa altitude de 798 m, possui uma área de 1.345 km², com uma população de 58.378 habitantes. O Município está situado no Agreste Meridional, na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Vale do Ipanema. Tem como Distritos Sede, Carneiro, Catimbau e Guanumbi e Povoados Tanque, Aldeia Indígena Kapinawá e Amaro.

Feriados oficiais locais

12 de maio – Dia da Emancipação Política
18 de maio – Dia do Padroeiro São Félix de Cantalice

Fórum Doutor João Carlos Ribeiro Roma

Avenida Jonas Camelo, s/n – Centro – Buíque/PE –
CEP: 56.520-000

Termo Judiciário

Tupanatinga

Distrito criado com a denominação de Santa Clara pelo Decreto-Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938, com território desmembrado dos Distritos de Buíque e São Domingos. Foi elevado à categoria de município, com a denominação de Tupanatinga, pela Lei Estadual n. 4.959, de 20 de dezembro de 1963, separado de Buíque e Inajá, instalado em 16 de março de 1964.

A Cidade fica situada a 710 m de altitude, distando da capital 305 km, com 950 km² de área. Tem distrito único, onde vive uma população de 27.551 habitantes. Situa-se na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Vale do Ipanema. Pertencem a Tupanatinga os Povoados de Mata Verde, Cabo do Campo e Boqueirão.

Foi criada a Comarca de Tupanatinga pelo art. 182 da Lei Complementar n. 100/2007, porém a sua instalação ainda está subordinada ao atendimento às exigências constantes na referida Lei.

Com 17.889 eleitores cadastrados em 53 seções, Tupanatinga integra a 143ª Zona Eleitoral, com sede em Itaíba, cujo Juiz Eleitoral é Marcus Vinícius Menezes de Souza.

Cabo de Santo Agostinho

O Município

A Vila do Cabo de Santo Agostinho foi criada pelo Alvará de 27 de julho de 1811 e pela Provisão Régia de 15 de fevereiro de 1812. Deu-se a sua instalação em 18 de junho de 1812.

A Vila foi extinta em 1846, pela Lei Provincial n. 152, de 13 de março daquele ano.

Em 9 de julho de 1877, foi elevada à categoria de Cidade, com a Lei Provincial n. 1.269, alterando sua denominação para Santo Agostinho do Cabo.

A Cidade passou a município autônomo em 8 de fevereiro de 1893, em obediência à Constituição Estadual e pela determinação da Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

Em 1911, o Município recebeu a denominação de Cabo. Com a Lei Municipal n. 1.690, de 19 de maio de 1994, passou a ser chamado Cabo de Santo Agostinho.

A Comarca

A Lei n. 86, de 5 de maio de 1840, promoveu a Vila do Cabo a Comarca, sendo o seu primeiro Juiz de Direito Firmino Pereira Monteiro.

A Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, instalada em 10 de junho de 2013, e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, instalado em 22 de novembro de 2017, foram criados pela Lei Complementar n. 143, de 18 de setembro de 2009, alterada pela Lei Complementar n. 209, de 1º de outubro de 2012.

Em 30 de janeiro de 1998, foi inaugurado o fórum da Comarca, e em 20 de janeiro de 2020, foi inaugurado o prédio anexo ao fórum.

O Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo funciona no anexo do fórum. O Ministério Público, a Defensoria Pública, a Justiça Trabalhista e a Justiça Eleitoral possuem sedes próprias. A OAB/PE tem Subseccional no Cabo de Santo Agostinho.

Justiça Eleitoral

É composta pelas 15ª e 121ª Zonas Eleitorais. A 15ª Zona Eleitoral do Cabo de Santo Agostinho conta, atualmente, com 63.587 eleitores cadastrados em 168 seções, e tem como Juiz Eleitoral Ivanhoé Holanda Félix.

Por sua vez, a 121ª Zona Eleitoral possui 89.475 eleitores cadastrados, 204 seções, e tem como Juiz Eleitoral Fábio Vinícius de Lima Andrade.

Juízes que atuaram na Comarca

1840 – Firmino Pereira Monteiro

1892 – Timoleão Peres de Albuquerque Maranhão

1908 – Luiz Corrêa d'Oliveira

1917 – Arnaldo Guimarães de Souza

1918 – Henrique Capitulino Pereira de Melo
1920 – Luiz Duarte de Allencar
1920 – Henrique Daniel da Câmara Pimentel
1921 – Gabriel Soares Quintas
1924 – Genésio Souto Vilella
1952 – Manoel Alves Pessôa
1952 – Luiz Vanlume Carneiro
1952 – João Paes Barreto
1952 – Jeová da Rocha Vanderlei
1958 – Oscar Francisco de Lima
1958 – José Alexandre da Silva
1959 – Amaro Costa Santos
1960 – José Amaro Carlos Barbosa
1960 – Cecílio Francisco de Paula
1962 – Mauro Jordão de Vasconcelos
1962 – José Frederico Soriano de Souza
1964 – Manoel Machado da Cunha Cavalcanti
1966 – Benildes de Souza Ribeiro
1966 – Geraldo de Souza Valença
1966 – Humberto da Costa Soares
1970 – José Antônio Macêdo Malta
1977 – Antônio Lira Souza
1978 – Antônio Martins Veras
1983 – Aquino de Farias Reis
1984 – Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes
1985 – André Rui de Andrade Albuquerque
1985 – José Carlos Patriota Malta
1986 – Fernando Barbosa Pinto
1986 – Luiz Carlos da Cunha Mariz

1991 – Frederico Guilherme Rodrigues de Lima
1991 – Airton Mozart Valadares Vieira Pires
1992 – Adeildo Nunes
1992 – Paulo Torres Pereira da Silva
1992 – José Nunes Siqueira
1993 – Carlos Augusto de Albuquerque Barros
1994 – Sérgio Azevedo de Oliveira
1995 – Ana Emília Correa de Oliveira Bezerra
1995 – Jorge Luiz dos Santos Henriques
1995 – Cristóvão Tenório de Almeida
1995 – Fernanda Pessoa Chuahy de Paula
1996 – Dario Rodrigues Leite de Oliveira
1996 – Saulo Sebastião de Oliveira Freire
1998 – Ana Paula Pinheiro Bandeira Duarte Vieira
1998 – Júlio César Vasconcelos de Almeida
1998 – Cristóvão Tenório de Almeida
1998 – Ana Cristina Mota Ouabdelkader
1998 – Otoniel Ferreira dos Santos
1998 – Abner Apolinário da Silva
1998 – Paulo Francisco da Costa
1998 – José Júnior Florentino dos Santos
1999 – Rafael José de Menezes
1999 – Marcone José Fraga do Nascimento
1999 – Francisco de Assis Galindo de Oliveira
2000 – Nicole de Faria Neves
2001 – Ricarda Maria Guedes Alcoforado
2002 – Arnóbio Amorim Araújo Junior
2003 – Hélia Viegas Silva
2003 – Arnaldo Spera Ferreira Júnior

2004 – Roberta Viana Jardim
2005 – Ana Virgínia Lago da Costa Carvalho
2005 – Edson José Gonçalves Cavalcanti
2005 – Elson Zopellaro Machado
2009 – Sílvia Maria de Lima Oliveira
2012 – Carla de Vasconcellos Rodrigues
2012 – José Roberto Alves de Sena
2012 – Adriana Karla Souza Mendonça de Oliveira
2012 – Roberto Jordão de Vasconcelos
2012 – Hugo Bezerra de Oliveira
2012 – Andréa Calado da Cruz
2013 – Fábio Vinícius de Lima Andrade
2014 – Michelle Oliveira Chagas Silva
2014 – Márcio Araújo dos Santos
2015 – Francisco Tojal Dantas Matos
2015 – Ivanhoé Holanda Félix
2015 – Rafael Souza Cardozo
2015 – Luiz Carlos Vieira de Figueiredo
2016 – Adriana Brandão de Barros Correia
2016 – Álvaro Mariano da Penha
2017 – Danielle Christine Silva Melo Burichel
2018 – Mariana Agostini de Sequeira
2019 – Alberico Agrello Neto
2019 – Marília Ferraz Martins Thum
2019 – Daniel Silva Paiva

Organização Judiciária atual

1ª Vara Cível – José Roberto Alves de Sena
2ª Vara Cível – Ivanhoé Holanda Félix
3ª Vara Cível – Adriana Brandão de Barros Correia
4ª Vara Cível – Márcio Araújo dos Santos
5ª Vara Cível e *Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania* – Roberto Jordão de Vasconcelos
1ª Vara Criminal – Daniel Silva Paiva e Michelle Oliveira Chagas Silva (auxiliar)
2ª Vara Criminal – Fábio Vinícius de Lima Andrade e Rafael Souza Cardozo (auxiliar)
Vara da Fazenda Pública – Sílvia Maria de Lima Oliveira
Vara Regional da Infância e Juventude – Alberico Agrello Neto e Marília Ferraz Martins Thum (auxiliar)
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Carla de Vasconcellos Rodrigues e Mariana Agostini de Sequeira (auxiliar)
Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Álvaro Mariano da Penha e Francisco Tojal Dantas Matos (auxiliar)

Informações geográficas

A Cidade conta com 208.944 habitantes e fica localizada na Região Metropolitana do Recife, distando 27 km da capital. Possui 445 km² de área, dividida em quatro distritos-sede, Pontezinha, Pontes dos Carvalhos e Jussaral.

Feriados oficiais locais

13 de junho – Dia do Padroeiro Santo Antônio
9 de julho – Dia da Emancipação Política
31 de outubro – Dia da Reforma Protestante e Ação de Graças

Fórum Doutor Humberto da Costa Soares

Avenida Presidente Vargas, n. 482 – Centro – Cabo de Santo Agostinho/PE – CEP: 54.505-560

Anexo do Fórum Doutor Humberto da Costa Soares

Rua 163, Edf. Empresarial Cabo Corporate – Guarapu – Cabo de Santo Agostinho/PE – CEP: 54.518-430

Cabrobó

O Município

A Lei Provincial n. 345, de 13 de maio de 1854, elevou a povoação de Cabrobó à condição de Vila, a qual foi desmembrada de Santa Maria da Boa Vista. A instalação ocorreu em 18 de novembro do mesmo ano.

A Lei Estadual n. 597, de 7 de maio de 1903, retirou a autonomia administrativa e judiciária da Cidade, deixando-a na condição de Distrito de Belém, atualmente denominado Belém do São Francisco. A Lei n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, elevou novamente Cabrobó à condição de Município.

A Comarca

A Comarca de Cabrobó foi criada pela Lei Provincial n. 520, de 13 de maio de 1862, tendo como primeiro Juiz de Direito Leocádio de Andrade Pessoa.

A sede foi transferida para Salgueiro, através da Lei Provisória n. 580, de 30 de abril de 1864.

O Município de Cabrobó passou a ser Termo Judiciário da Comarca de Floresta pela Lei Estadual n. 924, de 9 de junho de 1908. Somente em 20 de março de 1940, através do Decreto n. 472, foi

restaurada a Comarca de Cabrobó, sendo reinstalada em 28 de junho de 1940, pelo Magistrado Renato Dorneles Câmara.

Cabrobó é Comarca de 1ª entrância, tendo sido criada a sua 2ª Vara nos termos do Ato n. 867/2017 e instalada em 26 de setembro de 2017. O antigo fórum, inaugurado em dezembro de 2001, na gestão do então Presidente Nildo Nery dos Santos, foi substituído por um novo edifício inaugurado em 26 de setembro de 2017, na presidência do Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo.

O Ministério Público tem sede própria em Cabrobó. A OAB e a Justiça Eleitoral funcionam nas instalações do fórum.

Justiça Eleitoral

Cabrobó é sede da 77ª Zona Eleitoral, com 61 seções e 4.941 eleitores, tendo como Juíza Eleitoral Thaís de Prá.

Juízes que atuaram na Comarca

1862 – Leocádio de Andrade Pessoa
1940 – Renato Dorneles Câmara
1943 – Noé Pires de Carvalho
1946 – Gabriel Wanderley Prazeres
1948 – Geraldo Magela Dantas Campos
1951 – José Albino de Aguiar
1955 – Carlos Cavalcante da Mata
1957 – Francisco de Sá Sampaio
1962 – José Alves Vieira Maciel
1962 – Antônio Tertuliano D'Almeida Lins
1963 – José Luiz Ramos Wanderley
1964 – Wolney Coêlho Mororó

1966 – Luiz Gonzaga Cavalcante Padilha
1966 – Ítalo José Miranda Fonseca
1967 – Ulisses Lustosa Sobrinho
1968 – Arlindo de Barros Correia
1969 – Adalberto Pereira Lopes
1973 – Pedro Fernandes de Oliveira
1975 – Emanuel Santos Júnior
1976 – Josias Horácio da Silva
1977 – José de Alencar Dias da Costa
1978 – José de Agripino e Silva
1978 – José Rabelo Araujo Pimenta
1980 – Alexandre Gadelha Malta de Moura
1981 – Antonio Medeiros de Souza
1982 – Waldemir Pinheiro Banja
1984 – Milton José Neves
1985 – Agnaldo Esteves da Silveira Filho
1988 – Roberto da Silva Maia
1989 – Délio Lustosa Cantarelli
1989 – Antônio Carlos Alves da Silva
1990 – Ruy Trezena Patu Júnior
1990 – Jorge Luiz dos Santos Henriques
1990 – Francisco Jorge de Figueiredo Alves
1992 – Ricardo Pessoa dos Santos
1992 – Luiz Cavalcanti Filho
1992 – Eliane Ferraz Guimarães Novaes
1994 – Roberto Carneiro Pedrosa
1995 – Carlos Humberto Inojosa Galindo
1995 – Paulo José Dias Carneiro
1995 – Francisco Josafá Moreira

1997 – Heraldo José dos Santos
1997 – Romão Ulisses Sampaio
1998 – Dilza Christine Lundgren de Barros
1998 – Edilson Rodrigues Moura
1998 – Ailton Alfredo de Souza
2000 – Maria Segunda Gomes de Lima
2003 – José Roberto Alves de Sena
2003 – Valdecy José Gusmão da Silva Júnior
2004 – Artur Teixeira de Carvalho Neto
2005 – Fábio Vinícius de Lima Andrade
2006 – Marcus César Sarmento Gadelha
2015 – Thiego Dias Marinho
2016 – Flávio Krok Franco
2016 – Pablo de Oliveira Santos
2017 – Neider Moreira Reis Júnior
2017 – Patrick de Melo Gariolli
2018 – Daladiê Duarte Souza
2018 – Thiago Felipe Sampaio
2018 – Frederico Ataíde Barbosa Damato
2019 – **Ticiana Rafael Xenofonte Peixoto de Oliveira (atual – 1ª Vara)**
2020 – **Thaís de Prá (atual – 2ª Vara)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 325 m de altitude, distando 531 km da capital, com 1.658 km² de área, onde vive uma população de aproximadamente 34.221 habitantes. O Município é constituído do Distrito Sede e dos Povoados Aldeia Indígena Nossa Senhora da Assunção,

Aldeia Indígena Truca I e Aldeia Indígena Truca II. Está situado na Mesorregião do São Francisco pernambucano e Microrregião de Petrolina.

Filho ilustre na magistratura

O Magistrado Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior nasceu em Cabrobó.

Feriados oficiais locais

11 de setembro – Data da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Doutor Antônio de Novaes Mello e Avellins

Rua Vereador João Gonçalves dos Santos, s/n – Centro – Cabrobó/PE – CEP: 56.180-000

Cachoeirinha

O Município

O Distrito de Cachoeirinha foi criado em 12 de maio de 1874 e passou a pertencer a São Bento do Una através do Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943.

Depois, transformou-se em município por meio da Lei Estadual n. 3.309, de 17 de dezembro de 1958, quando se desmembrou de São Bento do Una e elevou-se a Cidade.

A instalação da sede do Município ocorreu em 1º de março de 1962.

A Comarca

A Comarca de Cachoeirinha iniciou-se com a Lei Estadual n. 4.386, de 18 de abril de 1962, tendo como Juiz Instalador Ivan Malta Gatto, e foi extinta pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, passando a Termo de São Caitano. Posteriormente, foi restaurada através da Lei Estadual n. 7.503, de 18 de novembro de 1977, tendo como Juiz Instalador Antônio Oliveira da Silva.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Cachoeirinha, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de São Caitano.

Justiça Eleitoral

Cachoeirinha integra a 44ª Zona Eleitoral e conta com 39 seções, 15.554 eleitores, e o juiz atual é Thiago Pacheco Cavalcanti.

Juízes que atuaram na Comarca

1962 – Ivan Malta Gatto
1964 – Senyr Jatahy Sampayo
1965 – Hermínio Áureo de Queiroz
1968 – Luiz Gonzaga Cavalcante Padilha
1969 – José Antônio Amorim
1977 – Antônio Oliveira da Silva
1978 – Luiz Carlos da Cunha Mariz
1983 – Luiz Carlos de Barros Figueiredo
1985 – Evanderli Felix da Costa
1986 – Francisco Manoel Tenório dos Santos
1988 – José Viana Ulisses Filho
1989 – André Rui de Andrade Albuquerque
1989 – Cleodon Eleno dos Santos
1994 – Rinaldo Adilson de Souza
1994 – Sílvio Romero Beltrão
1995 – Edson José Gonçalves Cavalcanti
1997 – Antônio de Vasconcelos Silva
1998 – Adilson Agrícola Nunes
2003 – Hailton Gonçalves da Silva
2007 – Lauro Pedro dos Santos Neto
2009 – Gleydson Gleber Bento Alves de Lima Pinheiro
2010 – Júlio Olney Tenório Godoy

2011 – Maria Magdala Sette de Barros
2012 – Hildemar Macedo de Morais
2013 – Fabíola Michele Muniz Mendes Freire de Moura
2013 – Ângela Mesquita de Borba Maranhão
2013 – José Adelmo Barbosa da Costa Pereira
2014 – Jefferson Félix de Melo
2014 – Silvia Virgínia Figueredo de Amorim Batista
2015 – Moacir Ribeiro da Silva Júnior
2015 – Ana Roberta Souza Maciel de Lira Freitas
2016 – José Tadeu dos Passos e Silva
2017 – Flávio Krok Franco
2017 – Naiana Lima Cunha
2018 – Lorena Junqueira Victorasso
2018 – Paulo Alves de Lima
2018 – Vanilson Guimarães de Santana Júnior
2019 – Juliana Rodrigues Barbosa
2019 – **Thiago Pacheco Cavalcanti (atual)**

Informações geográficas

O Município de Cachoeirinha está a 536 m de altitude, distante 169 km da capital, com superfície de 179 km², e uma população de 20.380 habitantes. Situa-se na Mesorregião do Agreste pernambucano, Microrregião do Vale do Ipojuca, constituindo-se dos Distritos Sede (Cachoeirinha) e Cabanas.

Feriados oficiais locais

13 de junho – Dia do Padroeiro Santo Antônio
24 de junho – Dia de São João

29 de junho – Dia de São Pedro
17 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Francisco Leite Martins

Rua Diva Valença de Melo, n. 118 – Centro – Cachoeirinha/PE – CEP: 55.380-000

Caetés

O Município

Primitivamente conhecido como São Caetano, era distrito de Garanhuns. Passou a denominar-se Caetés pelo Decreto-Lei n. 92, de 31 de março de 1938.

A Lei Estadual n. 4.987, de 20 de dezembro de 1963, criou o Município de Caetés, desmembrado do Município de Garanhuns. A instalação se deu em 16 de agosto de 1964.

A Comarca

Anteriormente termo de Capoeiras, a Comarca de Caetés foi criada pela Lei n. 10.391, de 18 de novembro de 1989.

A Comarca foi inaugurada em 23 de janeiro de 2006, na gestão do Presidente José Antônio Macêdo Malta, tendo como Juiz Instalador Augusto Napoleão Sampaio Angelim.

Em 24 de março de 2011, na gestão do Desembargador José Fernandes de Lemos, foi inaugurado o atual fórum da Comarca.

A Defensoria Pública e o Ministério Público funcionam no Fórum.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Capoeiras passa a ser agregada à Comarca de Caetés.

Justiça Eleitoral

Caetés é Termo da 130ª Zona Eleitoral (Capoeiras), com 51 seções e 19.700 eleitores, tendo como Juíza Eleitoral Priscila Maria de Sá Torres Brandão.

Juízes que atuaram na Comarca

2006 – Milena Flores Ferraz Cintra
2006 – Augusto Napoleão Sampaio Angelim
2006 – Andrian de Lucena Galindo
2009 – Pollyanna Maria Barbosa Pirauá Cotrim
2014 – Izabela Miranda Carvalhais de Barros Vieira
2017 – **Priscila Maria de Sá Torres Brandão (atual)**
2018 – Fernando Jefferson Cardoso Rapette

Informações geográficas

A Cidade fica a 849 m de altitude, distando 249 km da capital, onde vive uma população de 28.904 habitantes. Situa-se na Mesorregião do Agreste pernambucano, na Microrregião de Garanhuns, e tem Ponto Alegre como povoado.

Feriados oficiais locais

8 de agosto – Dia do Padroeiro São Caetano
13 de setembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Tabelião Luiz Quirino dos Santos

Rua Melquíades Borrego, s/n – Centro – Caetés/PE – CEP: 55.360-000

Calçado

O Município

Em 1885, o Povoado de Calçado se transformou em Vila e passou a integrar o Município de Canhotinho.

A Lei Estadual n. 4.948, de 20 de dezembro de 1963, elevou o Distrito de Calçado à condição de município autônomo e deu à antiga Vila a categoria de Cidade. A instalação do Município ocorreu em 22 de fevereiro de 1964.

A Comarca

A Comarca de Calçado, que antes era termo de Altinho, foi criada pela Lei n. 9.967, de 18 de dezembro de 1986. A Lei n. 10.391, de 18 de dezembro de 1989, no seu art. 1º, também trata da criação da Comarca, classificando-a de 1ª entrância.

A instalação da Comarca ocorreu em 2 de novembro de 1994, tendo como Juíza Instaladora Maria Betânia Beltrão Gondim.

Em dezembro de 1998, a Comarca foi desinstalada conforme o Ato n. 2.089, do Presidente do Tribunal de Justiça Etério Ramos Galvão Filho, sendo anexada à Comarca de São João, e novamente instalada em 16 de janeiro de 2002, tendo como Juiz Reinstalador Marcus Vinícius Barbosa de Alencar Luz.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Calçado, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Lajedo.

Justiça Eleitoral

Calçado é Termo Eleitoral de Lajedo, sede da 94ª Zona Eleitoral. Conta com 22 seções e 7.065 eleitores. Tem como Juiz Eleitoral atual Paulo Ricardo Cassaro dos Santos.

Juízes que atuaram na Comarca

1994 – Maria Betânia Beltrão Gondim
1995 – Julio Cezar Santos da Silva
1998 – Helenita Ramos Silva
2002 – Marcus Vinícius Barbosa de Alencar Luz
2003 – Ana Cláudia Brandão de Barros Correia
2003 – Luciana Josué Raposo
2003 – Valéria Maria Santos Máximo
2009 – Jacira Maria Lucena da Rocha
2012 – Cristiano Henrique de Freitas Araujo
2013 – Hauler dos Santos Fonsêca
2014 – Rommel da Silva Patriota
2014 – Thiago Fernandes Cintra
2016 – Alyne Dionísio Barbosa Padilha
2017 – Francisco Milton Araújo Júnior
2018 – Rafael Sampaio Leite
2019 – André Simões Nunes
2020 – **Paulo Ricardo Cassaro dos Santos (atual)**

Informações geográficas

O Município está situado a 643 m de altitude, distando 200 km da capital, com uma área de 121 km² e população de 11.053 habitantes. Localiza-se na Mesorregião do Agreste pernambucano e Microrregião de Garanhuns. Constitui-se apenas do Distrito-Sede e dos Povoados Santa Rita e Riacho Dantas.

Feriados oficiais locais

1º de janeiro – Dia da Emancipação Política
11 de fevereiro – Dia da Padroeira Nossa Senhora de Lourdes

Fórum da Comarca de Calçado

Avenida Cândido Alexandre, n. 126 – Centro – Calçado/PE – CEP: 55.375-000

Camaragibe

O Município

O engenheiro Carlos Alberto de Menezes fundou uma vila operária com cerca de 50 moradias, que, através da Lei Municipal n. 21, de 5 de março de 1908, tornou-se distrito subordinado ao Município de São Lourenço da Mata. O distrito foi desmembrado e elevado à categoria de município pela Lei Estadual n. 4.988, de 20 de dezembro de 1963, e, através de acórdão do Tribunal de Justiça no Mandado de Segurança n. 59.906, de 6 de julho de 1964, o Município foi extinto, voltando o seu território a integrar o do Município de São Lourenço da Mata.

A Lei Estadual n. 8.951, de 14 de maio de 1982, elevou Camaragibe, mais uma vez, à categoria de Município. A sua instalação ocorreu em 31 de janeiro de 1983.

A Comarca

A Comarca de Camaragibe foi criada pela Lei Estadual n. 9.967, de 18 de dezembro de 1986, instalada em 29 de setembro de 1990, sendo Juiz Instalador Fernando Rodrigues Beltrão.

É classificada como de 2ª entrância.

A 2ª Vara Criminal foi criada pela Lei Complementar n. 163, de 17 de dezembro de 2010, e instalada em 16 de fevereiro de 2012,

data em que foram inauguradas as novas instalações do fórum. A Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher foi instalada em 8 de março de 2013 e criada pela Lei Complementar n. 100/2007, alterada pela Lei Complementar n. 143, de 18 de setembro de 2009, tendo passado de Juizado para Vara, através da Lei Complementar n. 209, de 1º de outubro de 2012. Em 16 de janeiro de 2018, foi instalado o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC).

O Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, o Ministério Público e a Justiça Eleitoral funcionam em prédios próprios. A Defensoria Pública e a OAB funcionam no fórum.

Justiça Eleitoral

Camaragibe é sede das 127ª e 138ª Zonas Eleitorais, que possuem 167 e 156 seções, e 65.915 e 48.479 eleitores cadastrados, respectivamente. As Juízas Eleitorais responsáveis são Maria do Carmo da Costa Soares (138ª ZE) e Ana Marques Veras (127ª ZE).

Juízes que atuaram na Comarca

1990 – Fernando Rodrigues Beltrão
1990 – Frederico Guilherme Rodrigues de Lima
1990 – Délio Lustosa Cantarelli
1991 – Edson Costa Coelho
1991 – Évio Marques da Silva
1991 – Márcio Fernando de Aguiar Silva
1991 – Waldério Siqueira de Vasconcelos
1991 – Nilson Guerra Nery
1991 – André Rui de Andrade Albuquerque

1991 – Marcelo Russel Wanderley
1991 – Carlos Alberto Berriel Peçanha
1991 – Heriberto Carvalho Galvão
1992 – Eliane Ferraz Guimarães Novaes
1994 – André Vicente Pires Rosa
1994 – Robinson José de Albuquerque Lima
1995 – Dário Rodrigues Leite de Oliveira
1995 – Clicério Bezerra e Silva
1995 – Edvaldo José Palmeira
1995 – Rafael José de Menezes
1995 – Andréa Epaminondas Tenório de Brito
1996 – Evanildo Coelho de Araújo Filho
1996 – Carlos Humberto Inojosa Galindo
1997 – Ana Paula Pinheiro Bandeira de Oliveira Duarte
1998 – Edson José Gonçalves Cavalcanti
1998 – Maria do Perpétuo Socorro de Britto Alves Vasconcelos
1999 – Maria da Conceição Siqueira e Silva
2000 – Nildo Nery dos Santos Filho
2002 – Ana Paula Costa de Almeida
2003 – Roberta Viana Jardim
2004 – Luis Correia da Silva
2004 – Luciene Robéria Pontes de Lima
2005 – Julio Cezar Santos da Silva
2006 – Ana Cláudia Brandão de Barros Correia Ferraz
2008 – Gerson Barbosa da Silva Júnior
2012 – Roberta Vasconcelos Franco Rafael Nogueira
2012 – Jacira Jardim de Souza Meneses
2013 – Marília Falcone Gomes Lócio
2013 – Maria do Carmo da Costa Soares

2015 – Anna Regina Lemos Robalinho de Barros
2019 – Ana Marques Veras

Organização Judiciária atual

1ª Vara Cível – Maria do Carmo da Costa Soares e Gerson Barbosa da Silva Júnior (auxiliar)
2ª Vara Cível – Anna Regina Lemos Robalinho de Barros
3ª Vara Cível – Jacira Jardim de Souza Meneses
1ª Vara Criminal – Marília Falcone Gomes Lócio
2ª Vara Criminal e Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Ana Marques Veras
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Luciene Robéria Pontes de Lima
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Gerson Barbosa da Silva Júnior

Informações geográficas

A Cidade dista da capital 15 km, com superfície de 51 km², onde vive uma população de 158.899 habitantes, contando apenas com o Distrito-Sede. Situa-se na Microrregião do Recife, da Mesorregião Metropolitana.

Feriados oficiais locais

10 de junho – Dia do Padroeiro Sagrado Coração de Jesus
24 de junho – Dia de São João
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição

Fórum Desembargador Agenor Ferreira de Lima

Avenida Doutor Belmino Correia, n. 144 – Centro – Camaragibe/PE – CEP: 54.768-902

Camocim de São Félix

O Município

O Distrito de Camocim foi criado pela Lei Municipal n. 2, de 20 de abril de 1893, subordinado a Bezerros. O Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, alterou o seu topônimo para Camocituba.

A Lei Estadual n. 1.818, de 29 de dezembro de 1953, criou o Município de Camocim de São Félix, desmembrando seu território do Município de Bezerros. A instalação ocorreu em 15 de julho de 1954.

A Comarca

A Comarca de Camocim de São Félix foi criada pela Lei Estadual n. 1.818, de 29 de dezembro de 1953, e instalada em 1954. Foi extinta pelo Decreto-Lei n. 61 de 1969, quando passou a Termo Judiciário de Bezerros, depois restaurada pela Lei Estadual n. 8.879, de 7 de dezembro de 1981 e reinstalada em 20 de janeiro de 1990, tendo como Juízes Instaladores Flávio Pessoa Souto Maior e Joaquim Pereira Lafayette Neto.

No fórum atual, também funcionam a Defensoria Pública, o Ministério Público e a OAB. A Justiça Eleitoral tem sede própria.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Sairé passa a ser agregada à Comarca de Camocim de São Félix.

Justiça Eleitoral

Camocim de São Félix é sede da 132ª Zona Eleitoral, que conta com 14.395 eleitores e 41 seções. Tem Sairé e São Joaquim do Monte como Termos, e o Juiz Eleitoral atual é Clélio Farias Guerra.

Juízes que atuaram na Comarca

1954 – Enock Gomes de Almeida
1956 – Aluizio de Melo Xavier
1963 – Seny Jatahy de Sampayo
1964 – Lamartine de Holanda Cavalcanti
1968 – Gilberto da Silva
1973 – Maurício Lins Galvão
1986 – Luiz Fernando Lapenda Figueiroa
1989 – Antônio Floriano da Silva Filho
1990 – Flávio Pessoa Souto Maior
1990 – Joaquim Pereira Lafayette Neto
1990 – José Rabelo de Araújo Pimenta
1992 – Jeanine de Almeida Sodré da Mota
1992 – Flávio Augusto Fontes de Lima
1992 – Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas
1993 – José Roberto de Oliveira
1994 – Jorge Luiz dos Santos Henriques
1994 – Maria Auri Alexandre Ribeiro
1994 – Fernanda Moura de Carvalho

1995 – Paulo Roberto de Souza Leão
1995 – Robson José de Albuquerque Lima
1996 – Maria Eliane Cabral Campos
1996 – José Romero Maciel de Aquino
1997 – Teodomiro Noronha Cardoso
1997 – Adriano Mariano de Oliveira
1997 – Severino Coutinho da Silva
1999 – Elson Zoppellaro Machado
2003 – **Clélio Farias Guerra (atual)**
2003 – Valéria Maria de Lima Melo Estima
2005 – Laura Amélia Moreira Brennand Simões
2005 – Fábio Melo de Onofre Araújo
2014 – Renata da Costa Lima Caldas Machado
2014 – Paulo Alves de Lima
2015 – Ana Paula Viana Silva de Freitas
2017 – Paulo Rodrigo de Oliveira Maia

Informações geográficas

Camocim de São Félix está a 691 m de altitude, distando 121 km da capital pernambucana, com uma área de 71 km² e 18.900 habitantes. Está situada na Microrregião do Brejo e na Mesorregião do Agreste pernambucano.

Filho ilustre na magistratura

Nasceu em Camocim de São Félix a Juíza de Direito Priscila Vasconcelos Areal Cabral Farias Patriota, que atua na Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru.

Feriados oficiais locais

Primeira segunda-feira após o Dia do Padroeiro São Félix (18 de maio)
24 de junho – Dia de São João
29 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Doutor José Artur de Lima

Rua Manoel Serafim dos Santos, n. 44 – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55.665-000

Canhotinho

O Município

O Distrito de Canhotinho foi criado pela Lei Provincial n. 1.706, de 1° de julho de 1882. Por Decreto de 28 de junho de 1890 do Governador da Província Barão de Lucena, foi elevado à categoria de Vila, ocasião em que foi desmembrado de São Bento do Una.

Em 23 de janeiro de 1893, constituiu-se município autônomo, elevado à condição de Cidade por força da Lei Estadual n. 607, de 14 de maio de 1903.

A Comarca

O Decreto Provincial n. 21, de 2 de outubro de 1890, criou a Comarca de Canhotinho, tendo como Juiz Instalador Álvaro Barbalho de Uchoa Cavalcanti.

A Comarca foi extinta em 1904, passando a termo judiciário de São Bento e, em 1914, tornou-se Termo de Garanhuns. Foi restaurada pela Lei Estadual n. 1.316, de 10 junho de 1916.

Em outubro de 2018, um novo fórum foi inaugurado para a Comarca de Canhotinho.

A Comarca integra a 1ª entrância e possui vara única. A Defensoria Pública, o Ministério Público e a OAB funcionam nas instalações do fórum.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Angelim passa a ser agregada à Comarca de Canhotinho.

Justiça Eleitoral

Canhotinho integra a 116ª Zona Eleitoral, possui 60 seções e conta com 16.409 eleitores cadastrados. Atualmente, tem como Juiz Eleitoral Andrian de Lucena Galindo.

Juízes que atuaram na Comarca

1890 – Álvaro Uchoa Cavalcanti
1890 – José Teixeira de Sá
1892 – Manoel Maria Tavares da Silva
1894 – Eduardo José Alves de Melo
1897 – Pedro Agripino de Alcântara
1904 – Antônio Cezário Cardozo Ayres
1906 – Francisco R. de Lima Borges
1908 – Manoel Vidal dos Santos
1914 – Alferes José Pereira Leite
1914 – Octávio Augusto Furtado de Mendonça
1915 – Liberalino de Almeida
1920 – Caetano Vidal dos Santos
1920 – Roderick Villarin de Vasconcellos Galvão
1922 – José Baptista de Almeida
1925 – Antônio de Barros da Silva Pinto
1930 – Severino Aleixo
1930 – Luiz Duarte de Alencar
1931 – Severino Alves Leite

1931 – Miguel Domingos dos Santos Júnior
1932 – Affonso de Miranda Leal
1932 – Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley
1936 – Ascendino Cândido das Neves Filho
1937 – Felismino Guedes
1940 – José Ferreira Leite
1941 – Aprígio Gomes de Melo Cavalcanti
1951 – Gabriel Soares Quintas
1956 – João Batista Neto
1957 – Synval Montezuma Lins
1960 – Otílio Neiva Coêlho
1960 – Manoel José de Carvalho Coimbra
1961 – Onofre de Barros
1963 – Benedito Sitônio
1967 – Rilton Rodrigues da Silva
1978 – Arlindo de Barros Correia
1982 – Solon Otávio de França
1983 – Marcelo Márcio Cardozo Fernandes
1984 – Antônio Medeiros de Souza
1988 – Eudes dos Prazeres França
1989 – Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
1989 – Severino Tenório Pinto
1991 – Benjamim Rodrigues da Silva
1992 – Francisco Queiroz
1994 – Silvânia Esperia da Silva
1994 – Nalva Cristina Barbosa Campello
1995 – José Marcelon Luiz e Silva
1995 – Edson José de Andrade Coutinho
1995 – Paulo Francisco da Costa

1997 – Maria Betânia Duarte Rolim
1998 – André Calmon de Almeida Cezar
1998 – Macyrajara Maria Góis de Arruda
1999 – Marcus Vinícius Barbosa de Alencar Luz
2017 – Rafael Sampaio Leite
2017 – Tatiana Lapa Carneiro Leão
2018 – Fernando Jefferson Cardoso Rapette
2018 – Patrick de Melo Gariolli
2018 – Tatiana Cristina Bezerra Salgado
2018 – **Lucas Cristóvam Pacheco (atual)**

Informações geográficas

Canhotinho dista 205 km do Recife e tem 423 km² de área. Compõem-se dos Distritos Sede, Paquevira e Olho d'Água de Dentro, e do Povoado de Tupi. Sua população conta com, aproximadamente, 24.773 habitantes. Está localizado na Microrregião de Garanhuns e na Mesorregião do Agreste pernambucano.

Feriados oficiais locais

2 de fevereiro – Dia do Padroeiro São Sebastião
2 de outubro – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Doutor Antonio Luiz Lins de Barros

Rua Projetada, Q25 – Loteamento Nova Canhotinho – Canhotinho/PE – CEP: 55.420-000

Capoeiras

O Município

O Distrito Capoeiras foi criado através da Lei Municipal n. 31, de 24 de dezembro de 1901, pertencendo, inicialmente, ao Município de São Bento do Una.

A emancipação do Município ocorreu por meio da Lei Estadual n. 4.998, de 21 de dezembro de 1963, elevando sua sede à categoria de Cidade. Sua instalação aconteceu em 8 de julho de 1964.

A Comarca

A Comarca de Capoeiras foi criada pela Lei n. 8.879, de 7 de dezembro de 1981, e sua instalação se deu em 18 de agosto de 1989, tendo como Juiz Instalador José Machado de Azevedo.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Capoeiras, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Caetés.

Justiça Eleitoral

Capoeiras representa a 130ª Zona Eleitoral, tendo Caetés como Termo, composta de 43 seções, 15.779 eleitores. A Juíza responsável é Priscila Maria de Sá Torres Brandão.

Juízes que atuaram na Comarca

1989 – José Machado de Azevedo
1989 – Eurico de Barros Correia Filho
1990 – Maria Aparecida Dias Costa
1991 – Agnaldo Esteves Silveira Filho
1991 – Francisco de Carvalho Silva Gueiros Filho
1992 – Francisco Jorge de Figueiredo Alves
1992 – Honório Gomes do Rego Filho
1993 – Cristóvão Tenório de Almeida
1994 – Dilza Christine Lundgren de Barros
1995 – Sylvio Paz Galdino de Lima
1998 – Arnaldo Spera Ferreira Junior
2000 – Marcyrajara Maria Góis de Arruda
2003 – Milena Flores Ferraz Cintra
2007 – Pollyanna Maria Barbosa Pirauá Cotrim
2007 – Andrian de Lucena Galindo
2007 – Augusto Napoleão Sampaio Angelim
2013 – Francisco Tojal Dantas Matos
2015 – Izabela Miranda Carvalhais de Barros Vieira
2015 – **Priscila Maria de Sá Torres Brandão (atual)**
2017 – Daniel Silva Paiva
2018 – Márcio Bastos Sá Barretto
2019 – Fernando Jefferson Cardoso Rapette

Informações geográficas

O Município de Capoeiras situa-se a uma altitude de 888 m, distando 250 km da capital. Tem 20.048 habitantes. Localiza-se na Microrregião do Vale do Ipojuca e Mesorregião do Agreste per-

nambucano, com uma área de 336 km², composta do Distrito-Sede e Povoados Maniçoba, Ponto Alegre e Riacho do Meio.

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia do Padroeiro São José
21 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Adalberto Bezerra de Melo

Avenida Aprígio Inácio Cordeiro, s/n – Centro – Capoeiras/ PE – CEP: 55.365-000

Carnaíba

O Município

O Distrito de Carnaíba foi criado com a Lei municipal n. 4, de 29 de julho de 1893. Emancipado pela Lei Estadual n. 1.818, de 29 de dezembro de 1953, que criou o Município de Carnaíba, foi instalado em 4 de maio de 1954.

A Comarca

A Lei Estadual n. 1.818/1953, que criou o Município, também criou a Comarca de Carnaíba, instalada em 4 de junho de 1954 pelo Juiz Instalador Benildes de Souza Ribeiro.

Com o Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, foi extinta a Comarca, passando a ser termo de Afogados da Ingazeira, sendo restaurada conforme o art. 447 da Resolução n. 10, de 28 de dezembro de 1970.

O Juiz de Direito Carlos Gean Alves dos Santos presidiu os trabalhos da segunda desinstalação da Comarca em 1º de março de 1999, dando cumprimento ao Ato n. 158/1999, do Presidente Desembargador Etério Ramos Galvão Filho.

Deu-se a reativação da Comarca em 12 de junho de 2000, pelo Juiz José Francisco Almeida Filho, conforme disposição do Ato n.

658, de 24 de abril de 2000, do Presidente Desembargador Nildo Nery dos Santos.

A Comarca é classificada como de 1ª entrância e possui vara única. O fórum atual foi inaugurado em 23 de março de 2011, na gestão do Desembargador José Fernandes de Lemos. A Defensoria Pública e o Ministério Público funcionam no fórum, e a Justiça Eleitoral tem sede própria.

Justiça Eleitoral

Carnaíba é sede da 98ª Zona Eleitoral, também composta pelo Município de Quixaba. Conta com 72 seções, 21.087 eleitores alistados, e tem como Juiz Eleitoral Bruno Querino Olímpio.

Juízes que atuaram na Comarca

1954 – Benildes de Souza Ribeiro
1955 – Rivaldo Ribeiro Duarte
1955 – Ulisses José da Silva
1956 – Sebastião Cabral de Carvalho
1957 – Cláudio Cabral de Melo
1958 – Valdemar Reis da Silva Rêgo
1960 – Manoel Monteiro de Lima
1960 – Severino Ramos Pereira de Lira
1962 – Nilson Carneiro Leão
1962 – Antônio de Barros e Silva
1965 – Manoel da Santa Cruz Valadares
1966 – Manoel Alves da Rocha
1966 – Aristóteles de Siqueira Campos
1969 – Demócrito Ramos Reinaldo

1969 – Ed-Ek Gonçalves Lopes
1974 – Pedro Pedrosa de Oliveira Melo
1978 – Petrúcio Roberto Tobias Granja
1982 – Nivaldo Mulatinho Filho
1984 – Flávio Pessoa de Souto Maior
1985 – Sílvio de Arruda Beltrão
1985 – Francisco de Carvalho Silva Gueiros Filho
1987 – Alcides Déricles Caminha
1987 – Nailton Max de Brito e Silva
1989 – Rinaldo Adilson de Souza
1990 – Jeanine de Almeida Sodré da Mota
1991 – Mauro Alencar de Barros
1991 – José Cauby Arraes Bandeira
1992 – André Vicente Pires Rosa
1992 – Antônio Carlos dos Santos
1993 – João Maurício Guedes Alcoforado
1994 – Marcos Antônio Nery de Azevedo
1994 – Isaías Andrade Lins Neto
1994 – Marinês Marques Viana
1995 – Severino Bezerra do Nascimento
1997 – Alberto Flávio Barros Patriota
1998 – Draulternani Melo Pantaleão
1999 – Carlos Gean Alves dos Santos
2000 – José Francisco Almeida Filho
2000 – Orleide Rosélia Nascimento Silva
2003 – José Carvalho de Aragão Neto
2005 – Enrico Duarte da Costa Oliveira
2005 – Rúbia Celeste Cabral Pereira Tavares de Melo
2006 – Fabíola Michele Muniz Mendes Freire de Moura

2007 – Luciana Marinho Pereira de Carvalho
2009 – Ana Marques Veras
2009 – Daniela Rocha Gomes
2011 – Maria da Conceição Godoi Bertholini
2012 – Fábio Vinícius de Lima Andrade
2013 – Clenia Pereira de Medeiros
2015 – Hildeberto Junior da Rocha Silvestre
2017 – André Simões Nunes
2018 – Pablo de Oliveira Santos
2018 – Rodrigo Barros Tomaz do Nascimento
2019 – **Bruno Querino Olímpio (atual)**

Informações geográficas

Carnaíba está localizada a 485 m de altitude, dista 401 km do Recife, possui 437 km² de área e população de 19.551 habitantes. Situa-se na Mesorregião do Sertão pernambucano e na Microrregião do Pajeú. É dividida administrativamente em dois Distritos: Sede e Ibitiranga.

Feriados oficiais locais

13 de junho – Dia do Padroeiro da Paróquia Santo Antônio
4 de agosto – Dia do Padroeiro São João Maria Vianney
30 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Antônio de Souza Dantas

Rua José Fernandes de Andrade, s/n, Bairro Zé Dantas – Carnaíba-PE – CEP: 56.820-000

Termo Judiciário

QUIXABA

O Município de Quixaba foi criado pela Lei n. 10.618, de 1º de outubro de 1991. A sede do Município está situada a 625 m de altitude, distando 416 km do Recife. Possui 210 km² de área territorial e sua população conta com 6.805 habitantes. Localiza-se na Mesorregião do Sertão pernambucano e na Microrregião do Pajeú.

O Município de Quixaba integra a 98ª Zona Eleitoral, com sede em Carnaíba, com 18 seções e 5.948 eleitores cadastrados.

Carpina

O Município

O distrito foi criado com a denominação de Florestas dos Leões pela Lei Municipal n. 12, de 15 de dezembro de 1901, subordinado ao Município de Paudalho.

Elevado à categoria de Cidade e sede municipal com a denominação de Floresta dos Leões pela Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, foi instalado em 1° de janeiro de 1929. O Decreto-Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938, alterou para Carpina o nome do Município.

A Comarca

O Decreto-Lei n. 305, de 13 de maio de 1934, criou a Comarca de Carpina, sendo instalada naquele mesmo ano pelo Juiz Instalador João Cabral de Melo Filho. O Decreto-Lei n. 952, de 13 de dezembro de 1943, extinguiu a Comarca, que foi restaurada pelo Decreto-Lei n. 1.116, de 14 de dezembro de 1945, tendo como Juiz Reinstalador Júlio José Bezerra.

Foi instalada a 2ª Vara da Comarca de Carpina em 26 de dezembro de 1992, e a Vara da Assistência Judiciária foi instalada em 19 de janeiro de 1994.

A Comarca é classificada como de 2ª entrância e possui três varas cíveis e uma criminal, esta criada pela Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007, e instalada em 28 de agosto de 2013. O fórum da Comarca foi inaugurado em 1° de novembro de 2007.

A Defensoria Pública, o Ministério Público e a Justiça Eleitoral têm sedes próprias. Na Comarca há, também, sede da Justiça do Trabalho e Subseccional da OAB-PE.

Justiça Eleitoral

Carpina é sede da 20ª Zona Eleitoral, também composta pelo Município de Lagoa do Carro. Conta com 163 seções, 53.138 eleitores alistados, e tem como Juíza Eleitoral Mariana Vieira Sarmento.

Juízes que atuaram na Comarca

1934 – João Cabral de Melo Filho
1934 – Joaquim Pedro Campelo de Souza
1936 – Diógenes Ferreira Cavalcanti
1936 – José Demétrio de Paula Mendes
1940 – Severino Correia de Araújo
1940 – Sócrates Gonçalves de Medeiros
1942 – Agrício Gonçalves da Silva Brazil
1945 – Júlio José Bezerra
1954 – Artur Santa Cruz Oliveira Filho
1954 – Artur Alves de Albuquerque
1957 – Rubem Benvindo Ferreira Costa
1957 – Raul Costa Farias
1962 – Salustiano Cavalcanti de Albuquerque

1965 – Clodoaldo Peixoto de Oliveira
1965 – Benildes de Souza Ribeiro
1966 – Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho
1966 – Manoel da Santa Cruz Valadares
1969 – Valdir Barbosa
1970 – Jonas de Aquino Lucena
1974 – Josué Custódio de Albuquerque
1981 – Joaquim Rodrigues de Castro
1981 – Francisco Eudes Ramos de Araújo Lima
1982 – Rivadávia Brayner de Melo Rangel
1985 – Marcelo Márcio Cardoso Fernandes
1986 – Luiz Carlos de Barros Figueiredo
1986 – José Roberto Lagranha Távora
1987 – Marcos Antônio Tavares de Albuquerque
1987 – José Valdmir de Oliveira Chaves
1992 – José Viana Ulisses Filho
1992 – Emiliano Eustáquio da Silva
1993 – Humberto Costa Vasconcelos Júnior
1994 – Demócrito Ramos Reinaldo Filho
1995 – Marupiraja Ramos Ribas
1995 – Maria Auri Alexandre Ribeiro
1998 – Eliane Ferraz Guimarães Novaes
1998 – Karina Pinheiro D'Almeida Lins
1998 – José Raimundo dos Santos Costa
2002 – José Marcelon Luiz e Silva
2004 – Maria do Carmo de Morais Melo
2006 – Stella Maria Mendes Gomes de Sá Leitão
2007 – Orleide Rosélia Nascimento Silva
2013 – Júlio Olney Tenório de Godoy

2013 – Renato Vasconcelos Maia
2015 – **Marcelo Marques Cabral (atual – 2ª Vara Cível)**
2016 – **Rildo Vieira da Silva (atual – 1ª Vara Cível)**
2017 – Felipe José Dias Martins da Rosa e Silva
2017 – **Mariana Vieira Sarmento (atual – 3ª Vara Cível)**
2019 – **André Rafael Batista de Paula Elihimas (atual – Vara Criminal)**

Informações geográficas

Carpina está localizada na Mesorregião da Mata pernambucana, Microrregião da Mata Setentrional de Pernambuco. Situa-se a 184 m de altitude, dista 47 km do Recife, possui 147 km² de área territorial e uma população de 84.395 habitantes.

Feriados oficiais locais

6 de janeiro – Dia da Festa dos Reis
19 de março – Dia do Padroeiro São José
13 de junho – Dia de Santo Antônio
11 de setembro – Dia da Emancipação Política

Filha ilustre na magistratura

A Juíza Marinês Marques Viana nasceu em Carpina.

Fórum Doutor José Gonçalves Guerra

Avenida Presidente Getúlio Vargas, s/n – São José – Carpina/PE – CEP: 55.815-110

Termo Judiciário

Lagoa do Carro

O Município de Lagoa do Carro foi criado pela Lei n. 4.949 em 20 de dezembro de 1963. Em razão do Acórdão proferido em 3 de setembro de 1964, no Mandado de Segurança n. 57.132/TJPE, o Município foi extinto.

A Lei n. 10.619, de 1º de outubro de 1991, eleva à categoria de município o Distrito de Lagoa do Carro, desmembrando o seu território do Município de Carpina. Hoje, a Cidade possui 70 km^2 de área com 18.252 habitantes. Situa-se na Zona da Mata Norte pernambucana. Lagoa do Carro integra a 20ª Zona Eleitoral, que tem sede em Carpina, e conta com 34 seções com 13.561 eleitores inscritos.

Caruaru

O Município

A Freguesia de Caruaru foi elevada a Vila pela Lei Provincial n. 212, de 16 de agosto de 1848, quando teve seu território desmembrado de Bonito. Sua instalação ocorreu em 16 de setembro de 1849.

Tornou-se Cidade por meio da Lei Provincial n. 416, de 18 de maio de 1857, e posteriormente transformou-se em Distrito de Bonito através da Lei Municipal n. 3, de 2 de dezembro de 1892.

Passou a município autônomo em 1º de março de 1893, com base na Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

Em dezembro de 1895, foi inaugurada a estação ferroviária da "Great Western", interligando Caruaru a Recife, o que constituiu importante fator de progresso do Município.

A Comarca

A Lei Provincial n. 720, de 20 de maio de 1867, criou a Comarca de Caruaru, tendo como Juiz Instalador Antônio Buarque Lima.

A lista de antiguidade dos juízes de Pernambuco do ano de 1947, publicada no Diário Oficial de 20 de janeiro de 1948, apresenta Caruaru como sendo Comarca de 3ª entrância, juntamente com Olinda e Recife.

A Lei n. 2.567 de 22 de outubro de 1956, estabelecendo a divisão judiciária do Estado daquela época, também classifica Caruaru na 3ª entrância.

Com a Resolução n. 10 de 30 de dezembro de 1970, que definiu a organização judiciária do Estado, apenas a Comarca do Recife permaneceu na 3ª entrância, retornando à condição de 2ª entrância a Comarca de Caruaru. Até o ano de 1972, Caruaru constou no rol das Comarcas de 3ª entrância, conforme lista de antiguidade dos juízes de Pernambuco, publicada no Diário Oficial de 15 de fevereiro de 1973.

Na gestão do Presidente Cláudio Américo de Miranda, foram instaladas as 4ª e 5ª Varas Cíveis e a 2ª Vara Criminal, conforme a Portaria n. 112, de 26 de novembro de 1987, em que foi designado o Juiz José Carneiro de Farias Souza para presidir o ato.

A Vara da Infância e Juventude e da Família foi criada pela Lei n. 11.376, de 13 de agosto de 1996.

A 3ª Vara Criminal foi instalada em 27 de janeiro de 2006, criada pela Lei Complementar n. 31, de 2 de janeiro de 2001.

Em 2 de abril de 2008, foi instalada a 4ª Vara Criminal. Em 24 de setembro de 2008, a 2ª Vara de Família e Registro Civil e uma Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem foram instaladas. A Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Associação Caruaruense de Ensino Superior (ASCES) foi inaugurada em 2 de outubro de 2009. Em 9 de dezembro de 2009, foi instalada a Central de Cartas de Ordem, Precatória e Rogatória, criada pela Lei Complementar n. 100/2007.

Em 8 de julho de 2011, foi instalada a 3ª Vara Regional de Execução Penal, criada pela Lei Complementar n. 168 de 6 maio de 2011.

Através do Ato n. 34/2014, foi instalada, em 22 de janeiro de 2014, a 2ª Vara da Fazenda Pública, criada pela Lei Complementar n. 100/2007,

Na gestão do Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves, em 5 de dezembro de 2014, o Tribunal de Justiça de Pernambuco descentralizou a ação do 2º Grau do Palácio da Justiça no Recife, criando a Câmara Regional de Caruaru, através da Lei Complementar n. 279 de 12 de maio de 2014. Ainda na mesma gestão, a Central de Agilização Processual de Caruaru passou a funcionar em outubro de 2015.

Em 14 de janeiro de 2016, foi instalada a Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

Em agosto de 2016, o então Presidente Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo inaugurou uma unidade do Programa de Tratamento de Consumidores Superendividados (Proendividados) e, em agosto de 2017, implantou a Diretoria Cível Regional do Agreste, na Comarca de Caruaru.

O Desembargador Adalberto de Oliveira Melo, na sua gestão de 2018/2020, fez o lançamento da pedra fundamental para a construção da nova Câmara Regional de Caruaru.

É Comarca de 2ª entrância. Sua principal sede, denominada Fórum Juiz Demóstenes Batista Veras, inaugurada em 9 de novembro de 2007, além de abrigar as unidades judiciárias, acomoda salas para os advogados, defensores e promotores públicos. Na Comarca há dois Juizados, um cível e um criminal, que funcionam no Fórum João Elísio Florêncio, inaugurado em 29 de janeiro de 2009. A Defensoria Pública Estadual, o Ministério Público e a Subseccional da OAB–PE têm sedes próprias. Caruaru conta com três varas trabalhistas.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Riacho das Almas passa a ser agregada à Comarca de Caruaru.

Justiça Eleitoral

Caruaru possui três Zonas Eleitorais (41ª, 105ª e 106ª), que juntas contabilizam 548 seções, com 225.164 eleitores.

A Justiça Eleitoral funciona em prédio próprio, e os juízes atuais são: Eliziongerber de Freitas (106ª ZE), Francisco Assis de Morais Júnior (105ª ZE) e Marupiraja Ramos Ribas (41ª ZE).

Juízes que atuaram na Comarca

1867 – Antônio Buarque Lima
1869 – José Isidoro dos Santos
1875 – João Francisco Duarte
1876 – Manoel José Gomes Rabello Horta
1878 – Agostinho Carvalho Dias Lima
1888 – Miguel Bernardo Vieira de Amorim
1898 – Silva Brandão
1902 – Arthur da Silva rego
1915 – José Miguel da Motta Junior
1922 – A. Pereira da Silva
1925 – Tertuliano Francisco do Nascimento Feitosa
1931 – José Ulysses Lima
1934 – Oscarlino Tavares de Mello Gouveia
1936 – Agrício Gonçalves da Silva Brazil
1939 – Vicente Azevêdo Regis
1943 – Raimundo Jordão

1944 – Edmundo Jordão de Vasconcelos
1952 – Djaci Alves Falcão
1952 – João Capistrano de Morais e Silva
1953 – Amaro de Lira e César
1953 – José Demétrio de Paula Mendes
1957 – Plácido de Souza
1958 – Cícero Abdolônimo de Arroxelas Galvão
1959 – Adaucto Correia de Araújo
1961 – José Vicente da Silva Tunu
1963 – Francisco de Assis Rosa e Silva Sobrinho
1963 – José Edgar de Vasconcelos Dutra
1964 – Ruben Benvindo Ferreira Costa
1964 – José Chagas de Meira
1966 – Geraldo Correia da Silva
1967 – Francisco de Sá Sampaio
1967 – Antônio Viana de Siqueira
1967 – Onofre de Barros
1969 – Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho
1970 – Aluízio Tenório de Brito
1971 – Wenern Carvalho Mendes Freire
1972 – João Clímaco Neto
1975 – Hélio Barros Siqueira Campos
1975 – José Carneiro de Farias Souza
1975 – Emmanuel Santos Júnior
1980 – Demóstenes Batista Veras
1984 – José Saraiva de Macedo
1987 – Lenivaldo Izídio de Sena
1987 – Solon Otávio de França
1988 – Fernando Rodrigues Beltrão

1989 – Fausto de Castro Campos
1989 – Cladisson Ferreira Pinto
1989 – Guilherme Aristóteles Uchoa Cavalcanti
1991 – Luciano de Castro Campos
1992 – Maria de Fátima Guimarães Leite de Almeida
1992 – Felipe Augusto Gemir Guimarães
1994 – Plácido de Souza
1994 – Antônio Carlos Alves da Silva
1994 – José Maria de Carvalho
1994 – José Rabelo de Araújo Pimenta
1995 – Augusto Napoleão Sampaio Angelim
1995 – José Roberto de Oliveira
1995 – Saulo Fabianne de Melo Ferreira
1995 – Joaquim Francisco Barbosa
1995 – Sérgio Azevedo de Oliveira
1996 – Sônia Maria Pereira Guerra
1997 – Adriano Mariano de Oliveira
1997 – João Alberto Magalhães de Siqueira
1997 – Alfredo Hermes Barbosa Aguiar Neto
1997 – Ricardo Pessoa dos Santos
1998 – Marcos Antônio Nery Azevedo
1998 – Brasílio Antônio Guerra
1998 – Ana Maria da Silva
1998 – Ana Paula Lira de Melo
1998 – José Fernando Santos Souza
1999 – Silvia Virgínia Figueiredo de Amorim Batista
1999 – Ane de Sena Lins
2000 – José Adelmo Barbosa da Costa Pereira
2001 – Edinaldo Aureliano de Lacerda

2002 – Marupiraja Ramos Ribas
2002 – Francisco Jorge de Figueiredo Alves
2002 – José Tadeu dos Passos e Silva
2003 – Walmir Ferreira Leite
2003 – Fernando Jorge Ribeiro Raposo
2003 – José Alberto de Barros Freitas Filho
2003 – Damião Severiano de Souza
2004 – Gleydson Gleber Bento Alves de Lima Pinheiro
2005 – Lauro Pedro dos Santos Neto
2005 – Júlio Olney Tenório de Godoy
2006 – Leonardo Romeiro Asfora
2006 – José Arnaldo Vasconcelos da Silva
2006 – Valdereys Ferraz Torres de Oliveira
2006 – Jefferson Félix de Melo
2007 – Patrícia Caiaffo de F. Arroxelas Galvão
2007 – Pierre Souto Maior Coutinho de Amorim
2007 – Helena Cristina Madi de Medeiros
2011 – Severiano de Lemos Antunes Júnior
2011 – Hauler dos Santos Fonsêca
2011 – Gerson Barbosa Da Silva Junior
2012 – Orleide Rosélia Nascimento Silva
2012 – Maria Magdala Sette de Barros
2012 – Raquel Toledo Fernandes Raposo
2012 – Francisco Assis de Morais Junior
2013 – Helenita Ramos Silva
2014 – Elias Soares da Silva
2014 – Priscila Vasconcelos Areal Cabral Farias Patriota
2014 – Eliziongerber de Freitas
2015 – Murilo Borges Koerich

2015 – Rommel Silva Patriota
2015 – Marcelo Marques Cabral
2016 – Ana Paula Viana Silva de Freitas
2016 – Hildemar Macedo de Morais
2016 – Marcos Antônio Tenório
2016 – Alfredo Bandeira de Medeiros Júnior
2016 – André Simões Nunes
2016 – Augusto Rachid Reis Bittencourt Silva
2016 – Daniel Silva Paiva
2016 – Diniz Cláudio de Miranda Cavalcanti
2016 – Emiliano César Costa Galvão de França
2016 – João Eduardo Ventura Bernardo
2016 – Gabriel Araújo Pimentel
2016 – Leonardo Batista Peixoto
2016 – Juliana Rodrigues Barbosa
2016 – Mariana Zenaide Teófilo Gadelha
2016 – Rafael Sampaio Leite
2016 – Raphael Calixto Brasil
2016 – Sheila Cristina Torres Santos Moreira
2016 – Vanilson Guimarães de Santana Júnior
2017 – Vivian Maia Canen
2017 – Tayná Lima Prado
2017 – Rodrigo Barros Tomaz do Nascimento
2017 – Thiago Felipe Sampaio
2017 – Lucas Cristóvam Pacheco
2017 – Osvaldo Teles Lôbo Junior
2017 – Patrick de Melo Gariolli
2017 – Paulo Ricardo Cassaro dos Santos
2017 – Ricardo Guimarães Luiz Ennes

2017 – Tatiana Cristina Bezerra Salgado
2017 – Ana Roberta Souza Maciel de Lira Freitas
2017 – Altino Conceição da Silva
2017 – Ana Carolina Santana
2017 – Angélica Chamon Layoun
2017 – Daladiê Duarte Souza
2017 – Carla de Moraes Rego Mandetta
2017 – Carlos Ferreira de Aguiar
2017 – Carolina de Almeida Pontes de Miranda
2017 – Clécio Camêlo de Albuquerque
2017 – Diógenes Lemos Calheiros
2017 – Eugênio Jacinto Oliveira Filho
2017 – Fabíola Michele Muniz Mendes Freire de Moura
2017 – Felipe Arthur Monteiro Leal
2017 – Fernando Jefferson Cardoso Rapette
2017 – Frederico Ataíde Barbosa Damato
2017 – João Paulo Barbosa Lima
2017 – Bruno Jáder Silva Campos
2017 – Bruno Querino Olímpio
2017 – Gustavo Silva Hora
2018 – Isabella Ferraz Barros de Albuquerque
2018 – Rômulo Macedo Bastos
2018 – Eurico Brandão de Barros Correia
2019 – Hildeberto Júnior da Rocha Silvestre
2019 – Augusto Cézar de Sousa Arruda
2019 – Mirella Patrício da Costa Neiva
2019 – Lorena Junqueira Victorasso
2019 – Caio Souza Pitta Lima
2019 – Carlos Henrique Rossi

2019 – Felipe Reis da Silva
2019 – Fernando Cerqueira Marcos
2019 – Filipe Ramos Uaquim
2019 – Ingrid Miranda Leite
2019 – Jorge William Fredi
2019 – João Bosco Gouveia de Melo
2019 – Lecicia Sant'anna da Costa
2019 – Manoel Belmiro Neto
2019 – Marcos José de Oliveira
2019 – Marcus Vinícius Menezes de Souza
2019 – Marina Bandeira Araújo Barbosa Lima
2019 – Reinaldo Paixão Bezerra Júnior
2019 – Rodrigo Almeida Leal
2019 – Thaís de Prá
2019 – Ticiana Rafael Xenofonte Peixoto de Oliveira
2019 – Olívia Zanon Dall'Orto Leão

Organização Judiciária atual

1ª Vara Cível – Ana Roberta S. Maciel de Lira Freitas
2ª Vara Cível Ato e Central de Cartas de Ordem, Precatória e Rogatória – José Tadeu dos Passos e Silva
3ª Vara Cível – Maria Magdala Sette de Barros
4ª Vara Cível – Edinaldo Aureliano de Lacerda
5ª Vara Cível – Elias Soares da Silva
1ª Vara de Família e Registro Civil e Central de Agilização Processual de Caruaru – Augusto Cézar de Sousa Arruda
2ª Vara de Família e Registro Civil – Raquel Toledo Fernandes Raposo

1ª Vara Criminal – Eliziongerber de Freitas
2ª Vara Criminal – Pierre Souto Maior Coutinho de Amorim
3ª Vara Criminal – Ana Paula Viana Silva de Freitas
4ª Vara Criminal – Francisco Assis de Morais Júnior
Vara do Tribunal do Júri – Mirella Patrício da Costa Neiva e Priscila Vasconcelos Areal Cabral Farias Patriota
1ª Vara da Fazenda Pública – Rommel Silva Patriota
2ª Vara da Fazenda Pública – José Adelmo Barbosa da Costa Pereira e Rommel Silva Patriota
Vara Regional da Infância e Juventude – José Fernando Santos de Sousa e Rommel Silva Patriota
3ª Vara Regional de Execução Penal – Lorena Junqueira Victorasso
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Eurico Brandão de Barros Correia
Juizado Especial Criminal e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Marupiraja Ramos Ribas
Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Hildemar Macedo de Morais
Central de Cartas de Ordem, Precatória e Rogatória – José Tadeu dos Passos e Silva
Central de Agilização Processual
Elias Soares da Silva
Marcelo Marques Cabral
Priscila Vasconcelos Areal Cabral Farias Patriota
Rommel Silva Patriota
Marcos Antônio Tenório
Damião Severiano de Sousa
Isabella Ferraz Barros de Albuquerque

Rômulo Macedo Bastos
Augusto Cézar de Sousa Arruda
Hildeberto Júnior da Rocha Silvestre

Informações geográficas

O Município está a 545 m de altitude, com uma área de 920 km². Sua população é de 365.278 habitantes. Dista 140 km da capital. Situa-se na Mesorregião do Agreste pernambucano e Microrregião do Vale do Ipojuca. São seus Distritos: Sede, Carapatós, Gonçalves Ferreira e Lajedo do Cedro.

Filhos ilustres na magistratura

O Desembargador Adalberto de Oliveira Melo, Ex-Presidente do TJPE, e os juízes Gleydson Gleber de Lima Pinheiro, Roberto Jordão de Vasconcelos e Maria Magdala Sette de Barros nasceram em Caruaru.

Feriados oficiais locais

18 de maio – Dia da Emancipação Política
29 de junho – Dia de São Pedro

Fórum Juiz Demóstenes Batista Veras

Avenida José Florêncio Filho, n. 1.285 – Maurício de Nassau – Caruaru/PE – CEP: 55.014-837

Fórum João Elísio Florêncio

Avenida Portugal, n. 1.234 – Bairro Universitário – Caruaru/PE – CEP: 55.016-380

Catende

O Município

Por força da Lei Municipal n. 2, de 28 de novembro de 1892, Catende tornou-se Distrito de Palmares. A Lei Estadual n. 991, de 1° de julho de 1909, elevou Catende à categoria de Vila. Com a Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, foi criado o Município de Catende, desmembrado dos Municípios de Palmares e Bonito, tendo sido instalado em 1° de janeiro de 1929.

A Comarca

A Comarca de Catende foi criada pelo Decreto n. 629, de 17 de junho de 1941, e instalada em 16 de julho do mesmo ano, sendo o Juiz Instalador Edmundo Jordão de Vasconcelos seu primeiro titular.

O Ministério Público e a Assistência Judiciária têm sedes próprias. A OAB funciona no Fórum. É Comarca de 1ª entrância e vara única.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Maraial passa a ser agregada à Comarca de Catende.

Justiça Eleitoral

Pertence a Catende a 43ª Zona Eleitoral, com 24.809 eleitores distribuídos em 73 Seções, estando à sua frente o Juiz Eleitoral Fernando Jefferson Cardoso Rappete.

Juízes que atuaram na Comarca

1941 – Edmundo Jordão de Vasconcelos
1942 – José Feliciano da Silva Porto
1948 – Diógenes Lessa Pereira
1952 – Antonio Joaquim Pereira de Oliveira
1952 – Pedro Martiniano Lins
1953 – Francisco de Assis Rosa e Silva Sobrinho
1955 – Gabriel Felippe do Rego Barros
1960 – Antônio de Oliveira
1960 – José Beltrão de Andrade Lima
1960 – Mário Alves de Souza Melo
1961 – Otílio Neiva Coêlho
1964 – José Maria Florentino de Lima
1965 – Moacyr da Costa Gomes
1977 – Pedro Pedrosa de Oliveira Melo
1982 – Luiz Gonzaga Cavalcanti Padilha
1982 – José Nunes da Costa
1983 – Geraldo Og Nicéas Fernandes
1984 – Leopoldo de Arruda Raposo
1984 – Nilvan Alves Macena
1984 – José Manuel Zeferino Galvão de Melo
1989 – Evaní Estêvão de Barros
1990 – Ricardo de Oliveira Paes Barreto

1992 – Ailton Soares Pereira Lima
1999 – Nildo Nery dos Santos
2000 – Maria do Carmo de Morais Melo
2003 – Adriana Cintra Coêlho
2004 – Adilson Agrícola Nunes
2005 – Aldileide Paes Miranda Galindo
2005 – Pollyanna Maria Barbosa Pirauá Cotrim
2007 – Júlio César Vasconcelos de Almeida
2009 – José Wilson Soares Martins
2015 – Mariana Agostini de Siqueira
2018 – Ricardo Guimarães Luiz Ennes
2019 – Carolina de Almeida Pontes de Miranda
2019 – **Fernando Jefferson Cardoso Rapette (atual)**

Informações geográficas

Numa altitude de 168 m e área territorial de 207 km², com 43.340 habitantes, encontra-se a 142 km da capital do Estado. Localizada na Zona da Mata Sul, mais precisamente na Microrregião da Mata Meridional pernambucana, compõe-se dos Distritos Sede e Laje Grande.

Filhos ilustres na magistratura

São nascidos em Catende o Desembargador Mário Alves de Souza Melo e o Juiz de Direito José Roberto de Oliveira.

Feriados oficiais locais

6 de janeiro – Festa de Santos Reis e Padroeira do Município Santana
11 de setembro – Dia da Emancipação Política
19 de setembro – Dia do Comerciário

Fórum Edmundo Jordão de Vasconcelos

Praça Costa Azevedo, n. 120 – Centro – Catende/PE – CEP: 55.400-000

Chã Grande

O Município

Chã Grande deixou de pertencer a Vitória de Santo Antão e passou a pertencer a Gravatá, quando esta se emancipou de Bezerros, em 1892.

A Lei Estadual n. 4.961, de 20 de dezembro de 1963, desmembrou Chã Grande do Município de Gravatá, elevando-a à categoria de Cidade. A instalação do Município se deu em 15 de março de 1964.

A Comarca

A Comarca de Chã Grande foi criada pela Lei Estadual n. 10.391, de 18 de dezembro de 1989, porém permaneceu como Termo de Gravatá. Apenas foi instalada em 31 de outubro de 1994, através do Ato n. 893, de 14 de outubro de 1994, do então Presidente Desembargador Luiz Belém de Alencar, que designou como Juiz Instalador Danilo Galvão Martiniano Lins. O primeiro júri da Comarca foi realizado em 4 de julho de 1995 e presidido pela Juíza Ana Paula Pinheiro Bandeira de Oliveira Duarte.

O prédio do fórum foi inaugurado em 27 de janeiro de 2004, na gestão do Presidente Desembargador José Napoleão Tavares de Oliveira.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Chã Grande, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Gravatá.

Justiça Eleitoral

Chã Grande integra a 31ª Zona Eleitoral e possui 66 seções e 18.507 eleitores. Está, atualmente, sob a responsabilidade da Juíza de Direito Izabel de Souza Oliveira.

Juízes que atuaram na Comarca

1994 – Ana Paula Pinheiro Bandeira de Oliveira Duarte
1996 – Adeildo Nunes
1997 – Paulo José Dias Carneiro
1997 – Kathya Gomes Veloso
1998 – Damião Severiano de Sousa
1998 – Silvia Virgínia Figueiredo de Amorim Batista
2005 – Raquel Toledo Fernandes Raposo
2006 – Luiz Carlos Vieira de Figueiredo
2006 – Marylúsia Pereira Feitosa Dias de Araújo
2009 – Flávia Fabiane Nascimento Figueira
2012 – Izilda Maria de Abreu Dornelas Câmara
2015 – Igor Silva Rego
2015 – Severiano de Lemos Antunes Júnior
2017 – Rodrigo Fonseca Lins de Oliveira
2019 – **Ricardo Guimarães Luiz Ennes (atual)**

Informações geográficas

A Cidade, localizada na Zona da Mata Sul, dista 83 km da capital, tem 84 km² de área. Sua população é de, aproximadamente, 21.815 habitantes.

Feriados oficiais locais

20 de janeiro – Dia do Padroeiro São Sebastião
15 de março – Data da Instalação Oficial do Município
20 de dezembro – Data da Emancipação Política

Fórum Juiz Clóvis Silva Mendes

Rua Norberto Cruz, s/n – Centro – Chã Grande/PE –
CEP: 55.636-000

Condado

O Município

O Distrito de Goianinha foi criado pela Lei Municipal n. 28, de 7 de julho de 1896, e integrava o território do Município de Goiana. O Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, alterou a denominação do distrito para Condado.

Com a Lei Estadual n. 3.340, de 31 de dezembro de 1958, foi elevado à categoria de município, instalado em 16 de março de 1962, sendo nomeado o Bacharel José Antônio Guedes Correia Pereira para exercer interinamente o cargo de Prefeito do Município, através do Ato n. 568, de 3 de março de 1962, do então Governador Cid Feijó Sampaio, publicado no Diário Oficial de 11 de março de 1962. O Ato 1.840, de 5 de julho de 1962, exonerou a pedido o prefeito interino. Em 7 de outubro de 1962, o Município elegeu Honorato Cabral de Souza Campos como o seu o primeiro prefeito. Deu-se em 11 de novembro do mesmo ano a instalação definitiva do Município.

A Comarca

A Comarca de Condado foi instalada em 2 de junho de 1962, pelo Juiz Instalador Nildo Nery dos Santos, nomeado pelo Ato n. 1.442, de 18 de maio daquele ano, conforme ata de sessão solene de

instalação da Comarca, publicada no Diário Oficial de 5 de junho de 1962.

O Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, extinguiu a Comarca de Condado, que passou a ser Termo Judiciário de Goiana.

Reativada pela Lei Estadual n. 8.879, de 7 de dezembro de 1981, a solenidade de reinstalação ocorreu em 11 de novembro de 1985, presidida pelo Juiz de Direito Alfredo Sérgio Magalhães Jambo.

A Comarca é de 1ª entrância e possui vara única. A Defensoria Pública, a OAB, o Ministério Público e a Justiça Eleitoral funcionam no fórum.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Itaquitinga passa a ser agregada à Comarca de Condado.

Justiça Eleitoral

Condado sedia a 125ª Zona Eleitoral, composta por 47 seções, conta com 20.589 eleitores cadastrados, e tem como Juiz Eleitoral Carlos Antônio Sobreira Lopes.

Juízes que atuaram na Comarca

1962 – Nildo Nery dos Santos
1966 – Anthenor Barreto da Rocha Pimentel
1967 – Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho
1985 – Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
1987 – Carlos Alberto Maranhão de Oliveira
1989 – Joaquim Pereira Lafayette Neto
1989 – Carlos Alberto Berriel Pessanha
1992 – Marcelo Russel Wanderley

1993 – Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima
1994 – João Guido Tenório de Albuquerque
1995 – Rafael José de Menezes
1996 – Ana Emília Correa de Oliveira Melo
1998 – Mariza Silva Borges
1998 – José de Andrade Saraiva Filho
2007 – Rúbia Celeste Cabral Pereira Tavares de Melo
2007 – Gerson Barbosa da Silva Júnior
2008 – Enrico Duarte da Costa Oliveira
2012 – José Faustino Macêdo de Souza Ferreira
2013 – Eugênio Cícero Marques
2015 – Maria Vieira Sarmento
2018 – Ícaro Nobre Fonseca
2018 – **Carlos Antônio Sobreira Lopes (atual)**

Informações geográficas

Situado a 300 m de altitude, distando 69 km do Recife, Condado detém uma população de 26.421 habitantes. Conta com 90 km² de área. Localiza-se na Microrregião Setentrional e na Mesorregião da Mata pernambucana e tem um povoado chamado Jararaca.

Feriados oficiais locais

15 de setembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora das Dores
11 de novembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Des. Luiz Tavares Gouveia Marinho

Avenida Olegário Fonseca, n. 1.480 – Centro – Condado/PE – CEP: 55.940-000

Correntes

O Município

A origem do nome do Município vem de um rio de três nascentes e tem a denominação de Rio das Correntes. A Vila de Correntes foi criada pela Lei Provincial n. 204, de 26 de julho de 1848, tendo sido o primeiro território a ser desmembrado do Município de Garanhuns. No ano seguinte, a Vila foi extinta pela Lei Provincial n. 239, de 30 de maio de 1849. Mais uma vez, foi elevada a Vila pela Lei n. 1.423, de 27 de maio de 1879, sendo instalada em 27 de agosto de 1883.

Constituiu-se município autônomo em 12 de abril de 1893 com base na Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892. A Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909, elevou a sua sede à categoria de Cidade.

A Comarca

A Comarca de Correntes foi criada pela Resolução de 4 de outubro de 1893, sendo desmembrada da Comarca de Garanhuns e instalada em 28 de outubro de 1893, tendo como primeiro Juiz Luiz Affonso de Oliveira Jardim. É Comarca de 1ª entrância e vara única. O Ministério Público e a Justiça Eleitoral funcionam nas instalações do fórum.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Lagoa do Ouro passa a ser agregada à Comarca de Correntes.

Justiça Eleitoral

Correntes representa a 59ª Zona Eleitoral do Estado de Pernambuco e conta com 41 seções, com 13.571 eleitores cadastrados, sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral André Simões Nunes.

Juízes que atuaram na Comarca

1893 – Luiz Affonso de Oliveira Jardim
1894 – Eduardo Gomes de Lima
1896 – Thomaz Soriano de Souza
1896 – Antônio Tenório de Farias Queiroz
1897 – Eugênio Vellez de Mello
1898 – Sigismundo Carlos D'Arco
1898 – Joaquim Correia D'Oliveira Anjos de Lyra
1899 – Antonio Cezário Cardozo Ayres
1902 – Sérgio Cumegindes de Andrade
1904 – Firmino de Oliveira Mello
1904 – José Roque da Silva
1905 – Tobias Gabriel de Oliveira
1905 – Olympio Ferreira de Carvalho
1908 – Olympio Bonald da Cunha Pedrosa
1908 – José Peregrino de Miranda
1910 – Pedro Assis Machado
1914 – Adolpho Armínio de Sousa Rodrigues
1915 – Ernesto Viera Santos

1917 – Innocêncio Astério de Menezes Luis
1922 – Belmiro Duarte D'Arco
1923 – Genézio Souto Vilella
1925 – Júlio Cezar de Azevedo
1929 – Severino Alves Leite
1930 – Lauro Dornelas Câmara
1931 – Joaquim Crispiniano Coelho Brandão
1931 – Severino Tavares Pragana
1932 – Edmundo Jordão de Vasconcelos
1935 – Júlio José Bezerra
1937 – Raymundo Vieira de Azevedo
1941 – Luiz Regueira Carneiro da Cunha
1945 – Jeová da Rocha Vanderlei
1948 – Edu Carlos de Siqueira e Silva
1948 – Pedro Martiniano Lins
1950 – Antônio Joaquim Pereira de Oliveira
1950 – Rosendo Ramos Rocha
1950 – Plácido de Souza
1951 – Luiz Gonzaga Ribeiro dos Reis
1953 – Antônio Viana de Siqueira
1956 – Gabriel Wanderley Prazeres
1964 – Gilberto Augusto Corrêa Gondim
1964 – Etério Ramos Galvão Filho
1964 – Francisco de Sá Sampaio
1965 – Aurélio Muniz Freire
1965 – Valdemar Reis da Silva Rêgo
1965 – Alcindo Torres de Carvalho Lopes
1969 – Gabriel Wanderley Prazeres
1970 – Hermínio Áureo de Queiroz

1972 – Márcio de Albuquerque Xavier
1973 – Joaquim Rodrigues de Castro
1974 – José de Abreu Santos
1975 – Marcos Antônio Cabral Maggi
1978 – Edmundo Jordão de Vasconcelos Sobrinho
1981 – Sócrates Otávio de França e Silva
1981 – Adalberto Pereira Luiz
1981 – João Bosco Gouveia de Melo
1983 – Gil Buarque da Fonseca
1983 – Jackson Borges de Araújo
1983 – Gerson Venâncio de Carvalho
1988 – Eriberto Chianca
1988 – Severino Tenório Pinto
1989 – Paulo Roberto Alves da Silva
1990 – Vladimir Alves da Silva
1990 – Adeildo Lemos de Sá Cruz
1993 – Sérgio José Vieira Lopes
1994 – Aguinaldo Esteves da Silveira Filho
1994 – José Claudionor da Silva Filho
1997 – Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
1998 – Zélia Maria Pereira de Melo
2003 – Jorge André de Carvalho Mendonça
2004 – Maria Magdala Sette de Barros
2004 – Waldemiro de Araújo Lima Neto
2007 – Rúbia Celeste Cabral Pereira Tavares de Melo
2007 – Gerson Barbosa da Silva Júnior
2008 – Enrico Duarte da Costa Oliveira
2010 – Malu Marinho Sette
2012 – Thiago Fernandes Cintra

2013 – Andrian de Lucena Galindo
2015 – Lucas Tavares Coutinho
2017 – Alyne Dionísio Barbosa Padilha
2019 – **André Simões Nunes (atual)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 391 m de altitude, distando 250 km do Recife. Tem 317 km² de área e, aproximadamente, 18.268 habitantes. Situa-se na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião de Garanhuns. O Município é composto dos Distritos Sede e Poço Comprido e dos Povoados de Pau Amarelo e Olho D' Água de Góes.

Filho ilustre na magistratura

O Juiz de Direito Eurico Cantalice de Melo nasceu em Correntes.

Feriados oficiais locais

8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição
27 de agosto – Dia da Emancipação Política

Fórum Doutor Eurico Cantalice de Melo

Praça Agamenon Magalhães, s/n – Centro – Correntes/PE – CEP: 55.315-000

CORTÊS

O MUNICÍPIO

Até 1890, Cortês era povoado do Município de Bonito, quando então foi desmembrado, passando a ser Distrito de Amaraji.

Pela Lei Municipal n. 57, de 5 de janeiro de 1911, o Distrito de Cortês tornou-se Vila.

O Município de Cortês foi criado pela Lei Estadual n. 1.818, de 29 de dezembro de 1953, e instalado no dia 6 de junho de 1954.

A COMARCA

A Comarca de Cortês foi criada pela Lei Estadual n. 1.819 de 30 de dezembro de 1953, e instalada em 29 de dezembro de 1954 pelo Juiz João de Souza Beltrão.

Extinta com o Decreto-Lei Estadual n. 61, de 5 de agosto de 1969, a Comarca foi restaurada com a Lei n. 10.629, de 18 de outubro de 1991, e sua reinstalação se deu em 27 de janeiro de 2006 pelo Juiz Antônio Carlos dos Santos.

O atual fórum da Comarca foi inaugurado em 11 de janeiro de 2012, durante a gestão do Desembargador José Fernandes de Lemos.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Cortês, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Ribeirão.

Justiça Eleitoral

Cortês é Termo Eleitoral de Ribeirão, integrando a 28ª Zona Eleitoral, com 40 seções e 10.557 eleitores, sob a responsabilidade do Juiz Antônio Carlos dos Santos.

Juízes que atuaram na Comarca

1953 – João de Souza Beltrão
1954 – Manuel José Carvalho de Coimbra
1960 – Cláudio Américo de Miranda
1964 – Antônio Pessoa Leite
1969 – Mário Alves de Souza Melo
2006 – **Antônio Carlos dos Santos (atual)**
2006 – Andréa Calado da Cruz
2007 – Hugo Vinícius Castro Jiménez
2007 – Dulceana Maciel de Oliveira
2013 – Hugo Bezerra de Oliveira
2015 – Albérico Agrello Neto

Informações geográficas

Situa-se na Mesorregião da Mata pernambucana, na Microrregião da Mata Meridional, a 302 m de altitude, distando 109 km do Recife. Cortês possui área territorial de 101 km² e população de, aproximadamente, 12.560 habitantes.

Feriados oficiais locais

4 de outubro – Dia do Padroeiro São Francisco de Assis
29 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Doutor Aníbal Baltar Souto Maior

PE-85, Km 26, s/n, Cortês/PE – CEP: 55.525-000

Cumaru

O Município

A Lei Municipal n. 2, de 19 de dezembro de 1892, criou o Distrito de Malhadinha, subordinado ao Município de Limoeiro. Foi elevado à categoria de Vila pelo Decreto-Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938, com a denominação de Cumarú. A Lei Estadual n. 421, de 31 de dezembro de 1948, alterou a grafia para Cumaru.

O Município foi criado com a Lei Estadual n. 4.986, de 20 de dezembro de 1963, e instalado em 28 de junho de 1964, quando sua sede foi elevada à categoria de Cidade.

A Comarca

A Lei Estadual n. 8.879, de 7 de dezembro de 1981, criou a Comarca de Cumaru, instalada em 20 de dezembro de 1985 pelo Juiz Instalador Solon Otávio de França.

Em 4 de fevereiro de 1999, a Comarca foi desinstalada por força do Ato n. 152, publicado no Diário Oficial de 4 de fevereiro de 1999, sendo reinstalada em 10 de agosto de 2001 pelo Juiz Instalador José Anchieta Félix da Silva, em cumprimento ao Ato n. 1.028, publicado em 28 de julho de 2001, do Desembargador Nildo Nery dos Santos, então Presidente do TJPE.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Cumaru, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Passira.

Justiça Eleitoral

A Comarca de Cumaru integra a 91ª Zona Eleitoral, com sede em Passira, e possui 54 seções e 15.335 eleitores. Atualmente, tem como Juiz Eleitoral Altamir Cléreb de Vasconcelos Santos.

Juízes que atuaram na Comarca

1985 – Solon Otávio de França
1987 – Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
1989 – Maria de Fátima Guimarães Leite de Almeida
1989 – Heriberto Carvalho Galvão
1992 – Demócrito Ramos Reinaldo Filho
1994 – Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior
1995 – José Anchieta Félix da Silva
2001 – Luiz Correia da Silva
2004 – Crystiane Maria do Nascimento Rocha
2012 – Mirna dos Anjos Tenório de Melo Gusmão
2015 – Cristiano Henrique de Freitas Araújo
2015 – Isis Miranda de Souza Machado
2017 – Mariana Agostini de Serqueira
2019 – **Leandro Souto Maior Muniz de Albuquerque (atual)**

Informações geográficas

Cumaru está situada a 443 m de altitude e dista 123 km do Recife. Possui 292 km² de área territorial, composta pelos Distritos

Sede e Ameixas. Sua população conta com 10.192 habitantes. Está localizada na Mesorregião do Agreste pernambucano e Microrregião do Médio Capibaribe.

Feriados oficiais locais

1º de outubro – Dia da Padroeira Santa Terezinha
20 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Manoel Gonçalves de Lima

Rua Eumênia de Oliveira Gonçalves, s/n – Centro – Cumaru/PE – CEP: 55.655-000

Cupira

O Município

Primeiramente, o distrito foi criado com a denominação de Tabuleiro pela Lei Municipal n. 10, de 30 de março de 1900, subordinado ao Município de Panelas. Em 1953, já denominado Cupira (Lei Municipal n. 56, de 7 de dezembro de 1914), desmembrou-se de Panelas, tornando-se Município por força da Lei Estadual n. 1.818 de 29 de dezembro de 1953, confirmado pela Lei Estadual n. 1819, de 30 de dezembro de 1953. O Município foi instalado em 22 de maio de 1954.

A Comarca

A Comarca de Cupira foi criada pela Lei n. 1.818, de 29 de dezembro de 1953, e instalada em 22 de abril de 1955 pelo Juiz José Edgar de Vasconcelos Dutra.

A Comarca foi extinta pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, passando a Termo Judiciário da Comarca de Panelas. Restaurada conforme o art. 447 da Resolução n. 10, de 28 de dezembro de 1970, foi reinstalada em 22 de setembro de 1972 pelo Juiz Nelson Meirelles Ribeiro de Castro.

É classificada como de 1ª entrância e possui vara única. O Ministério Público e a Defensoria Pública funcionam no fórum. A Justiça Eleitoral tem sede própria.

Justiça Eleitoral

Cupira é vinculada à 86ª Zona Eleitoral de Agrestina, dividida em 63 seções. Conta com, aproximadamente, 19.445 eleitores, e tem como Juiz Eleitoral Cristiano Henrique Freitas de Araújo.

Juízes que atuaram na Comarca

1955 – José Edgar de Vasconcelos Dutra
1957 – Taumaturgo de Almeida Bonfim
1958 – Nelson Meirelles Ribeiro de Castro
1959 – Carlos Cavalcanti de Malta
1962 – Lamartine de Holanda Cavalcanti
1962 – Hélio Nelson Holmes Lins
1966 – Edmundo Pessoa de Araújo
1966 – Antonio de Barros e Silva
1979 – José Alves Queiroz
1983 – José Gentil Pessoa Bezerra
1985 – Alcides Déricles Caminha
1987 – Wellington Gadelha de Freitas
1989 – Ricardo de Oliveira Paes Barreto
1991 – Jeanine de Almeida Sodré da Mota
1992 – Rogério Silva Lins
1995 – Brasílio Antonio Guerra
1998 – Carlos Gonçalves de Andrade Filho
1998 – Aline Cardoso dos Santos

2005 – Carlos Fernando Carneiro Valença Filho
2005 – Enrico Duarte da Costa Oliveira
2012 – Júlio Olney Tenório de Godoy
2013 – Francisco Jorge de Figueiredo Alves
2015 – Carlos Antonio Sobreira Lopes
2018 – Raphael Calixto Brasil
2018 – Tatiana Cristina Bezerra Salgado
2018 – Glacidelson Antonio da Silva
2018 – Lucas de Carvalho Viegas
2018 – Ricardo Guimarães Luiz Ennes
2019 – **Altino Conceição da Silva (atual)**

Informações geográficas

Cupira está localizada a 416 m de altitude. Dista 170 km do Recife e tem uma área de 95 km², com uma população de, aproximadamente, 24.173 habitantes. Está dividida administrativamente entre os Distritos Sede e Laje de São José. O Município está situado na Mesorregião do Agreste pernambucano e Microrregião do Brejo pernambucano.

Feriados oficiais locais

6 de janeiro – Dia da Festa de Reis
24 de junho – Dia do Padroeiro São João
29 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Tabelião Antonio Izídio de Arruda

Rua José Luiz da Silveira Barros, n. 146 – Centro – Cupira/PE – CEP: 55.460-000

Custódia

O Município

Foi no século XVII que se iniciou o povoamento que deu origem ao Município de Custódia, onde hoje é situado o Distrito de Quitimbu. O povoado que pertencia ao Município de Sertânia (à época denominado Alagoa de Baixo) foi elevado à categoria de Vila pela Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909, e à categoria de Município pela Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928. Este foi instalado em 10 de janeiro de 1929.

A Comarca

A Comarca de Custódia foi criada por força do Decreto n. 629, de 17 de junho de 1941, desmembrada da Comarca da Alagoa de Baixo, e foi instalada em 5 de julho de 1941, tendo como primeiro Juiz de Direito Edgar Homem de Siqueira.

A construção de um novo fórum foi concluída em 2018, e pouco tempo depois, em 15 de fevereiro de 2019, a 2ª Vara da Comarca foi instalada através do Ato n. 155, de 13 de fevereiro de 2019.

O Ministério Público, a OAB e a Justiça Eleitoral têm sedes próprias, enquanto a Defensoria Pública funciona nas instalações do fórum.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Betânia passa a ser agregada à Comarca de Custódia.

Justiça Eleitoral

Custódia é sede da 65ª Zona Eleitoral, composta por 75 seções, atualmente com 27.133 eleitores cadastrados, tendo como Juíza Vivian Maia Canen.

Juízes que atuaram na Comarca

1941 – Edgar Homem de Siqueira
1945 – Elpides Pires Ferreira
1947 – Plácido de Souza
1948 – Aderson Antão de Carvalho
1949 – Elízio de Lima Pires
1949 – Geraldo Magela Dantas Campos
1950 – Severino Alves dos Santos
1951 – Sinval Montezuma Lins
1952 – Francisco Rodrigues dos Santos
1953 – Valentino Simões da Silva
1954 – Geraldo Correia da Silva
1955 – Severino Pinheiro de Sousa
1955 – Mauro Jordão de Vasconcelos
1960 – Francisco de Sá Sampaio
1960 – Domingos Alves de Góes
1966 – Aécio José Maranhão da Fonte
1966 – José Xavier de Morais
1967 – Joaquim Rodrigues de Castro

1967 – Rômulo Gomes de Freitas
1968 – Josué Custódio de Albuquerque
1972 – José Gomes de Freitas
1972 – Amaro José de Araújo
1975 – Sócrates Otávio de França e Silva
1978 – José Alves de Queiroz
1981 – Ed-Ek Gonçalves Lopes
1981 – Ítalo José de Miranda Fonseca
1981 – Lenivaldo Izídio de Sena
1983 – Josué Antonio Fonseca de Sena
1985 – José Ivo de Paula Guimarães
1985 – Alberto Nogueira Virgínio
1989 – Frederico Guilherme Rodrigues de Lima
1989 – Danilo Galvão Martiniano Lins
1989 – Luiz Gustavo Mendonça de Araújo
1991 – Emiliano Eustáquio da Silva
1992 – Marcela da Silva Varejão
1993 – Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima
1993 – Ambrósio Agrícola Nunes
1994 – Fernando Menezes Silva
1994 – Teodorico Noronha Cardozo
1997 – Maria Eliane Cabral Campos Carvalho
1998 – Virginia Gaudêncio de Novais
1998 – Marcus Vinícius Nonato Rabelo Torres
2002 – Orleide Rosélia Nascimento Silva
2003 – Gisele Vieira de Resende
2003 – Luiz Mário Moscoso de Miranda
2005 – Francisco de Assis de Morais Júnior
2005 – Hugo Vinícius Castro Jiménez

2007 – Fábio Vinícius de Lima Andrade
2013 – Raquel Barofaldi Bueno
2014 – Clenia Pereira de Medeiros
2015 – Paulo Rodrigo de Oliveira Maia
2016 – Leon Elias Nogueira Barbosa
2017 – Thiago Pacheco Cavalcanti
2017 – Altamir Cléreb de Vasconcelos Santos
2018 – Felipe Arthur Monteiro Leal
2018 – Ana Carolina Santana
2018 – Osvaldo Teles Lôbo Júnior
2019 – **Manoel Belmiro Neto (atual – 1ª Vara)**
2019 – **Vivian Maia Canen (atual – 2ª Vara)**

Informações geográficas

Custódia fica a 543 m de altitude, distando 340 km do Recife. Tem 1.404 km² de área, com uma população de 37.111 habitantes. O Município é composto dos Distritos Sede, Quitimbu e Maravilha, e dos povoados: Caiçara, Ingá e Samambaia. Situa-se na Mesorregião do Sertão pernambucano, na Microrregião do Moxotó.

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia do Padroeiro São José
1º de setembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Juiz Josué Custódio de Albuquerque

Avenida Inocêncio Lima, s/n, Nossa Senhora de Lourdes, Custódia/PE – CEP: 56.680-000

Escada

O Município

O Distrito de Nossa Senhora d'Apresentação da Escada foi criado pela Carta Régia de 27 de abril de 1786.

Foi desmembrado de Vitória, sendo elevado à categoria de Vila pela Lei Provincial n. 326, de 19 de abril de 1854, cuja instalação se deu no dia 9 de outubro do mesmo ano.

Em 24 de maio de 1873, pela Lei Provincial n. 1.093, foi elevado à categoria de Cidade. Constituiu-se município autônomo no dia 4 de abril de 1893, por disposição da Lei n. 52, de 3 de agosto de 1892.

A Comarca

A Comarca da Escada foi criada em 1873, pela Lei Provincial n. 1.093, de 24 de maio, a mesma lei que instituiu a Cidade, sendo instalada pelo seu primeiro Juiz de Direito Pedro Camelo Pessoa.

No dia 26 de outubro de 2005, foi inaugurado o prédio do fórum pelo Presidente Desembargador José Antônio Macêdo Malta, data em que ocorreu a instalação da Vara Cível da Comarca de Escada, tendo como Juiz instalador Cláudio Américo de Miranda Júnior.

A Comarca é de 2ª entrância e possui duas varas. A Justiça Eleitoral e a Defensoria Pública funcionam no fórum. A Justiça do Trabalho e o Ministério Público têm sedes próprias.

Justiça Eleitoral

Escada é sede da 19ª Zona Eleitoral, com 147 seções, tendo 45.632 eleitores cadastrados. Atualmente, responde pela Justiça Eleitoral o Juiz Cláudio Américo de Miranda Júnior.

Juízes que atuaram na Comarca

1873 – Pedro Camelo Pessoa
1873 – Caetano Estellita Cavalcante Pessoa
1874 – Alfredo Affonso Ferreira
1874 – Jerônymo Materno Pereira de Carvalho
1876 – José Maria Moscôso da Veiga Pessôa
1878 – Manoel da Rocha Lins
1881 – José Brandão da Rocha
1884 – Pedro Gaudiano de Ratis Silva Júnior
1887 – Henrique de Barros Lins
1889 – Francisco Raimundo da Cunha Pedrosa
1890 – José Wenceslau Costa Prazeres
1892 – Hercílio Lupércio de Souza
1892 – Francisco Brederodes d'Andrade
1893 – André Dias de Araújo
1893 – João Alfredo do Rego Barros
1894 – Joaquim dos Santos Lessa Júnior
1894 – Joaquim Antônio Pedrosa Júnior
1895 – Fábio Silveira Barros

1895 – José Maria da Rocha Carvalho
1896 – João Batista Gonçalves
1896 – João de Barros Luna
1900 – Nilo Rodrigues de Miranda
1904 – Antônio Machado da Cunha Cavalcanti
1904 – Antônio Francisco da Costa Campos
1904 – Vicente de Farias Gurjão
1905 – Manoel Severino Bruno
1908 – Luiz Bertholini
1913 – Francisco Joaquim de Souza Júnior
1913 – Carlos Ramalho Sobrinho
1914 – Júlio da Silva Corrêa de Oliveira Andrade
1915 – José Francisco de Farias Salles
1919 – José Francisco de Moraes Silva
1923 – Adolpho Nunes Lins
1925 – Ângelo Jordão de Vasconcelos Filho
1926 – José Sancho Bezerra Cavalcanti
1931 – Ezequiel Lopes de Barros
1934 – José Sabino Wanderley
1946 – Joaquim Cirilo de Araújo Pereira
1947 – Álvaro Simões Barbosa
1947 – Adaucto Correia de Araújo
1947 – Antônio Araújo Campos
1950 – Agripino Ferreira Nóbrega
1950 – José Theodoro Paes de Lira
1952 – Jeová da Rocha Vanderlei
1959 – Mauro Jordão de Vasconcelos
1962 – José Frederico Soriano de Souza
1963 – Ruben Benvindo Ferreira Costa

1963 – Antônio Luiz Lins de Barros
1969 – José Antônio Macêdo Malta
1969 – Humberto da Costa Soares
1972 – Antônio Lira Souza
1981 – Antônio Martins Veras
1982 – José Fernandes de Lemos
1983 – Vânio Fox da Rocha Pereira
1985 – Marcos Antônio Tavares de Albuquerque
1986 – Walter Gomes de Mello
1989 – Airton Mozart Valadares Vieira Pires
1989 – Roberto da Silva Maia
1990 – Paulo Torres Pereira da Silva
1990 – Paulo Romero de Sá Araújo
1992 – Adeildo Nunes
1993 – Adeildo Lemos de Sá Cruz
1995 – Maria Auri Alexandre
1995 – **Cláudio Américo de Miranda Júnior (atual – 1ª Vara)**
2001 – Ildete Veríssimo de Lima
2004 – Arnaldo Spera Ferreira Júnior
2005 – Andrea Calado da Cruz
2005 – Marcos Garcez de Menezes Júnior
2017 – Izabel de Souza Oliveira
2017 – Idiara Buenos Aires Cavalcanti
2018 – Demetrius Liberato Silveira Aguiar
2020 – **Emiliano César Costa Galvão de França (atual – 2ª Vara)**

Informações geográficas

Localizada na Microrregião da Mata Meridional, na Mesorregião da Mata pernambucana, distante 58 km da capital, Escada

possui uma área de 342 km², com uma população de 69.292 habitantes. É constituída do Distrito Sede e do Distrito de Frexeiras.

Feriados oficiais locais

24 de maio – Dia da Emancipação Política
24 de junho – Dia do Padroeiro São João
Segunda-feira seguinte ao 3º domingo de novembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora de Escada
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição

Fórum Ezequiel de Barros

Rua Doutor Ezequiel de Barros, s/n – Bairro do Maracujá – Escada/PE – CEP: 55.500-000

Exu

O Município

A Freguesia denominada Senhor Bom Jesus dos Aflitos de Exu foi criada em 1734. Tornou-se Vila de Exu pela Lei Provincial n. 150, de 30 de março de 1846. A Lei Provincial n. 249, de 18 de junho de 1849, extinguiu a Vila, e a povoação passou a pertencer a Ouricuri. A Lei Provincial n. 442, de 2 de junho de 1858, restaurou a Vila de Exu. A Lei Provincial n. 548, de 9 de abril de 1863, transferiu a Vila de Exu para a povoação de Granito.

Exu passou a município autônomo em 9 de julho de 1893 por força da Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

Em 1895, o Município foi extinto e, posteriormente, restaurado pela Lei Estadual n. 844, de 10 de junho de 1907, com sede no Distrito de Novo Exu, desmembrado de Granito, sendo instalado em 7 de julho de 1907.

Pelo Decreto-Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938, o Município de Novo Exu passou a denominar-se Exu.

A Comarca

A Comarca de Exu foi criada pela Lei Provincial n. 1.591, de 21 de junho de 1881. Com a Lei Provincial n. 1.725, de 23 de abril de 1883, passou a denominar-se Comarca de Granito. Foi instalada

em 1º de março de 1890, pelo Juiz de Direito Alfredo Afonso Ferreira. A Comarca foi extinta, sendo posteriormente restaurada com a Lei n. 1.650, de 22 de maio de 1924, desmembrada da Comarca de Granito e reinstalada em 16 de junho de 1924.

Em 17 de setembro de 2007, foi inaugurado o prédio do fórum. A Defensoria Pública funciona em sede própria.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Moreilândia passa a ser agregada à Comarca de Exu.

Justiça Eleitoral

Atualmente, a Comarca de Exu compreende a 79ª Zona Eleitoral, conta com 78 seções e 26.460 eleitores, e está sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral Caio Souza Pitta Lima.

Juízes que atuaram na Comarca

1887 – Augusto Frederico de Siqueira Cavalcante
1890 – Alfredo Afonso Ferreira
1921 – Eduardo de Aquino Fonseca
1922 – João Barrozo de Mello
1922 – Júlio José Bezerra
1924 – Severino Alves Leite
1925 – Antônio Machado da Cunha Cavalcanti
1925 – Raymundo Peixoto Coelho Alencar
1925 – Fausto de Oliveira Campos
1925 – Manoel Nunes Filho
1925 – Antônio Travassos da Rosa
1926 – Euphrasio Carlo Peixoto de Alencar

1926 – Montrose Jorge de Souza
1926 – Ângelo Jordão de Vasconcelos Filho
1929 – Arthur de Santa Cruz Oliveira
1929 – Israel Lumachi de Hollanda Cavalcanti
1931 – Ailton de P. Cruz Oliveira
1935 – Ladislau Gomes do Rêgo
1935 – Luis Wlisses de Oliveira e Silva
1936 – Lívio Vieira da Cunha
1938 – Manoel Rodrigues Porto Filho
1938 – Daldemar Peixoto
1938 – Joaquim Deolindo Saraiva
1939 – Eufrásio Carlos Peixôto de Alencar
1941 – Pedro Martiniano Lins
1942 – Nestor Cavalcanti de Carvalho Varejão
1942 – Luiz Gonzaga Ribeiro dos Reis
1943 – Agamenon Duarte Lima
1944 – Hermes Parahyba Junior
1948 – José Alves de Barros Cavalcante
1949 – Gabriel Wanderley Prazeres
1951 – Clemenceau Dultra de Almeida Lima
1954 – Wenern Carvalho Mendes Freire
1956 – Francisco Carneiro de Menezes
1957 – Edgar Sobreira de Moura
1958 – Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho
1958 – Antônio Luiz Lins de Barros
1959 – Valdir Barbosa
1959 – Ijalme Leite Gomes
1962 – Itamar Pereira da Silva
1963 – Edmundo Jordão de Vasconcelos Sobrinho

1964 – Roberto Vasconcelos Guimarães
1965 – Autoliano Alencar
1966 – Ivonaldo Pereira de Miranda
1967 – José Saraiva de Macedo
1968 – João de Oliveira
1970 – Gilberto da Silva
1971 – José Fernando Mendonça de Souza
1973 – Lavanério de Queiroz Duarte
1976 – João Gomes dos Passos
1978 – Josias Horácio da Silva
1981 – Sócrates Otávio de França e Silva
1982 – Osmam Benício de Holanda Cavalcanti
1983 – Bartolomeu Bueno de Freitas Morais
1983 – Evani Estêvão de Barros
1989 – Reginaldo Alves de Andrade
1990 – Romão Ulisses Sampaio
1990 – Jorge Américo Pereira de Lira
1990 – Armando Tavares da Silva
1991 – José Jorge da Amorim
1992 – Rogério Lins e Silva
1992 – Francisco Rodrigues da Silva
1994 – José Anchieta Félix da Silva
1995 – Damião Severiano de Souza
1996 – José Raimundo dos Santos Costa
1997 – Marcus Vinícius Barbosa de Alencar Luz
1998 – Maria Valéria Silva Santos
1998 – Luciana Maranhão de Araújo
1998 – Cláudio Avelino de Andrade
1999 – Luiz Eduardo de Sousa Neto

1999 – José Arnaldo Vasconcelos da Silva
2000 – Maria do Carmo de Morais Melo
2000 – José Maria de Carvalho Júnior
2000 – Walmir Ferreira Leite
2003 – Maércio Falcão Duarte
2003 – Cristina Reina Montenegro de Albuquerque
2003 – Juçara Leila do Rego Figueiredo
2003 – André Rafael de Paula Batista Elihimas
2005 – Hugo Vinícius Castro Jiménez
2005 – Paulo de Tarso Duarte Menezes
2005 – Hauler dos Santos Fonsêca
2007 – José Wilson Soares Martins
2009 – Sydnei Alves Daniel
2012 – Pedro Fernandes Alonso Alves Pereira
2015 – Raimundo Ramonilson Carneiro Bezerra
2016 – Rodrigo Fonseca Lins de Oliveira
2017 – Diógenes Lemos Calheiros
2017 – José Anastácio Guimarães F. Correia
2018 – Bruno Querino Olímpio
2019 – **Caio Souza Pitta Lima (atual)**

Informações geográficas

O Município de Exu está situado na Mesorregião do Sertão e Microrregião de Araripina, distando 630 km do Recife, com 523 m de altitude. Detém 1.336 km² de superfície, onde vivem 31.766 habitantes.

Filho ilustre na magistratura

O Juiz Federal Odilon de Oliveira e os magistrados Ângelo Jordão de Vasconcelos Filho, Mauro Jordão de Vasconcelos, Edmundo Jordão de Vasconcelos e Edmundo Jordão de Vasconcelos Sobrinho são naturais de Exu.

Feriados oficiais locais

14 de janeiro – Dia do Padroeiro Bom Jesus dos Aflitos
23 de junho – Dia de São João
2 de agosto – Aniversário de morte de Luiz Gonzaga
8 de setembro – Dia da Emancipação Política
1º de novembro – Dia de Todos os Santos
13 de dezembro – Aniversário de nascimento de Luiz Gonzaga

Fórum Juiz Valdir Barbosa

Avenida Edmundo Dantas, s/n – Centro – Exu/PE –
CEP: 56.230-000

Feira Nova

O Município

O Distrito de Jardim, subordinado ao Município de Glória de Goitá, foi criado pela Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1938. O Decreto-Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938, alterou o nome do distrito para Feira Nova.

A Lei Estadual n. 4.945, de 20 de dezembro de 1963, criou o Município de Feira Nova, instalado em 8 de março de 1964.

A Comarca

A Lei Estadual n. 8.879, de 7 de dezembro de 1981, criou a Comarca de Feira Nova. A Lei Estadual n. 10.391, de 19 de dezembro de 1989, também trata da criação da Comarca. Sua instalação se deu em 26 de janeiro de 1991 pelo Juiz Instalador Paulo Roberto Alves da Silva.

A Comarca é de 1ª entrância e possui vara única. A Defensoria Pública, o Ministério Público, a OAB e a Justiça Eleitoral funcionam no prédio do fórum.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Lagoa de Itaenga passa a ser agregada à Comarca de Feira Nova.

Justiça Eleitoral

Em Feira Nova, concentra-se a 135ª Zona Eleitoral, composta por 61 seções, contando com 18.223 eleitores cadastrados. Atualmente, tem como Juiz Eleitoral Milton Santana Lima Filho.

Juízes que atuaram na Comarca

1991 – Paulo Roberto Alves da Silva
1991 – Humberto Costa Vasconcelos Júnior
1993 – Eduardo Guilliod Maranhão
1994 – Paulo Henrique Martins Maranhão
1995 – Maria da Conceição Siqueira e Silva
1998 – Ana Paula Lira Melo
1998 – Reginaldo Alves Andrade
1998 – Roberta Viana Jardim
1999 – Izilda Maria de Abreu Dornelas Câmara
2004 – **Milton Santana Lima Filho (atual)**
2004 – Severino Rodrigues de Sousa
2004 – Fernando Menezes Silva
2007 – Adriana Brandão de Barros Correia
2011 – Natália Assis de Melo Perez
2012 – Alexandre Pinto de Albuquerque
2012 – Hailton Gonçalves da Silva
2013 – Artur Teixeira de Carvalho Neto
2014 – Renato Vasconcelos Maia
2015 – Idiara Buenos Aires Cavalcanti
2016 – Maria Betânia Martins Hora Rocha
2017 – Mariana Agostini de Sequeira
2017 – Enrico Duarte da Costa Oliveira

2017 – Iarly José Holanda de Souza
2018 – Tatiana Lapa Carneiro Leão

Informações geográficas

Feira Nova está situada a 154 m de altitude, distando 78 km da capital. Tem 107 km^2 de área territorial e população de 22.131 habitantes. Localiza-se na Mesorregião do Agreste pernambucano e Microrregião do Médio Capibaribe.

Filho ilustre na magistratura

Nasceu em Feira Nova o Juiz Federal Antônio Mello.

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia do Padroeiro São José
20 de dezembro – Dia da Emancipação Política
Data móvel – Comemoração da Festa da Farinha

Fórum Jesuíno Alves Ferreira

Rua Sebastião da Rocha, s/n – Centro – Feira Nova/PE – CEP: 55.715-000

Ferreiros

O Município

O Distrito de Ferreiros foi criado pela Lei Municipal de També n. 12 de 16 de março de 1948. A emancipação política do Município se deu em 1963, com a Lei Estadual n. 4.953, de 20 de dezembro daquele ano, quando foi desmembrado do Município de També e instalado em 8 de março de 1964.

A Comarca

A Comarca de Ferreiros foi criada em 18 de outubro de 1991 pela Lei Estadual n. 10.629, e instalada em 11 de abril de 1992 pelo Juiz José Malta de Sá Júnior.

A Comarca é de 1ª entrância, possui vara única, e tem como Termo Judiciário o Município de Camutanga. Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Ferreiros passa a ser agregada à Comarca de Timbaúba.

Justiça Eleitoral

Ferreiros integra a 27ª Zona Eleitoral, com sede em Itambé, e possui 27 seções, 9.689 eleitores, tendo Ícaro Nobre Fonseca como Juiz Eleitoral.

Juízes que atuaram na Comarca

1992 – José Malta de Sá Júnior
1993 – Marcos Franco Bacelar
1995 – Ana Emília Correa de Oliveira Melo
1995 – Mariza Silva Borges
1998 – Valdereys Ferraz Torres de Oliveira
2000 – José Gilberto de Sousa
2000 – José de Andrade Saraiva Filho
2003 – Andréa Duarte Gomes
2005 – André Rafael de Paula Batista Elihimas
2007 – Marília Falcone Gomes Lócio
2011 – Luiz Artur Guedes Marques
2013 – Hauler dos Santos Fonsêca
2013 – José Gilberto de Sousa
2013 – Severino Rodrigues de Sousa
2015 – Raquel Evangelista Feitosa
2015 – Marcos Garcez de Menezes Júnior
2015 – Maria do Rosário Arruda de Oliveira
2017 – Gabriel Araújo Pimentel
2017 – **Ícaro Nobre Fonseca (atual)**

Informações geográficas

Situada na Mata Setentrional pernambucana, a 96 m de altitude, dista 78 km da capital. Ferreiros tem área territorial de 92 km² e população de 12.123 habitantes.

Feriados oficiais locais

8 de março – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Doutor Roberto Vasconcelos Guimarães

Avenida Francisco Freire da Silva, s/n, Centro – Ferreiros/PE.
CEP: 55.880-000

Termo Judiciário

Camutanga

O Município de Camutanga foi criado pela Lei n. 4.940, de 20 de dezembro de 1963. Está situado a 98 m de altitude e dista 118 km da capital. Tem 39 km² de área territorial e população de 8.551 habitantes. Localiza-se na Mesorregião da Mata pernambucana e Microrregião da Mata Setentrional.

Camutanga integra a 27ª Zona Eleitoral, com sede em Itambé, contando com 23 seções e 7.365 eleitores, tendo como Juiz Eleitoral Ícaro Nobre Fonseca.

Flores

O Município

A Freguesia de Flores do Pajeú foi criada pelo Alvará de 11 de setembro de 1783, sendo elevada à categoria de Vila, sob a denominação Flores de Ribeira do Pajeú, pelo Alvará de 15 de janeiro de 1810, e instalada em 1811. A Vila foi extinta pela Lei Provincial n. 280, de 6 de maio de 1851.

A Vila foi restaurada pela Lei Provincial n. 437, de 26 de maio 1858, sendo desmembrada do Município de Villa Bella (Serra Talhada) e reinstalada em 21 de setembro de 1859.

Devido à legislação republicana, constituiu-se Município autônomo em 30 de setembro de 1892.

Foi elevado à condição de Cidade e sede do Município com a denominação de Flores, pela Lei Estadual n. 991, de 1° de julho de 1909.

A Comarca

A Comarca de Flores foi criada por força da Resolução do Conselho da Província de 20 de maio de 1833, que dividiu Pernambuco em nove Comarcas, sendo a de Flores uma delas. Sua instalação ocorreu em maio de 1834.

Antes dessa resolução, em virtude do Alvará de 15 de janeiro de 1810, já havia sido criada a Comarca do Sertão da Província de Pernambuco, da qual a Vila de Flores foi uma de suas sedes.

A Comarca de Flores (Comarca do Sertão) teve sua sede transferida para a Villa Bella (Serra Talhada) em 1858, pelo disposto na Lei Provincial n. 280.

Conforme a atual organização judiciária estadual, a Comarca de Flores é classificada como de 1ª entrância e possui vara única. Tem o Município de Calumbi por Termo Judiciário.

A Justiça Eleitoral, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB funcionam nas dependências do fórum.

Justiça Eleitoral

A Comarca de Flores é sede da 67ª Zona Eleitoral, com 56 seções e 15.801 eleitores, tendo como Juíza Ana Carolina Santana.

Juízes que atuaram na Comarca

1906 – José Gomes Coimbra Vila Nova
1916 – Fausto de Oliveira Campos
1919 – Miguel Domingos dos Santos Júnior
1922 – Nestor de Souza Monteiro
1923 – Joaquim Florêncio de Alencar
1926 – Humberto Gonçalves Tavares
1930 – Manoel José de Carvalho Coimbra
1931 – João Luiz Beltrão
1932 – Joaquim Monteiro Guedes Gondim
1934 – Ubaldo de Oliveira Melo
1935 – Adauto Maia
1942 – Agamenon Duarte Lima
1945 – Edgar Homem de Siqueira
1945 – Ruben Benvindo Ferreira Costa

1946 – Cícero Abdolônimo de Arroxelas Galvão
1949 – Luiz Gonzaga Ribeiro dos Reis
1950 – Márcio Rollemberg Leite
1953 – Moacir da Costa Gomes
1953 – Aloisio de Melo Xavier
1954 – Rivaldo Duarte Ribeiro
1954 – Geraldo Correia da Silva
1955 – Sebastião Cabral de Carvalho
1956 – Benildes de Souza Ribeiro
1956 – Clodoaldo Peixoto de Oliveira
1958 – Manoel Monteiro de Lima
1962 – Aluiz Tenório de Brito
1963 – Irajá D'Almeida Lins
1966 – Etério Ramos Galvão Filho
1966 – Aristóteles Siqueira Campos
1968 – Zamir Machado Fernandes
1970 – Ruy Trezena Patu
1975 – Josias Horácio da Silva
1976 – Dorgival de Verçosa Lima
1979 – Ed-Ek Gonçalves Lopes
1981 – Milton José Neves
1982 – Roberto Ferreira Lins
1983 – Flávio Pessoa de Souto Maior
1985 – Germano Gladstone de Oliveira Japiassú
1987 – Raimundo Nonato de Souza Braid Filho
1989 – Odilon de Oliveira Neto
1990 – Jeanine de Almeida Sodré da Mota
1990 – Ailton Soares Pereira Lima
1992 – João Maurício Guedes Alcoforado

1995 – Ivan Alves de Barros
1997 – Clóvis Silva Mendes
1998 – Carlos Gean Alves dos Santos
2000 – José Francisco Almeida Filho
2000 – Orleide Rosélia Nascimento Silva
2003 – Hélia Viegas Silva
2003 – Luiz Vicente Medeiros de Queiroz Neto
2003 – Adrianne Maria Ribeiro de Souza
2005 – Rúbia Celeste Cabral Pereira Tavares de Melo
2005 – Francisco Assis Morais Júnior
2005 – Maria Eliane Cabral Campos Carvalho
2005 – Márcio Araújo dos Santos
2012 – Adelson Freitas de Andrade Júnior
2013 – Gustavo Mattedi Regiani
2014 – Gustavo Valença Genú
2015 – Larissa da Costa Barreto
2017 – **Ana Carolina Santana (atual)**

Informações geográficas

A sede da Comarca de Flores está localizada na Microrregião do Pajeú e da Mesorregião do Sertão pernambucano. Situada a 466 m de altitude e distante 384 km do Recife, o Município possui 995 km^2 de área e conta com uma população de 22.624 habitantes. É constituído dos distritos: Flores, Fátima e Sítios dos Nunes.

Filhos ilustres na magistratura

O Desembargador Hélio Barros de Siqueira Campos e o Juiz André Carneiro de Albuquerque Santana nasceram em Flores.

Feriados oficiais locais

11 de setembro – Emancipação Política
8 de dezembro – Nossa Senhora da Conceição

Fórum Desembargador Adauto Maia

Rua Pedro Santos Estima, n. 87 – Centro – Flores/PE – CEP: 56.850-000

Termo Judiciário

Calumbi

Calumbi tinha a denominação de São Serafim e integrava o território do Município de Flores. A Lei Estadual n. 4.938, de 20 de dezembro de 1963, elevou sua sede à categoria de Cidade. A sua instalação ocorreu em 1º de abril de 1964. Administrativamente, o Município é formado pelo Distrito Sede e pelos Povoados de Tamborilzinho e Roças Velhas.

Está localizado na Microrregião do Pajeú e da Mesorregião do Sertão pernambucano. Situado a 446 m de altitude e distante 410 km do Recife, o Município possui 179 km² de área e conta com uma população de 5.747 habitantes.

Calumbi integra a 108ª Zona Eleitoral, com sede em Betânia, contando com 25 seções e 6.154 eleitores, tendo como Juiz Eleitoral Manoel Belmiro Neto.

Floresta

O Município

O Município de Floresta foi criado pela Lei Provincial n. 153, de 31 de março de 1846, sendo suprimido pela Lei Provincial n. 248.

Foi restaurado pela Lei Provincial n. 579, de 30 de abril de 1864, com reinstalação em 7 de janeiro de 1865, elevado à categoria de Cidade pela Lei Estadual n. 867, de 19 de junho de 1907.

A Comarca

Em 9 de maio de 1865, a Lei Provincial n. 120 transferiu a sede do termo e Comarca de Tacaratu para o de Floresta, ficando subordinado a esta.

A Lei Provincial n. 1.260, de 26 de maio de 1877, criou a Comarca de Floresta, sendo instalada em 10 de setembro de 1879 pelo Juiz Instalador Gerôncio Dias de Arruda Falcão.

A Comarca é de 1ª entrância e possui vara única. A Justiça Eleitoral funciona em uma sala anexa nas dependências do fórum, e a OAB também conta com uma sala para uso dos advogados. A Defensoria Pública, o Ministério Público e a Justiça de Trabalho têm sedes próprias.

Justiça Eleitoral

Na Comarca de Floresta concentra-se a 72ª Zona Eleitoral, com 66 seções, 23.058 eleitores, e tem como Juiz Eleitoral, atualmente, Filipe Ramos Uaquim.

Juízes que atuaram na Comarca

1879 – Gerônimo Dias de Arruda Falcão
1880 – Francisco Serafim de Souza Ferraz
1896 – Joaquim Francisco de Sá
1902 – José Alexandre Gomes de Sá
1904 – João Paulino Leite de Sá
1906 – Joaquim Alves de Carvalho
1913 – Aureliano Valério de Sá
1913 – José Alexandre Leite de Sá
1914 – Bianor Marques Baptista
1914 – Antônio Serafim de Souza Ferraz
1914 – João Evangelista Pereira de Oliveira Filho
1914 – Justo Gomes de Sá Netto
1914 – Affonso Gomes de Sá
1918 – Enéas Rufino de Sá
1919 – Antônio Alves Cantarelli
1919 – Antônio Theophilo Lial
1923 – João Gomes Barboza
1924 – Anastácio Peregrino Leite de Araújo
1926 – Manoel José de Carvalho Coimbra
1929 – Rômulo Lins e Silva
1930 – Joaquim Crispiniano Coêlho Brandão
1931 – Cícero Matheus Ribeiro Ramalho

1931 – Raphael Cavalcante de Albuquerque
1932 – Natanael Tavares de Gouveia Marinho
1935 – Antônio Garcez Alves de Lima
1936 – José Feliciano da Silva Porto
1940 – Lito de Azevedo e Silva Filho
1940 – Epaminondas Carlos de Albuquerque
1942 – Fausto de Oliveira Campos
1942 – Alcebíades Medeiros de Siqueira Campos
1945 – José Ribeiro Campos
1946 – Aderson Antão de Carvalho
1948 – Nestor Valgueiro de Carvalho Barros
1950 – José Cavalcante Padilha
1950 – Nelson Pereira Arruda
1951 – José Néri Alves de Souza
1952 – José Edgar de Vasconcelos Dutra
1953 – Manoel José de Carvalho Coimbra
1953 – José Tito Ferraz
1955 – Hélio Machado da Silva Porto
1956 – Benício Ferraz Filho
1956 – José Alves Vieira Maciel
1959 – Gilberto Augusto Corrêa Gondim
1960 – Elísio Cantarelli Carvalho Caribé
1961 – Rilton Rodrigues da Silva
1962 – José Ferreira Lima
1963 – Antônio Martins Veras
1964 – José Ribamar Teles de Araújo
1965 – Francisco de Sá Sampaio
1965 – Múcio Rodrigues Barbosa Aguiar
1965 – José Quincas de Souza Filho

1966 – José Gomes de Sá
1966 – Nelson Meirelles Ribeiro de Castro
1967 – Ulisses Lustosa Sobrinho
1967 – Jurandir Soriano de Sá
1968 – Antônio de Pádua Couto Caraciolo
1969 – Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho
1971 – Gilberto da Silva
1975 – Antônio Oliveira da Silva
1976 – Luiz Carlos da Cunha Muniz
1979 – José Rabelo de Araújo Pimenta
1979 – Eloy D'Almeida Lins
1981 – Marcos Miguel de Farias Silva
1983 – Fernando Barbosa Pinto
1983 – Severino Coutinho da Silva
1984 – José Carlos Patriota Malta
1985 – Edson Costa Coelho
1985 – Fabiano João Bosco Formiga de Carvalho
1986 – Marcílio Duque Cavalcanti
1986 – José Pereira Lemos
1986 – Carlos Augusto de Albuquerque Barros
1987 – José Ferreira Neves Neto
1987 – Antônio Xavier da Costa
1987 – Cleodon Eleno dos Santos
1989 – José Nunes Siqueira
1990 – Danilo Galvão Martiniano Lins
1990 – Ruy Trezena Patu Júnior
1990 – José Adelmo Barbosa da Costa Pereira
1990 – Cristóvão Tenório de Almeida
1992 – Ricardo Pessoa dos Santos

1992 – Fernando Antônio Sabino Cordeiro
1992 – Francisco de Assis Timóteo Rodrigues
1992 – Maria Auri Alexandre
1994 – Abdon Máximo Neto
1994 – Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
1994 – Luiz Sérgio Silveira Cerqueira
1995 – Edson José Gonçalves Cavalcanti
1995 – Nilbson Rogério Silva Galindo
1996 – Sérgio Paulo Ribeiro da Silva
1996 – Francisco Josafá Moreira
1997 – Felippe Augusto Gemir Guimarães
1997 – Frederico José Torres Galindo
1997 – Luiz Fernando Lapenda Figueiroa
1997 – Alexandre Sena de Almeida
1997 – Humberto Costa Vasconcelos Júnior
1998 – Edilson Rodrigues Moura
2000 – Edinaldo Aureliano de Lacerda
2003 – Maria Segunda Gomes de Lima
2004 – José Roberto Alves de Sena
2006 – Marcus César Sarmento Gadelha
2007 – Anna Paula Borges Coutinho
2011 – Rildo Vieira da Silva
2015 – Gabriel Augusto Amario de Castro Pinto
2017 – José Anastácio
2017 – Carlos Ferreira de Aguiar
2018 – Carolina de Almeida Pontes de Miranda
2019 – **Filipe Ramos Uaquim (atual)**

Informações geográficas

Está situada a 433 km do Recife, com área territorial de 3.643 km² e dividida em três distritos: Sede, Nazaré do Pico e Airi. Detém população de 33.184 habitantes e está localizada na Mesorregião do São Francisco pernambucano e Microrregião Sertão de Itaparica.

Filho ilustre na magistratura

O Desembargador e Ex-Presidente do TJPE José Antônio de Souza Ferraz nasceu em Floresta.

Feriados oficiais locais

31 de março – Dia da Emancipação Política
20 de junho – Dia do aniversário da Cidade
20 de dezembro – Dia do Padroeiro Bom Jesus dos Aflitos
20 de novembro – Dia da Consciência Negra

Fórum Desembargador Euclides Ferraz

Avenida Audomar Ferraz, n. 52 – Centro – Floresta/PE –
CEP: 56.400-000

Gameleira

O Município

A Lei Provincial n. 763, de 11 de junho de 1867, criou o Distrito de Gameleira. Foi elevado à condição de Vila pela Lei Provincial n. 1.057, de 7 de junho de 1872, com o território desmembrado do Município de Sirinhaém, sendo instalado em 13 de dezembro de 1873. A Lei Estadual n. 153, de 10 de abril de 1896, elevou a sede municipal à categoria de Cidade.

A Comarca

A Comarca de Gameleira foi criada pela Lei Estadual de 8 de julho de 1890, sendo classificada de 1ª entrância pelo Decreto n. 53 de 10 de julho de 1890. Foi instalada em 11 de agosto de 1890 pelo Juiz Lindolpho Hisbelo Corrêa de Araújo.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Gameleira, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Ribeirão.

Justiça Eleitoral

Gameleira integra a 28ª Zona Eleitoral, composta por 42 seções. Conta com 15.178 eleitores cadastrados e tem como Juiz Eleitoral Antônio Carlos dos Santos.

Juízes que atuaram na Comarca

1890 – Lindolpho Hisbelo Corrêa de Araújo
1891 – Antônio José Pires
1892 – José Francisco Ribeiro Pessoa
1892 – José Francisco de Moraes e Silva
1892 – Aquilino Gomes Porto
1905 – Eusébio Brandão da Rocha Albuquerque Uchoa
1906 – Nilo Rodrigues de Miranda
1906 – Agripino Thyrso Nogueira Lima
1918 – Justino José Vaz de Oliveira
1920 – Afonso de Albuquerque Silva
1931 – Oscar Bandeira de Lima Coutinho
1932 – Paulo Martins de Almeida
1935 – Alfredo Zacarias dos Santos
1935 – Juliano Regueira Pinto de Souza
1943 – Manoel Agripino do Rêgo Barros
1945 – Severino Alves Leite
1948 – Francisco Austerliano de Crasto
1953 – Agripino Ferreira da Nóbrega
1953 – Clóvis Ferreira de Lima
1956 – Márcio Rollemberg Leite
1964 – Cláudio Américo de Miranda
1964 – Onofre de Barros
1967 – Múcio Rodrigues Barbosa de Aguiar
1972 – Gilberto da Silva
1976 – Mário Alves de Souza Melo
1981 – José Fernandes de Lemos
1983 – José Roberto Lagranha Távora
1985 – Celmilo José Evangelista Gusmão

1986 – José Roberto de Oliveira
1989 – Antônio Vital de Moraes
1991 – Paula Maria Malta Teixeira do Rêgo
1994 – Maria Amélia Pimentel Lopes
1998 – Abner Apolinário da Silva
1998 – José Henrique Coelho Dias da Silva
2000 – Maria do Rosário Monteiro Pimentel de Souza
2003 – Antônio Carlos dos Santos
2004 – Maria do Carmo de Moraes Melo
2005 – Dulceana Maciel de Oliveira
2012 – Danielle Christine Silva Melo Burichel
2013 – Christiana Brito Caribé Da Costa Pinto
2015 – Marília Ferraz Martins Thum
2017 – Raquel Evangelista Feitosa
2018 – Rodrigo Ramos Melgaço
2019 – **Tatiana Cristina Bezerra Salgado (atual)**

Informações geográficas

Gameleira dista 99 km do Recife, possui 258 km² de área e é composta pelos Distritos Sede, José da Costa e Cuiambuca. Detém população com, aproximadamente, 31.052 habitantes. Está localizada na Microrregião da Mata Meridional e na Mesorregião da Mata pernambucana.

Feriados oficiais locais

2º domingo de janeiro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Penha
10 de abril – Dia da Emancipação Política

Fórum Doutor Onofre de Barros

Rua José Barradas, n. 81 – Centro – Gameleira/PE – CEP: 55.530-000

Garanhuns

O Município

Freguesia desde 1786, a Vila de Garanhuns foi criada pelo Alvará Régio de 10 de março de 1811. A Vila teve sua instalação no dia 17 de dezembro de 1813 e foi inaugurada pelo Desembargador José Pereira Barroso de Mendonça.

Pela Lei Provincial n. 1.309, de 4 de fevereiro de 1879, Garanhuns recebeu foros de Cidade. Em 7 de janeiro de 1893, torna-se município autônomo, por força da Lei Estadual n.52, de 3 de agosto de 1892.

A Comarca

Em virtude da Lei Provincial n. 22, de 6 de junho de 1836, a Comarca de Garanhuns foi criada, sendo desmembrada da Comarca de Brejo.

Sua instalação ocorreu no ano seguinte, em 1° de janeiro de 1837, e teve como instalador e primeiro Juiz de Direito João Pereira de Carvalho.

Atualmente, Garanhuns é classificada como de 2ª entrância. No fórum, inaugurado em 27 de outubro de 2005, funcionam as seguintes varas judiciais: 1ª e 2ª Varas Criminais; 1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis; 1ª e 2ª Varas de Família e Registro Civil; Vara da Fazenda

Pública e Vara Regional da Infância e Juventude, além do Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, do Juizado Especial Criminal e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC).

Em 23 de agosto de 1996, foi instalado o Juizado Especial Cível de Garanhuns, pelo Juiz instalador José Gilberto de Souza, nos termos do Ato n. 917 de 22 de agosto de 1996.

A 1ª Vara de Família e Registro Civil foi instalada em 24 de setembro de 2008 e a 2ª Vara de Família e Registro Civil foi instalada em 15 de janeiro de 2010, ambas criadas pela Lei Complementar n. 100/2007.

A Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem foi instalada em 1º de fevereiro de 2012, por força do Ato n. 90/2012, que menciona o art. 74 da Lei Complementar n. 100/2007 e o art. 1º da Resolução n. 222/TJPE de 4 de julho de 2007, que atendem à Recomendação n. 125/2010 do CNJ. Posteriormente, a Lei Complementar n. 204, de 22 de maio de 2012, criou a Central, que depois foi transformada em CEJUSC, pela Lei Complementar n. 353, de 23 de março de 2017.

A Cidade é sede de Vara Trabalhista e de Subseccional da OAB/PE. A Defensoria Pública, a Justiça Eleitoral e o Ministério Público têm sedes próprias, porém também funcionam em salas no interior do Fórum.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Brejão passa a ser agregada à Comarca de Garanhuns.

Justiça Eleitoral

A Comarca de Garanhuns é sede da 56ª Zona Eleitoral com 258 secções e 90.841 eleitores cadastrados. Tem como Juiz Eleitoral Márcio Bastos Sá Barretto.

Juízes que atuaram na Comarca

1837 – João Pereira de Carvalho
1838 – Antônio Batista Gitirana
1839 – Henrique Félix de Cássia
1840 – João Quirino Rodrigues da Silva
1850 – João Francisco Duarte Júnior
1851 – José Nicolau Nogueira Costa
1853 – João Carlos Pereira Ibiapina
1854 – José Bandeira de Melo
1859 – Teodósio Machado Freire Pereira da Silva Júnior
1861 – Antônio Manoel de Medeiros Furtado
1863 – Carlos Cerqueira Pinto
1874 – Joaquim Cordeiro Coelho Cintra
1889 – Nilo Rodrigues de Miranda
1900 – Luís Afonso de Oliveira Jardim
1906 – Joaquim Maurício Vanderlei
1914 – José Pedro de Abreu e Lima
1915 – Jonathan Costa
1919 – Ernesto Vieira dos Santos
1931 – Severino Tavares Pragana
1932 – Lauro Dornelas Câmara
1934 – Evandro Muniz Neto
1934 – Ozório Pinto da Silva Santos

1935 – Edmundo Jordão de Vasconcelos
1941 – Lito d'Azevedo Silva Filho
1960 – Américo Gregório Torres
1960 – Carlos Alberto Pedrosa Marinho
1964 – Antônio de Souza Dantas
1964 – Plácido de Souza
1964 – Valdir Barbosa
1964 – José Martins de Souza Leão
1964 – José Coelho Brandão
1965 – Clóvis Ferreira de Lima
1966 – Antônio Viana de Siqueira
1966 – Gabriel Wanderley Prazeres
1971 – Márcio de Albuquerque Xavier
1973 – Aurélio Muniz Freire
1982 – Gil Buarque da Fonseca
1984 – Alexandre Gadelha Malta de Moura
1884 – Adalberto de Oliveira Melo
1987 – Francisco Carvalho Silva Gueiros Filho
1988 – Severino Tenório Pinto
1989 – Gerson Venâncio de Carvalho
1991 – Adeildo Nunes
1991 – Itamar Pereira da Silva Júnior
1992 – Eriberto Chianca
1992 – Cristovão Tenório de Almeida
1994 – Gilvan Macedo dos Santos
1994 – Sérgio José Vieira Lopes
1994 – Nalva Cristina Barbosa Campello
1995 – Jucineide Freitas de Albuquerque
1996 – Rinaldo Adilson de Souza

1996 – Ivon Vieira Lopes
1996 – José Gilberto de Souza
1997 – Arnóbio Amorim Araújo Junior
1997 – Joaquim Francisco Barbosa
1997 – Karla Fabíola Rafael Peixoto Dantas
1998 – Márcio Bastos Sá Barreto
1998 – Paulo Francisco da Costa
1998 – Marcyrajara Maria Góis da Silva
2001 – Zélia Maria Pereira de Melo
2001 – Maria Betânia Duarte Rolim
2001 – Enéas Oliveira da Rocha
2001 – Helenita Ramos Silva
2001 – Roberto Costa Bivar
2003 – Pierre Souto Maior Coutinho de Amorim
2003 – Ana Paula costa de Almeida
2003 – Iasmina Rocha
2003 – Breno Duarte Ribeiro de Oliveira
2004 – Célia Gomes de Morais
2004 – Magdala Sette de Barros
2005 – Marcelo Marques Cabral
2005 – Jacira Maria Lucena da Rocha
2005 – Natália Assis Melo
2005 – Max Cavalcanti de Albuquerque
2005 – Waldemiro de Araújo Lima Neto
2005 – Regina Célia de Albuquerque Maranhão
2007 – Eliziongerber de Freitas
2007 – Milena Flores Ferraz Cintra
2008 – Pollyanna Maria Barbosa Pirauá Cotrim
2008 – Andrian de Lucena Galindo

2009 – Glacidelson Antônio da Silva
2009 – José Carlos Vasconcelos Filho
2010 – Luciana Josué Raposo
2010 – Karla Fabíola Rafael Peixoto Dantas
2012 – Maria Betânia Duarte Rolim
2012 – Enéas Oliveira da Rocha
2012 – Francisco Milton Araújo Júnior
2015 – Maurício Santos Gusmão Júnior
2016 – Malu Marinho Sette
2016 – Zélia Maria Pereira de Melo
2019 – Alyne Dionísio Barbosa Padilha

Organização Judiciária atual

1ª Vara Cível – Enéas Oliveira da Rocha
2ª Vara Cível – Márcio Bastos Sá Barretto
3ª Vara Cível – Milena Flores Ferraz
1ª Vara Criminal – Pollyanna Maria Barbosa Pirauá Cotrim e Alyne Dionísio Barbosa Padilha
2ª Vara Criminal – Malu Marinho Sette
Vara Regional da Infância e Juventude – Maurício Santos Gusmão Júnior e Andrian de Lucena Galindo
1ª Vara de Família e Registro Civil e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Maria Betânia Duarte Rolim
2ª Vara de Família e Registro Civil – Zélia Maria Pereira de Melo
Vara da Fazenda Pública – Glacidelson Antônio da Silva

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Francisco Milton Araújo Júnior
Juizado Especial Criminal – Karla Fabíola Rafael Peixoto Dantas

Informações geográficas

Garanhuns está situada na Mesorregião do Agreste pernambucano, Microrregião de Garanhuns, distante 228 km do Recife, com altitude de 842 m. Possui 458 km² de área e população de 140.577 habitantes.

Feriados oficiais locais

2ª quinta-feira de maio – Corpus Christi
13 de junho – Dia do Padroeiro Santo Antônio

Fórum Ministro Eraldo Gueiros Leite

Avenida Rui Barbosa, n. 479 – Heliópolis – Garanhuns/PE – CEP: 55.295-530

Glória do Goitá

O Município

A Lei Provincial n. 1.297, de 9 de julho de 1877, criou o Município de Glória do Goitá, instalado em 10 de janeiro de 1878, antes pertencente ao Município de Paudalho.

Pela Lei Provincial n. 1.811, de 27 de junho de 1884, foi elevada à categoria de Cidade. Tornou-se município autônomo em 25 de janeiro de 1893, com a Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

A Comarca

A Lei Provincial n. 1.805, de 13 de junho de 1884, criou a Comarca de Glória do Goitá, instalada em 7 de janeiro de 1890 pelo seu primeiro Juiz de Direito João Augusto de Albuquerque Maranhão.

A Comarca é de 1ª entrância e possui vara única, que funciona no fórum inaugurado em 13 de setembro de 2017. A Defensoria Pública e a OAB funcionam no fórum. A Justiça Eleitoral e o Ministério Público têm sedes próprias.

Justiça Eleitoral

Glória do Goitá é sede da 21ª Zona Eleitoral, que abrange também o eleitorado do Termo Chã de Alegria. No total, a Zona é com-

posta por 94 seções, conta com 32.542 eleitores cadastrados e tem como Juiz Eleitoral Gabriel Araújo Pimentel.

Juízes que atuaram na Comarca

1890 – João Augusto de Albuquerque Maranhão
1890 – Firmino Herculano de Sá e Albuquerque
1892 – Esperidião Ferreira Monteiro
1896 – Eleutherio Pereira Correio Lima
1915 – Rafhael Cavalcante de Albuquerque
1929 – Álvaro Simões Barbosa
1931 – Timoleão Augusto de Albuquerque Maranhão
1934 – Gilberto Gomes de Andrade
1935 – Tertuliano Francisco do Nascimento Feitosa
1935 – Benedito Marques Vieira
1940 – Evandro Muniz Neto
1941 – Francisco Austerliano Crasto
1946 – Paulo de Sá Pereira
1948 – Manoel Francisco do Nascimento Borges
1949 – Caeté de Medeiros
1951 – Aníbal Wanderlei Cavalcanti
1954 – Geraldo Magela Dantas Campos
1963 – Manoel Teixeira dos Prazeres
1966 – Leduar Monteiro Cavalcanti de Albuquerque
1974 – Ivonaldo Pereira de Miranda
1979 – Aécio José Maranhão da Fonte
1982 – Dilnae Pinheiro Silveira Borba
1982 – Zamir Machado Fernandes
1983 – Dâmocles Virgílio Leite do Amaral

1983 – José Fernandes de Lemos
1984 – José Nunes Costa
1986 – Antenor Cardoso Soares Júnior
1987 – Fernando Rodrigues Beltrão
1987 – Lenivaldo Isídio de Sena
1989 – Luiz Fernando Lapenda Figueiroa
1991 – Humberto Vasconcelos da Costa Júnior
1992 – Reginaldo Alves de Andrade
1999 – Sônia Maria Pereira Guerra
2001 – Marinês Marques Viana
2003 – Auziênio de Carvalho Cavalcanti
2003 – Wilka Pinto Vilela Correia
2003 – José Alberto de Barros Freitas Filho
2005 – Catarina Vila-Nova Alves de Lima
2005 – José Anchieta Félix da Silva
2006 – Ana Carolina Avellar Diniz
2009 – Uraquitan José dos Santos
2011 – Fernando Jorge Ribeiro Raposo
2012 – Roberto Jordão de Vasconcelos
2012 – Severiano de Lemos Antunes Júnior
2013 – Dulceana Maciel de Oliveira
2013 – Lauro Pedro dos Santos Neto
2014 – José Faustino Macêdo de Souza Ferreira
2017 – João Ricardo da Silva Neto
2017 – Alexandra Loose
2018 – Sheila Cristina Torres Santos Moreira
2019 – **Gabriel Araújo Pimentel (atual)**

Informações geográficas

Glória de Goitá está situada a 158 m de altitude, dista 65 km da Capital. Tem 231 km² de área territorial, dividida administrativamente entre os distritos Sede e de Apoti. Sua população conta com 30.604 habitantes. Localiza-se na Zona da Mata Norte pernambucana.

Feriados oficiais locais

9 de julho – Dia da Emancipação Política
15 de agosto – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Glória
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição

Fórum Doutor Manoel Pessoa de Luna Filho

Avenida Rui Barbosa, n. 250 – Centro – Glória de Goitá/PE – CEP: 55.620-000

Termo Judiciário

CHÃ DE ALEGRIA

O Município de Chã de Alegria foi criado pela Lei n. 4.985, de 20 de dezembro de 1963, instalado em 1º de março de 1964. Está situado na Zona da Mata pernambucana, a 160 m de altitude. Dista 54 km da Capital e tem área territorial de 48 km². Sua população conta com 13.518 habitantes.

Chã de Alegria integra a 21ª Zona Eleitoral, com sede em Glória do Goitá, possui 35 seções com 10.710 eleitores.

Goiana

O Município

Núcleo de povoamento desde meados do século XVI, o Distrito de Goiana foi elevado pela primeira vez à condição de Vila em 1685, por força da Provisão Régia de 15 de janeiro daquele ano.

Devido à Lei Provincial n. 86, a Vila de Goiana recebeu foros de Cidade e passou a ser sede do Município de mesma denominação em 5 de maio de 1840.

No final do século XIX, pela Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892, Goiana constituiu-se município autônomo com instalação em 1º de março de 1893.

A Comarca

A Resolução do Conselho do Governo Provincial, publicada no dia 20 de maio de 1833, dividiu Pernambuco em nove Comarcas: Recife, Goiana, Nazaré, Limoeiro, Santo Antão, Rio Formoso, Bonito, Brejo e Flores.

Foi através dessa Resolução que a Vila de Goiana foi elevada à condição de cabeça de Comarca e compreendia as Freguesias de Goiana e Itambé.

A Comarca de Goiana foi instalada em 1843 e teve como instalador e primeiro Juiz de Direito Joaquim Nunes Machado, que

alguns anos mais tarde, já como Desembargador do Tribunal da Relação, destacou-se como figura marcante no movimento eclodido em Pernambuco em 1848, a Revolução Praieira.

O Decreto n. 687, de 26 de julho de 1850, estabelecendo regras sobre as nomeações, remoções e vencimentos dos Juízes de Direito, classificou Goiana na primeira entrância. Posteriormente, o Decreto n. 5.139, de 13 de novembro de 1872, elevou a Comarca à segunda entrância, ao alterar a classificação de algumas das Comarcas da Província de Pernambuco.

Classificada como de 2ª entrância, na Comarca funcionam as 1ª e 2ª Varas Cíveis, a Vara Criminal, a Vara Regional da Infância e Juventude, um Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo e Criminal, e um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. A Vara Criminal, instalada em 2 de julho de 2013, foi criada pela Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007.

A Justiça Eleitoral funciona no fórum, enquanto a Justiça Trabalhista possui sede própria na Comarca, assim como a Defensoria Pública e o Ministério Público. A Cidade sedia Subseccional da OAB/PE.

Justiça Eleitoral

Goiana é sede da 25ª Zona Eleitoral com 164 seções, contando com 58.494 eleitores cadastrados, e tem como Juíza Eleitoral responsável Maria do Rosário Arruda de Oliveira.

Juízes que atuaram na Comarca

1843 – Joaquim Nunes Machado

1901 – Manoel Tobias do Rego Albuquerque

1906 – João Vieira da Cunha
1907 – Victoriano Regueira Pinto de Souza
1919 – Joaquim Corrêa de Oliveira Andrade Lyra
1924 – Oscar Bandeira de Lima Coutinho
1937 – Manoel José de Carvalho Coimbra
1941 – José Demétrio de Paula Mendes
1943 – Mário Gadelha Simas
1952 – José Pessoa de Oliveira Cavalcanti
1954 – Milton de Araújo Barbosa
1964 – Gilberto Augusto Correa Gondim
1969 – Lamartine de Holanda Cavalcanti
1970 – Hélio Nelson Holmes Lins
1972 – Armando de Barros Figueiredo
1978 – José Maria de Carvalho
1975 – Hélio Vidal Campos
1979 – Lavanério de Queiroz Duarte
1985 – Luiz Carlos de Barros Figueiredo
1986 – Marcos Miguel de Farias Silva
1988 – Luiz Fernando Lapenda Figueiroa
1988 – Carlos Augusto de Albuquerque Barros
1989 – José Alexandre de Vasconcelos Aquino
1989 – Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
1990 – Carlos Alberto Maranhão de Oliveira
1994 – Fábio Eugênio de Oliveira Dantas
1995 – Ambrósio Agrícola Nunes
1996 – Carlos Antônio Alves da Silva
2003 – Aline Cardoso dos Santos
2005 – Mariza Silva Borges
2005 – Carlos Gean Alves dos Santos

2005 – José de Andrade Saraiva Filho
2006 – Marília Falcone Gomes Lócio
2006 – Rúbia Celeste Cabral Pereira Tavares de Melo
2012 – Renato Vasconcelos Maia
2013 – Severiano de Lemos Antunes
2013 – André Rafael de Paula Batista Elihimas
2013 – José Faustino Macêdo de Souza Ferreira
2013 – Marcos Garcez de Menezes Júnior
2013 – José Gilberto de Sousa
2015 – Maria do Rosário Arruda de Oliveira
2016 – Mariana Vieira Sarmento
2016 – José Gilberto de Sousa
2017 – Tito Lívio Araújo Monteiro
2019 – Danilo Félix Azevedo
2019 – Clenya Pereira de Medeiros
2020 – Felipe José Dias Martins da Rosa e Silva
2020 – Mariana Zenaide Teófilo Gadelha
2020 – Tatiana Lapa Carneiro Leão

Organização Judiciária atual

1ª Vara Cível – Maria do Rosário Arruda de Oliveira
2ª Vara Cível – Marcos Garcez de Menezes Júnior
Vara Criminal – Clenya Pereira de Medeiros e Aline Cardoso dos Santos
Vara Regional da Infância e Juventude – Clenya Pereira de Medeiros
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Tatiana Lapa Carneiro Leão e Marcos Garcez de Menezes Júnior

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Maria do Rosário Arruda de Oliveira

Informações geográficas

Goiana fica localizada na Microrregião Setentrional da Mata Pernambucana, distando 75 km do Recife. O Município possui 445 km² de área e conta com uma população de 79.758 habitantes.

Filhos ilustres na magistratura

Nasceram em Goiana os magistrados: Josué Antônio Fonseca de Sena, Nildo Nery dos Santos, Joaquim Nunes Machado, Natanael Tavares de Gouveia Marinho, Anselmo Francisco Peretti, Ailton Alfredo de Souza, Francisco Luiz Correia de Andrade, Luiz Tavares de Gouveia Marinho, Gilberto Augusto Corrêa Gondim, Oscarlino Tavares de Mello Gouveia, Alexandre Gadelha Malta de Moura, Felippe Augusto Gemir Guimarães e Joaquim Monteiro Guedes Correia Gondim.

Feriados oficiais locais

24 de junho – Dia de São João
29 de junho – Dia do Padroeiro São Pedro
8 de dezembro – Dia da Virgem Imaculada Conceição de Maria

Fórum Desembargador Nunes Machado

Rua Historiador Antônio Correia de Oliveira Andrade Filho, s/n, 2º Andar – Loteamento Boa Vista – Boa Vista – Goiana/PE – CEP: 55.900-000

Gravatá

O Município

A Capela de Sant'Anna de Gravatá foi desmembrada da Freguesia de Bezerros e elevada a Matriz pela Lei Provincial n. 422, de 25 de maio de 1857, que também criou o distrito. Posteriormente, foi criado o Município com a Lei Provincial n. 1.560, de 30 de maio de 1881, somente instalado em 9 de janeiro de 1883. Passou a Cidade com a Lei n. 1.805, de 13 de junho de 1884.

A Comarca

A criação da Comarca se deu com a Lei n. 1.805, de 13 de junho de 1884. A Lei Estadual n. 697, de 20 de junho de 1904, estabeleceu divisão judiciária em que Gravatá passou a ser Termo da Comarca de Bezerros, sendo restaurada com a Lei Provincial n. 1.316, de 10 de junho de 1916.

A Comarca teve sua 2ª Vara criada pela Lei Estadual n. 10.629, de 18 de outubro de 1991, e instalada em 12 de janeiro de 1994.

A Vara Criminal, criada através da Lei Complementar n. 100/2007, foi instalada em 29 de janeiro de 2010, através do Ato n. 407/2010, tendo como Juíza Instaladora Izilda Maria de Abreu Dornelas Câmara. Por consequência, as 1ª e 2ª Varas, as quais até aquele momento possuíam competência geral, foram transforma-

das em 1ª e 2ª Vara Cíveis, ficando a cargo da 2ª Vara Cível a competência relativa à Infância e Juventude.

O Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo foi instalado em 10 de setembro de 2013, nos termos do Ato n. 680/2013, criado pela Lei Complementar n. 100, alterada pela Lei Complementar 163 de 17 de dezembro de 2010. Também houve a instalação do CEJUSC em 31 de janeiro de 2018, através do Ato n. 27/2018.

O atual fórum da Comarca de Gravatá foi inaugurado em 8 de novembro de 2007, durante a gestão do Presidente Desembargador Fausto Valença de Freitas.

A Defensoria Pública, o Ministério Público e a Justiça Eleitoral têm sedes próprias. A OAB funciona nas instalações do fórum.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Chã Grande passa a ser agregada à Comarca de Gravatá.

Justiça Eleitoral

A Comarca é sede da 30ª Zona Eleitoral, com 155 seções, estando cadastrados 67.209 eleitores. Atualmente, o Juiz Luiz Célio de Sá Leite responde pela Justiça Eleitoral na Comarca.

Juízes que atuaram na Comarca

1884 – Joaquim Guinnes da Silva e Mello
1885 – Alferes Zeferino de Albuquerque
1887 – Francisco Gomes de Araújo
1892 – Joaquim Pedro Cavalcante de Albuquerque
1898 – Thomas Soriano de Souza
1906 – P. B. Mendonça Vasconcelos

1914 – Juliano Regueira Pinto de Souza
1924 – João Jungmann
1927 – Gabriel Soares Quintas
1934 – José Roque Dias da Silva
1944 – Raphael Cavalcanti de Albuquerque
1952 – José Ribeiro Campos
1953 – Pedro Ribeiro Malta
1961 – Ivo Isidoro de Assis
1964 – José Foerest
1966 – Edmundo Pessoa de Araújo
1973 – José de Oliveira Lima Filho
1979 – Lavanério de Queiroz Duarte
1979 – João Gomes dos Passos
1980 – José Maria de Carvalho
1986 – Marcos Tavares de Albuquerque
1988 – Flávio Pessoa de Souto Maior
1994 – Danilo Galvão Martiniano Lins
1995 – Ana Paula de Oliveira Bandeira Duarte
1997 – Damião Severiano de Sousa
2000 – Clóvis Silva Mendes
2003 – Tomás de Aquino Pereira de Araújo
2004 – Izilda Maria de Abreu Dornelas Câmara
2005 – **Severiano de Lemos Antunes Júnior (atual – Vara Criminal e CEJUSC)**
2005 – Laura Amélia Moreira Brennand Simões
2009 – Jorge Eduardo de Melo Sotero
2009 – André Rafael de Paula Batista Elihimas
2009 – Hauler dos Santos Fonsêca
2009 – Júlio Olney Tenório de Godoy

2009 – Rafael Cavalcanti Lemos
2010 – Luiz Carlos Vieira de Figueiredo
2012 – Maria do Carmo da Costa Soares
2013 – Jáder Marinho dos Santos
2013 – Patrícia Caiaffo de Freitas Arroxelas Galvão
2013 – Valdelício Francisco da Silva
2015 – **Luiz Célio de Sá Leite (atual – Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo)**
2015 – Rafael Souza Cardozo
2015 – Waldemiro de Araújo Lima Neto
2016 – Flávia Fabiane Nascimento Figueira
2016 – Igor da Silva Rego (Juizado Especial Cível)
2016 – Malu Marinho Sette
2016 – Anna Paula Borges Coutinho
2017 – **Brenda Azevedo Paes Barreto Teixeira (atual – 2ª Vara Cível)**
2017 – **Luis Vital do Carmo Filho (atual – 1ª Vara Cível)**
2017 – Rodrigo Fonseca Lins de Oliveira
2019 – Patrick de Melo Gariolli
2019 – Tatiana Lapa Carneiro Leão
2019 – Thiago Fernandes Cintra
2020 – Matheus de Carvalho Melo Lopes
2020 – Ricardo Guimarães Luiz Ennes

Informações geográficas

A Cidade fica a 447 m de altitude, distando 79 km do Recife. Tem 503 km² de área, é composta pelos Distritos Sede, Mandacaru e Urucu-Mirim, e pelos povoados de Russinhas, São Severino

de Gravatá, Avencas e Ilha Energética. O Município detém uma população de aproximadamente 84.074 habitantes. Compõe a Microrregião do Vale do Ipojuca e a Mesorregião do Agreste Pernambucano.

Filho ilustre na Magistratura

O Desembargador Eduardo Augusto Paurá Peres nasceu em Gravatá.

Feriados oficiais locais

11 de janeiro – Festa de Reis
15 de março – Dia da Emancipação Política
26 de julho – Festa da Padroeira Santa Ana

Fórum Desembargador Pedro Ribeiro Malta

Rua Quintino Bocaiúva, s/n – Centro – Gravatá/PE –
CEP: 55.640-000

Iati

O Município

O Distrito de Iati, criado pela Lei Municipal n. 1, de 1º de junho de 1892, teve primitivamente a denominação de Mocambos, época que integrava o território do Município de Águas Belas. Em 20 de dezembro de 1963, por força da Lei Estadual n. 4.995, Iati foi elevada à condição de Município autônomo. A sua instalação ocorreu em 14 de agosto de 1964.

A Comarca

A Comarca de Iati foi criada em virtude da Lei Estadual n. 10.391, de 18 de dezembro de 1989, permanecendo como Termo do Município de Águas Belas até sua instalação.

A Comarca foi instalada em 23 de janeiro de 2006, por força do Ato n. 144, de 17 de janeiro de 2006, que designou o Juiz Francisco Milton Araújo Júnior para presidir a solenidade.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Iati, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Saloá.

Justiça Eleitoral

A Cidade de Iati é Termo Eleitoral do Município de Saloá, faz parte da 136ª Zona Eleitoral do Estado de Pernambuco, com 44 seções, e tem, em seus registros, 15.516 eleitores cadastrados. Atualmente, tem o Juiz Rômulo Macedo Bastos como responsável pela organização eleitoral no Município.

Juízes que atuaram na Comarca

2006 – Francisco Milton Araújo Júnior
2006 – Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
2006 – Enéas Oliveira da Rocha
2009 – Eliziongerber de Freitas
2013 – Rômulo Macedo Bastos
2015 – Lucas Tavares Coutinho
2016 – Raphael Calixto Brasil
2017 – Torricelli Lopes Lira
2019 – **Patrick de Melo Gariolli (atual)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 487 m de altitude, distando 284 km do Recife. Tem 635 km² de área, onde vivem, aproximadamente, 19.197 habitantes. Situada na Microrregião de Garanhuns e na Mesorregião do Agreste de Pernambuco, é constituída pelo Distrito Sede e os Povoados Quati e Santa Rosa.

Feriados oficiais locais

25 de janeiro – Dia do Padroeiro São Paulo
14 de agosto – Dia da Emancipação Política

Fórum Doutor Maurício Lins Galvão

Rua Francisco Pereira da Costa, s/n – Centro – Iati/PE – CEP: 55.345-000

Ibimirim

O Município

A região era habitada primitivamente pelos índios cariris. O povoamento deu-se a partir de uma fazenda de gado de propriedade de Marcos Ferreira D'Ávila ao final do século XIX.

O distrito, denominado "Mirim", recebeu, por força do Decreto-Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938, o nome de Ibimirim. A Lei Estadual n. 4.956, de 20 de dezembro de 1963, elevou o distrito à condição de município autônomo, desmembrando-o de Inajá. Foi instalado em 5 de março de 1964.

A Comarca

A Comarca de Ibimirim foi criada pela Lei Estadual n. 8.879, de 7 de dezembro de 1981, sendo instalada em 27 de maio de 1989 pelo Juiz José Caubi Arraes Bandeira.

A Comarca é de 1ª entrância e vara única. Funcionam nas instalações do fórum local a Defensoria Pública e o Ministério Público. A Justiça Eleitoral tem sede própria.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Inajá passa a ser agregada à Comarca de Ibimirim.

Justiça Eleitoral

Ibimirim representa a 128ª Zona Eleitoral do Estado de Pernambuco, composta por 65 seções, com 20.081 eleitores cadastrados. Atualmente, tem o Juiz Gustavo Silva Hora como responsável pela organização eleitoral no Município.

Juízes que atuaram na Comarca

1989 – José Caubi Arraes Bandeira
1990 – Agenor Ferreira de Lima
1991 – José Adelmo Barbosa da Costa Pereira
1992 – Gabriel Oliveira Cavalcanti Filho
1993 – Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
1994 – Felippe Augusto Gemir Guimarães Carneiro
1995 – Sérgio Paulo Ribeiro da Silva
1996 – Eduardo Costa
1997 – Nibson Rogério Silva Galindo
1998 – Nehemias de Moura Tenório
1999 – Hydia Virgínia Christino de Landim Farias
2000 – Ailton Alfredo de Souza
2000 – Edilson Rodrigues Moura
2000 – Cristiano Henrique Freitas Araújo
2001 – Caio Jomael Oliveira Freire
2003 – Karina Albuquerque Aragão Amorim
2003 – Gleydson Gleber Bento de Lima Pinto
2003 – Augusto Napoleão Sampaio Angelim
2003 – Gilvan Macedo dos Santos
2003 – Andréa Calado Cruz
2004 – Maurício Santos Gusmão Júnior

2005 – Marcos Garcez de Menezes Júnior
2007 – Carlos Fernando Carneiro Valença Filho
2013 – Raquel Barofaldi Bueno
2015 – Naiana Lima Cunha
2017 – Thiago Meirelles Silva dos Santos
2018 – **Gustavo Silva Hora (atual)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 395 m de altitude, distando 331 km do Recife. Tem 1.906 km² de área territorial, onde vivem, aproximadamente, 29.235 habitantes. Situada na Microrregião do Moxotó e da Mesorregião do Sertão de Pernambuco, é constituída pelo Distritos Sede e Moxotó.

Feriados oficiais locais

13 de junho – Dia do Padroeiro Santo Antônio
20 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum da Comarca de Ibimirim

Avenida Manoel Vicente, s/n – Centro – Ibimirim/PE – CEP: 56.580-000

Ibirajuba

O Município

Desmembrado do Município de Altinho, o distrito tinha a denominação de Gameleira. A Lei Estadual n. 4.943, de 20 de dezembro de 1963, criou o município com o nome de Ibirajuba, instalado em 19 de junho de 1964.

A Comarca

A Comarca de Ibirajuba foi criada pela Lei n. 10.391, de 18 de dezembro de 1989, instalada em 10 de maio de 1992 pelo Juiz Instalador Ives Miranda Mayal.

Foi extinta por decisão da Corte Especial do TJPE, através do Ato n. 2.091, em dezembro de 1998, passando a ser Termo Judiciário da Comarca de Altinho.

Reativada por força de decisão do Tribunal Pleno, publicada no Diário do Poder Judiciário em 1° de setembro de 2000, a Comarca de Ibirajuba foi reinstalada em 10 de março de 2001 pelo Juiz José Adelmo da Costa Pereira, designado pelo Ato n. 135/2001, do Presidente Desembargador Nildo Nery dos Santos.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Ibirajuba, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Altinho.

Justiça Eleitoral

Ibirajuba é Termo de Altinho, que é a sede da 48ª Zona Eleitoral do Estado. A Comarca conta com 6.840 eleitores, distribuídos em 23 seções eleitorais, e tem como Juiz Eleitoral Cristiano Henrique de Freitas Araújo.

Juízes que atuaram na Comarca

1992 – Ives Miranda Mayal
1993 – José Adelmo Barbosa da Costa Pereira
1993 – Abelardo Tadeu da Silva
1994 – Alfredo Hermes Barbosa de Aguiar Neto
1995 – Marcyrajara Maria Góis da Silva
1998 – José Gilmar da Silva
2001 – Luzicleide Maria Muniz Vasconcelos
2003 – Luciana Maria Tavares Menezes
2003 – Leonardo Romeiro Asfora
2015 – Renato Dibachti Inácio de Oliveira
2017 – Sheila Cristina Torres Santos Moreira
2018 – Solon Otávio de França
2019 – **Cristiano Henrique de Freitas Araújo (atual)**

Informações geográficas

O Município de Ibirajuba possui área de 190 km^2 e população de 7.762 habitantes. Localiza-se a 182 km da capital, na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Brejo pernambucano.

Feriados oficiais locais

5 de maio – Dia do Padroeiro Santo Izídio
4 de outubro – Dia do Padroeiro São Francisco de Assis
20 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Doutor Nestor Varejão

Rua Doutor Sérgio Alves de Melo, s/n – Centro – Ibirajuba/PE – CEP: 55.390-000

Ilha de Itamaracá

O Município

Remonta a 1540 a elevação do povoado à categoria de Vila. Em 8 de maio de 1840, com a Lei Provincial n. 86, foi suprimida a Vila, sendo anexada a Goiana. Foi restaurada no dia 8 de abril de 1845 pela Lei Provincial n. 138, tornando-se sede a povoação do Pilar.

O Distrito de Itamaracá, criado pela Lei Provincial n. 676, de 1° de maio de 1866, e pela Lei Municipal n. 1, de 30 de novembro de 1892, pertencia ao Município de Igarassu.

Itamaracá emancipou-se em 1958, com a Lei Estadual n. 3.328, de 30 de dezembro daquele ano, sendo o Município instalado em 17 de março de 1962. Pela Lei Estadual n. 62, de 12 de novembro de 1997, o Município passou à denominação de Ilha de Itamaracá.

A Comarca

A Comarca de Itamaracá foi criada juntamente com o Município, em 1958, pela mesma Lei Estadual n. 3.328 de 30 de dezembro, instalada no dia 19 de maio de 1962 pelo Juiz Humberto da Costa Soares.

Pelo Decreto-Lei Estadual n. 61, de 5 de agosto de 1969, a Comarca foi extinta, passando a ser Termo Judiciário de Igarassu até 1981, quando foi restaurada pela Lei n. 8.879, de 7 de dezembro de

1981. Foi então reinstalada em 20 de dezembro de 1989 pelo Juiz José Alexandre de Vasconcelos Aquino.

O novo fórum da Comarca foi inaugurado em 10 de maio de 2019, onde funcionam a Justiça Eleitoral, a Defensoria Pública e a OAB. O Ministério Público tem sede própria. A Comarca integra a 2ª entrância e possui vara única.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Itapissuma passa a ser agregada à de Itamaracá.

Justiça Eleitoral

Itamaracá sedia a 131ª Zona Eleitoral, com 42 seções, e 17.264 eleitores. Tem como Juiz Eleitoral José Romero Maciel de Aquino.

Juízes que atuaram na Comarca

1962 – Humberto da Costa Soares
1966 – Djair Pedrosa de Albuquerque
1967 – José Foerster
1970 – Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho
1989 – Carlos Frederico Gonçalves de Moraes
1991 – José Alexandre Vasconcelos Aquino
1992 – Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
1992 – Nivaldo Rodrigues Machado Filho
1994 – Eliane dos Santos Mendes Mascarenhas
1995 – Maria Margarida de Souza Fonseca
1995 – Ângela Maria Teixeira de Carvalho Mello
1995 – Simone Cristina Barros
1997 – Severino Bezerra do Nascimento

1998 – Edson José de Andrade Coutinho
1998 – **José Romero Maciel de Aquino (atual)**
1999 – Marco Aurélio Mendonça de Araújo
1999 – Stella Maria Mendes Gomes de Sá Leitão
2005 – Maria do Carmo da Costa Soares
2006 – Anna Regina Lemos Robalinho de Barros
2013 – Eliane Ferraz Guimarães Novaes
2013 – Jacira Maria Lucena da Rocha
2016 – Ana Cecília Toscana Vieira Pinto
2017 – Alfredo Bandeira de Medeiros Júnior
2018 – Fernanda Vieira de Medeiros
2020 – Rodrigo Barros Tomaz do Nascimento

Informações geográficas

A Ilha de Itamaracá está situada na Região Metropolitana do Recife, na Microrregião de Itamaracá, distando 55 km da capital. Tem uma área de 65 km² e população de 26.258 habitantes.

Feriados locais oficiais

1º de janeiro – Dia da Emancipação Política
2 de fevereiro – Dia da Padroeira Nossa Senhora do Pilar
29 de junho – Dia de São Pedro

Fórum Deputado Guilherme Uchoa

Rua África do Sul, s/n – Jaguaribe – Itamaracá /PE –
CEP: 53.900-000

IGARASSU

O MUNICÍPIO

O Distrito de Iguarassú foi criado em 1550 e elevado à categoria de Vila no século seguinte.

Tornou-se município autônomo em 28 de fevereiro de 1893, com a Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

Elevado à condição de Cidade por força da Lei Estadual n. 130, de 3 de julho de 1895. Foi alterada a grafia para Igarassu com o Decreto-Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938.

A COMARCA

Por meio do Alvará Régio de 30 de maio de 1815, a Vila de Igarassu passou a ser Termo da Comarca de Olinda. Em 20 de maio de 1833, por força da Resolução do Conselho do Governo de Pernambuco, Igarassu passou a fazer parte da Comarca do Recife.

A Lei Provincial n. 520, de 13 de maio de 1862, desmembrou o Termo de Igarassu da Comarca do Recife, passando a integrar a Comarca de Olinda.

A Comarca de Igarassu foi criada pela Lei Provincial n. 1.057, de 7 de junho de 1872.

Em 14 de abril de 1997, foi inaugurado o prédio do fórum.

Atualmente, a Comarca é classificada como de 2ª entrância, e é composta por uma Vara Criminal, duas Varas Cíveis, uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e uma Câmara de Conciliação e Mediação de Igarassu.

A Vara Criminal da Comarca, criada pela Lei Complementar n. 31, de 2 de janeiro de 2001, foi instalada em 6 de dezembro de 2001, através do Ato n. 1.780, de 5 de dezembro de 2001, tendo como Juiz Instalador Marco Aurélio Mendonça de Araújo.

A Câmara de Conciliação e Mediação de Igarassu foi instalada em 30 de janeiro de 2008. Em 09 de dezembro de 2013, foi instalada, em prédio anexo no centro do Município, a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, através do Ato n. 231/2013, criada pela Lei Complementar n. 143, de 18 de setembro de 2009, alterada pela Lei Complementar n. 209, de 1º de outubro de 2012.

A Justiça Eleitoral, a Justiça Trabalhista, a Defensoria Pública e o Ministério Público têm sedes próprias no Município, enquanto a OAB funciona em sala nas instalações do fórum.

Justiça Eleitoral

O Município de Igarassu sedia a 85ª Zona Eleitoral, que tem Araçoiaba como Termo Eleitoral. Conta com 213 seções e com 81.743 eleitores, sob a responsabilidade da Juíza Eleitoral Simony de Fátima de Oliveira Emerenciano Almeida.

Juízes que atuaram na Comarca

1873 – Hermógenes Sócrates Tavares de Vasconcellos

1876 – Antonio da Cunha Xavier de Andrade

1877 – Manoel Florentino de Albuquerque Montenegro

1883 – Bento Borges da Fonseca
1884 – Francisco Justiniano Cezar Jacobina
1885 – Antonio José de Amorim
1888 – Manoel Joaquim Silveira
1890 – Hisbello Florentino Correa de Mello
1892 – Abdias de Oliveira
1894 – Primitivo de Miranda Sousa Gomes
1898 – Amaro de Souza Costa
1900 – Antonio Pergentino Moreira de Souza
1902 – José Marianno Carneiro Bezerra Cavalcante
1905 – Julio Machado Guimarães
1907 – Minervino da Silva Barreto
1907 – Misael Clementino Bezerra
1913 – Aurino Marianno cordeiro Galvão
1913 – Normando Gonçalves da Silva
1914 – João Baptista Bezerra de Mello Filho
1914 – Joaquim Ferreira Pinto
1915 – Olympio Freire de Carvalho
1915 – Pedro da Cunha Beltrão
1923 – José Hygino de Moraes Sousa
1925 – Justino José Vaz de Oliveira
1931 – Antônio Nogueira Villela
1934 – Oscar Bandeira Lima Coutinho
1936 – Joaquim Rafael Leitão
1938 – Manoel José de Carvalho Coimbra
1940 – Mário Gadelha Simas
1947 – Edgard Homem de Siqueira
1955 – Francisco de Assis Rosa e Silva Sobrinho
1957 – Milton de Araújo Barbosa

1964 – José Figueirôa
1964 – Humberto da Costa Soares
1967 – José Foerster
1970 – Jair Pedroza de Albuquerque
1972 – Irajá D'Almeida Lins
1975 – Armando de Barros Figueiredo
1977 – Márcio de Albuquerque Xavier
1978 – Antônio de Pádua Couto Caracciolo
1984 – Antonio Oliveira da Silva
1985 – José Manuel Zeferino Galvão de Melo
1985 – Marcos Miguel de Farias Silva
1889 – José Alexandre de Vasconcelos Aquino
1991 – Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
1992 – Mauro Alencar de Barros
1993 – Nivaldo Rodrigues Machado
1993 – Maria Aparecida Dias Costa
1994 – Carlos Berriel Peçanha
1994 – Sérgio José Vieira Lopes
1996 – Pedro Odilon de Oliveira Luz
1998 – Wagner Ramalho Procópio
1998 – Alípio Carvalho Filho
1998 – **Marco Aurélio Mendonça de Araújo (atual – 2ª Cível e Câmara de Conciliação e Mediação)**
2001 – José Henrique Dias da Silva
2002 – Stella Maria Mendes Gomes de Sá Leitão
2002 – Cláudio Avelino de Andrade
2006 – Maria do Rosário Monteiro Pimentel de Souza
2008 – Maria do Carmo Costa Soares
2009 – José Romero Maciel de Aquino

2012 – **Ana Cecília Toscano Vieira Pinto (atual – Vara Criminal)**
2014 – **Rúbia Celeste Cabral Pereira Tavares de Melo (atual – Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)**
2016 – **Simony de Fátima de Oliveira Emerenciano Almeida (atual – 1ª Vara Cível)**
2019 – **Fernanda Vieira Medeiros (atual** – 1ª Vara Cível)

Informações geográficas

A sede da Comarca de Igarassu está localizada na Microrregião de Itamaracá da Região Metropolitana do Recife. Situado a 19 m de altitude e distante 30 km do Recife, o Município tem 305 km² de área e conta com uma população de 117.019 habitantes.

Feriados oficiais locais

24 de junho – Dia de São João
27 de setembro – Dia dos Padroeiros São Cosme e Damião
8 de dezembro – Dia da Virgem Imaculada Conceição de Maria

Fórum Dom Pedro II

Avenida 27 de Setembro, s/n – Centro – Igarassu/PE – CEP: 53.600-000

Termo Judiciário

Araçoiaba

Pelo Decreto-Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938, o Distrito de Chã de Estevão passou à denominação de Arassoiaba. A grafia foi alterada para Araçoiaba em 30 de dezembro de 1953, pela Lei Estadual n. 1.819. O distrito foi elevado à categoria de Município pela Lei Estadual n. 11.230, de 13 de julho de 1995, instalado em 1º de janeiro de 1997.

Está localizado na Microrregião de Itamaracá da Região Metropolitana do Recife. Situado a 160 m de altitude e distante 51 km do Recife, o Município possui 96 km^2 de área e conta com uma população de 20.733 habitantes.

Integra a 85ª Zona Eleitoral, com sede em Igarassu, com 38 seções e 15.421 eleitores.

Inajá

O Município

A Vila de Moxotó foi criada pela Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909. A Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, criou o Município ainda denominado Moxotó.

Com a Lei Municipal n. 14, de 8 de outubro de 1948, a sede do Município foi transferida para o Distrito de Inajá, passando à categoria de Cidade. Foi denominada Inajá com a Lei n. 421, de 31 de dezembro de 1948.

A Comarca

O Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, criou a Comarca do Moxotó (hoje Inajá), sendo instalada pelo Juiz Otávio Claudino de Paiva.

A Comarca foi desativada pelo Ato n. 2.093, de 10 de dezembro de 1998, passando a ser Termo de Ibimirim, sendo reinstalada em 13 de maio de 2000, pelo Juiz Reinstalador Edilson Rodrigues Moura, designado pelo Ato n. 625/2000, do Presidente Desembargador Nildo Nery dos Santos.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Inajá, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Ibimirim.

Justiça Eleitoral

Na Comarca de Inajá concentra-se a 63ª Zona Eleitoral, que possui 36 seções, 13.414 eleitores e tem como Juíza Eleitoral, atualmente, Marina Bandeira Araújo Barbosa Lima.

Juízes que atuaram na Comarca

1943 – Otávio Claudino de Paiva
1949 – Arcelino Cursino de Melo
1949 – Ruben Benvindo Ferreira Costa
1950 – Pedro Ribeiro Malta
1951 – José Miguel de Araújo
1952 – Otílio Guedes de Freitas Montenegro
1952 – Orlando Marques de Albuquerque Cavalcante
1953 – Carlos Albuquerque Pedrosa Marinho
1955 – Antonio de Souza Dantas
1956 – Senyr Jatahy de Sampayo
1962 – José Antonio de Amorim
1962 – Daniel Francisco Xavier
1964 – José Carneiro de Farias Souza
1966 – Demóstenes Batista Veras
1966 – Jurandir Soriano de Sá
1968 – Eloy D'Almeida Lins
1969 – Etério Ramos Galvão Filho
1971 – Amaro José de Araújo
1972 – André Rui de Andrade Albuquerque
1973 – Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho
1979 – Dâmocles Virgílio Leite do Amaral
1983 – Alberto Nogueira Virgínio

1983 – Romão Ulisses Sampaio
1985 – José Carlos Patriota Malta
1985 – Fernando Rodrigues Beltrão
1986 – Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
1988 – Rosalvo Maia Soares
1989 – José Caubí Arraes Bandeira
1991 – Agenor Ferreira de Lima Filho
1991 – Cristóvão Tenório de Almeida
1991 – Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho
1992 – Saulo Sebastião de Oliveira Freire
1993 – Virgínia Gondim Dantas
1993 – Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
1994 – Fernanda Moura de Carvalho
1994 – Sérgio Paulo Ribeiro da Silva
1995 – Eduardo Costa
1997 – Cláudio Márcio Pereira de Lima
1997 – Marco Aurélio Mendonça de Araújo
1998 – Carlos Eugênio de Castro Montenegro
1998 – Nehemias de Moura Tenório
1998 – Cátia Luciene Laranjeira de Sá Sampaio
2000 – Isabelle Moitinho Pinto
2000 – Augusto Napoleão Sampaio Angelim
2000 – Edilson Rodrigues Moura
2000 – Cristiano Henrique de Freitas Araújo
2003 – Karina Albuquerque Aragão
2003 – Gilvan Macêdo dos Santos
2003 – Carlos Fernando Carneiro Valença Filho
2005 – Renata da Costa Lima Caldas Machado
2006 – Valdecy José Gusmão da Silva Júnior

2006 – Marcos Garcez de Menezes Júnior
2006 – Fábio Vinícius de Lima Andrade
2009 – Carlos Eduardo das Neves Mathias
2012 – Ivanhoé Holanda Félix
2012 – Priscila Vasconcelos Areal Cabral Farias Patriota
2015 – Rodrigo Caldas do Valle Viana
2017 – Tayná Lima Prado2018 – Vivian Maia Canen
2019 – **Marina Bandeira Araújo Barbosa Lima (atual)**

Informações geográficas

Inajá está localizada a 388 km da capital. Sua área territorial é de 1.182 km², povoada por 23.247 habitantes. Está formada administrativamente pelos Distritos Sede e Caraibeiro e situada na Mesorregião do Sertão pernambucano e na Microrregião do Moxotó.

Feriados oficiais locais

2 de janeiro – Dia da Emancipação Política
19 de março – Dia de São José Padroeiro de Caraibeiro
13 de junho – Dia do Padroeiro Santo Antônio

Fórum Clóvis Gomes de Sá

Avenida Cristo Rei, s/n – Centro – Inajá/PE –
CEP: 56.560-000

Termo Judiciário

Manari

O Município de Manari foi criado pela Lei n. 11.229, de 12 de julho de 1995. Localiza-se a 357 km do Recife, possui área territorial de 344 km² e população de 21.434 habitantes. Está situada na Mesorregião do Sertão e na Microrregião do Moxotó.

Manari integra a 63ª Zona Eleitoral, com sede em Inajá, contando com 12.782 eleitores, inscritos em 38 seções. Marina Bandeira Araújo Barbosa Lima é a atual Juíza Eleitoral.

Ipojuca

O Município

Em 30 de março de 1846, com a Lei Provincial n. 152, o povoado de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca foi elevado, pela primeira vez, à categoria de Vila.

Ao longo do tempo, por uma série de leis, houve uma alternância na sede da Vila entre Nossa Senhora do Ó e São Miguel de Ipojuca.

As Leis Provinciais n. 236, de 22 de maio de 1849; n. 587, de 9 de maio de 1864; n. 1.334, de 18 de fevereiro de 1879; e n. 1.929, de 16 de novembro de 1888, transferiram a sede do Município da povoação de Nossa Senhora do Ó para a povoação de São Miguel de Ipojuca.

As Leis n. 499, de 21 de maio de 1861; n. 918, de 18 de maio de 1870; e a n. 1.515, de 4 de agosto de 1880, elevaram o Povoado de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca à categoria de Vila.

Em Decreto-Lei de 4 de outubro de 1890, o Desembargador Barão de Lucena, então Governador do Estado, elevou a Vila Nossa Senhora do Ó de Ipojuca a sede do Município e Comarca.

O Município de Ipojuca foi constituído no dia 28 de março de 1893, com base na Constituição Estadual e na Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

O Distrito de Ipojuca foi confirmado pela Lei Municipal n. 2, de 19 de novembro de 1895, sendo elevado à categoria de Cidade, com a denominação de Ipojuca, através da Lei Estadual n. 173, de 6 de junho de 1896.

A Comarca

O Decreto Estadual de 10 de junho de 1890 criou a Comarca de Ipojuca, desmembrando-a da Comarca do Cabo. No dia 2 de agosto de 1890, o Juiz Eduardo Correia da Silva foi designado para responder pela Comarca. Em 4 de outubro de 1890, a Comarca foi transferida para Nossa Senhora do Ó, através do Decreto Estadual, que também transferiu a sede do Município.

O Decreto-Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938, extinguiu a Comarca, passando a Termo da Comarca do Cabo.

Em virtude do Decreto-Lei Estadual n. 1.116, de 14 de fevereiro de 1945, que deu execução ao Decreto-Lei Federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939, foi restaurada a Comarca de Ipojuca.

A Comarca foi elevada à 2ª entrância em 26 de outubro de 2005, nos termos da Lei Complementar n. 71 de 25 de janeiro de 2005.

Possui duas Varas Cíveis, uma Vara Criminal e uma Vara da Fazenda Pública, esta última instalada em 26 de outubro de 2005, tendo sido criada pela mesma Lei Complementar n. 71/2005. A 2ª Vara Cível, criada pela Lei Complementar n. 163, de 17 de dezembro de 2010, foi instalada em 16 de fevereiro de 2011.

O Ministério Público, a Defensoria Pública, a Justiça do Trabalho e a Justiça Eleitoral têm sedes próprias, e a OAB/PE tem sala no fórum.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Sirinhaém passa a ser agregada à Comarca de Ipojuca.

Justiça Eleitoral

Ipojuca sedia a 16ª Zona Eleitoral e tem 150 seções e 76.990 eleitores. Tem como Juíza Eleitoral Ildete Veríssimo de Lima.

Juízes que atuaram na Comarca

1890 – Eduardo Correia da Silva
1890 – Rodolfo Hisbelo Corrêa de Araújo
1890 – Joaquim Laurentino de Andrade
1891 – Antônio Baptista Nogueira
1892 – Bernardo José da Gama Lins
1893 – Feliciano do Rego Barros Araújo
1896 – José Brandão da Rocha
1896 – João Batista de Albuquerque Sles
1898 – Augusto Nery Carneiro Monteiro
1898 – Júlio Vaz de Oliveira Ferraz
1899 – Francisco Torquato Paes Barretto
1902 – Manoel Cyrillo Wanderley
1903 – Vicente de Farias Gurjão
1908 – Luiz de França Pereira
1912 – Felinto Ferreira de Albuquerque
1914 – Antônio Regueira Pinto de Souza
1914 – Francisco Emilio de Andrade
1916 – Manoel Florentino Wanderley Lins
1920 – Antônio de Novaes Melo Avelino

1921 – Henrique Daniel da Câmara Pimentel
1921 – Manoel Caetano Cisneiros de Albuquerque
1922 – Olympio Freire de Carvalho
1924 – Nelson Cavalcanti Barata da Silva
1925 – Joaquim Salustiano
1928 – Juliano Regueira Pinto de Souza
1931 – Adolpho Nunes Lins
1936 – Diógenes Lessa Ferreira
1937 – Francisco Austerliano de Crasto
1938 – José Raimundo Ribeiro de Castro
1938 – Álvaro Simões Barbosa
1938 – Arnulpho Lins e Silva
1938 – Adalberto do Rego Maciel
1946 – Mário Torres de Carvalho Barbosa
1946 – Agripino Ferreira da Nóbrega
1948 – Severino Alves Leite
1951 – Lívio Vieira da Cunha
1953 – Jeová da Rocha Vanderlei
1955 – Manoel Machado da Cunha Cavalcanti
1965 – Geraldo de Souza Valença
1966 – Alcindo Torres de Carvalho Lopes
1969 – Humberto da Costa Soares
1970 – Antonio Martins Veras
1978 – Júlio Pereira de Almeida
1979 – José Vital Bezerra Galindo
1983 – Jackson Borges de Araújo
1985 – Francisco Manoel Tenório dos Santos
1986 – Paulo Romero de Sá Araújo
1990 – André Rui de Andrade Albuquerque

1990 – Frederico Guilherme de Lima
1992 – Vladimir Alves e Silva
1993 – José Nunes Siqueira
1996 – Rafael José de Menezes
1996 – Otoniel Ferreira dos Santos
1999 – Sônia Stamford Magalhães Melo
2000 – **Ildete Veríssimo de Lima (atual – 1ª Vara Cível)**
2005 – Andréa Calado Venâncio
2005 – Haroldo Carneiro Leão Sobrinho
2006 – Luciana Maria Tavares de Menezes
2011 – Climério Gutemberg Silva de Oliveira
2014 – **Eduardo José Loureiro Burichel (atual – 2ª Vara Cível)**
2014 – Hugo Bezerra de Oliveira
2017 – **Nahyane Ramalho de Mattos (atual – Vara da Fazenda Pública)**
2017 – **Idiara Buenos Aires Cavalcanti (atual – Vara Criminal)**
2017 – **Marília Ferraz Martins Thum (atual – Vara Criminal)**

Informações geográficas

Situada na Região Metropolitana do Recife, distante 50 km da capital, Ipojuca tem área territorial de 527 km² e população de 97.669 habitantes. É constituída por três distritos: Sede, Camela e Nossa Senhora do Ó.

Feriados oficiais locais

1º de janeiro – Dia de Santo Cristo
30 de março – Dia da Emancipação Política
29 de setembro – Dia do Padroeiro São Miguel

Filho ilustre na magistratura

O Desembargador Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley nasceu em Ipojuca.

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley

Avenida Francisco Alves de Souza, s/n. – Centro – Ipojuca/PE – CEP: 55.590-000

IPUBI

O MUNICÍPIO

O Município originou-se da Fazenda Poço Verde, no sopé da Chapada do Araripe. O povoamento foi intensificado a partir de 1938, quando teve início o comércio de feira na localidade.

Pertencente ao Município de Ouricuri, o Distrito de Ipubi foi criado pelo Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943. Foi elevado à categoria de Município autônomo por meio da Lei Estadual n. 3.340, de 31 de dezembro de 1958, sendo instalado em 1º de março de 1962.

A COMARCA

A Comarca de Ipubi, criada pela Lei Estadual n. 3.340, de 31 de dezembro de 1958, foi instalada em 3 de junho de 1962, pelo Juiz Edmundo Pessoa de Araújo.

Foi extinta pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, passando a termo de Ouricuri. Foi restaurada por força da Lei Estadual n. 8.879, de 7 de dezembro de 1981, sendo reinstalada pelo Juiz Romão Ulisses Sampaio, em sessão solene, em 17 de junho de 1989.

A Comarca é de 1ª entrância e vara única. Funcionam nas instalações do fórum local a Defensoria Pública, o Ministério Público, a OAB e a Justiça Eleitoral.

Justiça Eleitoral

Ipubi integra a 133ª Zona Eleitoral do Estado de Pernambuco, com sede em Trindade, sendo composta por 52 seções, com 21.779 eleitores cadastrados. Atualmente, tem a Juíza Olívia Zanon Dall´Orto Leão como responsável pela organização eleitoral no Município.

Juízes que atuaram na Comarca

1962 – Edmundo Pessoa de Araújo
1963 – Ruy Ávila Pereira
1963 – Nelson Holmes Lins
1964 – Ulisses Lustosa Sobrinho
1965 – Aurélio Muniz Freire
1966 – Pedro Fernandes de Oliveira
1966 – Edmundo Jordão Sobrinho
1966 – Gilberto da Silva
1966 – José Agripino e Silva
1968 – André de Andrade Albuquerque
1990 – Armando Tavares da Silva
1990 – Milton Santana Lima Filho
1993 – Maria Rosa Vieira Santos
1993 – Abdon Máximo Neto
1994 – Damião Severiano de Sousa
1994 – Romão Ulisses Sampaio
1995 – José Raimundo dos Santos
1996 – Alípio Carvalho Filho
1996 – Cláudio Avelino de Andrade
1996 – Luiz Eduardo Sousa Neto

1998 – José Arnaldo Vasconcelos da Silva
2000 – Valdelício Francisco da Silva
2002 – José Maria de Carvalho Junior
2003 – Isânia Maria Moreira Reis
2003 – Maércio Falcão Duarte
2003 – Jáder Marinho dos Santos
2004 – Paulo de Tarso Duarte Menezes
2005 – Jorge Eduardo de Melo Sotero
2005 – José Renato Bizerra
2005 – Ana Cecília Toscano Vieira Pinto
2007 – Sydnei Alves Daniel
2007 – Rafael Cavalcanti Lemos
2009 – Ivanhoé Holanda Félix
2010 – João Ricardo da Silva Neto
2011 – Hauler dos Santos Fonsêca
2012 – Carlos Eduardo das Neves Mathias
2013 – Pedro Fernandes Alonso Alves Pereira
2013 – Rodrigo Ramos Melgaço
2015 – Fernanda Vieira Medeiros
2015 – Jandercleison Pinheiro Jucá
2016 – Rodrigo Fonseca Lins de Oliveira
2017 – Leandro Souto Maior Muniz de Albuquerque
2017 – Thiago Meirelles Silva dos Santos
2017 – Paulo Ricardo Cassaro dos Santos
2017 – Fernando Jefferson Cardoso Rapette
2018 – Eugênio Jacinto Oliveira Filho
2019 – **Leonardo Costa de Brito (atual)**

Informações geográficas

Ipubi fica a 535 m de altitude, distando do Recife 654 km. Tem uma área de 693 km², onde vivem, aproximadamente, 31.187 habitantes. Situada na Microrregião de Araripina e na Mesorregião do Sertão de Pernambuco, é constituída pelos Distritos Sede, Serra Branca e Serrolândia.

Feriados oficiais locais

2 de março – Dia da Emancipação Política
15 de agosto – Dia da Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
31 de outubro – Dia do Evangelho

Fórum Heli Leitão de Melo

Praça Siqueira Campos, s/n – Centro – Ipubi/PE –
CEP: 56.260-000

Itaíba

O Município

O distrito foi criado com a denominação de Pau Ferro pela Lei Municipal n. 54, de 23 de novembro de 1905, subordinado ao Município de Água Belas. Pelo Decreto-Lei n. 92, de 31 de março de 1938, o Distrito de Pau Ferro aparece com a denominação de Itaíba. Foi elevado à categoria de Município com essa denominação pela Lei Estadual n. 3.340, de 31 de dezembro de 1958, desmembrado de Águas Belas e instalado em 28 de abril de 1962.

A Comarca

Criada pela Lei n. 3.340, de 31 de dezembro de 1958, e instalada em 28 de abril de 1962 pelo Juiz Antonio de Barros e Silva. A Comarca foi extinta pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, e reativada em 7 de dezembro de 1981, pela Lei n. 8.879, tendo sido reinstalada em 28 de abril de 1992 pelo Juiz Rosalvo Maia Soares. Foi novamente desativada por decisão da Corte Especial, por meio do Ato n. 2.095, de 9 de dezembro de 1998, do então Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Etério Ramos Galvão. Foi, mais uma vez, restaurada por determinação do Ato n. 1.491, de 16 de novembro de 2000, do Desembargador Nildo Nery dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça à época. A reinstalação se deu

em 23 de novembro de 2000, tendo como Juiz Instalador Roberto Costa Bivar.

O Ministério Público e a Justiça Eleitoral funcionam no prédio do fórum.

Itaíba é Comarca de 1ª entrância e de vara única, cuja nova sede foi inaugurada em 25 de janeiro de 2016.

Justiça eleitoral

Itaíba sedia a 143ª Zona Eleitoral, com 65 seções e 18.614 eleitores. Tem como Juiz Eleitoral Marcus Vinícius Menezes de Souza.

Juízes que atuaram na Comarca

1962 – José Maria Florentino de Lima
1963 – José Gomes de Freitas
1963 – Vânio Fox da Rocha Pereira
1964 – Rômulo Gomes Falcão
1965 – Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho
1966 – José Saraiva de Macedo
1966 – Manoel Alves da Rocha
1967 – José Antônio de Macêdo Malta
1968 – Zamir Machado Fernandes
1968 – Maurício Lins Galvão
1971 – Joaquim Rodrigues de Castro
1975 – Aquino de Farias Reis
1976 – Walter Gomes de Melo
1978 – Ailton Rodrigues da Silva
1978 – Edmundo Jordão de Vasconcelos Sobrinho
1982 – Jackson Borges de Araújo

1983 – João Bosco G. de Melo
1984 – Romão Ulisses Sampaio
1986 – Osman Benício de H. Cavalcanti
1986 – Severino Tenório Pinto
1987 – Gil Buarque da Fonseca
1987 – Antônio Floriano da S. Filho
1989 – Antônio Medeiros de Souza
1989 – João Batista Lustosa da Costa
1991 – Adeildo Lemos de Sá Cruz
1991 – Rosalvo Maia Soares
1992 – Emanuel Bonfim C. Amaral Filho
1994 – André Calmon de Almeida César
1995 – Sérgio Paulo Ribeiro da Silva
1995 – Eurico Lopes de Andrade
1995 – José Marcelon Luiz e Silva
1996 – Eduardo Costa
1997 – Ossamu Eber Narita
1997 – Cláudio Márcio Pereira de Lima
1997 – Joaquim Francisco Barbosa
1998 – Margarida Amélia Bento Barros
1998 – Nicole de Farias Neves Borges
2000 – Rinaldo Adilson de Souza
2000 – Roberto da Costa Bivar
2001 – Enéas Oliveira da Rocha
2002 – Caio Neto de Jomael Oliveira Freire
2002 – Clélio Farias Guerra
2003 – Gleydson Gleber de Lima Pinheiro
2003 – Breno Duarte R. Oliveira
2003 – Catarina Vila Nova A. de Lima

2003 – Maria das Graças Serafim Costa
2005 – Valdecy José Gusmão da Silva Júnior
2006 – Mônica Wanderley C. Magalhães
2007 – Evandro de Melo Cabral
2014 – Thiago Pacheco Cavalcanti
2015 – Marcos Antônio Tenório
2017 – Leandro Souto Maior Muniz de Albuquerque
2018 – Patrick de Melo Gariolli
2019 – **Marcus Vinícius Menezes de Souza (atual)**

Informações geográficas

Itaíba tem 478 m de altitude, distando 333 km do Recife. Detém 1.068 km² de superfície, onde vivem 26.308 habitantes. Está situada na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Vale do Ipanema. Administrativamente é composta pelos Distritos Sede e Negras e pelos Povoados Jirau e Salgado.

Feriados oficiais locais

28 de abril – Emancipação Política
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Desembargador Jeová da Rocha Wanderley

Rua Constantino Lavrador, s/n – Centro – Itaíba/PE –
CEP: 56.550-000

Itambé

O Município

A Vila de Itambé foi criada pela Lei Provincial n. 720, em 20 de maio de 1867, desmembrando-se do Município de Goiana.

Em 4 de fevereiro de 1879, por força da Lei Provincial n. 1.318, a Vila foi elevada à categoria de Cidade. Em 3 de fevereiro de 1893, passou a Município autônomo com a Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

A denominação Itambé foi simplificada para També pela Lei n. 235, de 9 de novembro de 1938. Posteriormente, voltou a ser designada por seu nome original, por disposição da Lei n. 7.006, de 2 de dezembro de 1975.

A Comarca

Em virtude da Lei Provincial n. 720, de 20 de maio de 1867, foi criada a Comarca de Itambé, desmembrada da Comarca de Goiana e instalada em fevereiro de 1868.

A Comarca é de 1ª entrância e possui vara única.

A Defensoria Pública, a OAB e o Ministério Público atuam nas dependências do fórum, e a Justiça Eleitoral tem sede própria.

Justiça Eleitoral

O Município de Itambé sedia a 27ª Zona Eleitoral, contando com 70 seções e 23.388 eleitores cadastrados. Atualmente, tem como Juiz Eleitoral Ícaro Nobre Fonseca.

Juízes que atuaram na Comarca

1890 – Luiz Pessoa da Veiga César
1892 – José Ignácio de Albuquerque Trindade
1892 – Bernardino de Lima Ferreira Cabral
1893 – Joaquim Candido Pereira de Lyra
1893 – Luiz Carvalho da Veiga Pessoa
1893 – Adelino Celestino de Mendonça
1895 – José César Marinho Falcão
1896 – Antônio Alves da Rocha
1896 – Luiz da Veiga Pessoa César
1905 – Vicente Barbalho da Silva
1909 – Santos Dilan Paz Barreto
1911 – Manoel Dutra Fialho de Vasconcelos
1913 – Joaquim Cavalcante de Bezerra de Mendes
1914 – Antônio Augusto Correa Lima
1914 – José Faustino Cavalcante
1914 – Joaquim Pedro Campelo de Souza
1916 – Joaquim Guedes Correa Gondim Sobrinho
1916 – Joaquim Monteiro Guedes Sobrinho
1919 – José Lino de Andrade
1924 – João Fernandes de Almeida
1924 – Joaquim Cyryllo de Araújo Pereira
1928 – José Vieira César

1928 – José Neves Filho
1931 – Manoel Nunes Machado
1931 – Felinto Ferreira de Albuquerque
1932 – Augusto Cardoso Ayres de Hollanda
1933 – Domingos Carrazone
1940 – Oscar de Lima Coutinho
1941 – José Demétrio de Paula Mendes
1941 – Júlio José Bezerra
1945 – Severino Alfredo de Oliveira
1945 – Agamenon Duarte Lima
1949 – José Ferreira da Silva Torres
1950 – Manoel Bezerra de Matos
1952 – José Pessoa de Oliveira Cavalcante
1953 – Milton de Araújo Barbosa
1954 – Otílio Guedes de Freitas Montenegro
1954 – Nelson Pereira de Arruda
1955 – Caeté de Medeiros
1957 – José Lopes de Oliveira
1963 – Antônio Francisco Nascimento
1964 – Edgar Sobreira de Moura
1964 – Manoel José de Carvalho Coimbra
1964 – Antônio Francisco Neto
1964 – Onevaldo Fernandes Maia
1965 – Anthenor Barreto da Rocha Beleza
1966 – Pedro Jerônimo de Lima
1967 – Gilberto Augusto Correa Gondim
1968 – Lamartine de Holanda Cavalcante
1969 – Roberto Vasconcelos Guimarães
1972 – Hélio Nelson Holmes Lins

1977 – Sebastião Romildo Vale de Oliveira
1977 – Antônio de Pádua Carneiro Camarote Filho
1978 – José Alencar Dias da Costa Araujo
1982 – Francisco Eudes Ramos de Araujo Lima
1985 – Luiz Fernando Lapenda Figueroa
1986 – Eduardo Augusto Paurá Peres
1986 – Waldemir Pinheiro Banja
1987 – Petrúcio Roberto Tobias Granja
1987 – Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
1990 – José Malta de Sá Júnior
1991 – Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
1993 – Carlos Alberto Maranhão de Oliveira
1994 – Fábio Eugenio Dantas de Oliveira Lima
1994 – Ambrósio Agrícola Nunes
1995 – Antônio Carlos Alves da Silva
1995 – Carlos Alberto Berriel Peçanha
1997 – Marinês Marques Viana
1997 – Ivon Vieira Lopes
1997 – Mariza Silva Borges
1998 – Valdereys Ferraz Torres de Oliveira
1999 – Rafael José de Menezes
2002 – Ricarda Maria Guedes Alcoforado
2003 – Orleide Roselia Nascimento Silva
2003 – Andréa Duarte Gomes
2003 – José de Andrade Saraiva Filho
2005 – Ivan Mozart Bezerra Soares Moura
2005 – André Rafael de Paula Batista Elihimas
2006 – Marília Falcone Gomes Lócio
2012 – Marcos Garcez de Menezes Junior

2013 – Eugênio Cícero Marques
2014 – Luciana Marinho Pereira de Carvalho
2015 – Maria do Rosário Arruda de Oliveira
2016 – Ícaro Nobre Fonseca (atual)

Informações geográficas

O Município de Itambé localiza-se na Mesorregião da Zona da Mata pernambucana, na Microrregião da Mata Setentrional. Fica a 74 km da capital. Tem 36.447 habitantes e área de 304 km^2. Situa-se a 179 m de altitude. Está dividido administrativamente entre os Distritos Sede, Caricé e Ibiranga, abrangendo, ainda, o Povoado de Quebec.

Feriados oficiais locais

2 de fevereiro – Dia da Padroeira Nossa Senhora do Desterro
4 de fevereiro – Dia da Emancipação Política
24 de junho – Dia de São João
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição

Fórum Juiz Roberto Guimarães

Rodovia PE 75, Km 28 – Centro – Itambé/PE –
CEP: 55.920-000

ITAPETIM

O MUNICÍPIO

A Lei Estadual n. 1.818, de 29 de dezembro de 1953, criou o Município de Itapetim, desmembrado de São José do Egito. A sua instalação ocorreu em 1° de junho de 1954.

A COMARCA

A Comarca de Itapetim foi criada pela Lei Estadual n. 1.818/1953, que também criou o Município, porém, só foi instalada em 17 de agosto de 1954 pelo Juiz Onofre de Barros. O primeiro Juiz Titular da Comarca foi Manoel da Santa Cruz Valadares em 1955.

Com o Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, a Comarca foi desinstalada, passando a Termo de São José do Egito, sendo, posteriormente, restaurada através do art. 447, da Resolução n. 10, de 28 de dezembro de 1970.

A Comarca é de 1ª entrância, possui vara única, e tem como Termo Judiciário Brejinho.

O Ministério Público e a Defensoria Pública funcionam nas instalações do fórum.

Justiça Eleitoral

Itapetim é sede da 99ª Zona Eleitoral, que tem Brejinho como Termo Eleitoral. Conta com 38 seções, 12.338 eleitores, e, atualmente, tem como Juiz Eleitoral Carlos Henrique Rossi.

Juízes que atuaram na Comarca

1954 – Onofre de Barros
1955 – Manoel da Santa Cruz Valadares
1964 – Vânio Fox da rocha Pereira
1965 – Ed-Ek Gonçalves Lopes
1966 – Manoel Rafael Neto
1972 – João de Oliveira
1976 – Aristóteles de Siqueira Campos
1978 – Petrúcio Roberto Tobias Granja
1981 – Nicolau Loureiro Lopes da Silva Neto
1983 – Marco Antônio Tavares de Albuquerque
1984 – Nilvan Alves Macena
1985 – José Malta de Sá Júnior
1985 – Cláudio Jean Nogueira Virgínio
1989 – Eurico de Barro Correia Filho
1989 – Rosalvo Maia Soares
1991 – Luis Gustavo Mendonça de Araújo
1993 – Paulo de Oliveira Menezes
1994 – Cristiana Ferreira M. C. de Vasconcelos
1994 – João José Rocha Targino
1995 – José Tadeu dos Passos e Silva
2003 – Roseane Lima Moura Padilha
2005 – Severiano de Lemos Antunes Júnior

2005 – Luiz Célio de Sá Leite
2012 – Maria do Rosário Arruda de Oliveira
2015 – Mirella Patrício da Costa Neiva
2016 – Raquel Barofaldi Bueno
2019 – **Carlos Henrique Rossi (atual)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 637 m de altitude, distando 379 km da capital. Tem 404 km² de área, onde vive uma população de, aproximadamente, 13.553 habitantes. O Município está situado na Mesorregião do Sertão de Pernambuco e na Microrregião do Pajeú. Compõe-se dos Distritos de Itapetim e São Vicente.

Filho ilustre na magistratura

O Desembargador José Carlos Patriota Malta nasceu em Itapetim.

Feriados oficiais locais

29 de junho – Dia do Padroeiro São Pedro
29 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Des. Ed-Ek Gonçalves Lopes

Rua Francisco dos Santos, n. 37 – Centro – Itapetim/PE – CEP: 56.720-000

Termo Judiciário

Brejinho

O Município de Brejinho foi criado pela Lei Estadual n. 4.996, de 20 de dezembro de 1963, desmembrado de Itapetim e instalado em 20 de março do ano seguinte. Constituído pelo Distrito Sede e pelo Povoado de Vila de Fátima, o Município está situado a 737 m de altitude, distando 376 km da capital. Possui 106 km² de área e população com 7.488 habitantes.

Integra a 99ª Zona Eleitoral, com sede em Itapetim, contendo 23 seções e 7.722 eleitores.

Itapissuma

O Município

A notícia mais remota a respeito do surgimento da povoação de Itapissuma vem do ano de 1589, momento em que o padre franciscano Frei Antonio do Campo Maior funda as missões de Pontas de Pedras, Itamaracá e Itapissuma. Outro registro de sua história vem de 1646, durante a ocupação holandesa, quando tropas portuguesas se bateram contra os batavos, que tinham em Itapissuma um de seus redutos. Tornou-se Distrito de Igarassu pela Lei Municipal n. 11, de 30 de novembro de 1892. Só pela Lei Estadual n. 8.952, de 14 de maio de 1982, é que Itapissuma passou à condição de Município.

A Comarca

Itapissuma alcançou a condição de sede de Comarca a partir de sua instalação em 27 de setembro de 1994, sendo a Juíza Instaladora Eliane dos Santos Mendes Mascarenhas.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Itapissuma, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à de Itamaracá.

Justiça Eleitoral

Itapissuma é Termo Eleitoral da Comarca de Itamaracá, faz parte 131ª Zona Eleitoral e conta com 18.208 eleitores e 49 seções. Atualmente, tem como Juiz Eleitoral José Romero Maciel de Aquino.

Juízes que atuaram na Comarca

1994 – Eliane dos Santos Mendes Mascarenhas
1994 – Maria Margarida Souza Fonseca
1996 – Ângela Maria de Carvalho Mello
1996 – Simone Cristina Barros
1997 – Severino Bezerra do Nascimento
1998 – Stella Mendes Gomes de Sá Leitão
2003 – José Romero Maciel de Aquino
2004 – Maria do Carmo da Costa Soares
2006 – Regina Célia de Albuquerque Maranhão
2013 – Jacira Maria Lucena da Rocha
2017 – Alfredo Bandeira de Medeiros Júnior
2018 – Fernanda Vieira Medeiros.
2019 – **Rodrigo Barros Tomaz do Nascimento (atual)**

Informações geográficas

Com uma população de 26.651 habitantes e área territorial de 74 km², a Cidade está situada na Região Metropolitana do Recife (Norte), e dista da capital 39 km. Conta apenas com o Distrito Sede e com o Povoado da Agrovila Botafogo.

Feriados oficiais locais

10 de janeiro – Padroeiro São Gonçalo do Amarante
15 de maio – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Nossa Senhora da Conceição

Fórum Juiz Antonio de Pádua Couto Caraciolo

Rua Manoel Lourenço, n. 201 – Centro – Itapissuma/PE – CEP: 53.700-000

Itaquitinga

O Município

O distrito pertencente a Goiana foi criado através da Lei Municipal n. 129, de 27 de setembro de 1929, e recebeu a denominação Areias.

O topônimo foi modificado para Itaquitinga através do Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943.

A Lei Estadual n. 4.962, de 20 de dezembro de 1963, elevou-o à categoria de município autônomo, desmembrando-o de Goiana. Foi instalado em 27 de junho de 1964.

A Comarca

Antes termo de Condado, conforme a Lei Estadual n. 8.879, de 7 de dezembro de 1981, a Comarca de Itaquitinga foi criada pela Lei Estadual n. 9.967, de 18 de dezembro de 1986. A Comarca foi instalada no dia 20 de janeiro de 2006, tendo como Juiz Instalador José de Andrade Saraiva Filho, que foi designado pelo Ato n. 140, de 17 de janeiro de 2006, editado pelo então Presidente do Tribunal, Desembargador José Antônio Macêdo Malta.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Itaquitinga, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à de Condado.

Justiça Eleitoral

Itaquitinga integra a 125ª Zona Eleitoral, que tem sede em Condado. Possui 40 seções, 13.840 eleitores, e o Juiz Eleitoral atual é Carlos Antônio Sobreira Lopes.

Juízes que atuaram na Comarca

2006 – José de Andrade Saraiva Filho
2006 – Rúbia Celeste Cabral Pereira Tavares de Melo
2007 – Mariza da Silva Borges
2008 – Enrico Duarte da Costa Oliveira
2008 – Álvaro Mariano da Penha Júnior
2008 – Maria das Graças Serafim Costa
2013 – Eugênio Cícero Marques
2015 – Mariana Vieira Sarmento
2015 – Aline Cardoso dos Santos
2016 – Iarly José Holanda de Souza
2017 – Carlos Neves da Franca Neto Júnior
2018 – Danilo Félix Azevedo
2019 – Carlos Antônio Sobreira Lopes
2019 – **Mariana Zenaide Teófilo Gadelha (atual)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 88 m de altitude, distando 84 km da capital do Estado, com superfície de 162 km². O Município é composto pelo Distrito Sede e pelo Povoado Chã de Sapé, onde vivem, aproximadamente, 17.006 habitantes. Localiza-se na Microrregião Setentrional e Mesorregião da Zona da Mata pernambucana.

Feriados oficiais locais

20 de janeiro – Festa do Padroeiro São Sebastião
20 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Juiz Nicanor Muniz da Silva Borges

Rua do Veiga, s/n, Caic, Agrovila – Itaquitinga/PE –
CEP: 55.950-000

Jaboatão dos Guararapes

O Município

Através da Lei Provincial n. 1.093, de 24 de maio de 1873, a freguesia de Santo Amaro de Jaboatão foi elevada à categoria de Vila, tendo sido instalada em 13 de novembro do mesmo ano.

Pela Lei Provincial n. 1.805, de 13 de junho de 1884, a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Muribeca e todo o Distrito de Paz de Boa Viagem passaram a formar um município. Elevada à condição de Vila, Muribeca ficava integrada à Comarca de Jaboatão como Termo Judiciário. No mesmo ano, a Lei Provincial n. 1.811, de 27 de junho de 1884, elevou a Vila de Santo Amaro de Jaboatão à categoria de Cidade. A mesma lei extinguiu a Vila de Muribeca e desmembrou o Distrito de Paz de Boa Viagem, que voltou a pertencer ao Município do Recife.

Nos primeiros anos da República, em decorrência da Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892, Jaboatão tornou-se município autônomo.

Em 5 de maio de 1989 o Município passou a denominar-se Jaboatão dos Guararapes.

A Comarca

A Comarca de Jaboatão foi criada pela Lei Provincial n. 1.093, de 24 de maio de 1873, a mesma que criou a Vila, desmembrando-a da Comarca do Recife. Sua instalação ocorreu em maio de 1874, tendo como primeiro Juiz de Direito Henrique Pereira de Lucena, Ex-Presidente da província. A nova Comarca foi formada pelas Freguesias Jaboatão e Muribeca.

O Fórum Desembargador Henrique Capitulino foi inaugurado em 11 de setembro de 1979. Em 28 de janeiro de 1998, o fórum foi instalado em novo prédio, e em 17 de janeiro de 2014, teve sua sede transferida para o prédio em que funciona atualmente.

A Comarca é classificada como de 2ª entrância. A Cidade conta com quatro varas da Justiça Trabalhista e Subseccional da OAB/PE.

Novas unidades judiciárias

1ª Vara de Família e Registro Civil e 3ª Vara Cível – transformadas pela Lei Complementar n. 143, de 18 de setembro de 2009 (antigas 4ª e 5ª Varas Cíveis – LC n. 100/2007).

3ª Vara da Fazenda Pública – criada pela Lei Complementar n.100/2007 e instalada em 30 de janeiro de 2009, data de inauguração do Fórum Fazendário.

2ª, 3ª e 4ª Varas de Família e Registro Civil – transformadas pela Lei Complementar 143, de 18 de setembro de 2009 (antigas 6ª, 7ª e 8ª Varas Cíveis).

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade dos Guararapes – inaugurada em 21 de dezembro de 2009.

Vara de Sucessões e Registros Públicos – transformada pela Lei Complementar n. 163, de 17 de dezembro de 2010 (antiga 9ª Vara Cível).
Vara da Infância e Juventude – transformada pela Lei Complementar n. 163, de 17 de dezembro de 2010 (antiga 3ª Vara Cível).
2º Juizado Especial Cível – instalado em 2 de fevereiro de 2011.
6ª Vara Cível – instalada em 21 de junho de 2012, criada pela Lei Complementar n. 100/2007, alterada pela Lei Complementar n. 163, de 17 de dezembro de 2010.
2ª Vara do Tribunal do Júri – instalada em 25 de janeiro de 2012, criada pela Lei Complementar n. 100/2007, alterada pela Lei Complementar n. 163, de 17 de dezembro de 2010.
Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – instalada em 19 de dezembro de 2012 – Lei Complementar n. 143, de 18 de setembro de 2009, alterada pela Lei Complementar n. 209 de 1º de outubro de 2012.
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC – instalado em 23 de abril de 2014.
Vara dos Executivos Fiscais – transformada pela Lei Complementar n. 310, de 9 de dezembro de 2015 (antiga 2ª Vara da Fazenda Pública).
2ª Vara da Fazenda Pública – transformada pela Lei Complementar n. 310, de 9 de dezembro de 2015 (antiga 3ª Vara da Fazenda Pública).
Central de Cartas de Ordem, Precatória e Rogatória – instalada em 5 de setembro de 2018.

Justiça Eleitoral

O Município de Jaboatão dos Guararapes é sede das seguintes Zonas Eleitorais: 11ª ZE, com 111.075 eleitores, sob a responsabilidade da Juíza de Direito Dulceana Maciel de Oliveira; 101ª ZE, com 108.122 eleitores, tendo como Juiz Eleitoral Diniz Cláudio de Miranda Cavalcanti; 118ª ZE, com 118.412 eleitores, sob a responsabilidade da Juíza Eleitoral Ane de Sena Lins; e a 147ª ZE, com 117.306 eleitores, tendo como Juiz Eleitoral Lauro Pedro dos Santos Neto.

Juízes que atuaram na Comarca

1874 – Henrique Pereira de Lucena
1892 – João Álvares Pereira de Lyra
1900 – Francisco Paes Barreto
1905 – José Joaquim Coelho
1906 – Toscano de Brito
1911 – Enedino Sette
1912 – João Lyra
1912 – Thomaz Carvalho Soares
1913 – José Solano Carneiro da Cunha
1914 – Augusto Cardoso Ayres de Holanda
1915 – Joaquim Martins de Albuquerque
1915 – Malaquias Gonçalves da Rocha
1918 – Alfredo C. da Silva Ramos
1920 – Adolpho Ferreira Simões
1923 – Miguel de Souza Leão
1923 – Pedro da Cunha Beltrão
1931 – José Julião Regueira Pinto de Souza
1931 – Renato Dornelas Câmara

1935 – Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley
1939 – Francisco Arruda Vieira de Melo
1940 – Evandro Muniz Neto
1941 – Jarbas de Vasconcelos Reis Pereira
1942 – Pelágio Silveira
1945 – Adauto Maia
1946 – Aluízio Rodrigues Monteiro
1948 – Luiz Gonzaga Nóbrega
1950 – Walter Nunes Schwander
1951 – Lauro Dornelas Câmara
1952 – Luiz Regueira Carneiro da Cunha
1960 – Adaucto Correa de Araújo
1961 – Jeová da Rocha Wanderley
1963 – Clóris Ferreira de Lima
1964 – Antônio de Souza Dantas
1964 – Rubem Raimundo Ferreira Costa
1966 – Aluízio de Melo Xavier
1967 – Geraldo Correa da Silva
1967 – Orlando Marques C. de Albuquerque
1972 – Francisco Carneiro de Menezes
1974 – Ivan Malta Gatto
1976 – Francisco Muniz Arraes
1978 – Magui Lins de Azevedo
1978 – Amaro José de Araújo
1981 – Sócrates Otávio de França e Silva
1981 – José Maria de Carvalho
1982 – Dilnae Pinheiro Silveira Borba
1982 – Aquino de Farias Reis
1982 – Pedro Pedrosa de Oliveira Melo

1982 – Eloy D'Almeida Lins
1983 – Dorgival de Verçosa Lima
1984 – Marcílio de Sampaio Carvalho
1985 – Jovaldo Nunes Gomes
1985 – Marco Antonio Cabral Maggi
1986 – José Gentil Bezerra
1986 – Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
1986 – Ronaldo de Barros Notaro
1987 – Antônio de Melo e Lima
1988 – Clóris Guimarães Ribeiro
1989 – Marcílio Duque Cavalcanti
1989 – Sérgio Marinho Falcão
1989 – Waldemir Pinheiro Banja
1990 – Cláudio Jean Nogueira Virgínio
1990 – Eurico de Barros Correia Filho
1990 – José Ivo de Paula Guimarães
1991 – André Oliveira Guimarães
1991 – Celmilo José Evangelista Gusmão
1991 – André Rui de Andrade Albuquerque
1991 – Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
1991 – Luiz Fernando Lapenda Figueiroa
1992 – Antônio Floriano da Silva Melo
1993 – Carlos Augusto de Albuquerque Barros
1993 – Waldemir Alves e Silva
1994 – Aubry de Lima Barros Filho
1994 – Djalma Andrelino Nogueira
1994 – Paulo de Oliveira Menezes
1994 – Eduardo Guilliod Maranhão
1995 – Ângela Cristina Norões Lins

1995 – Gabriel de Oliveira Cavalcanti
1995 – Pedro Odilon de Alencar Luz
1995 – Carlos Humberto Inojosa Galindo
1995 – Paulo Henrique Martins Machado
1995 – Francisco Julião de Oliveira Sobrinho
1995 – Valéria Rúbia Silva Duarte
1995 – Nalva Cristina Barbosa Campello
1996 – Lúcio Grassi de Gouveia
1996 – Élio Braz Mendes
1996 – Maria Margarida de Souza Fonseca
1996 – Ângela Maria Teixeira de Carvalho Melo
1996 – Silvana Espéria da Silva
1997 – Ana Maria de Miranda Wanderley
1998 – Laís Monteiro de Moraes Fragoso Costa
1998 – Fernanda Moura de Carvalho
1998 – Sebastião de Siqueira Souza
1998 – Antônio Barros da Silva Lima
1988 – Adjar Francisco de Assis Filho
1999 – Roberto Carneiro Pedrosa
2000 – Sônia Stamford Magalhães Melo
2000 – Luiz Gomes da Rocha Neto
2001 – Margarida Amélia Bento Barros
2001 – Paulo Onofre de Araújo
2001 – José Roberto Moreira
2002 – Kathya Gomes Veloso
2002 – Ossamu Eber Narita
2002 – Patrícia Rodrigues Ramos Galvão
2002 – José Ronemberg Travassos da Silva
2002 – Sylvio Paes Galdino de Lima

2003 – José Henrique Coelho Dias da Silva
2003 – Luciana Ferreira de Araújo
2003 – Iasmina Rocha
2003 – Roberto Costa Bivar
2004 – Marcus Vinícius Nonato Rabelo Torres
2004 – José Alberto de Barros Freitas Filho
2004 – Michelle Duque de Miranda
2004 – Karina Albuquerque Aragão de Amorim
2004 – Maria Cristina Souza Leão de Castro
2005 – Andrea Rose Borges Cartaxo
2005 – Inês Maria Albuquerque Alves
2005 – Catarina Vila-Nova Alves de Lima
2006 – Odilon Agrícola Nunes
2007 – Eduardo Costa
2007 – Gisele Vieira de Resende
2008 – Jáder Marinho dos Santos
2008 – Ricarda Maria Guedes Alcoforado
2008 – Carla de Vasconcellos Rodrigues
2009 – Adilson Agrícola Nunes
2009 – Patrícia Xavier de Figueirêdo Lima
2009 – Laura Amélia Moreira Brennand Simões
2011 – Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior
2012 – Edson José Gonçalves Cavalcanti
2012 – Julio Cezar Santos da Silva
2012 – Fábia Amaral de Oliveira Mello
2012 – Valéria Maria de Melo Lima Estima
2012 – Ane de Sena Lins
2012 – Carlos Fernando Carneiro Valença Filho
2012 – Lauro Pedro dos Santos Neto

2012 – Fernando Antônio Sabino Cordeiro
2014 – Fábio Mello de Onofre Araújo
2014 – Hauler dos Santos Fonsêca
2014 – Otávio Ribeiro Pimentel
2014 – Renata da Costa Lima Caldas Machado
2014 – Christiana Brito Caribé da Costa Pinto
2014 – Dulceana Maciel de Oliveira
2014 – Crystiane Maria do Nascimento Rocha
2014 – Valéria Maria Santos Máximo
2014 – Wilka Pinto Vilela
2014 – Adriana Karla Souza Mendonça de Oliveira
2014 – Cristina Reina Montenegro de Albuquerque
2014 – Adriana Cintra Coêlho
2015 – Raquel Evangelista Feitosa
2015 – Mirna dos Anjos Tenório de Melo Gusmão
2015 – José Faustino Macêdo de Souza Ferreira
2015 – Danielle Christine Silva Melo Burichel
2015 – Júlio César Vasconcelos
2015 – Artur Teixeira de Carvalho Neto
2015 – Adelson Freitas de Andrade Junior
2015 – Juliana Coutinho Martiniano Lins
2015 – Rafael Cavalcanti Lemos
2016 – Fabiana Moraes da Silva
2016 – Maria da Conceição Godoi Bertholini
2016 – José Carvalho de Aragão Neto
2016 – Waldemiro de Araújo Lima Neto
2016 – Luciana Marinho de Pereira Carvalho
2016 – Maria do Carmo de Morais Melo
2017 – Rafael Souza Cardozo

2017 – Fábio Corrêa Barbosa
2017 – Raquel Barofaldi Bueno
2017 – Izabela Miranda Carvalhais de Barros Vieira
2017 – Roberta Barcala Baptista Coutinho
2017 – Renato Dubachti Inácio de Oliveira
2018 – Diniz Cláudio de Miranda Cavalcanti
2019 – Raquel Evangelista Feitosa
2019 – Alexandra Loose
2019 – Fernanda Vieira Medeiros
2019 – Lucas Tavares Coutinho

Organização judiciária atual

1ª Vara de Família e Registro Civil – Dulceana Maciel de Oliveira
2ª Vara de Família e Registro Civil – Fernanda Vieira Medeiros e Maria do Carmos de Morais Melo
3ª Vara de Família e Registro Civil – Maria do Carmo de Morais Melo
4ª Vara de Família e Registro Civil – Ane de Sena Lins
1ª Vara Cível – Fábio Mello de Onofre Araújo e Fábio Corrêa Barbosa
2ª Vara Cível – Crystiane Maria do Nascimento Rocha e Diniz Cláudio de Miranda Cavalcanti
3ª Vara Cível – José Faustino Macêdo de Souza Ferreira
4ª Vara Cível – Raquel Evangelista Feitosa
5ª Vara Cível – Adelson Freitas de Andrade Junior e Hauler dos Santos Fonsêca

6ª Vara Cível – Fabiana Moraes da Silva e José Carvalho de Aragão Neto
1ª Vara do Júri – Inês Maria Albuquerque Alves e Mirna dos Anjos Tenório de Melo Gusmão
2ª Vara do Júri – Otávio Ribeiro Pimentel e Maria da Conceição Godoi Bertholini
1ª Vara Criminal – Izabela Miranda Carvalhais de Barros Vieira e Roberta Barcala Baptista Coutinho
2ª Vara Criminal – Renata da Costa Lima Caldas Machado e Raquel Evangelista Feitosa
3ª Vara Criminal – Carlos Fernando Carneiro Valença Filho
Executivos Fiscais – Lauro Pedro dos Santos Neto
Vara de Sucessões – Fernando Antônio Sabino Cordeiro
Vara da Infância e Juventude – Christiana Brito Caribé da Costa Pinto e Rafael Souza Cardozo
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC – Hauler dos Santos Fonsêca
1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Lucas Tavares Coutinho
2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Fábia Amaral de Oliveira Mello
3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – José Carvalho de Aragão Neto
1ª Vara da Fazenda – Valéria Maria de Lima Melo Estima
2ª Vara da Fazenda – Alexandra Loose
Juizado Criminal – Waldemiro de Araújo Lima Neto
Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher – Renato Dubachti Inácio de Oliveira e Luciana Marinho de Pereira Carvalho

Informações geográficas

Jaboatão dos Guararapes está localizado na Zona Fisiográfica do Litoral da Mata, distando cerca de 16 km da capital. O Município integra a Região Metropolitana do Recife, com 258 km² de área e população de 706.867 habitantes.

Filho ilustre na magistratura

O Desembargador aposentado Sílvio de Arruda Beltrão nasceu em Jaboatão dos Guararapes.

Feriados oficiais locais

15 de janeiro – Dia do Padroeiro Santo Amaro
4 de maio – Data da Fundação do Município
24 de junho – Dia de São João
Data móvel – Dia de Nossa Senhora dos Prazeres

Fórum Desembargador Henrique Capitulino

Rodovia BR-101 Sul, Km 80 – Prazeres – Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54.335-000

Jataúba

O Município

O Distrito de Jataúba foi criado por força de Lei Municipal, datada de 21 de junho de 1862, com a denominação Jatobá, sendo subordinado ao Município de Brejo da Madre de Deus.

Pelo Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, passou a ser chamado de Jataúba.

A Lei Estadual n. 3.333, de 31 de dezembro de 1958, elevou-o à categoria de município autônomo, desmembrando-o de Brejo da Madre de Deus. A instalação ocorreu em 2 de março de 1962.

A Comarca

A Comarca de Jataúba foi criada em virtude da Lei Estadual n. 3.340, de 31 de dezembro de 1958, e instalada em 18 de maio de 1962, pelo Juiz Rilmar Alves de Almeida.

Foi extinta pelo Decreto-Lei Estadual n. 61, de 5 de agosto de 1969, durante o Governo de Nilo Coelho, passando a Termo da Comarca de Brejo da Madre de Deus.

A Lei Estadual n. 8.879, de 7 de dezembro de 1981, restaurou a Comarca de Jataúba. Foi reinstalada em 20 de janeiro de 1990 pelo Juiz José Roberto de Oliveira. O fórum foi inaugurado em 29 de dezembro de 2005.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Jataúba, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Santa Cruz do Capibaribe.

Justiça Eleitoral

Jataúba integra a 54ª Zona Eleitoral, com sede em Brejo da Madre de Deus, e conta com 37 seções e 14.437 eleitores cadastrados. Tem como Juiz Eleitoral Altino Conceição da Silva.

Juízes que atuaram na Comarca

1962 – Rilmar Alves de Almeida
1962 – Jonas de Aquino Lucena
1963 – José Napoleão Tavares de Oliveira
1965 – Ruy Ávila Figueirêdo
1965 – Antônio Martins Veras
1966 – Dilnae Pinheiro Silveira Borba
1966 – Demóstenes Batista Veras
1990 – José Roberto de Oliveira
1990 – Andreya Cristhiany Lins Gomes da Costa
1991 – Edson Costa Coelho
1991 – Nilson Guerra Nery
1992 – Brasílio Antônio Guerra
1994 – Fernando Menezes Silva
1995 – Aldemir Alves de Lima
1996 – Joaquim Francisco Barbosa
1997 – Carlos Gonçalves de Andrade Filho
1997 – João Ismael do Nascimento Filho

1998 – Ricardo da Costa Freitas
1998 – Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
1998 – Luciana Maranhão de Araújo
2000 – Ane de Sena Lins
2002 – Idílio Oliveira de Araújo
2003 – Cláudio da Cunha Cavalcanti
2004 – Tito Lívio Araújo Monteiro
2006 – Eugênio Cícero Marques
2007 – Maria Adelaide M. de Abreu Lacerda Melquíades
2010 – Francisco Assis de Morais Júnior
2013 – Hugo Vinícius Castro Jiménez
2013 – Ângela Mesquita de Borba Maranhão
2015 – Diego Vieira Lima
2015 – José Arnaldo Vasconcelos da Silva
2016 – Murilo Borges Koerich
2017 – Douglas José da Silva
2017 – Juliana Rodrigues Barbosa
2019 – **Altino Conceição da Silva (atual)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 516 m de altitude, distando 223 km da capital do Estado. Tem superfície de 719 km² e é composta dos Distritos Sede, Jacú, Jundiá, Passagem do Tó e Riacho do Meio, onde vivem 17.150 habitantes. Localiza-se na Microrregião do Vale do Ipojuca da Mesorregião do Agreste pernambucano.

Filho ilustre na magistratura

O Juiz Eugênio Cícero Marques nasceu em Jataúba.

Feriados oficiais locais

20 de janeiro – Dia do Padroeiro São Sebastião
2 de março – Dia da Emancipação Política

Fórum José Lopes de Siqueira

Rua Vereador Pedro Doca Filho, s/n – Centro – Jataúba/PE – CEP: 55.180-000

João Alfredo

O Município

A Vila de Boa Vista passou à denominação de João Alfredo com a Lei Estadual n. 1.944, de 19 de setembro de 1928. Com a Lei Municipal n. 43/1931, tornou-se distrito de Bom Jardim.

A Lei Estadual n. 23, de 10 de outubro de 1935, elevou o distrito à categoria de Município, sendo instalado em 21 de outubro do mesmo ano.

A Comarca

A Lei Estadual n. 209, de 9 de julho de 1948, criou a Comarca de João Alfredo, instalada em 5 de outubro do mesmo ano.

Com o Decreto-Lei n. 61 de 5 de agosto de 1969, a Comarca foi desinstalada passando a Termo de Bom Jardim, sendo, posteriormente, restaurada através do art. 447, da Resolução n. 10 de 28 de dezembro de 1970.

A Comarca integra a 1ª entrância e possui vara única. O Ministério Público, a OAB e a Justiça Eleitoral funcionam no fórum.

Justiça Eleitoral

João Alfredo sedia a 88ª Zona Eleitoral. Composta por 67 seções, possui 24.580 eleitores cadastrados e está sob a responsabili-

dade do Juiz Eleitoral Hailton Gonçalves da Silva. Tem como Termo Eleitoral o Município de Salgadinho.

Juízes que atuaram na Comarca

1931 – José Procópio Cavalcanti
1935 – João Pereira de Moura
1935 – José Ferreira da Silva
1938 – Manuel Casado de Oliveira Nobre
1939 – Aurélio Guilherme de Araújo Pereira
1940 – Augusto Santa Cruz de Oliveira
1941 – Ascendino Cândido das Neves Filho
1946 – Cláudio de Morais Vasconcelos
1948 – Jeová da Rocha Vanderlei
1948 – Gabriel Lucena Cavalcanti
1952 – Sinval Montezuma Lins
1954 – Francisco Rodrigues dos Santos
1959 – Benjamim Sebastião Loureiro Alves
1965 – José de Ribamar Teles de Araújo
1970 – Aurélio Muniz Freire
1973 – André Rui de Andrade Albuquerque
1973 – Zamir Machado Fernandes
1982 – Petrúcio Roberto Tobias Granja
1983 – Nicolau Loureiro Lopes da Silva Neto
1985 – Sílvio de Arruda Beltrão
1988 – Alberto Nogueira Virgínio
1990 – Eurico de Barros Correia Filho
1992 – Laiete Jatobá Neto
1993 – Nailton Max de Brito e Silva

1994 – Ana Maria Wanderley
1995 – Marcone José Fraga Nascimento
1999 – Tomás de Aquino Pereira de Araújo
2000 – Wilka Pinto Vilela Correia
2004 – Ana Carolina Avellar Diniz
2007 – **Hailton Gonçalves da Silva (atual)**
2007 – Fernando Antônio Sabino Cordeiro
2013 – Joaquim Francisco Barbosa
2014 – Mirna dos Anjos Tenório de Melo Gusmão
2014 – Enrico Duarte da Costa Oliveira
2015 – Evandro de Melo Cabral
2015 – Nahiane Ramalho de Mattos
2016 – Luís Vital do Carmo Filho
2017 – Paulo César Oliveira de Amorim
2018 – Milton Santana Lima Filho
2019 – Mariana Zenaide Teófilo Gadelha

Informações geográficas

João Alfredo situa-se a 320 m de altitude, distando 101 km da capital. Tem área de 133 km² e população com 33.822 habitantes. O Município possui o Povoado de Brejinho e está localizado na Microrregião do Médio Capibaribe e Mesorregião do Agreste pernambucano.

Feriados oficiais locais

10 de outubro – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Desembargador Cunha Barreto

Avenida Presidente Kennedy, s/n – Centro – João Alfredo/PE – CEP: 55.720-000

Termo Judiciário

Salgadinho

O Município de Salgadinho foi criado com a Lei Estadual n. 4.974, de 20 de dezembro de 1963, instalado em 27 de junho de 1964. Situado a 116 km da capital, possui 88 km² de área e 10.919 habitantes. Localiza-se na Mesorregião do Agreste e Microrregião do Médio Capibaribe.

O Município integra a 88ª Zona Eleitoral, com sede em João Alfredo. Possui 19 seções e 7.300 eleitores cadastrados.

Joaquim Nabuco

O Município

O Município de Joaquim Nabuco foi criado pela Lei Estadual n. 1.818, de 29 de dezembro de 1953, desmembrado do Município de Palmares, e instalado em 4 de junho de 1954.

A Comarca

A Lei n. 1.846, de 24 de maio de 1954, criou a Comarca de Joaquim Nabuco, instalada em 24 de setembro do mesmo ano.

O Ato n. 2.160, de 23 de dezembro de 1998, extinguiu a Comarca, que passou a ser Termo Judiciário de Gameleira. Por força do Ato n. 1.361, de 28 de setembro de 2001, foi reinstalada pela Juíza Reinstaladora Maria do Rosário Monteiro Pimentel de Souza.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Joaquim Nabuco, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Palmares.

Justiça Eleitoral

A Comarca de Joaquim Nabuco integra a 38ª Zona Eleitoral, com sede em Água Preta. É composta por 42 seções, conta com 13.268 eleitores cadastrados e está sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral Rodrigo Ramos Melgaço.

Juízes que atuaram na Comarca

1954 – Francisco de Assis Rosa e Silva Sobrinho
1955 – José Frederico Soriano de Souza
1956 – Moacyr da Costa Gomes
1962 – João David de Souza Filho
1963 – Nilson Carneiro Leão
1965 – Célio de Castro Montenegro
1966 – Dilnae Pinheiro Silveira Borba
1968 – Magui Lins de Azevedo
1978 – Múcio Rodrigues Barbosa de Aguiar
1980 – Pedro Pedrosa de Oliveira Melo
1981 – José Manuel Zeferino Galvão de Melo
1984 – Amaro Araújo Júnior
1984 – José Vital Bezerra Galindo
1984 – Clóris Guimarães Ribeiro
1985 – Paulo Romero de Sá Araújo
1986 – Celmilo José Evangelista Gusmão
1988 – Virgínio Marques Carneiro Leão
1991 – Antônio Vital de Moraes
1992 – Evani Estêvão de Barros
1992 – Odilon de Oliveira Neto
1993 – Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas
1995 – Arnóbio Amorim Araújo Junior
1998 – Júlio César Vasconcelos de Almeida
2000 – Paulo Francisco da Costa
2001 – Maria do Rosário Monteiro Pimentel de Souza
2002 – Climério Gutemberg Silva de Oliveira
2003 – Fernando Escrivani Stefaniu
2005 – Maria Cristina Fernandes de Almeida

2006 – Rildo Vieira Silva
2006 – Eunice Maria Batista Prado
2012 – Danielle Christine Silva Melo Burichel
2015 – Marília Ferraz Martins Thum
2016 – Raquel Evangelista Feitosa
2018 – Antônio Carlos dos Santos
2019 – **Rodrigo Ramos Melgaço (atual)**

Informações geográficas

A Cidade situa-se a 152 m de altitude, dista 111 km do Recife. Detém 122 km² de área e população de 16.023 habitantes. Localiza--se na Microrregião Meridional e na Mesorregião da Zona da Mata pernambucana.

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia do Padroeiro São José
4 de junho – Dia da Emancipação Política
Última sexta-feira de setembro – Dia da Cultura Nabuquense

Fórum de Joaquim Nabuco

Avenida Manoel José da Costa Filho, s/n, Centro, Joaquim Nabuco/PE – CEP: 55.535-000

Jupi

O Município

O Povoado de Jupi, nas sucessivas divisões administrativas do Estado, pertenceu a Brejo da Madre de Deus, São Bento do Una, Canhotinho, Palmeirina e, por último, a Angelim. Emancipou-se finalmente pela Lei Estadual n. 3.331, de 31 de dezembro de 1958. O Município foi instalado em 11 de março de 1962.

A Comarca

A Lei Estadual n. 3.328, de 30 de dezembro de 1958, criou a Comarca de Jupi, que foi instalada em 17 de maio de 1962 pelo Juiz Rilton Rodrigues da Silva.

O Decreto-Lei n. 61, de 4 de agosto de 1969, extinguiu a Comarca, passando a ser Termo da Comarca de Garanhuns.

Aos 13 de setembro de 1994, foi reinstalada a Comarca de Jupi, por força da Lei Estadual n. 10.391, de 18 de dezembro 1989, sob a presidência do Juiz de Direito Rinaldo Adilson de Souza. Em 14 de janeiro de 1998, foi inaugurado o prédio do fórum.

A Comarca foi desativada, passando a Termo Judiciário de Lajedo, por decisão do Tribunal Pleno, em conformidade com o Ato n. 419, de 22 de março de 1999, assinado pelo então Presidente Desembargador Etério Ramos Galvão Filho.

Em 2 de março de 2001, conforme autorização do Ato n. 133, de 9 de fevereiro de 2001, a Comarca foi reinstalada pelo Magistrado Adilson Agrícola Nunes.

Funciona nas instalações do fórum local apenas o Ministério Público.

É Comarca de 1ª entrância e vara única e tem como Termo Judiciário o Município de Jucati.

Justiça Eleitoral

A Cidade de Jupi é Termo Eleitoral de Garanhuns. Faz parte da 92ª Zona Eleitoral do Estado de Pernambuco, com 44 seções, e conta com 11.748 eleitores cadastrados. Atualmente, tem o Juiz Maurício Santos Gusmão Júnior como responsável pela organização eleitoral no Município.

Juízes que atuaram na Comarca

1962 – Rilton Rodrigues da Silva
1966 – Armando de Barros Figueiredo
1966 – Antonio Martins Veras
1969 – Sebastião Romildo Vale de Oliveira
1994 – Jucineide Freitas de Albuquerque
1994 – Rinaldo Adilson de Souza
1996 – Julio Cezar Santos da Silva
1998 – Feliciano da Silva Nilo
2001 – Adilson Agrícola Nunes
2003 – Ana Paula Costa de Almeida
2005 – Natália Assis de Melo Perez
2005 – Jacira Maria Lucena da Rocha

2007 – Milena Flores Ferraz
2008 – Cristiano Henrique de Freitas Araújo
2008 – Zélia Maria Pereira de Melo
2009 – Luciana Josué Raposo
2013 – Thiago Fernandes Cintra
2014 – Andrian de Lucena Galindo
2015 – Guilherme Augusto de Albuquerque Arzani
2015 – Rafael Carlos de Morais
2017 – Raphael Calixto Brasil
2017 – Rafael Sampaio Leite
2017 – Rômulo Macedo Bastos
2018 – André Simões Nunes
2018 – Patrick de Melo Gariolli
2019 – **Paulo Ricardo Cassaro dos Santos (atual)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 782 m de altitude, 204 km do Recife. Tem 104 km² de área, onde vivem, aproximadamente, 14.836 habitantes. Situada na Microrregião de Garanhuns, da Mesorregião do Agreste de Pernambuco, é constituída pelo Distrito Sede e o Povoado Colônia.

Filho ilustre na magistratura

O Desembargador Luiz Cosmo da Silva Júnior (TRT) nasceu em Jupi.

Feriados oficiais locais

11 de março – Dia da Emancipação Política do Município
24 de junho – Dia de São João
7 de outubro – Dia da Padroeira Nossa Senhora do Rosário

Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano

Rua Antônio Pereira Braga, s/n – Centro – Jupi/PE – CEP: 55.395-000

Termo Judiciário

Jucati

O Distrito de Ouricuri, subordinado ao Município de Angelim pelo Decreto-Lei Estadual n. 92, de 31 de março de 1938, passou a denominar-se Pindorama, que teve sua denominação alterada para Jucati, pelo Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943. O Município de Jucati foi criado pela Lei Estadual n. 10.624, de 1º de outubro de 1991, desmembrado de Jupi, tendo sido instalado em 1º de janeiro de 1993.

Está situado na Mesorregião do Agreste pernambucano, na Microrregião de Garanhuns, a 820 m de altitude, com área de 120 km², distando 217 km do Recife, com população de 11.424 habitantes.

Integra a 92ª Zona Eleitoral, com sede em Jupi, contando com 27 seções e 9.587 eleitores.

Jurema

O Município

A Lei Municipal n. 34, em 20 de outubro 1899, criou o Distrito de Jurema, desmembrado de Queimadas. Pela Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909, passou a Vila. Na Divisão Administrativa ocorrida no ano de 1911, Jurema figura como distrito do Município de Quipapá. Foi elevado a Município pela Lei Estadual n. 1.931, em 11 de setembro de 1928, com território desmembrado de Quipapá. Sua instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1929.

A Comarca

De antigo Termo Judiciário de Quipapá, passou a Comarca pelo Decreto-Lei Estadual n. 1.116, de 14 de fevereiro de 1945, em cumprimento ao Decreto-Lei Federal n. 7.300, de 6 de fevereiro de 1945. A Comarca foi extinta pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, passando a Termo Judiciário de Lajedo. Foi restaurada pela Lei n. 8.879, de 7 de dezembro de 1981, e reinstalada em 3 de agosto de 1985, tendo como Juiz Instalador José Alexandre de Vasconcelos Aquino. O prédio do fórum da Comarca de Jurema foi inaugurado em 27 de janeiro de 2006.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Jurema, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Lajedo.

Justiça Eleitoral

A Comarca de Jurema integra a 94ª Zona Eleitoral, com sede em Lajedo. É composta por 34 seções com 11.443 eleitores. Atualmente está sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral Paulo Ricardo Cassaro dos Santos.

Juízes que atuaram na Comarca

1948 – Pedro Martiniano Lins
1948 – Gabriel Soares Quintas
1950 – Aprígio Gomes de Melo Cavalcanti
1953 – Manoel Machado da Cunha Cavalcanti
1954 – Moacir da Costa Gomes
1955 – José Ferreira de Lima
1961 – João Batista Neto
1962 – Agenor Ferreira de Lima
1963 – Antônio Tertuliano D'Almeida Lins
1964 – Carlos Cavalcanti da Mata
1964 – Francisco Carneiro de Menezes
1965 – Senyr Jatahy de Sampayo
1966 – Antônio Oliveira da Silva
1969 – José Agripino e Silva
1977 – Rilton Rodrigues da Silva
1979 – Sócrates Otávio de França e Silva
1981 – Aurélio Muniz Freire

1982 – Antônio de Melo e Lima
1983 – Adalberto de Oliveira Melo
1983 – Cladisson Ferreira Pinto
1983 – Luiz Carlos de Barros Figueiredo
1983 – Osman Benício de Holanda Cavalcanti
1985 – Evanderly Félix da Costa
1985 – José Alexandre de Vasconcelos Aquino
1987 – José Viana Ulisses Filho
1987 – Carlos Alberto Berriel Pessanha
1989 – Sandoval José de Assis e Silva
1992 – Rinaldo Adilson de Souza
1993 – Abelardo Tadeu da Silva Santos
1994 – José André Machado Barbosa Pinto
1997 – Aldemir Alves de Lima
1998 – Ildete Veríssimo de Lima
2000 – Djaci Salustiano de Lima
2004 – Aline Cardoso dos Santos
2005 – Carlos Fernando Carneiro Valença Filho
2012 – Rafael Souza Cardozo
2013 – Juliana Coutinho Martiniano Lins
2014 – Thiago Fernandes Cintra
2015 – Eduardo José Loureiro Burichel
2016 – Marcelo Góes de Vasconcelos
2017 – Gabriel Augusto Amario de Castro Pinto
2018 – Raphael Calixto Brasil
2019 – **Francisco Jorge Figueiredo Alves (atual)**

Informações geográficas

Jurema está a 204 km da capital pernambucana, numa altitude de 723 m, localizada na Mesorregião do Agreste de Pernambuco, na Microrregião de Garanhuns. Tem uma área de 148 km² para uma população de 15.378 habitantes. Tem o Povoado Mocos e os Distritos Sede e Santo Antônio das Queimadas.

Feriados oficiais locais

11 de setembro – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Desembargador Cláudio Américo de Miranda

Praça da Bandeira, s/n – Centro – Jurema/PE
CEP: 55.480-000

Lagoa de Itaenga

O Município

O Distrito de Lagoa de Itaenga foi criado pela Lei Municipal n. 17, de 8 de março de 1948, subordinado ao Município de Paudalho. A Lei n. 4.966, de 20 de dezembro de 1963, criou o Município, desmembrando-o do Município de Paudalho. A instalação ocorreu em 1º de março de 1964.

A Comarca

A Lei n. 10.391, de 18 de dezembro de 1989, criou a Comarca de Lagoa de Itaenga, que foi instalada em 21 de setembro de 1994. O Juiz Instalador foi Humberto Costa Vasconcelos Júnior, designado pelo ato n. 823, de 20 de setembro de 1994, assinado pelo Desembargador Presidente Luiz Belém de Alencar.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Lagoa de Itaenga, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Feira Nova.

Justiça Eleitoral

Lagoa de Itaenga pertence à 135ª Zona Eleitoral da Comarca de Feira Nova e conta com 18.606 eleitores, distribuídos em 50 seções eleitorais. O Juiz Eleitoral atual é Milton Santana Lima Filho.

Juízes que atuaram na Comarca

1994 – Maria Tereza Paes de Sá
1995 – Ana Paula Lira Melo
1997 – Reginaldo Alves de Andrade
1997 – Maria da Conceição Siqueira e Silva
1997 – Roberta Viana Jardim
2000 – Fernando Menezes Silva
2003 – Izilda Maria de Abreu Dornelas Câmara
2003 – Mariana Vargas da Cunha de Oliveira Lima
2003 – Luciene Robéria Pontes de Lima
2004 – Severino Rodrigues de Sousa
2006 – Adriana Brandão de Barros Correia
2010 – Crystiane Maria do Nascimento Rocha
2010 – Milton Santana Lima Filho
2010 – Natalia Assis de Melo Perez
2012 – Fernando Menezes Silva
2012 – Adrianne Maria Ribeiro de Souza
2012 – José Claudionor da Silva Filho
2013 – Maria Betânia Martins da Hora Rocha
2013 – Artur Teixeira de Carvalho Neto
2014 – José Faustino Macêdo de Souza Ferreira
2014 – Álvaro Mariano da Penha
2015 – Cristiano Henrique de Freitas Araújo
2015 – Idiara Buenos Aires Cavalcanti
2017 – Bruno Querino Olímpio
2017 – Carla de Moraes Rego Mandetta
2017 – Carolina Almeida Pontes de Miranda
2017 – Daladiê Duarte Souza
2017 – Evandro de Melo Cabral

2017 – Felipe Arthur Monteiro Leal
2017 – Felipe José Dias Martins da Rosa e Silva
2017 – Iarly José Holanda de Souza
2018 – Guilherme Augusto de Albuquerque Arzani
2018 – **Tatiana Lapa Carneiro Leão (atual)**

Informações geográficas

A Cidade dista 74 km da capital. Tem uma área de 57 km², a uma altitude de 183 m, com uma população de 21.429 habitantes.

O Município está situado na Mesorregião da Mata e na Microrregião da Mata Setentrional pernambucana.

Feriados oficiais locais

20 de janeiro – Dia do Padroeiro São Sebastião
20 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum da Comarca de Lagoa de Itaenga

Rua Manoel José da Silva, s/n – Centro – Lagoa de Itaenga/PE – CEP: 55.840-000

Lagoa do Ouro

O Município

A Lei Municipal n. 39, de 13 de janeiro de 1917, criou o Distrito de Lagoa do Ouro, integrando o território do Município de Correntes. Pelo Decreto-Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938, sua denominação foi mudada para Igatauá, tendo sua antiga denominação sido restaurada pela Lei Estadual n. 3.041, de 7 de maio de 1958.

A Lei Estadual n. 3.335, de 31 de dezembro de 1958, criou o Município de Lagoa do Ouro, desmembrado do Município de Correntes, elevando sua sede à categoria de Cidade. A instalação ocorreu em 25 de março de 1962.

A Comarca

A Comarca de Lagoa do Ouro foi criada pela Lei n. 3.335, de 31 de dezembro de 1958, e instalada em 25 de março de 1962, tendo como Juiz Instalador Célio de Castro Montenegro. Posteriormente, foi extinta pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969. Foi restaurada pela Lei Estadual n. 10.391, de 18 de dezembro de 1989, quando deixou de ser Termo de Correntes. Sua reinstalação ocorreu em 27 de janeiro de 1994. Foi novamente desinstalada em 3 de dezembro de 1998, conforme art. 13 do Código de Organização

Judiciária e Ato n. 2.006/98 do Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco Desembargador Etério Ramos Galvão Filho. Foi restaurada por força do Ato n. 132, de 9 de fevereiro de 2001, sendo reinstalada em 8 de março de 2001 pela Juíza Zélia Maria Pereira de Melo.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Lagoa do Ouro, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Correntes.

Justiça Eleitoral

Lagoa do Ouro é Termo Eleitoral da 59ª Zona Eleitoral, com sede em Correntes, e conta com 32 seções e 10.759 eleitores. O Juiz Eleitoral atual é André Simões Nunes.

Juízes que atuaram na Comarca

1958 – Francisco Alves Basílio
1960 – Sebastião Monteiro Basílio
1961 – Valdemar Cândido Monteiro
1962 – José França da Silva
1962 – Célio de Castro Montenegro
1964 – Aurélio Nunes Freire
1965 – Valdemar Reis da Silva Rego
1966 – Armando de Barros Figueiredo
1966 – Aécio José Maranhão da Fonte
1966 – Etério Ramos Galvão Filho
1969 – José Maria de Carvalho
1970 – Hermínio Áureo de Queiroz
1972 – Márcio de Albuquerque Xavier

1973 – Joaquim Rodrigues de Castro
1975 – José de Abreu Santos
1975 – Marco Antônio Cabral Maggi
1978 – Edmundo Jordão de Vasconcelos Sobrinho
1987 – Gerson Venâncio de Carvalho
1994 – Sérgio José Vieira Lopes
1994 – Agnaldo Esteves da Silveira Filho
1998 – Zélia Maria Pereira de Melo
2002 – Roberto Costa Bivar
2003 – Blanche Maymone Pontes Matos
2003 – Max Cavalcante de Albuquerque
2003 – Maria Magdala Sette de Barros
2007 – Eliziongerber de Freitas
2007 – Malu Marinho Sette
2014 – Rafael Carlos de Moraes
2016 – Tatiana Lapa Carneiro Leão
2017 – Lucas Tavares Coutinho
2019 – **André Simões Nunes (atual)**

Informações geográficas

A Cidade está numa altitude de 653 m, distando 260 km da capital pernambucana. Localiza-se na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião de Garanhuns. Tem uma área de 198 km², onde se distribui uma população de 13.145 habitantes. Compõe-se dos Distritos Sede e Igapó. Campo Alegre é seu povoado.

Feriados oficiais locais

25 de março – Dia da Emancipação Política
29 de junho – Dia de São Pedro
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Juiz Doutor Luiz de Góis Lima

Rua Capitão Amador Monteiro, s/n – Centro – Lagoa do Ouro/
PE – CEP: 55.320-000

Lagoa dos Gatos

O Município

A Lei Estadual n. 209, de 23 de março de 1897, elevou o Distrito de Lagoa dos Gatos à categoria de Vila, que passou a Cidade em 1º de julho de 1909, com a Lei Estadual n. 991.

O Município de Lagoa dos Gatos foi criado pela Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, com o nome de Frei Caneca, desmembrado dos Municípios de Panelas e de Bonito, e instalado em 1º de janeiro de 1929.

O Decreto-Lei n. 235, de 9 de dezembro de 1938, restabeleceu seu primitivo nome de Lagoa dos Gatos.

A Comarca

A Comarca de Lagoa dos Gatos foi criada pela Lei Estadual n. 209, de 9 de julho de 1948, e extinta pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, passando a ser Termo Judiciário da Comarca de Panelas.

A Lei Estadual n. 8.879, de 7 de dezembro de 1981, restaurou a Comarca, reinstalada em 28 de dezembro de 1984 pelo Juiz Bartolomeu Bueno de Freitas Morais.

A Comarca integra a 1ª entrância e possui vara única. O Ministério Público e a Justiça Eleitoral funcionam em sedes próprias. A Defensoria Pública e a OAB utilizam sala no fórum.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Belém de Maria passa a ser agregada à Comarca de Lagoa dos Gatos.

Justiça Eleitoral

Lagoa dos Gatos integra a 86ª Zona Eleitoral, com sede em Agrestina. Está dividida em 38 seções, conta com 12.188 eleitores e tem como Juiz Eleitoral Cristiano Henrique de Freitas Araújo.

Juízes que atuaram na Comarca

1948 – Plácido de Souza
1950 – João David de Souza Filho
1951 – Alfredo Pessoa de Lima
1953 – Francisco de Assis Rosa e Silva Sobrinho
1954 – José Higino Ribeiro Campos
1955 – José Edgar de Vasconcelos Dutra
1956 – Carlos Cavalcanti da Mata
1963 – Lamartine Holanda Cavalcanti
1964 – José Maria Florentino de Lima
1966 – Mário Alves de Souza Melo
1966 – Hélio Vidal Campos
1966 – Aurélio Muniz Freire
1968 – José Fernando Mendonça de Souza
1985 – Bartolomeu Bueno de Freitas Morais
1985 – Antônio de Jesus Chaves da Costa

1986 – Frederico Ricardo de Almeida Neves
1988 – Wellington Gadelha de Freitas
1989 – José Machado de Azevedo
1989 – Joaquim Lafayette Neto
1989 – Vladimir Alves e Silva
1989 – Raimundo Nonato de Souza Braid Filho
1991 – Jeanine de Almeida Sodré da Mota
1993 – Lúcio Grassi de Gouveia
1995 – Francisco Julião de Oliveira Sobrinho
1995 – Sandra de Arruda Beltrão
1995 – Aline Cardoso dos Santos
1997 – Rogério Lins e Silva
1998 – Evani Estêvão de Barros
1998 – Francisco Jorge de Figueiredo Alves
1998 – Ailton Soares Pereira
1998 – Uraquitan José dos Santos
2002 – Alexandre Pinto de Albuquerque
2002 – Isabelle Moitinho Pinto
2003 – Jacira Jardim de Souza Menezes
2009 – José Wilson Soares Martins
2009 – Hugo Vinícius Castro Jiménez
2012 – Simony de Fátima de Oliveira Emerenciano
2013 – Carlos Eugênio de Castro Montenegro
2013 – Danielle Christine Silva Melo Burichel
2014 – Hydia Virgínia Christino de Landim Farias
2015 – Adelson Freitas de Andrade Júnior
2015 – Vivian Gomes Pereira
2015 – Ricardo de Sá Leitão Alencar Júnior
2018 – **Marcelo Góes de Vasconcelos (atual)**

2019 – Emiliano César Costa Galvão de França
2019 – Sander Fitney Brandão de Menezes Correia

Informações geográficas

A Cidade de Lagoa dos Gatos dista 176 km da capital. Fica a 464 m de altitude, tem 233 km² de área, onde vive uma população de, aproximadamente, 16.318 habitantes. Está dividida administrativamente entre os Distritos Sede, Entroncamento, Igarapeassu e Lagoa de Souza.

O Município está situado na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Brejo pernambucano.

Feriados oficiais locais

20 de janeiro – Dia do Padroeiro São Sebastião
11 de setembro – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Frei Caneca

Rua Dom Luiz, s/n – Centro – Lagoa dos Gatos/PE –
CEP: 55.450-000

Lagoa Grande

O Município

O Distrito de Lagoa Grande foi criado pela Lei Municipal n. 410, de 30 de agosto de 1963, subordinado ao Município de Santa Maria da Boa Vista. A Lei Estadual n. 11.215, de 16 de junho de 1995, criou o Município de Lagoa Grande. A instalação se deu em 1º de janeiro de 1997.

A Comarca

A Comarca de Lagoa Grande, a mais nova Comarca de Pernambuco, foi criada pelo art. 182 da Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007, e instalada em 4 de dezembro de 2009, tendo como Juíza Instaladora Ângela Mesquita de Borba Maranhão.

A Comarca integra a 1ª entrância e possui vara única. A Justiça Eleitoral funciona em sede própria, enquanto o Ministério Público e a Defensoria Pública funcionam nas dependências do fórum.

Justiça Eleitoral

Lagoa Grande sedia a 137ª Zona Eleitoral, com 56 seções e 17.014 eleitores, tendo como Juiz Frederico Ataíde Barbosa Damatto.

Juízes que atuaram na Comarca

2009 – Ângela Mesquita de Borba Maranhão
2012 – Ana Paula Borges
2015 – Elder Muniz de Carvalho
2017 – Thiego Dias Marinho
2018 – João Alexandrino de Macêdo Neto
2019 – **Frederico Ataíde Barbosa Damatto (atual)**

Informações geográficas

Situada no Sertão do São Francisco, distante 661 km do Recife, Lagoa Grande tem uma área de 1.850 km² e uma população de 25.601 habitantes. Administrativamente, é constituída de dois distritos: Lagoa Grande (sede) e Jutaí.

Destaca-se pela irrigação do Rio São Francisco e se apresenta como uma grande produtora de uva, sua principal fonte de renda.

Feriados oficiais locais

24 de maio – Dia da Padroeira Nossa Senhora Auxiliadora
16 de junho – Dia da Emancipação Política
24 de junho – Dia de São João

Fórum Benildes de Souza Ribeiro

Rua Olímpio Angelim, n. 121 – Estátua – Lagoa Grande/PE – CEP: 56.395-000

Lajedo

O Município

Em 1852, teve início o povoado de Santo Inácio dos Lajeiros, que surgiu a partir da primeira casa construída por José Ferreira da Silva, conhecido como o fundador da Cidade.

O Distrito de Lajedo foi criado em 11 de dezembro de 1903 como quinto distrito de Canhotinho. Posteriormente, com a Lei Estadual n. 377, de 24 de dezembro de 1948, tornou-se município autônomo, e sua instalação ocorreu em 19 de maio de 1949.

A Comarca

A Comarca de Lajedo foi criada pela Lei Estadual n. 508, de 27 de junho de 1949, e sua instalação se deu em 27 de agosto de 1949.

A sede do fórum atual, inaugurada em 14 de janeiro de 1998, conta com salas destinadas ao Ministério Público e OAB. A Defensoria Pública e a Justiça Eleitoral têm sedes próprias.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, as Comarcas de Calçado e Jurema passam a ser agregadas à Comarca de Lajedo.

Justiça Eleitoral

Lajedo sedia a 94ª Zona Eleitoral e tem Calçado como Termo. Conta com 82 seções, 28.494 eleitores, e o Juiz atual é Paulo Ricardo Cassaro dos Santos.

Juízes que atuaram na Comarca

1949 – José Martins de Souza Leão
1952 – Pedro Ribeiro Malta
1952 – Clemenceau Dutra de Almeida Lyra
1958 – Cláudio Cabral de Melo
1958 – Hélio Machado da Silva Porto
1958 – Clodoaldo Peixoto de Oliveira
1960 – Antônio Lira Souza
1965 – Rilton Rodrigues da Silva
1966 – Armando de Barros Figueiredo
1966 – Antônio Martins Veras
1967 – José Agripino e Silva
1968 – José de Abreu Santos
1972 – João Côrte Magalhães
1973 – Márcio de Albuquerque Xavier
1974 – José Ferreira Lima
1978 – Antônio Oliveira da Silva
1978 – Sebastião Romildo Vale de Oliveira
1979 – Sócrates Otávio de França e Silva
1982 – Antônio de Melo e Lima
1983 – Adalberto de Oliveira Melo
1983 – Cladisson Ferreira Pinto
1983 – Luiz Carlos de Barros Figueiredo

1983 – Osman Benício de Holanda
1985 – Gil Buarque da Fonseca
1985 – Evanderly Félix da Costa
1985 – Severino Tenório Pinto
1985 – José Viana Ulisses Filho
1989 – André Rui de Andrade Albuquerque
1990 – Luciano de Castro Campos
1990 – José Machado de Azevedo
1992 – Cleodon Eleno dos Santos
1992 – Rinaldo Adilson de Souza
1994 – Maria Betânia Beltrão Gondim
1996 – Julio Cezar Santos da Silva
1998 – Helenita Ramos Silva
1999 – Feliciano da Silva Nilo
1999 – Marcus Vinícius Barbosa Alencar Luz
2000 – Adilson Agrícola Nunes
2002 – Gilvan Macêdo dos Santos
2003 – Ana Cláudia Brandão de Barros Correia
2003 – Roberto da Costa Bivar
2003 – Cristiano Henrique de Freitas Araújo
2004 – Luciana Josué Raposo
2006 – Marcelo Marques Cabral
2008 – Carlos Fernando Carneiro Valença Filho
2011 – Jacira Maria Lucena da Rocha
2012 – Hauler dos Santos Fonsêca
2013 – Malu Marinho Sette
2013 – Thiago Fernandes Cintra
2015 – Rafael Carlos de Morais
2015 – Guilherme Augusto de Albuquerque Arzani

2017 – Daniel Silva Paiva
2017 – Raphael Calixto Brasil
2018 – André Simões Nunes
2018 – Márcio Bastos Sá Barretto
2019 – **Paulo Ricardo Cassaro dos Santos (atual)**

Informações geográficas

O Município de Lajedo está a 661 m de altitude, distando 196 km da Capital. Tem superfície de 189 km², onde vive uma população de 40.288 habitantes. Localiza-se na Microrregião de Garanhuns e Mesorregião do Agreste pernambucano. Administrativamente, é constituído do Distrito Sede e possui seis povoados: Cantinho, Santa Luzia, Olho D'água dos Pombos, Quatis, Imaculada e Pau-Ferro.

Feriados oficiais locais

19 de maio – Dia da Emancipação Política
13 de junho – Dia do Padroeiro Santo Antônio

Fórum José Firmino Burgos

Rua José Múcio Monteiro, s/n – Centro – Lajedo/PE – CEP: 55.385-000

Limoeiro

O Município

O Distrito de Limoeiro foi criado pela Carta Régia de 16 de junho de 1786 e passou à categoria de Vila por força do Alvará Régio de 27 de julho em 1811, instalado em 23 de maio do ano seguinte.

A Lei Provincial n. 1.560, de 30 de maio de 1881, elevou Limoeiro à categoria de Cidade, tornando-se Município autônomo em 6 de abril de 1893, com a Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

A Comarca

A Comarca de Limoeiro foi criada pela Resolução do Conselho Geral da Província datada de 20 de maio de 1833. A sua instalação se deu em 1834, sendo seu primeiro Juiz de Direito Firmino Pereira Monteiro.

A Comarca é de 2ª entrância e é composta por duas varas cíveis, uma vara criminal e um Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo. A vara criminal, criada pela Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007, foi instalada em 11 de julho de 2017.

O Ministério Público, a Defensoria Pública, a Justiça do Trabalho e a Subseccional da OAB/PE têm prédios próprios, mas o fórum disponibiliza uma sala para apoio aos advogados.

Justiça Eleitoral

Limoeiro é sede das 24ª e 103ª Zonas Eleitorais, com 95 seções e 48 seções, contando com 31.684 e 14.801 eleitores, respectivamente, e tem como Juiz Eleitoral Alfredo Bandeira de Medeiros Junior.

Juízes que atuaram na Comarca

1834 – Firmino Pereira Monteiro
1889 – Manoel Augusto da Costa Revorêdo
1892 – Carlos Augusto Vaz de Oliveira
1900 – Benemérito José da Costa
1905 – Jerônimo Materno Pereira de Carvalho
1908 – Severino de Vasconcellos Aragão
1914 – José Pereira Lima
1914 – Thomaz de Oliveira Lobo
1914 – Adolpho Cyriaco da Cruz Ribeiro
1918 – Joaquim Pedro Campelo de Souza
1921 – Aurélio Guilherme de Araújo Pereira
1921 – Liberalino de Almeida
1929 – Canuto Clemente de Oliveira Guimarães
1931 – Pedro Francisco Cabral de Vasconcelos
1940 – Augusto Santa Cruz Oliveira
1941 – João Capistrano de Moraes Silva
1951 – Jorge de Albuquerque Santos
1951 – Cláudio de Moraes Vasconcelos
1952 – José Martins de Sousa Leão
1953 – Vitor da Silva Fernandes
1953 – José Pessoa de Oliveira Cavalcanti
1955 – Francisco Rodrigues dos Santos

1956 – Antonio Viana Siqueira
1966 – Valdir Barbosa
1970 – Demócrito Ramos Reinaldo
1971 – José Carneiro de Farias Souza
1971 – Aurélio Muniz Freire
1971 – Hélio Barros de Siqueira Campos
1973 – Ozael Rodrigues Veloso
1978 – André Rui de Andrade Albuquerque
1985 – Rivadávia Brayner de Melo Rangel
1985 – Zamir Machado Fernandes
1985 – Antônio Fernando de Araújo Martins
1986 – José Valdmir de Oliveira Chaves
1988 – Antonio Francisco Cintra
1989 – Gualter Carlos de Alencar Neto
1991 – Frederico Guilherme Rodrigues de Lima
1992 – Évio Marques da Silva
1995 – Nailton Max de Brito e Silva
1996 – Laiete Jatobá Neto
1997 – Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior
1997 – Karina Pinheiro D'Almeida Lins
1997 – José Claudionor da Silva Filho
1997 – Jacinéa Ferreira de Vasconcelos Granja
2005 – Adriana Brandão de Barros Correia
2007 – Ana Cristina de Freitas Mota
2007 – Emanuel Bonfim Carneiro Amaral Filho
2007 – João Ismael do Nascimento Filho
2010 – Alexandre Pinto de Albuquerque
2010 – Crystiane Maria do Nascimento Rocha
2011 – Sebastião Siqueira de Souza

2012 – Mirna dos Anjos Tenório de Melo Gusmão
2013 – Evandro de Melo Cabral
2013 – **Enrico Duarte da Costa Oliveira (atual – Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo)**
2014 – Rommel Silva Patriota
2017 – Carlos Antônio Sobreira Lopes
2017 – Hailton Gonçalves da Silva
2018 – **Alfredo Bandeira de Medeiros Júnior (atual – 2ª Vara Cível)**
2018 – **Fabíola Michele Muniz Mendes Freire de Moura (atual – Vara Criminal)**
2019 – **Altamir Cléreb de Vasconcelos Santos (atual – 1ª Vara Cível)**
2020 – Milton Santana Lima Filho

Informações geográficas

Limoeiro está localizada a 138 m de altitude, dista 77 km da capital. Tem área de 273,73 km² e população de, aproximadamente, 56.198 habitantes. O Município é constituído de dois distritos: Sede e Urucuba. Situa-se na Mesorregião do Agreste pernambucano e Microrregião do Médio Capibaribe.

Filhos ilustres na magistratura

Os Desembargadores João Batista Guerra Barreto, José Pessoa de Oliveira Cavalcanti e Nelson Pereira de Arruda, Ex-Presidentes do Tribunal de Justiça de Pernambuco, e o Desembargador José Alexandre de Vasconcelos Aquino, nasceram em Limoeiro.

Feriados oficiais locais

20 de janeiro – Dia do Padroeiro São Sebastião
24 de junho – Dia de São João
29 de junho – Dia de São Pedro
27 de julho – Dia da Emancipação Política

Fórum Desembargador João Batista Guerra Barreto

Avenida Doutor Otácio de Lemos Vasconcelos, s/n – Centro – Limoeiro/PE – CEP: 55.700-000

Macaparana

O Município

A Lei Municipal n. 27, em 18 de janeiro de 1908, criou o Distrito de Macapá como sendo o 4º distrito do Município de Timbaúba. Em 15 de fevereiro de 1909, foi extinto o Distrito, e seu território foi incorporado ao 3º Distrito de Timbaúba, denominado São Vicente.

O Distrito de Macapá foi recriado pela Lei Municipal n. 179, de 6 de julho de 1913, pertencente ao Município de Timbaúba. Macapá passou a ser distrito de São Vicente, com a elevação deste a Município, através da Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928.

Pelo Decreto-Lei Estadual n. 57, de 21 de abril de 1931, Macapá foi elevada à categoria de Cidade.

Pelo Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, passou a chamar-se Macaparana.

A Comarca

A Comarca de Macaparana, atualmente de 1ª entrância e vara única, foi criada pela Lei n. 209, de 9 de julho de 1948, tendo sido instalada em 22 de setembro de 1948 pelo Juiz Instalador Aníbal Vanderlei Cavalcanti.

A Defensoria Pública e a Justiça Eleitoral têm sedes próprias, e o Ministério Público funciona no fórum.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de São Vicente Férrer passa a ser agregada à Comarca de Macaparana.

Justiça Eleitoral

Macaparana sedia a 90ª Zona Eleitoral do Estado, tendo 19.399 eleitores, com 72 seções, estando à frente o Juiz de Direito Danilo Félix Azevedo

Juízes que atuaram na Comarca

1948 – Aníbal Vanderlei Cavalcanti
1948 – Lauro Dornelas Câmara
1950 – José Pessôa de Oliveira Cavalcanti
1952 – Abdias Pires de Almeida
1953 – Nelson Pereira de Arruda
1954 – Aníbal Baltar Souto Maior
1960 – Waldemar Reis da Silva Rêgo
1960 – Gilberto Augusto Corrêa Gondim
1965 – Roberto Vasconcelos Guimarães
1969 – Eloy D'Almeida Lins
1978 – Maurício Lins Galvão
1980 – Sebastião Romildo Vale de Oliveira
1981 – Marcílio de Sampaio Carvalho
1983 – Eduardo Augusto Paurá Peres
1986 – Carlos Augusto de Albuquerque Barros
1988 – Germano Gladstone de Oliveira Japiassu

1991 – Josué Antônio Fonseca de Sena
1992 – Nailton Max de Brito e Silva
1992 – Laiete Jatobá Neto
1992 – Ricardo Pessoa dos Santos
1994 – Andréa Epaminondas Tenório de Brito
1995 – Ivon Vieira Lopes
1996 – José Fernando Santos de Souza
1998 – Severino Bezerra do Nascimento
2002 – Orleide Rosélia Nascimento Silva
2008 – Rildo Vieira Silva
2010 – Severino Rodrigues de Sousa
2010 – Valdelício Francisco da Silva
2012 – Polireda Madaly Bezerra de Medeiros
2013 – André Rafael de Paula Batista Elihimas
2013 – Luciana Marinho Pereira de Carvalho
2014 – Artur Teixeira de Carvalho Neto
2015 – Iarly José Holanda de Souza
2015 – Idiara Buenos Aires Cavalcanti
2015 – **José Gilberto de Souza (atual)**
2016 – Raquel Evangelista Feitosa
2017 – Gabriel Araújo Pimentel
2018 – Carlos Antônio Sobreira Lopes
2019 – Ícaro Nobre Fonseca

Informações geográficas

Numa altitude de 350 m, situada a 120 km do Recife, na Zona da Mata Norte do Estado, possui 108 km² de área e uma população

de 25.376 habitantes. Compõe-se do Distrito Sede e tem os Povoados Pirauá, Nova Esperança e Poço Comprido.

Filho ilustre na magistratura

O Desembargador José Napoleão Tavares de Oliveira, Ex-Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, nasceu em Macaparana.

Feriados oficiais locais

6 de janeiro – Dia de Reis
21 de abril – Dia da Emancipação Política
Terceira segunda-feira de novembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora do Amparo

Fórum Francisco Salustiano Correia

Avenida João Francisco, 327 – Centro – Macaparana/PE – CEP: 55.865-000

Maraial

O Município

O Distrito de Maraial foi criado pela Lei Municipal n. 57, de 17 de dezembro de 1904, subordinado ao Município de Palmares. Foi elevado à categoria de Vila com a Lei Municipal n. 90, de 14 de janeiro de 1913.

A Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, criou o Município de Maraial, instalado em 1º de janeiro de 1929.

A Comarca

A Comarca de Maraial foi criada pela Lei Estadual n. 209, de 9 de julho de 1948, instalada em 31 de agosto de 1948. Extinta em 1969, a Comarca foi restaurada pela Lei Estadual n. 8.879, de 7 de dezembro de 1981. O fórum da Comarca foi inaugurado em 14 de setembro de 2007.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Maraial, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Catende.

Justiça Eleitoral

Maraial integra a 43ª Zona Eleitoral, com sede em Catende, que também abrange o eleitorado do Município de Jaqueira. Conta

com 38 seções e 9.631 eleitores cadastrados. Tem como Juiz Eleitoral Fernando Jefferson Cardoso Rapette.

Juízes que atuaram na Comarca

1950 – Antônio Gomes de Araújo
1952 – Cláudio da Cunha Cavalcanti
1956 – José Higino Ribeiro Campos
1961 – Valdir Barbosa
1963 – José de Abreu Santos
1966 – José Maria Florentino de Lima
1969 – Enéas Bezerra Barros
1978 – Luiz Gonzaga Cavalcanti Padilha
1978 – Pedro Pedroza de Oliveira Melo
1980 – Múcio Rodrigues Barbosa de Aguiar
1982 – José Nunes Costa
1983 – Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes
1984 – Leopoldo de Arruda Raposo
1984 – José Manoel Zeferino Galvão de Melo
1985 – Nilvan Alves Macena
1988 – Marcos Miguel de Farias Silva
1989 – Evani Estêvão de Barros
1992 – Élio Braz Mendes
1994 – Ailton Soares Pereira Lima
1994 – Sebastião de Siqueira Souza
1996 – João Alberto Magalhães de Siqueira
1998 – Nildo Nery dos Santos Filho
2000 – Maria do Carmo de Morais Melo
2003 – Isabelle Moitinho Pinto

2005 – Pollyanna Maria Barbosa Pirauá Cotrim
2008 – Hydia Virgínia Christino de Landim Farias
2008 – José Wilson Soares Martins
2009 – Cláudio da Cunha Cavalcanti
2013 – Simony de Fátima de O. Emerenciano Almeida
2014 – Eduardo José Loureiro Burichel
2015 – Ricardo de Sá Leitão de Alencar Júnior
2018 – Ricardo Guimarães Luiz Ennes
2019 – **Carolina de A. Pontes de Miranda (atual)**

Informações geográficas

Maraial está situada na Zona da Mata pernambucana, a 211 m de altitude, distando 159 km do Recife. O Município possui 196 km² de área e é composto pelos Distritos Sede e Sertãozinho de Baixo. Sua população totaliza 11.345 habitantes.

Filhos ilustres na magistratura

Os Juízes de Direito Edmilson Alves da Silva e Evani Estêvão de Barros são naturais de Maraial.

Feriados oficiais locais

11 de setembro – Dia da Emancipação Política
15 de setembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora das Dores

Fórum da Comarca de Maraial

Loteamento Nova Maraial, s/n – Centro – Maraial/PE - CEP: 55.405-000

Termo Judiciário

Jaqueira

O Município de Jaqueira foi criado pela Lei n. 11.255, de 28 de setembro de 1995, sendo instalado em 1º de janeiro de 1997. Está situado na Zona da Mata Sul pernambucana, a 147 km do Recife. Possui 89 km² de área, que abrange o Distrito Sede e o Povoado de Frei Caneca. Sua população conta com 11.656 habitantes.

Jaqueira integra a 43ª Zona Eleitoral, com sede em Catende, com 25 seções e 9.975 eleitores cadastrados. Fernando Jefferson Cardoso Rapette é o atual Juiz Eleitoral.

Mirandiba

O Município

Enquanto distrito de São José do Belmonte, era conhecido como São José dos Campos, passando à denominação de Mirandiba com a Lei Estadual n. 3.234, de 20 de outubro de 1958, que o erigiu a Município, sendo instalado no dia 11 de fevereiro de 1962.

A Comarca

A Comarca de Mirandiba foi criada em 1958 e instalada em 1962. O Juiz Instalador foi José Ramos Angelim.

O Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, que altera a Lei de Organização Judiciária do Estado, extinguiu a Comarca de Mirandiba, que passou a ser Termo da Comarca de São José do Belmonte.

A Comarca de Mirandiba foi restaurada pela Lei n. 10.922, de 5 de julho de 1993, sendo instalada em 12 de julho de 1993, tendo como Juiz Reinstalador Francisco de Assis Timóteo Rodrigues, nomeado pela Portaria n. 403/1993.

A Comarca foi desinstalada, mais uma vez, em 17 de julho de 1998, por determinação do Tribunal Pleno, tendo como Juiz Desinstalador Francisco de Assis Timóteo Rodrigues, nomeado pela Portaria n. 17/1998. Na ocasião, foi transferido todo o acervo processual de Mirandiba para a Comarca de São José do Belmonte.

A última reativação da Comarca ocorreu em 10 de junho de 2000, tendo como Juiz Reinstalador Francisco de Assis Timóteo Rodrigues, nomeado pelo Ato n. 842/2000.

A Defensoria Pública, o Ministério Público e a OAB funcionam no fórum, enquanto a Justiça Eleitoral tem sede própria.

Justiça Eleitoral

Mirandiba é sede da 69ª Zona, com 33 seções e 11.270 eleitores cadastrados. Tem como Juiz Marcos José de Oliveira.

Juízes que atuaram na Comarca

1962 – José Ramos Angelim
1962 – Alcindo Torres de Carvalho Lopes
1966 – João Domingos do Nascimento
1966 – Joaquim Rodrigues de Castro
1966 – Adalberto Pereira Lopes
1966 – José de Andrade Saraiva Filho
1968 – Amaro José de Araújo
1969 – Márcio de Albuquerque Xavier
1970 – José Ribamar Teles de Araújo
1971 – Ivonaldo Pereira de Miranda
1972 – Ítalo José de Miranda Fonseca
1976 – Jones Figueirêdo Alves
1981 – Vânio Fox da Rocha Pereira
1982 – Nilvan Alves Macena
1989 – Luiz Gustavo Mendonça de Araújo
1992 – Francisco de Assis Timóteo Rodrigues
1995 – Paulo Roberto de Souza Brandão
1996 – José Andrade Saraiva

2001 – Alexandre Pinto de Albuquerque
2002 – Hailton Gonçalves da Silva
2003 – Eunice Maria Batista Prado
2003 – Belize Câmara Correia
2003 – Maria Segunda Gomes de Lima
2004 – Edilson Rodrigues de Moura
2005 – Otávio Ribeiro Pimentel
2012 – Elaine Cristine de Carvalho Miranda
2015 – Matheus de Carvalho Melo Lopes
2017 – Tatiana Cristina Bezerra Salgado
2018 – Daladiê Duarte Souza
2019 – **Marcos José de Oliveira (atual)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 450 m de altitude, distando 480 km da capital. Tem 821 km² de área, constituída pelos Distritos Sede, Tupanaci e Cachoeirinha e do Povoado Curral Queimado. A população do Município é composta de 15.390 habitantes. Seu território está situado na Mesorregião do Sertão Central de Pernambuco e na Microrregião de Salgueiro.

Filho ilustre na magistratura

O Juiz de Direito Alcindo Torres de Carvalho Lopes era natural de Mirandiba.

Feriados oficiais locais

11 de março – Emancipação política
24 de junho – Dia do Padroeiro São João

Fórum Doutor Alcindo Torres de Carvalho Lopes

Rua Josefa Magalhães, s/n – Centro – Mirandiba/PE – CEP: 56.980-000

Termo Judiciário

Carnaubeira da Penha

A Lei Municipal n. 2, de 19 de janeiro de 1948, criou o Distrito de Carnaubeira, subordinado ao Município de Floresta. A Lei Estadual n. 10.626, de 1º de outubro de 1991, criou o Município da Carnaubeira da Penha, desmembrando de Floresta, porém, apenas foi instalado em 1º de janeiro de 1993. A denominação Carnaubeira deve-se à existência de uma grande quantidade de carnaúbas na região, e Nossa Senhora da Penha é a padroeira. O Município está localizado na Microrregião de Itaparica da Mesorregião do São Francisco pernambucano.

O Município situa-se a 498 km do Recife, tem área territorial de 1.004 km² e uma população de 13.025 habitantes.

Com o advento da Lei Complementar 366, de 10 de agosto de 2017, que alterou o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, o Município de Carnaubeira da Penha passou a ser Termo Judiciário da Comarca de Mirandiba.

Carnaubeira da Penha integra a 69ª Zona Eleitoral, cuja sede é Mirandiba, com 37 seções, 12.064 eleitores, e tem como Juiz Eleitoral, atualmente, Marcos José de Oliveira.

Moreilândia

O Município

O Distrito de Moreilândia, inicialmente chamado de Sítio dos Moreiras, foi criado em 10 de maio de 1957, subordinado ao Município de Serrita.

A Lei Estadual n. 4.965, de 20 de dezembro de 1963, elevou o distrito à categoria de Município, instalado em 19 de maio de 1964.

Após consulta popular realizada em 31 de maio de 1991, homologada pela Lei Municipal n. 84, o Município passou a ser denominado Moreilândia.

A Comarca

O Município de Sítio dos Moreiras (atual Moreilândia), pela Lei Estadual n. 8.879, de 7 de dezembro de 1981, passou a ser Termo Judiciário de Exu.

A Comarca de Moreilândia foi criada pela Lei Estadual n. 10.391, de 18 de dezembro de 1989, e instalada em 26 de janeiro de 1990 pelo Juiz Instalador Aubry de Barros Lima Filho. Foi desinstalada pelo Ato n. 2.097, de 10 de dezembro de 1998, passando a Termo Jurisdicional de Serrita.

A Comarca foi reativada pelo Ato n. 655, de 27 de abril de 2000, do Desembargador Presidente Nildo Nery dos Santos, em soleni-

dade promovida em 19 de maio do mesmo ano, presidida pelo Juiz Alexandre Pinto de Albuquerque.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Moreilândia, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Exu.

Justiça Eleitoral

Moreilândia é hoje vinculada à 79ª Zona Eleitoral da Comarca de Exu, possui 33 seções e 9.227 eleitores cadastrados. A Comarca está sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral Caio Souza Pitta Lima.

Juízes que atuaram na Comarca

1990 – Aubry de Barros Lima Filho
1990 – Marcelo Russel Wanderley
1990 – José Jorge de Amorim
1994 – Roberto Costa Bivar
1994 – João José Rocha Targino
1995 – Mariza Silva Borges
1995 – Antônio de Pádua Casado Araújo Cavalcante
1995 – Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
1998 – Marcus Vinícius Barbosa de Alencar Luz
1998 – Luciana Maranhão de Araújo
2000 – Alexandre Pinto de Albuquerque
2000 – Walmir Ferreira Leite
2003 – Dulceana Maciel de Oliveira
2005 – José Wilson Soares Martins
2008 – Hauler dos Santos Fonsêca
2009 – Paulo de Tarso Duarte Menezes

2010 – Francisco de Assis Timóteo
2010 – Carlos Eduardo das Neves Mathias
2012 – Demetrius Liberato Silveira Aguiar
2015 – Raynes Viana de Vasconcelos
2016 – Rodrigo Lins Fonseca de Oliveira
2017 – Diógenes Lemos Calheiros
2017 – José Anastácio Guimarães
2018 – Bruno Querino Olímpio
2019 – **Caio Souza Pitta Lima (atual)**

Informações geográficas

Moreilândia situa-se a 502 m de altitude, distando 587 km do Recife. Detém 404 km² de área e população com 11.270 habitantes. Está dividida administrativamente entre os Distritos Sede e Cariri Mirim. Localiza-se na Microrregião de Araripina e na Mesorregião do Sertão pernambucano.

Feriados oficiais locais

19 de maio – Dia da Emancipação Política
17 de setembro – Dia da Padroeira Santa Terezinha

Fórum da Comarca de Moreilândia

Rua Santa Terezinha, s/n – Centro – Moreilândia/PE –
CEP: 56.150-000

Moreno

O Município

Na povoação de Vila Natan, Moreno se estabeleceu como distrito do Município de Jaboatão, criado pela Lei Municipal n. 126, de 8 de março de 1920. A Cidade e o Município foram criados pela Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928. O Município foi instalado em 1º de janeiro de 1929. O Decreto-Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938, alterou a denominação de Morenos para Moreno.

A Comarca

O Decreto-Lei Estadual n. 92, de 31 de março de 1938, confirma Moreno como Termo Judiciário da Comarca de Jaboatão. A Comarca do Moreno foi criada pelo Decreto-Lei n. 1.116, de 14 de fevereiro 1945.

É Comarca de 2ª entrância, possuindo uma vara cível e uma vara criminal, tendo sido esta última criada pela Lei Complementar n. 10, de 21 de novembro de 2007, e instalada em 14 de novembro 2012.

O atual fórum foi inaugurado em 26 de setembro de 2016. A Defensoria Pública, o Ministério Público e a Justiça Eleitoral funcionam em sedes próprias.

Justiça Eleitoral

Moreno é sede da 14ª Zona Eleitoral, com 114 seções e 40.076 eleitores. Atualmente, responde pela Justiça Eleitoral o Juiz de Direito João Ricardo da Silva Neto.

Juízes que atuaram na Comarca

1945 – Luiz Gonzaga Nóbrega
1951 – Lauro Dornelas Câmara
1952 – Agamenon Duarte Lima
1957 – Clóvis Ferreira de Lima
1965 – Ernane Carneiro da Cunha
1966 – Nilson Carneiro Leão
1967 – Célio de Castro Montenegro
1970 – Manoel Rafael Neto
1974 – Leduar Monteiro Cavalcanti de Albuquerque
1974 – Ivonaldo Pereira de Miranda
1976 – Dilnae Pinheiro Silveira Borba
1976 – Dâmocles Virgílio Leite de Araújo
1977 – Francisco Muniz Arraes
1990 – Celmilo José Evangelista Gusmão
1991 – José Alves de Queiroz
1992 – Dorgival Soares de Souza
1993 – Vladimir Alves e Silva
1994 – Carlos Augusto de Albuquerque Barros
1995 – Frederico Guilherme Rodrigues de Lima
1996 – Laiete Jatobá Neto
1997 – Luiz Gomes da Rocha Neto
1998 – Sônia Maria Pereira Guerra

2000 – Reginaldo Alves de Andrade
2002 – Fernanda Moura de Carvalho
2002 – Ricarda Maria Guedes Alcoforado
2003 – Wilka Pinto Vilela Correia
2003 – José Anchieta Félix da Silva
2004 – Catarina Vila-Nova Alves de Lima
2005 – Maria Betânia Martins da Hora Rocha
2006 – **Ana Carolina Avellar Diniz (atual – 1ª Vara Cível)**
2006 – Andrea Rose Borges Cartaxo
2006 – Raquel Toledo Fernandes Raposo
2009 – Luciana Maria Tavares de Menezes
2012 – Gerson Barbosa da Silva Junior
2013 – Jáder Marinho dos Santos
2015 – **João Ricardo da Silva Neto (atual – Vara Criminal)**
2018 – Sheila Cristina Torres Santos Moreira
2019 – Gabriel Araújo Pimentel

Informações geográficas

A Cidade está situada a 96 m de altitude, distando da capital 30 km. O Município é constituído pelos Distritos Sede e Bonança, onde vive uma população de 62.784 habitantes. Tem uma superfície de 195 km² e está situado na Mesorregião Metropolitana do Recife e Microrregião do Recife.

Feriados oficiais locais

20 de janeiro – Dia do Padroeiro da Cidade São Sebastião
11 de setembro – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Desembargador Agamenon Duarte Lima

Avenida Cleto Campelo, n. 3.189 – Centro – Moreno/PE – CEP: 54.800-000

Nazaré da Mata

O Município

A Vila de Nazaré foi elevada à condição de Cidade pela Lei n. 258, de 11 de junho de 1850, desmembrando-se do Município de Olinda e Igarassu. Tornou-se Município autônomo em 14 de março de 1893, com base na Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892. Por fim, o Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, mudou o topônimo para Nazaré da Mata, oficializando o termo, que já era utilizado em virtude da sua localização geográfica na Zona da Mata pernambucana.

A Comarca

A Comarca de Nazaré da Mata foi criada por resolução do Conselho do Governo da Província de maio de 1833, quando se tornou Vila e passou a ser sede de freguesia, abrangendo os Termos de Nazaré e Paudalho.

Atualmente, é Comarca de 2ª entrância e vara única. O Ministério Público, a Defensoria Pública, a OAB e a Justiça Eleitoral têm sedes próprias.

Justiça Eleitoral

Nazaré da Mata é sede da 23ª Zona Eleitoral, que conta com 24.738 eleitores cadastrados e 68 seções. O Juiz Eleitoral atual é Demetrius Liberato Silveira Aguiar.

Juízes que atuaram na Comarca

1892 – Manoel do Rego Mello
1898 – João Gonçalves Bezerra
1911 – Bernardino Vieira de Lyra
1914 – Fábio Villar Barreto Coutinho
1915 – Pedro Luiz Pessoa de Mello
1917 – Timoleão Augusto de Albuquerque Maranhão
1924 – Raimundo de Mello Vieira
1928 – Antônio Nogueira Vieira
1932 – Ephrem Esdra Eustáchio
1933 – Renato Barbosa da Fonseca
1934 – João Cabral de Melo Filho
1934 – Djalma Tavares da Cunha Melo
1938 – Sócrates Gonçalves de Medeiros
1940 – João da Costa Pessoa
1941 – Severino Correia de Araújo
1942 – Agrício Gonçalves da Silva Brazil
1947 – Benedito Marques Vieira
1953 – Aderson Antão de Carvalho
1957 – Salustiano Cavalcanti de Albuquerque
1962 – Egídio Ferreira de Lima
1964 – Clodoaldo Peixoto de Oliveira
1966 – Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

1969 – Manoel Santa Cruz Valadares
1969 – Valdir Barbosa
1978 – Joaquim Rodrigues de Castro
1979 – Josué Custódio Albuquerque
1984 – Petrúcio Roberto Tobias Granja
1988 – Solon Otávio de França
1989 – Silvio Roberto Pessoa de Resende
1990 – José Viana Ulisses Filho
1992 – Emiliano Eustáquio da Silva
1993 – Humberto Costa de Vasconcelos Junior
1993 – Milton Santana Lima Filho
1994 – Evanildo Coelho de Araújo Filho
1994 – Carlos Alberto Maranhão de Oliveira
2000 – Cristiane Gouveia de Barros
2002 – José Anchieta Félix da Silva
2003 – Mariza Silva Borges
2004 – Isabelle Moitinho Pinto
2005 – Valdelício Francisco da Silva
2005 – Carlos Gean Alves dos Santos
2007 – Álvaro Mariano da Penha
2010 – Aldileide Paes Miranda Galindo
2013 – José Faustino Macêdo de Souza Ferreira
2015 – Júlio Olney Tenório de Godoy
2015 – Marcos Garcez de Menezes Júnior
2015 – Maria do Rosário Arruda de Oliveira
2015 – Marinês Marques Viana
2015 – Mariana Vieira Sarmento
2015 – Mariana Zenaide Teófilo Gadelha
2015 – Rafael Medeiros Antunes Ferreira

2015 – Raquel Evangelista Feitosa
2016 – Idiara Buenos Aires Cavalcanti
2017 – Diniz Cláudio de Miranda Cavalcanti
2017 – Rildo Vieira da Silva
2017 – Iarly José Holanda de Souza
2017 – Verônica Gómez Lourenço
2017 – Augusto Napoleão Sampaio Angelim
2018 – Carlos Antônio Sobreira Lopes
2018 – Danilo Félix Azevedo
2018 – Guilherme Augusto Albuquerque Arzani
2018 – Felipe José Dias Martins da Rosa e Silva
2019 – **Demetrius Liberato Silveira Aguiar (atual)**
2019 – Aline Cardoso Santos
2019 – Tatiana Lapa Carneiro Leão

Informações geográficas

A Cidade está a 89 m de altitude. Fica a 62 km da capital, tem 32.573 habitantes e abrange uma área de 130 km². Está localizada na Microrregião Setentrional da Mesorregião da Mata pernambucana.

Feriados oficiais locais

17 de maio – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Ministro Djalma Tavares da Cunha Melo

Rua Bom Jesus, s/n – Centro – Nazaré da Mata/PE –
CEP: 55.800-000

Olinda

O Município

A origem de Olinda se confunde com o início da colonização do Brasil, ao ser criado o sistema de Capitanias Hereditárias por Dom João III, em 1534. O primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira, tomou posse das terras pernambucanas em 9 de março de 1535, ao desembarcar no porto de Itamaracá. O povoado, denominado Marim, foi elevado à categoria de Vila em 12 de março de 1537, data oficial considerada como de sua fundação, ocasião em que Duarte Coelho enviou a Dom João III o Foral de Olinda, carta descrevendo todos os lugares e benfeitorias existentes na Vila.

A Câmara foi instalada na mesma data.

Foi a primeira capital de Pernambuco. Contudo, em 1630, foi invadida e tomada pelos holandeses, que a incendiaram em 24 de novembro de 1631. Por decisão do Conde João Maurício de Nassau e do Alto Conselho, em 14 de novembro de 1639, a Câmara de Olinda foi transferida para a Ilha de Antônio Vaz (atual bairro de Santo Antônio, no Recife), perdendo, então, Olinda a condição de capital de Pernambuco.

Em 1654, novamente, sob o domínio português, voltou a ser a sede oficial do governo.

No registro da sua história, consta que, em 10 de novembro de 1710, o sargento-mor Bernardo Vieira de Melo declarou o primeiro grito de República no Brasil. Tornou-se Município autônomo em 1892.

A Comarca

A Comarca e Ouvidoria Geral de Olinda foram criadas em 30 de maio de 1815, através de Alvará Régio, pertencendo a ela os Termos de Igarassu, Itamaracá, Goiana e Paudalho. Olinda permaneceu como capital da província até o dia 15 de fevereiro de 1827, quando, por ordem de Sua Majestade Imperial, o Conselho do Governo decidiu pela transferência da capital para a Cidade do Recife.

Extinta em 20 de maio de 1833, por Resolução datada de 11 de maio do Conselho do Governo da Província, passou a Termo da Comarca de Santo Antônio do Recife, junto com Igarassu. Em seguida, foi restaurada pela Lei Provincial n. 520, de 13 de maio de 1862, com o Termo de Iguarassu, através de Resolução do Conselho Geral da Província. Em 1906, a Comarca perde o Termo de Igarassu.

Com o Decreto n. 5.139, de 13 de novembro de 1872, Olinda foi elevada à terceira entrância e esteve assim classificada até que o Art. 5º da Resolução n. 10, de 30 de dezembro de 1970, determinou que apenas Recife permaneceria na 3ª entrância.

Em 4 de junho de 2009, foi instalada a Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem (criada pela Lei Complementar n. 143, de 18 de setembro de 2009, alterada pela Lei Complementar n. 163, de 17 de dezembro de 2010). Na mesma data, foi inaugurada a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Olinda (Focca).

Em 20 de junho de 2012, foi instalada a Central de Cartas de Ordem, Precatória e Rogatória da Comarca, criada nos termos da Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007, com a redação introduzida pela Lei Complementar n. 163 de 17 de dezembro de 2010.

A Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher foi criada pela Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007, alterada pela Lei Complementar n. 143, de 18 de setembro de 2009, e novamente alterada em sua nomenclatura, de Juizado para Vara, pela Lei Complementar n. 209, de 1º de outubro de 2012. Foi instalada em 20 de novembro de 2012.

A Defensoria Pública, o Ministério Público, a OAB e a Justiça Eleitoral têm sedes próprias na Comarca de Olinda, mas só a Defensoria tem uma unidade adicional no interior das instalações do fórum. A Cidade sedia Subseccional da OAB/PE.

Justiça Eleitoral

A Comarca compreende três Zonas Eleitorais, sendo: a) a 10ª, com 94.301 eleitores e 251 seções; b) a 100ª, com 94.065 eleitores e 290 seções, e c) a 117ª, com 94.586 eleitores e 254 seções. Respondem pelas referidas zonas, na atualidade, respectivamente, os juízes: Isabelle Moitinho Pinto, Alexandre Pinto de Albuquerque e Rafael Cavalcanti Lemos.

Juízes que atuaram na Comarca

1890 – José Marques Correia

1893 – Herculano Lima Galvão

1895 – Miguel Nunes Viamão

1896 – Júlio Pires Ferreira
1896 – José Francisco de Barros Almeida
1897 – José Maurício Borges Junior
1898 – Manoel de Almeida Bello
1903 – Alberto da Silva
1909 – Horácio Polycarpo da Silva
1910 – João Baptista de Miranda Castro
1910 – José Valeriano Lôbo do Nascimento
1914 – Celso Tertuliano Fernandes Quintela
1914 – José Ferreira Coêlho
1917 – José de Morais Guedes Alcoforado
1918 – Luiz Guedes Alcoforado
1919 – Ramiro Beltrão da Silva Lapa
1919 – Oswaldo Guimarães de Souza
1924 – Manoel Rodrigues de Souza Vianna
1925 – José Felippe de Gusmão Uchôa
1925 – Zitto de Azevedo e Silva Filho
1928 – Luiz Alves da Silva
1929 – Vitorino Regueira Pinto de Souza
1931 – Joaquim Corrêa de Oliveira Andrade Lyra
1931 – João Tavares da Silva
1931 – João Jungmann
1932 – Alcides Corrêa Pedroza
1933 – Renato Barboza da Fonsêca
1937 – Alfredo Zacarias dos Santos
1946 – Pedro Francisco Sobral de Vasconcelos
1950 – Agrício Gonçalves da Silva Brazil
1950 – Mário Gadelha Simas
1951 – Edmundo Jordão de Vasconcelos

1951 – Severino Correia de Araújo
1952 – Benedito Marques Vieira
1955 – Edgar Homem de Siqueira
1964 – Pedro Ribeiro Malta
1969 – José Frederico Soriano de Souza
1970 – Célio de Castro Montenegro
1972 – Pedro Fernandes de Oliveira
1973 – José Foerster
1975 – Alcindo Torres de Carvalho Lopes
1977 – Enéas Bezerra Barros
1978 – Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho
1978 – Hélio Vidal Campos
1982 – Magui Lins de Azevedo
1984 – José Fernandes de Lemos
1984 – Márcio de Albuquerque Xavier
1985 – João Bosco Gouveia de Melo
1985 – José Roberto Lagranha Távora
1985 – Roberto Ferreira Lins
1986 – Luiz Carlos de Barros Figueiredo
1986 – Antônio Fernando Araújo Martins
1986 – Bartolomeu Bueno de Freitas Morais
1988 – Guilherme Aristóteles Uchoa Cavalcanti
1989 – Valdério Siqueira Vasconcelos
1989 – Dilza Christine Lundgren de Barros
1989 – Alexandre Gadelha Malta de Moura
1990 – Gualter Carlos de Alencar Neto
1990 – Roberto da Silva Maia
1990 – Frederico Ricardo de Almeida Neves
1990 – Marcílio Duque Cavalcanti

1991 – Roberto da Silva Maia
1991 – José Alexandre de Vasconcelos Aquino
1991 – Luciano de Castro Campos
1991 – Virgínio Marques Carneiro Leão
1991 – Antonio Francisco Cintra
1992 – Antonio Vital de Moraes
1992 – Antônio Francisco Cunha
1992 – Valéria Bezerra Pereira Wanderley
1992 – André Oliveira Guimarães
1992 – Délio Lustosa Cantarelli
1992 – José Severino Barbosa
1993 – Carlos Frederico Gonçalves de Moraes
1993 – Maria Aparecida Dias Costa
1993 – Marcelo Russel Wanderley
1994 – Andreya Cristhiane Lins Gomes da Costa
1995 – Nalva Cristina Barbosa Campello
1995 – Maria Thereza Paes de Sá Machado
1995 – Valéria Rúbia Duarte
1995 – Eliane dos Santos Mendes Mascarenhas
1995 – João Guido Tenório de Albuquerque
1995 – José Nunes Siqueira
1995 – Carlos Alberto Berriel Pessanha
1995 – Cristiane Gouveia de Barros
1995 – Carlos Magno Cysneiros Sampaio
1996 – Paulo Roberto de Souza Brandão
1996 – Ângela Cristina de Moraes Lins Cavalcanti
1996 – Alexandre Freire Pimentel
1997 – Ivon Vieira Lopes
1997 – João José Rocha Targino

1998 – Clara Maria de Lima Calado
1998 – Wagner Ramalho Procópio
1998 – Maria Rosa Vieira Santos
1998 – Eliane Ferraz Guimarães Novaes
1998 – João Alberto Magalhães Siqueira
1998 – Frederico José Torres Galindo
1998 – Ana Maria Wanderley Freire
1998 – Fernanda Moura
1998 – Silvio Romero Beltrão
1998 – Clicério Bezerra e Silva
1998 – Alberto Flávio Barros Patriota
1998 – Ângela Maria Teixeira de Carvalho Mello
1998 – Luiz Sérgio Silveira Cerqueira
1999 – Rafael José de Menezes
2000 – Ailton Alfredo de Souza
2000 – Francisco de Assis Galindo de Oliveira
2001 – Ana Paula Lira Melo
2002 – José Henrique C. Dias da Silva
2002 – Cláudio Malta de Sá Barreto Sampaio
2002 – Alípio Carvalho Filho
2003 – Luzicleide Maria Muniz Vasconcelos
2003 – Maria Segunda Gomes de Lima
2003 – Ana Luiza Wanderley de M. Saraiva Câmara
2003 – Margarida Amélia Bento Barros
2003 – Valdereys Ferraz Torres de Oliveira
2003 – Paulo José Dias Carneiro
2003 – Saulo Fabianne de Melo Ferreira
2004 – Elson Zoppellaro Machado
2004 – Fábia Amaral de Oliveira Melo

2004 – Simone Cristina Barros
2004 – Luciana Maranhão de Araújo
2004 – José Júnior Florentino dos Santos Mendonça
2004 – Patrícia Xavier de Figueirêdo Lima
2005 – Roberta Vasconcelos Franco Rafael Nogueira
2005 – Valéria Maria Santos Máximo
2006 – Mariana Vargas Cunha
2006 – Maria Amélia Pimentel Lopes
2006 – Marinês Marques Viana
2007 – Célia Gomes de Morais
2007 – Lara Correa Gamboa da Silva
2007 – Ana Emília Correa de Oliveira Melo
2007 – Adriana Cintra Coêlho
2008 – Cíntia Daniela Bezerra Albuquerque de Carvalho
2008 – Cláudio Malta de Sá Barreto Sampaio
2008 – João Guido Tenório de Albuquerque
2009 – Gerson Barbosa da Silva Júnior
2009 – Hauler dos Santos Fonsêca
2009 – Jorge Eduardo de Melo Sotero
2009 – Marylúsia Pereira Feitosa de Araújo
2009 – Júlio Olney Tenório de Godoy
2009 – Luciana Maria Tavares de Menezes
2012 – Alexandre Pinto de Albuquerque
2012 – Climério Gutemberg Silva de Oliveira
2012 – Cláudio da Cunha Cavalcanti
2012 – Adrianne Maria Ribeiro de Souza
2012 – Eunice Maria Batista Prado
2012 – Isabelle Moitinho Pinto
2012 – José de Andrade Saraiva Filho

2012 – Ana Virgínia da Costa Carvalho Albuquerque
2013 – Andréa Calado da Cruz
2013 – Frederico de Morais Tompson
2013 – Rúbia Celeste Cabral Pereira Tavares de Melo
2014 – Maria Adelaide M. de Abreu Lacerda Melquiades
2014 – Regina Célia de Albuquerque Maranhão
2014 – Dulceana Maciel de Oliveira
2015 – Gustavo Valença Genú
2015 – Jacira Maria Lucena da Rocha
2015 – Patrícia Caiaffo de Freitas Arroxelas Galvão
2015 – Rafael Medeiros Antunes Ferreira
2016 – Danielle Christine Silva Melo Burichel
2016 – Flávia Fabiane Nascimento Figueira
2016 – Igor da Silva Rego
2016 – Andréa Duarte Gomes
2016 – Luiz Mário Moscoso de Miranda
2016 – Leonardo Romeiro Asfora
2016 – Luiz Artur Guedes Marques
2016 – Rafael Sindoni Feliciano
2016 – Laura Amélia Moreira Brennand Simões
2016 – Ana Cecília Toscano Vieira Pinto
2017 – Rafael Cavalcanti Lemos
2017 – Maria das Graças Serafim Costa
2017 – Rafael Carlos de Morais
2017 – Carlos Neves da Franca Neto Júnior
2018 – Ricardo de Sá Leitão Alencar Júnior
2018 – Isis Miranda de Souza Machado
2018 – Raquel Barofaldi Bueno
2018 – Marília Ferraz Martins Thum

2018 – Evandro de Melo Cabral
2018 – Juliana Coutinho Martiniano Lins
2019 – Mirna dos Anjos Tenório de Melo Gusmão
2019 – Diego Vieira Lima
2019 – Eugênio Cícero Marques
2019 – Raphael Calixto Brasil
2019 – Thiago Fernandes Cintra
2020 – Eurico Brandão de Barros Correia
2020 – Maria Cristina Fernandes de Almeida
2020 – Tatiana Lapa Carneiro Leão
2020 – Verônica Gómez Lourenço

Organização judiciária atual

1ª Vara Cível – Alexandre Pinto de Albuquerque e Maria Cristina Fernandes de Almeida
2ª Vara Cível – Carlos Neves da Franca Neto Junior e Eurico Brandão de Barros Correia
3ª Vara Cível – Rafael Medeiros Antunes Ferreira, Isis Miranda de Souza Machado e Rafael Sindoni Feliciano
4ª Vara Cível – Eunice Maria Batista Prado e Rafael Cavalcanti Lemos
5ª Vara Cível – Adrianne Maria Ribeiro de Souza e Raquel Barofaldi Bueno
1ª Vara de Família e Registro Civil – Gustavo Valença Genú
2ª Vara de Família e Registro Civil – Maria Adelaide Monteiro de Abreu Lacerda Melquíades
3ª Vara de Família e Registro Civil e CEJUSC – Isabelle Moitinho Pinto

Vara de Sucessões e Registros Públicos – Luiz Mário Miranda
1ª Vara Criminal – José de Andrade Saraiva Filho
2ª Vara Criminal – Simone Cristina Barros
3ª Vara Criminal – Ângela Maria Teixeira de Carvalho Mello
Vara do Tribunal do Júri – Andréa Calado da Cruz
1ª Vara da Fazenda Pública – Luciana Maranhão de Araújo
2ª Vara da Fazenda Pública – Eliane Ferraz Guimarães Novaes
Vara da Infância e Juventude – Laura Amélia Moreira Brennand Simões
1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Igor da Silva Rego
2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Ana Virgínia da Costa Carvalho Albuquerque
3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Célia Gomes de Morais
Juizado Especial Criminal – Luiz Artur Guedes Marques
Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Rafael Carlos de Morais
Central de Cartas de Ordem, Precatória e Rogatória – Célia Gomes de Morais

Informações geográficas

O Município está a 16 m de altitude acima do nível do mar e fica a 6 km da capital, com área de superfície de 41 km². Integra a Microrregião do Recife, na Mesorregião Metropolitana do Recife, com uma população de 393.115 habitantes.

Filhos ilustres na magistratura

Os Desembargadores Eurico de Barros Correia Filho e José Viana Ulisses Filho nasceram em Olinda.

Feriados oficiais locais

12 de março – Dia da fundação da Cidade
24 de junho – Dia de São João
6 de agosto – Dia do Padroeiro São Salvador do Mundo
10 de novembro – 1º Grito de República no Brasil

Fórum Lourenço José Ribeiro

Avenida Pan Nordestina, Km 14 – Vila Popular – Olinda/PE – CEP: 53.010-210

Orobó

O Município

Foi criado o Distrito de Queimadas pela Lei Municipal n. 21, de 7 de setembro de 1914. A Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, criou o Município de Queimadas, desmembrado do Município de Bom Jardim. Sua instalação ocorreu em 1° de janeiro de 1929. Pelo Decreto-Lei Estadual n. 952, em 31 de dezembro de 1943, o Município, para evitar duplicidade de topônimos, teve o nome mudado de Queimadas para Orobó.

A Comarca

Vinte anos após sua elevação a Município, foi criada a Comarca, por força da Lei Estadual n. 209, de 9 de julho de 1948. Sua instalação ocorreu em 11 de setembro do mesmo ano, tendo como Juiz Instalador seu primeiro magistrado, Hélio Guedes de Freitas Montenegro.

A Comarca de Orobó foi desinstalada por força do Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, voltando a ser Termo de Bom Jardim. Foi restaurada através da Resolução n. 10, de 28 de dezembro de 1970. Quatro anos mais tarde, foi reinstalada de acordo com o Ato n. 4.018, de 22 de novembro de 1973, tendo por primeiro Juiz, desta feita, Aécio José Maranhão da Fonte.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Orobó, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Bom Jardim.

Justiça Eleitoral

Orobó faz parte da 33ª Zona Eleitoral, com sede em Bom Jardim, e possui 61 seções e 20.424 eleitores. Seu Juiz Eleitoral, atualmente, é Hailton Gonçalves da Silva.

Juízes que atuaram na Comarca

1948 – Hélio Guedes de Freitas Montenegro
1948 – Otílio Gueiros de Freitas Montenegro
1954 – Manoel Machado da Cunha Cavalcanti
1956 – Rivaldo Duarte Ribeiro
1959 – Aurélio Muniz Freire
1963 – Lamartine de Holanda Cavalcanti
1964 – Benjamim Sebastião Loureiro Alves
1964 – Ivan Malta Gatto
1965 – Jonas de Aquino Lucena
1965 – José Edgar de Vasconcelos Dutra
1967 – Armando de Barros Figueiredo
1967 – José Napoleão Tavares de Oliveira
1973 – Aécio José Maranhão da Fonte
1973 – José Ribamar Teles de Araújo
1977 – João de Oliveira
1978 – Pedro Coutinho de Almeida
1985 – Francisco Manoel Tenório dos Santos
1985 – Antonio Francisco Cintra

1992 – Laiete Jatobá Neto
1998 – Fernando Antônio Sabino Cordeiro
1999 – Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior
2003 – José Raimundo dos Santos Costa
2003 – Marinês Marques Viana
2006 – Sebastião Siqueira de Souza
2009 – Ivan Alves de Barros
2013 – **Hailton Gonçalves da Silva (atual)**
2013 – Polireda Madaly Bezerra de Medeiros
2013 – Joaquim Francisco Barbosa
2015 – Nahiane Ramalho de Mattos
2016 – Luis Vital do Carmo Filho
2017 – Enrico Duarte da Costa Oliveira
2017 – Evandro de Melo Cabral
2018 – Daniel Silva Paiva
2018 – Felipe José Dias Martins da Rosa e Silva
2018 – Mariana Zenaide Teófilo Gadelha

Informações geográficas

Numa altitude de 415 m, a Cidade de Orobó está a uma distância de 109 km do Recife. Está situada na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Médio Capibaribe, possuindo uma população de 23.935 habitantes e 140 km² de área. Atualmente, são distritos: Sede, Chã do Rocha e Umburetama.

Filho ilustre na magistratura

O Juiz José Albino de Aguiar, que dá nome ao Salão do Tribunal do Júri da Comarca de Orobó, era natural do Município.

Feriados oficiais locais

11 de setembro – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Doutor Otílio Guedes de Freitas Montenegro

Rua João Pessoa, s/n – Centro – Orobó/PE –
CEP: 55.745-000

Orocó

O Município

A Lei Estadual n. 4.976, de 20 de dezembro de 1963, criou o Município de Orocó, instalado no dia 24 de março de 1964, desmembrado do Município de Cabrobó.

A Comarca

A Lei Complementar n. 42, de 26 de dezembro de 2001, criou a Comarca de Orocó, instalada em 24 de setembro de 2003 pelo Juiz Instalador José Roberto Alves de Sena.

A Comarca é de 1ª entrância e possui vara única. O Ministério Público funciona no fórum.

Justiça Eleitoral

Orocó é Termo Eleitoral de Cabrobó, onde funciona a 77ª Zona Eleitoral, que tem como Juíza, atualmente, Thaís de Prá. A Comarca possui 35 seções e 12.450 eleitores cadastrados.

Juízes que atuaram na Comarca

2003 – José Roberto Alves de Sena

2003 – Jefferson Félix de Melo

2003 – Artur Teixeira de Carvalho Neto
2004 – Valdecy José Gusmão da Silva Júnior
2005 – Eugênio Cícero Marques
2006 – Fábio Vinícius de Lima Andrade
2006 – Marcus César Sarmento Gadelha
2007 – Anna Paula Borges Coutinho
2012 – Elane Brandão Ribeiro
2015 – Thiego Dias Marinho
2015 – Carlos Fernando Arias
2015 – Elias Soares da Silva
2017 – Pablo de Oliveira Santos
2017 – João Alexandrino de Macêdo Neto
2017 – **Frederico Ataíde Barbosa Damatto (atual)**
2018 – Daladiê Duarte Souza
2018 – Elisama de Sousa Alves
2019 – Gustavo Silva Hora
2019 – Ticiane Rafael Xenofonte Peixoto de Oliveira

Informações geográficas

Situado a 349 m de altitude, distando 576 km da capital, Orocó possui 554 km² de área territorial e 15.152 habitantes. Localiza-se na Mesorregião do Vale do São Francisco e Microrregião de Petrolina.

Feriados oficiais locais

20 de janeiro – Dia do Padroeiro São Sebastião
20 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum da Comarca de Orocó

Rua Quirino do Nascimento, n. 667 – Centro – Orocó/PE – CEP: 56.170-000

Ouricuri

O Município

A Lei Provincial n. 125, de 30 de abril de 1844, criou o Distrito de Ouricuri, antes denominado Aricuri, vinculado ao território da extinta Vila do Novo Exu. A Lei Provincial n. 249, de 18 de junho de 1849, elevou o Distrito de Ouricuri à categoria de Vila e transferiu a Sede do Município de Exu para Ouricuri. Passou a município autônomo em 1º de julho de 1893. Por fim, a Lei Estadual n. 606, de 14 de maio de 1903, elevou Ouricuri à categoria de Cidade.

A Comarca

A Lei Provincial n. 260, de 10 de junho de 1850, transferiu a sede da Comarca de Boa Vista para a Vila de Ouricuri. Voltou ao seu lugar de origem através da Lei Provincial n. 520, de 13 de maio de 1862, desta feita, dividida em duas partes, sendo a primeira constituída dos Termos de Boa Vista e Ouricuri e a segunda, Cabrobó.

A Comarca de Ouricuri nasceu por intermédio da Lei Provincial n. 1.057, de 7 de junho de 1872, e sua efetiva instalação aconteceu no ano seguinte, juntamente com o Termo de Granito.

Classificada como Comarca de 2ª entrância, o fórum atual possui uma sala destinada à Defensoria Pública e outra de apoio reservada à OAB. O Ministério Público, a Justiça do Trabalho, bem

como a Justiça Eleitoral funcionam em prédios próprios. Os Municípios de Santa Cruz e Santa Filomena são Termos Judiciários da Comarca de Ouricuri.

Justiça Eleitoral

Ouricuri representa o Polo Eleitoral da 82ª Zona, tendo como Termos Eleitorais Santa Cruz e Santa Filomena. Conta com 124 seções, 49.709 eleitores, e o Juiz atual é Carlos Eduardo das Neves Mathias.

Juízes que atuaram na Comarca

1836 – Luis Antonio de Andrada
1848 – Francisco Bernardo de Carvalho
1850 – José da Costa Agra
1855 – João Antunes Correia Lins Wanderley
1859 – Lourenço Caetano de Albuquerque
1861 – Pedro Alcantara Peixoto de Miranda Veras
1868 – José Bezerra Lins
1868 – Luiz de Albuquerque Martins Pereira
1870 – Raimundo Leonel de Alencar
1871 – Miguel Gonçalves Lima
1876 – Luis Antônio de Andrade
1878 – Joaquim Leonel de Mendonça
1878 – Rodrigo Cortes da Rocha Barros
1879 – João Carlos de Mendonça Vasconcellos
1886 – Joaquim A. Tavares de Hollanda
1887 – Astério Mathias Pereira da Costa
1891 – Honorato Marinho Falcão

1892 – Augusto Emílio da Fonseca Galvão
1898 – Alfredo Cornélio da Silva Ramos
1902 – Pedro Alexandrino Machado Junior
1911 – Hermógenes Sancho Bizerra Cavalcanti
1914 – Teophilo Ferreira Lins
1920 – Ignácio Gonçalves Guimarães
1926 – José Joaquim Caldas Rocha
1934 – Felismino Guedes
1935 – Ladislau Gomes do Rego
1937 – Luiz Gonzaga Nóbrega
1940 – Artur Oliveira Filho
1941 – Lívio Vieira da Cunha
1943 – José Antônio de Souza Ferraz
1946 – Sinval Montezuma Lins
1946 – Paulo Bezerra Lins
1946 – Euclides Idalino Bezerra
1953 – Gabriel Wanderley Prazeres
1955 – Álvaro Ernesto de Carvalho Granja
1957 – Heli Leitão de Melo
1962 – Edmundo Pessoa de Araújo
1963 – Ulisses Lustosa Sobrinho
1965 – Edmundo Jordão de Vasconcelos Sobrinho
1970 – Fernando Mendonça de Souza
1972 – Josué Custódio de Albuquerque
1981 – Josias Horácio da Silva
1982 – Manoel Barros de Freitas
1982 – Leopoldo de Arruda Raposo
1983 – Eriberto Gouveia de Barros Lima
1984 – Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

1985 – Armando Tavares da Silva
1985 – Clóris Guimarães Ribeiro
1987 – Romão Ulisses Sampaio
1990 – Reginaldo Alves de Andrade
1994 – Alípio Carvalho Filho
1995 – Cláudio Avelino de Andrade
1996 – José Raimundo dos Santos Costa
1999 – Lauro Pedro dos Santos Neto
1999 – José Arnaldo Vasconcelos da Silva
1999 – Maria do Carmo de Morais Melo
1999 – Maria Valéria Silva Santos de Melo
1999 – Valdelício Francisco da Silva
2000 – José Maria de Carvalho Junior
2002 – Walmir Ferreira Leite
2003 – Juçara Leila do Rêgo Figueiredo
2003 – Armando Tavares da Silva
2003 – Luiz Eduardo de Sousa Neto
2003 – Maércio Falcão Duarte
2003 – Luiz Artur Guedes Marques
2004 – André Rafael de Paula Batista Elihimas
2004 – Jáder Marinho dos Santos
2005 – Sydnei Alves Daniel
2006 – Ivanhoé Holanda Félix
2007 – João Ricardo da Silva Neto
2007 – Rafael Cavalcanti Lemos
2008 – Paulo de Tarso Duarte Menezes
2012 – Pedro Fernandes Alonso Alves Pereira
2013 – **Carlos Eduardo das Neves Mathias (atual -2ª Vara)**
2015 – Fernanda Vieira Medeiros

2016 – Jandercleison Pinheiro Jucá
2016 – Raynes Viana de Vasconcelos
2016 – Rodrigo Fonseca Lins de Oliveira
2017 – Lucas Cristóvam Pacheco
2017 – Torricelli Lopes Lira
2018 – Diógenes Lemos Calheiros
2019 – **Reinaldo Paixão Bezerra Júnior (atual – 1ª Vara)**
2019 – **Olívia Zanon Dall'Orto Leão (atual – 2ª Vara)**

Informações geográficas

O Município de Ouricuri situa-se numa altitude de 451 m, dista 622 km da capital, com, aproximadamente, 69.459 habitantes. Situa-se na Microrregião de Araripina e na Mesorregião do Sertão pernambucano, com uma área de 2.381 km² e é composta dos Distritos Sede e Barra de São Pedro.

Feriados oficiais locais

20 de janeiro – Dia do Padroeiro São Sebastião
14 de maio – Dia da Emancipação Política

Fórum Josué Custódio de Albuquerque

Avenida Antônio Pedro da Silva, s/n – Centro – Ouricuri/PE – CEP: 56.200-000

Termos Judiciários

Santa Cruz

O Distrito de Santa Cruz foi criado pela Lei Municipal n. 51, de 26 de janeiro de 1915. Pelo Decreto-Lei n. 92, de 31 de março de 1938, o Distrito passou a denominar-se Vera Cruz. Sofreu nova alteração toponímica através do Decreto-Lei n. 952, de 31 de dezembro de 1943, quando passou a Cruz de Malta. O Município foi criado pela Lei n. 10.623, de 1º de outubro de 1991, desmembrando-se de Ouricuri, voltando a ser chamado de Santa Cruz. A instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1993.

O Município fica a 674 km da capital, com área de 1.245 km^2 e população de 15.398 habitantes. Situa-se na Microrregião de Araripina da Mesorregião do Sertão pernambucano. Santa Cruz integra a 82ª Zona Eleitoral, com 33 seções e 11.961 eleitores.

Santa Filomena

O Município de Santa Filomena foi criado pela Lei Estadual n. 11.263, de 29 de setembro de 1995, quando seu território foi desmembrado de Ouricuri. A instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1997. Possui área de 1.005 km^2, tem 630 m de altitude, distando 631 km da capital, onde vive uma população de 14.477 habitantes. Situa-se na Mesorregião do Sertão pernambucano e Microrregião de Araripina. Santa Filomena integra a 82ª Zona Eleitoral com 27 seções e 12.184 eleitores.

Palmares

O Município

A Lei Provincial n. 844, de 28 de maio de 1868, elevou o povoado conhecido como Montes à categoria de Distrito, subordinado a Água Preta.

A Vila de Palmares obteve foros de Cidade por força da Lei Provincial n. 1.458, de 9 de junho de 1879, e passou a Município autônomo em 13 de janeiro de 1893, com base na Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

A Comarca

A Comarca dos Palmares foi criada pela Lei Provincial n. 520, de 13 de maio de 1862, constituída dos Termos de Barreiros e Água Preta, desmembrados de Rio Formoso.

Com a reforma judiciária de 1904, Palmares passou a ser termo da Comarca de Água Preta. A Lei Estadual n. 782, de 23 de maio de 1906, restaurou a Comarca, abrangendo os Termos de Quipapá e Panelas.

Em consequência dos violentos estragos no prédio onde funcionava o Poder Judiciário local causados pelas enchentes de 2010 na Mata Sul, foi construído novo fórum, inaugurado em outubro de 2013.

A Comarca é classificada como de 2ª entrância, contando com três Varas Cíveis, uma Vara Criminal, uma Vara Regional da Infância e Juventude, uma Vara de Execução de Penas Alternativas e um Juizado Especial Cível.

A 3ª Vara Cível e a Vara Regional da Infância e Juventude foram criadas pela Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007, e instaladas em 22 de outubro de 2013, data da inauguração do novo edifício-sede do fórum. O Juizado Especial Cível, instalado em 17 de dezembro de 1996, foi instituído pelo Ato n. 1.281, de 11 de dezembro de 1986, do então Presidente Waldemir Oliveira Lins. Foi transformado em Juizado Especial Cível e Criminal (LC 100/2007) e depois voltou a ser Juizado Especial Cível (LC 143/2009). Por último, foi alterado pela Lei Complementar n. 163, de 17 de dezembro de 2010, passando a ser Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo.

O Ministério Público e a Justiça Eleitoral têm sedes próprias, enquanto a Defensoria Pública funciona nas dependências do fórum. No Município, há sede da Justiça do Trabalho e Subseccional da OAB/PE.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Joaquim Nabuco passa a ser agregada à Comarca de Palmares.

Justiça Eleitoral

Palmares é sede da 37ª Zona Eleitoral, conta com 136 seções e 39.806 eleitores cadastrados, sob a responsabilidade da Juíza Hydia Virgínia Christino de Landim Farias.

Organização judiciária atual

1ª Vara Cível – Evaní Estêvão de Barros

2ª Vara Cível – Marcelo Góes de Vasconcelos

3ª Vara Cível – Diego Vieira Lima

Vara Criminal – Hydia Virgínia Christino de Landim Farias

Vara Regional da Infância e Juventude – Flávio Krok Franco

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Sander Fítney Brandão de Menezes Correia

Juízes que atuaram na Comarca

1837 – Antônio Afonso Ferreira

1848 – Zeferino da Cunha Bastos

1854 – Antônio Borges Leal

1856 – Major Ignácio Álvares da Silva Santos

1857 – João Francisco da Silva Braga

1859 – Francisco Augusto da Costa

1860 – Felisberto de Mendonça

1862 – João Carlos de Mendonça Vasconcelos

1871 – Manoel Annes Jacome Pires

1873 – Tenente Coronel Joaquim Lúcio M. da França

1876 – Manoel da Silva Rêgo

1878 – Joaquim Francisco Paes Barreto

1879 – Aristides David Madeira

1882 – Manoel de Barros Wanderley

1883 – Francisco Pothier Rodrigues Lima

1888 – Francisco da Costa Maia

1891 – Primitivo Gomes

1892 – Samuel Martins

1896 – José Francisco de Goés Cavalcanti
1899 – Francisco Botelho de Andrade
1904 – Honório de Barros Wanderley
1914 – Manoel Arthur de Sá Pereira
1917 – Francisco Arruda Vieira de Melo
1918 – Antônio Caetano da Costa Lima
1921 – José Vieira de Mello
1925 – Horácio Mendes de Hollanda
1926 – Affonso de A. Silva
1926 – João Aureliano Correia de Araújo
1927 – Capitão Alfredo Pereira de Assis
1928 – José Agostinho Madeira da Rocha
1930 – José Roque Dias da Silveira
1931 – Lauro Dornellas Câmara
1932 – Octávio Bandeira de Lima Coutinho
1938 – Antônio Nogueira Vilela
1941 – Felismino Guedes
1942 – Diógenes Lessa Ferreira
1951 – Pedro Martiniano Lins
1956 – Moacyr da Costa Gomes
1958 – Francisco Carneiro de Menezes
1972 – Múcio Rodrigues Barbosa de Aguiar
1982 – José Manuel Zeferino Galvão de Melo
1984 – Roberto Távora
1986 – Clóvis Guimarães Ribeiro
1988 – Virgínio Marques Carneiro Leão
1989 – Evaní Estêvão de Barros
1989 – Alcides Déricles Caminha
1991 – Odilon de Oliveira Neto

1994 – José Fernando Santos de Souza
1995 – Roberto Carneiro Pedrosa
1995 – Francisco Julião de Oliveira Sobrinho
1996 – Aldemir Alves de Lima
1996 – Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
1999 – Uraquitan José dos Santos
2000 – Hydia Virgínia Christino de Landim Farias
2000 – Tomás de Aquino Pereira de Araújo
2000 – Janduhy Finizola da Cunha Filho
2002 – Adilson Agrícola Nunes
2003 – Cláudio da Cunha Cavalcanti
2003 – Belize Câmara Correia
2004 – Isabelle Moitinho Pinto
2004 – Fernando Escrivani Stefaniu
2005 – Maria Cristina Fernandes de Almeida
2005 – Cristina Reina Montenegro de Albuquerque
2005 – Luiz Carlos Vieira de Figueiredo
2005 – Pollyanna Maria Barbosa Pirauá Cotrim
2006 – Rildo Vieira da Silva
2006 – Júlio César Vasconcelos de Almeida
2007 – Emanuel Bonfim Carneiro Amaral Filho
2007 – Andréa Calado da Cruz
2007 – Hugo Vinícius Castro Jiménez
2008 – Sander Fítney Brandão de Menezes Correia
2008 – José Wilson Soares Martins
2011 – Carlos Eugênio de Castro Montenegro
2012 – Ailton Soares Pereira Lima
2012 – Waldemiro de Araújo Lima Neto
2013 – Daniele Christine Silva Melo Burichel

2013 – Ivanhoé Hollanda Félix
2013 – Christiana Brito Caribé da Costa Pinto
2015 – Rodrigo Ramos Melgaço
2015 – Ricardo de Sá Leitão Alencar Júnior
2017 – Marcelo Góes de Vasconcelos
2017 – Diego Vieira Lima
2018 – Flávio Krok Franco

Informações geográficas

A Cidade fica a 108 m de altitude, distando 120 km da capital do Estado, com superfície de 336 km². O Município é composto pelos Distritos Sede (Palmares) e Santo Antônio dos Palmares, onde vivem, aproximadamente, 63.250 habitantes. Situa-se na Microrregião da Mata Meridional e Mesorregião da Mata pernambucana.

Filhos ilustres na magistratura

Os Desembargadores Pedro Martiniano Lins e Célio de Castro Montenegro eram naturais de Palmares.

Feriados oficiais locais

9 de junho – Dia da Emancipação Política
24 de junho – Dia do Padroeiro São João
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição

Fórum dos Palmares Professor Aníbal Bruno

Loteamento Dom Acácio Rodrigues Alves – Quilombo II – Palmares/PE – CEP: 55.540-000

Palmeirina

O Município

A Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909, criou o Distrito de Palmeira, dando-lhe o predicamento de Vila.

A Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, estabeleceu Palmeira como Município autônomo, com território desmembrado de Canhotinho e Garanhuns.

O Decreto Estadual n. 74, de 6 de junho de 1931, transferiu a sede municipal (Palmeira) para a povoação de Angelim, tendo esta passado à categoria de Cidade, e Palmeira voltado à categoria de Distrito.

Palmeira passou então à condição de Distrito de Angelim e, de Cidade que era, ficou reduzida a Vila e sede distrital.

Pelo Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, o Distrito de Palmeira passou a denominar-se Palmeirina.

A Lei Estadual n. 419, de 31 de dezembro de 1948, mais uma vez, criou o Município de Palmeirina, com território desmembrado do Município de Angelim, tendo sido instalado em 6 de setembro de 1949.

A Comarca

A Comarca de Palmeirina foi criada pela Lei Estadual n. 508, de 26 de junho de 1949. Sua instalação ocorreu em 6 de setembro do mesmo ano.

Foi extinta pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, passando a ser Termo Judiciário de Angelim e restaurada pela Lei n. 7.503, de 18 de novembro de 1977.

Desativada, mais uma vez, através do Ato n. 2.088, de 9 de dezembro de 1998, voltou a ser Termo de Angelim. Foi reinstalada no dia 15 de junho de 2001, através do Ato n. 842/2001, do Desembargador Nildo Nery dos Santos, tendo como Juiz Reinstalador Nehemias de Moura Tenório.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Palmeirina, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de São João.

Justiça Eleitoral

O Município de Palmeirina faz parte da 59ª Zona Eleitoral, com sede em Correntes. Conta com 23 seções e 6.596 eleitores. Tem como Juiz Eleitoral André Simões Nunes.

Juízes que atuaram na Comarca

1949 – Manoel Machado da Cunha Cavalcanti
1949 – Clóvis Ferreira de Lima
1952 – Márcio Rollemberg Leite
1953 – José Edgar de Vasconcelos Dutra
1955 – Ananias Tavares de Souza Campos
1957 – Agenor Ferreira de Lima
1963 – Eurico Cantalice de Melo
1967 – Rilton Rodrigues da Silva
1968 – Gil Buarque da Fonseca
1974 – Márcio de Albuquerque Xavier

1975 – Aurélio Muniz Freire
1983 – Bartolomeu Bueno de Freitas Morais
1985 – Cladisson Ferreira Pinto
1985 – Guilherme A. Uchoa Cavalcanti Pessoa de Melo
1986 – Gerson Venâncio de Carvalho
1987 – Eudes dos Prazeres França
1987 – Eriberto Chianca
1993 – Francisco de Carvalho Silva Gueiros Filho
1994 – Severino Tenório Pinto
1994 – Valéria Rúbia Silva Duarte
1995 – José Gilberto de Souza
1995 – Cristiane Gouveia de Barros
1996 – Aguinaldo Esteves da Silveira Filho
1998 – Márcio Bastos Sá Barreto
2001 – Helenita Ramos Silva
2003 – Enéas Oliveira da Rocha
2003 – Roberto Costa Bivar
2003 – Max Cavalcanti de Albuquerque
2006 – Waldemiro de Araújo Lima Neto
2008 – Malu Marinho Sette
2009 – Francisco Milton Araújo Júnior
2011 – Francisco Jorge de Figueiredo Alves
2011 – José Milton Bispo
2012 – Marcus Vinícius Barbosa de Alencar Luz
2012 – Maurício Santos Gusmão Júnior
2013 – Andrian de Lucena Galindo
2014 – Karla Fabíola Rafael Peixoto Dantas
2015 – Marcelo Góes de Vasconcelos
2017 – Alyne Dionísio Barbosa Padilha

2017 – Rafael Sampaio Leite
2019 – **André Simões Nunes (atual)**

Informações geográficas

A Cidade está situada a 531 m de altitude, distando da capital 230 km. Possui superfície de 168 km^2 e Distrito único, onde vive uma população de 7.600 habitantes. Palmeirina integra a Microrregião de Garanhuns e Mesorregião do Agreste pernambucano.

Filho ilustre na magistratura

O Juiz Gerson Venâncio de Carvalho nasceu em Palmeirina.

Feriados oficiais locais

8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição
31 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Prefeito Alonso Bernardo da Silva

Rua Presidente João Pessoa, s/n – Centro – Palmeirina/PE – CEP: 55.310-000

Panelas

O Município

O Distrito de Panelas foi criado pela Lei Municipal n. 157, de 31 de março de 1846, e elevado à categoria de Vila pela Lei Provincial n. 919, de 18 de maio de 1870, quando se desmembrou dos Municípios de Caruaru e São Bento. A instalação da sede ocorreu em 14 de novembro de 1872.

A elevação a Município autônomo se deu em 27 de fevereiro de 1893, com base na Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

Pela Lei Estadual n. 209, de 24 de março de 1897, a sede foi transferida da Povoação de Panelas para a Povoação de Lagoa de Gatos.

Foi elevado à condição de Cidade com a denominação Panelas pela Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909.

Retornou à primitiva sede por determinação da Lei Estadual n. 1.366, de 24 de maio de 1919.

A Comarca

A Comarca de Panelas foi criada pela Lei Provincial n. 1.093, de 24 de maio de 1873. Nos anos de 1890 a 1894, sua sede passou a ser na Vila de Quipapá.

A Lei Estadual n. 209, de 24 de março de 1897, extinguiu a Comarca, que foi restaurada através da Lei Estadual n. 1.366, de 24 de maio de 1919, sendo sua reativação confirmada pelo Decreto n. 132, de 6 de junho de 1922. Um novo prédio para o fórum foi inaugurado em 25 de novembro de 2015, onde funcionam também a Justiça Eleitoral, a OAB e o Ministério Público. A Comarca integra a primeira entrância e possui vara única.

Justiça Eleitoral

Panelas foi incorporada pela 47ª Zona Eleitoral, com sede em Quipapá. Funciona atualmente como Posto Eleitoral, possui 66 seções, 21.699 eleitores, e o Juiz Eleitoral atual é Francisco Jorge de Figueiredo Alves.

Juízes que atuaram na Comarca

1874 – José Antônio Correa da Silva
1892 – José de Castro de Sá Barreto
1923 – Renato Dornelles Câmara
1928 – Ubirajara Acciole Correia
1929 – Olímpio Freire de Carvalho
1929 – Júlio José Bezerra
1930 – João Carlos Ribeiro Roma
1931 – Diógenes Lessa Ferreira
1931 – Antônio de Pádua Valfrido
1933 – Israel Lumarque de Holanda Cavalcante
1935 – Felismino Guedes
1938 – Mário Gadelha Simas
1941 – Manoel Agripino do Rego Barros

1943 – José Ferraz Ribeiro do Valle
1949 – Aníbal Vanderley Cavalcante
1950 – Ruben Benvindo Ferreira Costa
1958 – Artur César Flanklin
1959 – Américo Gregório Torres
1960 – Aníbal Baltar Souto Maior
1960 – Enock Gomes de Almeida
1961 – João Batista Neto
1963 – Agenor Ferreira Lima
1963 – Carlos Cavalcanti da Matta
1965 – Hélio Nelson Holmes Lins
1966 – Edmundo Pessoa de Araújo
1967 – Semyr Jatahy de Sampayo
1967 – Nelson Meirelles Ribeiro de Castro
1968 – Antônio de Barros e Silva
1971 – Sebastião Romildo Vale de Oliveira
1972 – Hélio Vidal Campos
1974 – Amaro José de Araújo
1978 – Jáder Jordão de Vasconcelos
1982 – José Alves de Queiroz
1983 – José Gentil Pessoa Bezerra
1986 – Alcides Dericles Caminha
1987 – Wellington Gadelha de Freitas
1988 – Fernando Rodrigues Beltrão
1989 – Lenivaldo Izidio de Sena
1989 – Ricardo de Oliveira Paes Barreto
1991 – Antônio de Jesus Chaves da Costa
1993 – Rogério Lins e Silva
1995 – Brasílio Antônio Guerra

1997 – **Francisco Jorge de Figueiredo Alves (atual)**
1999 – Aline Cardoso dos Santos
2000 – Ildete Veríssimo de Lima
2000 – Luzicleide Maria Muniz Vasconcelos
2001 – Janduhy Finizola da Cunha Filho
2003 – Djaci Salustiano de Lima
2005 – Enrico Duarte da Costa Oliveira
2005 – Carlos Fernando Carneiro Valença Filho
2013 – Eduardo José Loureiro Burichel
2013 – Juliana Coutinho Martiniano Lins
2014 – Maurício Santos Gusmão Júnior
2015 – Carlos Antônio Sobreira Lopes
2017 – Gabriel Augusto Amario de Castro Pinto
2019 – Enéas Oliveira da Rocha
2020 – Lucas Cristóvam Pacheco

Informações geográficas

O Município está situado a 532 m de altitude, distanciando-se 182 km da capital, com uma área de 371 km² e população de 26.474 habitantes, aproximadamente. Localiza-se na Mesorregião do Agreste pernambucano e Microrregião do Brejo. Possui quatro distritos: Sede (Panelas), Cruzes, São José e São Lázaro e dois povoados: Boca da Mata e Pau Ferro.

Feriados oficiais locais

2 de maio – Festival de Jericos
18 de maio – Dia da Emancipação Política
20 de novembro – Dia da Consciência Negra

Fórum de Panelas

Rodovia BR 104, Km 110, s/n – Centro – Panelas/PE –
CEP: 55.470-000

Parnamirim

O Município

O distrito foi criado com a denominação Santana do Saco, pela Lei Provincial n. 733, de 6 de junho de 1867, subordinado ao Município de Cabrobó. A Lei Provincial n. 924, de 25 de maio de 1870, elevou a Vila de Santana a distrito, denominando-o Leopoldina. Foi elevado à categoria de Vila com a denominação Leopoldina pela Lei Provincial n. 1.464, de 16 de junho de 1879, sendo desmembrado de Cabrobó.

A Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909, alçou Leopoldina à condição de Cidade. O Decreto-Lei n. 314, de 27 de junho de 1934, extinguiu o Município de Leopoldina, que foi restabelecido quatro anos depois pelo Decreto-Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938, que foi instalado em 1º de janeiro de 1939.

Leopoldina passou a chamar-se Parnamirim conforme disposição do Decreto-Lei n. 952, de 31 de dezembro de 1943.

A Comarca

Com o Ato do Governador da Província datado de 10 de julho de 1890, foi criada a Comarca de Parnamirim, instalada em 25 de agosto do mesmo ano, sendo designado como Juiz Instalador Bernardino Maranhão.

A Comarca de Parnamirim é de 1ª entrância e possui vara única. A Defensoria Pública, a Justiça Eleitoral e o Ministério Público têm sala no fórum.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Terra Nova passa a ser agregada à Comarca de Parnamirim.

Justiça Eleitoral

Parnamirim é sede da 78ª Zona Eleitoral, que também abrange o eleitorado do Município de Terra Nova. Composta por 63 seções e 17.528 eleitores, tem como Juiz Eleitoral Felipe Reis da Silva.

Juízes que atuaram na Comarca

1890 – Bernardino Maranhão
1919 – Manuel Cyrillo Wanderley
1920 – Sylinton da Rocha Wanderley
1934 – Rômulo Lins e Silva
1939 – Luiz Clóvis Vanderlei
1941 – Cláudio de Moraes Vasconcelos
1944 – Rubem Bemvindo Ferreira Costa
1945 – José Sironi Vasconcelos
1947 – José Coelho Brandão
1947 – Sinval Montezuma Lins
1948 – José Lopes de Oliveira
1949 – João David Filho
1950 – Gabriel Felippe do Rêgo Barros
1950 – José Edgar de Vasconcelos Dutra
1953 – Raul Costa Farias

1953 – Gabriel Wanderley Prazeres
1955 – Taumaturgo de Oliveira Bomfim
1956 – Egídio Ferreira Lima
1957 – Heli Leitão de Melo
1958 – Antônio Lira Sousa
1960 – José Maria Florentino de Lima
1961 – Edgar Sobreira de Moura
1962 – Itamar Pereira da Silva
1963 – Ulisses Lustosa Sobrinho
1964 – Sebastião Romildo Vale de Oliveira
1966 – João Furtado da Silva Júnior
1966 – Francisco Muniz Arraes
1968 – José Saraiva de Macedo
1971 – Adalberto Pereira Lopes
1973 – Enéas Bezerra Barros
1978 – João Gomes dos Passos
1981 – Antônio de Melo e Lima
1984 – Paulo Romero de Sá Araújo
1985 – Gualter Carlos de Alencar
1989 – Antônio Carlos Alves da Silva
1989 – Djalma Andrelino Nogueira Júnior
1992 – Milton Santana Lima Filho
1993 – Marylúsia Feitosa Martins
1995 – Luiz Eduardo de Souza
1995 – Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
1995 – Simone Cristina Barros
1996 – Dilza Christine Lundgren de Barros
1997 – Antônio de Pádua Casado de Araújo Cavalcante
1997 – Ana Maria da Silva

1998 – Maria do Carmo de Morais Melo
1999 – Alexandre Pinto de Albuquerque
2001 – Juçara Leila do Rego Figueiredo
2006 – Ana Cecília Toscano Pinto
2007 – José Gonçalves de Alencar
2009 – Juliana Coutinho Martiniano Lins
2009 – Otávio Ribeiro Pimentel
2013 – Michelle Oliveira Chagas Silva
2014 – Murilo Borges Koerich
2015 – Fábio Corrêa Barbosa
2017 – Matheus de Carvalho Melo Lopes
2017 – Ricardo Guimarães Luiz Ennes
2017 – Jandercleison Pinheiros Jucá
2018 – Bruno Jader Silva Campos
2019 – Daladiê Duarte Souza
2019 – **Felipe Reis da Silva (atual)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 392 m de altitude, distando 570 km da capital. Tem 2.609 km^2 de área, dividida administrativamente entre os Distritos Parnamirim (Sede), Icaiçara e Veneza, além dos Povoados Barro e Matias. O Município tem população de, aproximadamente, 22.010 habitantes e está localizado na Mesorregião do Sertão Central de Pernambuco e na Microrregião de Salgueiro.

Feriados oficiais locais

13 de maio – Padroeira Nossa Senhora de Fátima
1º de julho – Dia da Emancipação Política

26 de julho – Dia da Padroeira do Município Sant'Ana
8 de outubro – Aniversário de morte dos Cabral

Fórum Juiz José Ramos Angelim

Rua Coronel Jambo, n. 39 – Centro – Parnamirim/PE – CEP: 56.163-000

Passira

O Município

Enquanto distrito do Município de Limoeiro, criado pela Lei Municipal n. 2, de 19 de dezembro de 1892, era denominado Pedra Tapada. Depois, passou a ser chamado de Distrito Malhada. O Decreto-Lei n. 952, de 24 de junho de 1943, alterou sua denominação para Passira.

A Lei Estadual n. 4.981, de 20 de dezembro de 1963, criou o Município de Passira, instalado em 24 de junho de 1964.

A Comarca

A Comarca de Passira integra a 1ª entrância, possui vara única e foi criada pela Resolução n. 10, de 1970, do Tribunal de Justiça do Estado, e sua instalação ocorreu em 30 de janeiro de 1973 pelo Juiz Instalador José Alencar Dias da Costa Araújo.

O Ministério Público tem sala no fórum, e a Justiça Eleitoral tem sede própria.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Cumaru passa a ser agregada à Comarca de Passira.

Justiça Eleitoral

Passira é sede da 91ª Zona Eleitoral, composta por 72 seções, que conta com, aproximadamente, 24.783 eleitores e está sob responsabilidade do Juiz Eleitoral Altamir Cléreb de Vasconcelos Santos.

Juízes que atuaram na Comarca

1973 – José Alencar Dias da Costa Araújo
1973 – Zamir Machado Fernandes
1977 – Rivadávia Brayner de Melo Rangel
1982 – Petrúcio Roberto Tobias Granja
1982 – André Rui de Andrade Albuquerque
1982 – Nilvan Alves Macena
1984 – Zamir Machado Fernandes
1985 – Josué Antonio Fonseca de Sena
1987 – Solon Otávio de França
1987 – Antonio Fernando de Araújo Martins
1988 – Agnaldo Esteves da Silveira Filho
1989 – Eurico de Barros Correia Filho
1991 – Eriberto Carvalho Galvão
1991 – Marcelo Russel Wanderley
1992 – Demócrito Ramos Reinaldo Filho
1992 – Frederico Guilherme Rodrigues de Lima
1992 – Lindolfo Cabral Pimentel
1992 – Reginaldo Alves de Andrade
1993 – Maria do Perpétuo Socorro de B. A. Vasconcelos
1994 – Karla Fabíola Rafael Peixoto
1995 – Anamaria de Farias Borba

1999 – Edina Maria Brandão de Barros Correia
2000 – Patrícia Xavier Figueirêdo Lima
2003 – Alexandre Pinto de Albuquerque
2013 – Cristiano Henrique de Freitas Araújo
2015 – Isis Miranda de Souza Machado
2017 – Mariana Agostini de Serqueira
2018 – Cristiano Henrique de Freitas Araújo
2019 – **Altamir Cléreb de Vasconcelos Santos (atual)**

Informações geográficas

Passira fica a 176 m de altitude. Dista 107 km da capital, possui 330 km² de área territorial e, aproximadamente, 28.933 habitantes. O Município é constituído pelos distritos Sede e Bengalas e está situado na Mesorregião do Agreste pernambucano e Microrregião do Médio Capibaribe.

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia do Padroeiro São José
Julho (data móvel) – Festa do Milho
Novembro (data móvel) – Festa Anual do Bordado
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição
20 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Francisco de Lima Bezerra

Praça Severino Ferreira, n. 59 – Centro – Passira/PE – CEP: 55.650-000

Paudalho

O Município

Distrito desde 1787, Paudalho (Pão de Alho, na grafia da época) foi erigido à categoria de Vila pelo Alvará de 27 de junho de 1811, confirmado pela Provisão de 15 de fevereiro de 1812.

Em 4 de fevereiro de 1879, a Lei Provincial n. 1.318 elevou a Vila de Paudalho à categoria de Cidade. Tornou-se município autônomo em 3 de abril de 1893, por força da Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

A Comarca

A Comarca de Paudalho foi criada pela Lei Provincial n. 86, de 6 de maio de 1870, desmembrada da Comarca de Olinda, instalada no mesmo ano pelo Juiz Antônio Batista Gitirana.

Em 31 de dezembro de 1943, em virtude do Decreto-Lei n. 952, a Comarca de Paudalho foi extinta, passando a Termo Judiciário da Comarca de São Lourenço da Mata. Foi restaurada pelo Decreto-Lei n. 1.116, de 14 de fevereiro de 1945, tendo como Juiz Instalador Severino Correia de Araújo.

A Comarca é classificada como de 2ª entrância e possui duas varas. A 2ª Vara, criada pela Lei Complementar n. 100 de 21 de novembro de 2007, foi instalada em 19 de março de 2010. O Minis-

tério Público funciona nas instalações do fórum. O Cartório Eleitoral e a Defensoria Pública têm sedes próprias.

Justiça Eleitoral

O Município de Paudalho sedia a 17ª Zona Eleitoral, contando com 105 seções e 44.511 eleitores. Atualmente, tem como Juiz Eleitoral Guilherme Augusto de Albuquerque Arzani.

Juízes que atuaram na Comarca

1870 – Antônio Batista Gitirana
1890 – Francisco Venâncio de Araújo
1891 – Manoel Itamar de Albuquerque
1892 – Diogo Soares Carneiro de Albuquerque
1892 – João Baptista Correia de Oliveira
1893 – José Maria de Souza Delgado
1894 – José Antônio Cézar de Vasconcellos
1895 – José Francisco da Rosa Júnior
1897 – Eloy Nahum de Souza Landim
1898 – Gerson Alves da Costa
1899 – José Dirceu Padillos
1900 – Vicente Gercino Gomes Martins
1911 – Manoel Pio de Azevedo
1912 – Severino Correia Nogueira
1915 – Alfredo Zacarias dos Santos
1917 – Rômulo Luiz e Silva
1919 – Cristóvão Marcos de Queiroz Pinto
1922 – Joaquim Pedro Campelo de Souza
1929 – Manoel Cavalcanti Vieira da Cunha

1931 – Aprígio Gomes de Melo Cavalcanti
1941 – Otávio Bandeira de Lima Coutinho
1942 – Emiliano Higino de Farias
1945 – Severino Correia de Araújo
1951 – Cláudio de Morais Vasconcelos
1952 – Mauro Tavares Wanderley
1953 – Joaquim Manoel Correia de Oliveira
1954 – Caeté de Medeiros
1954 – Mário Albuquerque Siqueira
1954 – Otílio Guedes de Freitas Montenegro
1956 – Rubens Benvindo Ferreira Costa
1962 – Enock Gomes de Almeida
1963 – José Martins de Souza Leão
1963 – Hélio Machado da Silva Porto
1967 – André Alves de Melo
1967 – Ivan Malta Gatto
1973 – Antônio Pessoa Leite
1983 – João Côrte Magalhães
1985 – Rivadávia Brayner de Melo Rangel
1987 – Marcelo Márcio Cardoso Fernandes
1987 – Marcos Antônio Tavares de Albuquerque
1990 – José Valdmir de Oliveira Chaves
1991 – Germano Gladstone de Oliveira Japiassú
1991 – Valéria Bezerra Pereira Wanderley
1992 – Humberto Costa de Vasconcelos Júnior
1994 – Joaquim Pereira Lafayette Neto
1995 – Marupiraja Ramos Ribas
1995 – Maria Betânia Beltrão Gondim
1996 – João Guido Tenório de Albuquerque

1997 – Élio Braz Mendes
1998 – Simone Cristina Barros
1998 – Fernando Menezes Silva
1999 – Roberta Viana Gondim
2003 – José Raimundo dos Santos Costa
2003 – Izilda Maria de Abreu Dornelas Câmara
2003 – Lucilene Robéria Pontes de Lima
2006 – Milton Santana Lima Filho
2010 – Gerson Barbosa da Silva Junior
2010 – Fernando Menezes da Silva
2011 – Hailton Gonçalves da Silva
2011 – Sebastião de Siqueira Souza
2012 – Artur Teixeira de Carvalho Neto
2013 – Maria Betânia Martins da Hora Rocha
2015 – Idiara Buenos Aires Cavalcanti
2015 – Júlio Olney Tenório de Godoy
2017 – **Iarly José Holanda de Souza (atual – 2ª Vara)**
2018 – **Guilherme Augusto Albuquerque Arzani (atual – 1ª Vara)**

Informações geográficas

Paudalho está situado a 69 m de altitude, distando 42 km do Recife. O Município possui 274 km^2 de área e população com 56.933 habitantes. Está localizado na Microrregião Setentrional e na Mesorregião da Mata pernambucana.

Filho ilustre na magistratura

O Desembargador aposentado Rivadávia Brayner de Melo Rangel nasceu em Paudalho.

Feriados oficiais locais

4 de fevereiro – Dia da Emancipação Política
Última segunda-feira de janeiro – Dia de São Sebastião
27 de julho – Aniversário da Cidade

Fórum Ministro Petrônio Portela

Praça Pedro Coutinho, n. 97 – Centro – Paudalho/PE -
CEP: 55.825-000

Paulista

O Município

O Distrito de Paulista foi criado pela Lei Municipal n. 219, de 28 de dezembro de 1907, subordinado ao Município de Olinda.

A Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, criou o Município de Paulista, constituído por territórios desmembrados de Olinda, Igarassu e São Lourenço da Mata.

O Município foi extinto pelos Decretos n. 268, de 25 de novembro de 1930, e n. 56, de 23 de janeiro de 1931, sendo seu território mais uma vez anexado ao Município de Olinda.

Foi elevado, definitivamente, à categoria de Município pela Lei Estadual n. 11, de 4 de setembro de 1935, desmembrado de Olinda, com sede no antigo Distrito de Paulista, sendo instalado em 12 de setembro de 1935.

A Comarca

Anteriormente termo da Comarca de Olinda, a Comarca de Paulista foi criada pelo Decreto-Lei n. 952, de 31 de dezembro de 1943, publicado em 1º de janeiro de 1944.

A Lei n. 1.046, de 27 de janeiro de 1951, determinou no seu art. 4º, § 4º que "a Comarca em que houver mais de uma vara será de entrância igual à da capital". Assim, na lista de antiguidade dos

juízes de Pernambuco do ano de 1952, publicada em 24 de janeiro de 1953, Paulista figura na 3ª entrância, juntamente com Olinda, Caruaru e Recife.

A Lei n. 2.567, de 22 de outubro de 1956, no art. 324, ao estabelecer a divisão judiciária do Estado, determinou que a Comarca do Paulista continuaria classificada na 3ª entrância.

Com a Resolução n. 10, de 30 de dezembro de 1970, que definiu a organização judiciária, permaneceu na 3ª entrância apenas a Comarca do Recife, com Paulista retornando à condição de 2ª entrância.

Na gestão do Desembargador João David de Souza Filho como Presidente do TJPE, no dia 25 de junho de 1992, foram instaladas a 3ª Vara Cível, as 1ª e 2ª Varas Criminais e uma Vara Privativa da Assistência Judiciária, criadas pela Lei n. 9.967 de 18 de dezembro de 1986. Presidiu os trabalhos o Juiz Itamar Pereira da Silva Júnior.

É classificada como Comarca de 2ª entrância. A Vara da Infância e Juventude foi instalada em 5 de agosto de 2009, criada pela Lei Complementar n. 100/2007. A Central de Cartas de Ordem, Precatória e Rogatória foi instalada em 14 de maio de 2019, e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) foi instalado em 22 de novembro de 2017.

No fórum inaugurado em 19 de janeiro de 1998, também funcionam dois Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo e a Justiça Eleitoral. O Ministério Público e a Defensoria Pública têm sedes próprias. A Cidade é sede de duas Varas Trabalhistas e da Subseccional da OAB/PE.

Juízes que atuaram na Comarca

1943 – Mário Gadelha Simas
1948 – Djaci Alves Falcão
1953 – Cláudio Vasconcelos
1954 – Edgard Homem de Siqueira
1955 – Caeté de Medeiros
1956 – José Pessoa de Oliveira Cavalcanti
1959 – Adaucto Correia de Araújo
1960 – Pedro Ribeiro Malta
1960 – Gabriel Lucena Cavalcanti
1964 – José Cavalcanti Padilha
1970 – Geraldo de Souza Valença
1972 – Irajá D'Almeida Lins
1974 – Lamartine de Holanda Cavalcanti
1974 – Armando de Barros Figueiredo
1976 – Márcio de Albuquerque Xavier
1979 – Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho
1983 – Antônio Oliveira da Silva
1983 – Magui Lins de Azevedo
1985 – João Bosco Gouveia de Melo
1988 – Antônio de Melo e Lima
1988 – Sílvio de Arruda Beltrão
1989 – Frederico Ricardo de Almeida Neves
1990 – Alcides Déricles Caminha
1990 – Wellington Gadelha de Freitas
1992 – Itamar Pereira da Silva Júnior
1992 – Marcelo Russel Wanderley
1992 – Heriberto Carvalho Galvão
1992 – Mauro Alencar de Barros

1993 – Carlos Frederico Gonçalves de Moraes
1994 – Joaquim Pereira Lafayette Neto
1994 – Paula Maria Malta Teixeira
1995 – José Júnior Florentino dos Santos
1995 – Paulo Henrique Martins Machado
1995 – Abelardo Tadeu da Silva Santos
1997 – Adjar Francisco de Assis Júnior
1997 – Ângela Maria Teixeira de Carvalho Mello
1997 – José André Machado Barbosa Pinto
1997 – Stella Maria Mendes Gomes de Sá Leitão
1999 – Otoniel Ferreira dos Santos
1999 – João Alberto Magalhães de Siqueira
1999 – José Jorge de Amorim
2000 – Luciana Ferreira de Araújo Melo
2000 – Arnóbio Amorim Araújo Junior
2001 – Wilka Pinto Vilela Correia
2001 – Paulo José Dias Carneiro
2001 – Teodomiro Noronha Cardozo
2002 – Edina Maria Brandão de Barros
2002 – Wagner Ramalho Procópio
2003 – Carlos Gonçalves de Andrade Filho
2003 – Maria Valéria Silva Santos de Melo
2003 – Gisele Vieira Resende
2003 – Cintia Daniela Albuquerque de Carvalho
2004 – Cristiane Gouveia de Barros
2004 – Ana Carolina Fernandes Paiva
2004 – Andréa Duarte Gomes
2004 – Blanche Maymone Pontes Matos
2005 – Adriana Cintra Coêlho

2005 – Roberta Viana Jardim
2006 – Regina Célia de Albuquerque Maranhão
2006 – Anna Regina Lemos Robalinho de Barros
2007 – Patrícia Xavier de Figueirêdo Lima
2009 – Lara Correa Gamboa da Silva
2009 – Andrea Rose Borges Cartaxo
2009 – Fabíola Michele Muniz Mendes Freire de Moura
2010 – Maria do Carmo da Costa Soares
2012 – Luiz Artur Guedes Marques
2012 – Célia Gomes de Morais
2012 – Fábia Amaral de Oliveira Mello
2012 – José Anchieta Félix da Silva
2012 – Roberta Vasconcelos Franco Rafael Nogueira
2013 – Laura Amélia Moreira Brennand Simões
2013 – Helena Cristina Madi de Medeiros
2013 – Isânia Maria Moreira Reis
2013 – Jorge Eduardo de Melo Sotero
2013 – Leonardo Romeiro Asfora
2014 – Maria das Graças Serafim Costa
2014 – Severino Rodrigues de Souza
2015 – Danielle Christine Silva Melo Burichel
2015 – Eugênio Cícero Marques
2015 – Hugo Vinícius Castro Jiménez
2016 – Júlio Olney Tenório de Godoy
2016 – Juliana Coutinho Martiniano Lins
2016 – Ricardo de Sá Leitão Alencar Júnior
2017 – Verônica Gómez Lourenço
2017 – Evandro de Melo Cabral
2018 – Thiago Fernandes Cintra

2019 – Rafael Sampaio Leite
2019 – Maria Cristina Fernandes de Almeida

Organização Judiciária atual

1ª Vara Cível – Evandro de Melo Cabral e Thiago Fernandes Cintra
2ª Vara Cível – Rafael Sampaio Leite
3ª Vara Cível – Jorge Eduardo de Melo Sotero
1ª Vara Criminal – Danielle Christine Silva Melo Burichel e Verônica Gómez Lourenço
2ª Vara Criminal – Eugênio Cícero Marques e Thiago Fernandes Cintra
1ª Vara Família e Registro Civil e CEJUSC – Leonardo Romeiro Asfora
2ª Vara Família e Registro Civil – Maria das Graças Serafim Costa
Vara da Fazenda Pública – Júlio Olney Tenório de Godoy e Juliana Coutinho Martiniano Lins
Vara da Infância e Juventude – Severino Rodrigues de Sousa e Ricardo de Sá Leitão Alencar Junior
1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Maria Cristina Fernandes de Almeida
2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Helena Cristina Madi de Medeiros
Central de Cartas de Ordem, Precatória e Rogatória – Evandro de Melo Cabral

Justiça Eleitoral

Paulista é sede da 12ª, da 114ª e da 146ª Zonas Eleitorais, com 69.831, 78.630 e 68.398 eleitores inscritos, respectivamente. O Juiz Jorge Eduardo de Melo Sotero responde pela 12ª ZE, a Juíza Maria Cristina Fernandes Almeida, pela 114ª ZE, e o Juiz Eugênio Cícero Marques, pela 146ª Zona Eleitoral.

Informações geográficas

Dista 15 km da capital e tem população estimada de 334.376 habitantes. Tem área territorial de 96,9 km² e fica situada na Região Metropolitana do Recife, composta dos Distritos Sede, Paratibe e Praia da Conceição.

Feriados oficiais locais

Quarta-feira de Cinzas
24 de junho – Dia de São João Batista
4 de setembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Doutor Irajá D'Almeida Lins

Rua Senador Salgado Filho, s/n – Centro – Paulista/PE –
CEP: 53.401-440

Pedra

O Município

O Distrito de Pedra foi criado pela Lei Provincial n. 561, de 6 de maio de 1863, subordinado ao Município de Buíque. Foi elevado à categoria de Vila pela Lei Provincial n. 1.542, de 13 de maio de 1881, e instalado em 17 de agosto de 1885. Foi elevado à categoria de Cidade com a Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909.

A Comarca

A Lei Estadual n. 15, de 14 de setembro de 1891, criou a Comarca de Pedra, sendo instalada em 21 de abril de 1894 pelo Juiz Instalador José Felipe Nery da Silva Filho.

A Comarca foi extinta pela Lei n. 1.228, de 6 de maio de 1914, passando a ser Termo da Comarca de Buíque. Em virtude do Decreto n. 305, de 1934, tornou-se Termo da Comarca de Rio Branco (hoje Arcoverde). Em 1916, foi anexada à Comarca de Pesqueira, mas foi restaurada pelo Decreto-Lei Estadual n. 132, de 6 de junho de 1922.

Voltou a ser termo judiciário da Comarca de Pesqueira por disposição do Decreto-Lei n. 2.089, de 18 de agosto de 1930, sendo restaurada pelo Decreto-Lei n. 629, de 17 de junho de 1941. O fórum da Comarca foi inaugurado em 27 de outubro de 2005.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Pedra, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Venturosa.

Justiça Eleitoral

Pedra é sede da 58ª Zona Eleitoral, composta por 58 seções e 19.019 eleitores. Atualmente, tem como Juiz Eleitoral Caio Neto de Jomael Oliveira Freire.

Juízes que atuaram na Comarca

1894 – José Felipe Nery da Silva Filho
1944 – Adaucto Correia de Araújo
1947 – Clóvis Ferreira de Lima
1948 – Rubem Benvindo Ferreira Costa
1950 – João David Silva Filho
1950 – José Cavalcanti Padilha
1954 – Benedito Sitônio
1962 – Leduar Monteiro Cavalcanti de Albuquerque
1966 – Sebastião Romildo Vale de Oliveira
1968 – Antônio de Pádua Couto Caraciolo
1974 – Antônio de Barros Silva
1975 – João de Oliveira
1975 – Marcílio de Sampaio Carvalho
1975 – Emmanuel Santos Júnior
1981 – Adalberto de Oliveira Melo
1983 – Eurico Lopes de Andrade Bitu
1990 – Andreya Crhisthiany Lins Gomes da Costa
1991 – Ricardo de Oliveira Paes Barreto

1992 – Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas
1992 – Cristóvão Tenório de Almeida
1993 – Saulo Sebastião de Oliveira Freire
1994 – Marco Aurélio Mendonça de Araújo
1998 – José Ronemberg Travassos da Silva
1998 – Maria do Rosário Monteiro Pimentel de Souza
2000 – Carlos Gean Alves dos Santos
2000 – Clélio Farias Guerra
2001 – **Caio Neto de Jomael Oliveira Freire (atual)**
2001 – Cláudio Márcio Pereira de Lima
2004 – Juliana Moreira Maciel
2006 – Draulternani Melo Pantaleão
2007 – Adriana Karla Souza Mendonça de Oliveira
2011 – Roberta Barcala Baptista Coutinho
2012 – Evandro de Melo Cabral
2013 – Rafael Medeiros Antunes Ferreira
2015 – Izabel de Souza Oliveira
2017 – Leandro Souto Maior Muniz de Albuquerque
2018 – Patrick de Melo Gariolli
2018 – Thiago Pacheco Cavalcanti
2019 – João Eduardo Ventura Bernardo
2019 – João Paulo Barbosa Lima
2020 – Marcus Vinícius Menezes de Souza

Informações geográficas

Pedra está situada a 593 m de altitude. Dista 255 km do Recife. Tem 921 km² de área territorial e população com 22.617 habitantes.

Está dividida administrativamente entre os Distritos Sede, Horizonte Alegre, Poço do Boi, São Pedro do Cordeiro e Santo Antônio.

Filhos ilustres na magistratura

Os Desembargadores Sebastião RomildoVale de Oliveira e Leduar Monteiro Cavalcanti de Albuquerque e os Juízes Júlio Olney Godoy e Nehemias de Moura Tenório nasceram no Município de Pedra.

Feriados oficiais locais

6 de janeiro – Dia de Reis
13 de maio – Dia da instalação da Câmara Municipal
4 de junho – Dia do Vaqueiro da Pedra/PE
17 de agosto – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Arthur Tenório Lima

Rua João Galindo, s/n – Centro – Pedra/PE – CEP: 55.280-000

Pesqueira

O Município

Primitivamente, a região foi uma aldeia de índios Xucurus, pertencente à Nação dos Tapuias, estabelecidos ao sopé da Serra do Ororubá. No século XVIII já era um povoado, quando, em 1800, surgiu uma fazenda denominada Poço do Pesqueiro, ou da Pesqueira. Por Alvará de 3 de abril de 1762, esse primeiro núcleo populacional passou a denominar-se Cimbres, elevado à categoria de Vila e sede com o mesmo nome pela Carta Régia de 27 de abril de 1786.

Posteriormente, essa sede foi transferida para a Povoação de Santa Águeda de Pesqueira, por efeito da Lei Provincial n. 20, de 13 de maio de 1836. A Lei Provincial n. 966, de 25 de julho de 1870, criou o Distrito de Pesqueira. Com a Lei Estadual n. 1.484, de 20 de abril de 1880, o Distrito passou a Cidade com o nome de Santa Águeda. Em 3 de agosto de 1893, o Município foi instalado oficialmente com a denominação de Pesqueira.

A Comarca

A Comarca de Pesqueira foi criada originariamente quando Cimbres era o Distrito Sede pela Lei Provincial n. 1.057, de 7 de junho de 1872. O Juiz Instalador foi Francisco Brandão Cavalcanti.

Atualmente é de 2ª entrância, tem duas Varas Cíveis, uma Vara Criminal, criada pela Lei Complementar n. 100/2007 e instalada em 23 de setembro de 2008, um Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo e um Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC), ambos instalados em 23 de setembro de 2019.

O fórum, inaugurado em 14 de novembro de 2007, destina salas para o funcionamento da Defensoria Pública, da Justiça Eleitoral e da OAB. Já o Ministério Público possui sede própria. O Município conta ainda com a Vara da Justiça do Trabalho, que abrange os Municípios de Alagoinha, Arcoverde, Buíque, Pedra, Poção, Tupanatinga e Venturosa. No Município, também há Subseccional da OAB/PE.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Poção passa a ser agregada à Comarca de Pesqueira.

Justiça Eleitoral

Pesqueira é sede da 55ª Zona Eleitoral do Estado, que também abrange o Município de Alagoinha. A Comarca conta com, aproximadamente, 49.337 eleitores, distribuídos em 147 secções.

Juízes que atuaram na Comarca

1872 – Francisco Brandão Cavalcanti
1889 – Antônio Belchior Rodrigues Abraão
1892 – Thomaz Synésio D`Araújo Cavalcanti
1892 – Thomaz de Aquino Almeida Maciel
1893 – Antônio Freire
1893 – Raimundo Ferreira de Moraes

1896 – Antonio Valeriano Bezerra Cavalcanti
1899 – Timoleão Monteiro Leite
1907 – Adolfo Santos
1912 – Alfredo Gomes Monteiro Costa
1914 – Luis Ribeiro Ferreira da Silva
1918 – José Neves Filho
1922 – José Bezerra de Araújo Cavalcanti
1922 – Nestor dos Santos Silva
1924 – João Carlos Ribeiro Roma
1924 – Antonio Manoel de Siqueira Cavalcanti
1925 – Alfredo Zacharias dos Santos
1929 – Arthur de Santa Cruz Oliveira
1931 – Luis Tavares de Gouveia Marinho
1933 – Rafael Cavalcanti de Albuquerque
1940 – Joaquim Crispiniano Coelho Brandão
1943 – Adauto Maia
1945 – José Ferraz Ribeiro do Valle
1946 – Fausto de Oliveira Campos
1950 – Laércio Vilela Valença
1952 – Antonio França de Oliveira
1952 – Cícero Abdolônimo de Arroxelas Galvão
1955 – José Cavalcanti Padilha
1963 – André Alves de Melo
1964 – Aluiz Tenório de Brito
1964 – Ivo Isidoro de Assis
1967 – Hélio Barros de Siqueira Campos
1968 – Júlio Pereira de Almeida
1969 – Anthenor Barreto da Rocha Beleza
1974 – José Maria de Carvalho

1975 – Leonísio Lopes de Almeida
1981 – Ítalo José de Miranda Fonseca
1981 – Leopoldo de Arruda Raposo
1982 – Petrúcio Roberto Tobias Granja
1984 – Pedro Coutinho de Almeida
1990 – Maria de Fátima Guimarães Leite de Almeida
1990 – Vladimir Alves e Silva
1991 – Ricardo de Oliveira Paes Barreto
1993 – Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho
1993 – Ângela Cristina Norões Lins
1995 – Francisco Rodrigues da Silva
1995 – Abner Apolinário da Silva
1995 – João Ismael do Nascimento Filho
1997 – Alípio Carvalho Filho
1998 – José Ronemberg Travassos da Silva
1999 – Sílvia Maria de Lima Oliveira
1999 – Carlos Damião Pessoa Costa Lessa
2000 – Nehemias de Moura Tenório
2002 – Carlos Gean Alves dos Santos
2003 – Marília Falcone Gomes Lócio
2003 – André Carneiro de Albuquerque Santana
2009 – Roberta Barcala Baptista Coutinho
2009 – Francisco Assis de Morais Júnior
2011 – Evandro de Melo Cabral
2011 – Jorge Eduardo de Melo Sotero
2012 – Djaci Salustiano de Lima
2014 – Rafael Medeiros Antunes Ferreira
2014 – Thiago Fernandes Cintra
2014 – Caio Neto de Jomael de Oliveira Freire

2015 – Mônica Wanderley Cavalcanti Magalhães
2015 – Draulternani Melo Pantaleão
2015 – Felipe José Dias Martins da Rosa e Silva
2016 – **Marcos Antônio Tenório (atual – 1ª Vara Cível)**
2016 – Eurico Brandão de Barros Correia
2016 – Izabel de Souza Oliveira
2017 – **Leon Elias Nogueira Barbosa (atual – Vara Criminal e CEJUSC)**
2018 – **Isabella Ferraz Barros de Albuquerque Oliveira (atual – 2ª Vara Cível e Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo)**
2019 – João Paulo Barbosa Lima
2020 – João Eduardo Ventura Bernardo

Informações geográficas

A Cidade dista da capital 213 km, tem 654 m de altitude, com 980 km² de área. O Município é constituído pelos Distritos Sede, Cimbres, Mutuca, Papagaio, Salobro, Mimoso e pelos Povoados Ipanema, Beira Mar, Cacimbão e Cajueiro. A população é de, aproximadamente, 67.735 habitantes.

O Município está situado na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Vale do Ipojuca.

Filhos ilustres na magistratura

É natural de Pesqueira o Desembargador Augusto de Souza Duque, que foi Presidente do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral por duas gestões e Corregedor Geral da Justiça, tendo, inclusive, doado o terreno para a instalação do antigo fórum.

Igualmente, nasceram em Pesqueira os magistrados: Desembargador Waldemir Oliveira Lins, que foi Presidente do Tribunal de Justiça por duas vezes; Desembargador Fausto Valença de Freitas, que também presidiu o Tribunal, Gustavo Valença Genú, Francisco de Assis Galindo de Oliveira e Nilbson Rogério da Silva Galindo.

Feriados oficiais locais

5 de fevereiro – Dia da Padroeira Santa Águeda
20 de abril – Dia da Emancipação Política

Fórum Sérgio Higino Dias dos Santos

Largo Bernardo Vieira, s/n – Bairro da Estação – Pesqueira/PE – CEP: 55.200-000

Petrolândia

O Município

O Povoado de Jatobá foi elevado à categoria de Vila pela Lei Provincial n. 1.885, de 1º de maio de 1887. A Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909, elevou Jatobá à categoria de Cidade. Em dezembro de 1926, a Lei Estadual n. 1.830 rebaixou o Município de Jatobá para Distrito de Tacaratu. A Vila de Jatobá de Tacaratu passou a denominar-se Itaparica pela Lei Estadual n. 12, de 11 de setembro de 1935. Itaparica foi elevado a Município pelo Decreto--Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938, e o Município foi instalado em 1º de janeiro de 1939.

Pelo Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, Itaparica passou a denominar-se Petrolândia.

A Comarca

Pelo Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, quando Itaparica passou a denominar-se Petrolândia, foi criada a respectiva Comarca, desmembrada da Comarca de Floresta, tendo como primeiro Juiz Antônio Correia de Araújo.

A Comarca é de 1ª entrância e possui duas varas, tendo sido a 2ª Vara instalada em 11 de outubro de 2013, criada pela Lei Complementar n. 100/2007. A Justiça Eleitoral, o Ministério Público e a

Defensoria Pública têm sedes próprias. Há Subseccional da OAB/PE na Cidade.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Tacaratu passa a ser agregada à Comarca de Petrolândia.

Juízes que atuaram na Comarca

1943 – Antônio Correia de Araújo
1945 – Otílio Guedes de Freitas Montenegro
1948 – Geraldo Magela Dantas Campos
1950 – Hélio Cavalcanti Pina
1952 – Carlos Alberto Pedroza Marinho
1955 – Nelson Lopes Ribeiro Lima
1960 – Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho
1962 – José Ferreira Lima
1966 – José Carneiro de Farias Souza
1966 – Gilberto da Silva
1967 – Jurandir Soriano de Sá
1980 – Dâmocles Virgilio do Amaral
1981 – Clodoaldo Bezerra de Souza e Silva
1982 – Ronaldo Barros Notaro
1983 – José Carlos Patriota Malta
1985 – José Pereira Lemos
1989 – Vladimir Alves e Silva
1990 – José Nunes Siqueira
1990 – Dorgival Soares de Souza
1990 – Cristóvão Tenório de Almeida
1991 – Fernando Sabino Cordeiro

1992 – Evanildo Coelho de Araújo Filho
1993 – Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
1994 – Abdon Máximo Neto
1994 – Anamaria de Farias Borba
1995 – Heraldo José dos Santos
1997 – Luiz Sérgio Silveira Cerqueira
1997 – José Marcelon Luiz e Silva
1998 – Hydia Virgínia Christino de Landim Farias
2000 – Isabelle Moitinho Pinto
2000 – Edilson Rodrigues Moura
2001 – Maria Segunda Gomes de Lima
2003 – Maurício Santos Gusmão Júnior
2003 – José Francisco Almeida Filho
2005 – Eunice Maria Batista Prado
2007 – Carlos Eduardo das Neves Mathias
2007 – Marcos Garcez de Menezes Junior
2011 – Ivanhoé Holanda Félix
2012 – Elias Soares da Silva
2013 – Marcus César Sarmento Gadelha
2014 – Raquel Barofaldi Bueno
2015 – Adriano da Silva Araújo
2016 – Leon Elias Nogueira Barbosa
2016 – Carlos Fernando Arias
2016 – Gabriel Augusto Amario de Castro Pinto
2017 – Altamir Cléreb de Vasconcelos Santos
2017 – Altino Conceição da Silva
2017 – Osvaldo Teles Lobo Júnior
2018 – Frederico Ataíde Barbosa Damato
2018 – Gustavo Silva Hora

2019 – **Daladiê Duarte Souza (atual – 1ª e 2ª Vara)**
2019 – Catarina de Almeida Pontes de Miranda

Justiça Eleitoral

Atualmente, a Comarca de Petrolândia é sede da 70ª Zona Eleitoral, tendo Jatobá como Termo, com 87 seções e 24.674 eleitores. Tem como Juiz Eleitoral Daladiê Duarte Souza.

Informações geográficas

Petrolândia tem 282 m de altitude, distando 461 km do Recife. Detém 1.056 km² de superfície onde vivem 36.901 habitantes. Está situada na Mesorregião do São Francisco pernambucano e na Microrregião de Itaparica. Administrativamente é formada pelo Distrito Sede e pelo Povoado Agrovilas.

Feriados oficiais locais

6 de março – Dia da mudança da sede do Município
1º de julho – Emancipação Política
4 de outubro – Dia do Padroeiro São Francisco de Assis

Fórum Prof. José da Costa Porto

Avenida dos Três Poderes, n. 75 – Centro – Petrolândia/PE – CEP: 56.460-000

Termo Judiciário

Jatobá

O Distrito de Jatobá foi criado pela Lei Municipal n. 645, de 1º de junho de 1990. A Lei Estadual n. 11.256, de 28 de setembro de 1995, criou o Município de Jatobá desmembrado de Petrolândia. Foi instalado em 1º de janeiro de 1997. A Cidade fica situada a 297 m de altitude, distando da capital 460 km, com 277 km² de área. Tem os Distritos Sede e Volta do Moxotó, onde vive uma população de 14.850 habitantes. Está situado na Microrregião de Itaparica e Mesorregião do São Francisco pernambucano.

Jatobá integra a 89ª Zona Eleitoral, com sede em Tacaratu, e conta com 10.337 eleitores, inscritos em 34 seções. Marina Bandeira Araújo Barbosa Lima é a atual Juíza Eleitoral.

Petrolina

O Município

Petrolina foi elevada à categoria de Vila pela Lei Provincial n. 530, de 7 de junho de 1862. A Lei Provincial n. 601, de 13 de maio de 1864, extingue a Vila. A Lei Provincial n. 921, de 18 de maio de 1870, restaurou a Vila de Petrolina, instalada em 24 de outubro do mesmo ano.

O Município foi criado pela a Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892. Foi elevado à condição de Cidade com a denominação de Petrolina pela Lei Estadual n. 130, de 3 de julho de 1895, e instalada em 21 de setembro de 1895.

A Comarca

A Lei n. 1.444, de 5 de junho de 1878, criou a Comarca de Petrolina, instalada em 1º de outubro de 1881 pelo Juiz Instalador Manoel Barreto Dantas. A Comarca foi elevada à 2ª entrância pela Lei n. 4.386, de 18 de abril de 1962.

A Defensoria Pública e o Ministério Público funcionam em prédios próprios. A Justiça do Trabalho tem sede na Comarca, sendo composta por três varas. Há, em Petrolina, Subseccional da OAB/PE.

Novas unidades judiciárias

1ª Vara de Família e Registro Civil e Juizado Especial Criminal – instalados em 10 de maio de 2013 (Lei Complementar n. 100/2007).

2ª Vara de Família e Registro Civil (Lei Complementar n. 100/2007) e *4ª Vara Regional de Execução Penal* (Lei Complementar n. 237/2013) – instaladas em 5 de dezembro de 2013.

Vara do Tribunal do Júri – instalada em 4 de maio de 2012 (Lei Complementar n. 100/2007).

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) – instalado em 4 de abril de 2014, primeiramente como a Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem e depois transformada em CEJUSC pela Lei Complementar n. 353, de 23 de março de 2017.

Central de Agilização Processual – instalada em 19 de novembro de 2015 (Lei Complementar n. 279/2014).

Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Lei Complementar n. 100/2007, com a redação da Lei Complementar n. 298/2015) e 2ª Juizado Especial Cível (Lei Complementar n. 100/2007, com a redação da Lei Complementar n. 310/2015) – instalados em 2 de fevereiro de 2016.

Justiça Eleitoral

Petrolina compreende três zonas eleitorais: a 83ª Zona com 70.874 eleitores, que tem como Juíza Eleitoral Elane Brandão Ribeiro; a 144ª Zona com 67.927 eleitores, sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral Francisco Josafá Moreira; e a 145ª Zona com 71.558 eleitores, tendo como Juiz Eleitoral Carlos Fernando Arias.

Juízes que atuaram na Comarca

1881 – Manoel Barreto Dantas
1905 – José Francisco Ramos
1910 – Francisco Febrônio de Sousa
1911 – Emygdio Ferreira Padilha
1911 – Francisco Fernandes Coelho
1911 – Manoel Clementino de Souza Coêlho
1914 – Francisco Nunes de Barros
1914 – Paulino Ferreira Padilha
1914 – Juscelino Nunes Fernandes
1915 – Felippe Benício da Fonseca Galvão
1915 – Severino Alves Leite
1917 – Juvêncio Rodrigues Coelho
1917 – Antônio Seixas Salles Filho
1919 – Febrônio Martins de Souza
1920 – Cláudio da Cunha Cavalcanti
1929 – José Thomaz de Medeiros Correia
1931 – Oscar Rodrigues dos Anjos
1931 – José Lino de Andrade
1931 – Edmundo Jordão de Vasconcelos
1932 – Júlio José Bezerra
1935 – Vulpiano Tancredo Rodrigues Machado
1935 – Agripino Ferreira da Nóbrega
1942 – Pedro Martiniano Lins
1945 – Humberto da Costa Soares
1945 – Antônio Viana de Siqueira
1948 – José Lopes de Oliveira
1949 – José Coelho Brandão
1949 – Marcelino Santana

1950 – Moacyr da Costa Gomes
1952 – José Higino Ribeiro Campos
1952 – Nelson Fialho dos Reis
1953 – Heraldo Coelho Paixão
1954 – Edson Policarpo de Lima
1955 – Possídio do Nascimento Coelho
1958 – Luiz dos Santos Ribeiro
1960 – Aurino Machado de Souza
1962 – Álvaro Pereira de Oliveira
1967 – Ítalo José de Miranda Fonseca
1970 – José Maria de Carvalho
1971 – Antônio Pessôa Leite
1973 – José de Ribamar Teles de Araújo
1973 – Pedro Fernandes de Oliveira
1974 – José Fernandes Mendonça de Sousa
1976 – José Agripino e Silva
1977 – José Alencar Dias da Costa Araújo
1979 – Eloy D'Almeida Lins
1982 – José Gentil Pessoa Bezerra
1982 – Antenor Cardoso Soares Júnior
1983 – Josias Horácio da Silva
1985 – Milton José Neves
1985 – Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
1986 – Jovaldo Nunes Gomes
1986 – Bartolomeu Bueno de Freitas Morais
1987 – Roberto da Silva Maia
1987 – Max Medeiros
1987 – Jackson Borges de Araújo
1987 – José Valdmir de Oliveira Chaves

1989 – Antônio de Vasconcelos Silva
1990 – Ruy Trezena Patu Júnior
1990 – Solon Otávio de França
1991 – Andreya Christhiany Lins Gomes da Costa
1991 – Luiz Cavalcanti Filho
1991 – João Batista Lustosa da Costa
1992 – Jorge Américo Pereira de Lira
1993 – Agnaldo da Silveira Filho
1994 – Emanuel Bonfim Carvalho Amaral Filho
1994 – Marcos Franco Bacelar
1994 – José Renato Bizerra
1995 – Cícero Bittencourt de Magalhães
1995 – Frederico José Torres Galindo
1995 – Romão Ulisses Sampaio
1995 – Cátia Luciene Laranjeira de Sá Sampaio
1998 – Francisco Josafá Moreira
1999 – Luis Correia da Silva
1999 – Ricarda Maria Guedes Alcoforado
1999 – José Milton Bispo
1999 – Cícero Everaldo Ferreira Silva
2000 – Carla Adriana de Assis Silva Araújo
2003 – Haroldo Carneiro Leão Sobrinho
2003 – Iure Pedroza Menezes
2003 – Luciana Tavares de Menezes
2003 – Edmilson Cruz Júnior
2004 – Jefferson Félix de Melo
2005 – Maria Eliane Cabral Campos Carvalho
2006 – Edilson Rodrigues Moura
2006 – Juçara Leila do Rêgo Figueiredo

2006 – Josilton Antônio Silva Reis
2006 – Anna Paula Coutinho
2006 – José Renato Bizerra
2006 – Marcos Franco Bacelar
2006 – Ângela Mesquita de Borba Maranhão
2009 – Rafael Cavalcanti Lemos
2013 – Sydnei Alves Daniel
2013 – Paulo de Tarso Duarte Menezes
2014 – Pedro Fernandes Alonso Alves Pereira
2015 – Elane Brandão Ribeiro
2015 – Elder Muniz de Carvalho de Souza
2016 – Carlos Fernando Arias
2016 – João Alexandrino de Macêdo Neto
2017 – Larissa da Costa Barreto
2017 – Thiego Dias Marinho
2017 – Vallerie Maia Esmeraldo de Oliveira
2018 – Gabriel Augusto Amario de Castro Pinto
2018 – Elisama de Sousa Alves
2018 – Frederico Ataíde Barbosa Damato
2019 – Rodrigo Almeida Leal

Organização Judiciária Atual

1ª Vara Cível – Vallerie Maia Esmeraldo de Oliveira
2ª Vara Cível – Francisco Josafá Moreira
3ª Vara Cível – Carlos Fernando Arias
4ª Vara Cível – Carla Adriana de Assis Silva Araújo
5ª Vara Cível – Larissa da Costa Barreto
1ª Vara de Família e Registro Civil – Iure Pedroza Menezes

2ª Vara de Família e Registro Civil – Juçara Leila do Rêgo Figueiredo
1ª Vara Criminal – Gabriel Augusto Amario de Castro Pinto e Elisama de Sousa Alves
2ª Vara Criminal – Elder Muniz de Carvalho de Souza
Vara do Tribunal do Júri – Elane Brandão Ribeiro
Vara da Fazenda Pública – João Alexandrino de Macêdo Neto e Sydnei Alves Daniel
Vara Regional da Infância e Juventude e CEJUSC – Marcos Franco Bacelar
4ª Vara Regional de Execução Penal – Cícero Everaldo Ferreira Silva
1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Thiego Dias Marinho
2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Josilton Antônio Silva Reis
3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Sydnei Alves Daniel
Juizado Especial Criminal – Paulo de Tarso Duarte Menezes
Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Sydnei Alves Daniel

Informações geográficas

Petrolina está situada no Vale do São Francisco, distando 722 km da capital. Possui 4.558 km² de área territorial e população de 349.145 habitantes. Está dividida administrativamente entre os Distritos Sede, Rajada, Cristália e Curral Queimado.

Filhos ilustres na magistratura

Nasceram em Petrolina os Juízes Francisco Josafá Moreira e Elder Muniz de Carvalho Souza.

Feriados oficiais locais

15 de agosto – Dia da Padroeira Nossa Senhora Rainha dos Anjos

21 de setembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Doutor Manoel de Souza Filho

Praça Santos Dummont, s/n – Centro – Petrolina/PE – CEP: 56.300-000

Poção

O Município

O Distrito de Poção foi criado pela Lei Provincial n. 1.230, de 24 de abril de 1876, e subordinado ao Município de Cimbres (atual Pesqueira), pela Lei Municipal de 4 de março de 1893. Foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual n. 1.819, de 30 de dezembro de 1953, desmembrado de Pesqueira, sendo instalado em 22 de maio de 1954.

A Comarca

A Lei Estadual n. 1.818, de 29 de dezembro de 1953, criou a Comarca de Poção, instalada em 22 de maio de 1954, pelo Juiz Instalador Aluísio de Melo Ventura.

Foi extinta pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, quando passou a ser Termo da Comarca de Pesqueira. Foi restaurada pela Lei Estadual n. 7.503, de 18 de novembro de 1977.

No ano de 1998, a Corte Especial do Tribunal de Justiça determinou a desativação da Comarca de Poção, designando, para presidir os trabalhos, o Juiz Francisco Rodrigues da Silva, pelos Atos n. 2.161/98 e 141/99, ambos do Desembargador Presidente Etério Galvão. A Comarca foi desativada em 5 de fevereiro de 1999, passando

a Termo de Pesqueira, conforme ata publicada em 4 de março de 1999.

Em sessão realizada no dia 1º de setembro de 2000, o Tribunal Pleno determinou a reativação da Comarca, que foi reinstalada em 11 de outubro de 2001, pelo Juiz Nehemias de Moura Tenório, designado pelo Ato n. 1.360/2001, do Presidente Desembargador Nildo Nery dos Santos.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Poção, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Pesqueira.

Justiça Eleitoral

A Comarca de Poção integra a 55ª Zona Eleitoral, com sede em Pesqueira, e é composta por 29 seções e 10.124 eleitores cadastrados. Tem como Juiz Eleitoral Marcos Antônio Tenório.

Juízes que atuaram na Comarca

1954 – Aluísio de Melo Xavier
1955 – Ivo Isidoro de Assis
1959 – José Foerster
1964 – Aluiz Tenório de Brito
1966 – Leonísio Lopes de Almeida
1967 – Júlio Pereira de Almeida
1982 – Petrúcio Roberto Tobias Granja
1982 – Marcelo Márcio Cardoso de Souza
1983 – Antônio Medeiros de Souza
1984 – Pedro Coutinho de Almeida
1985 – Alcides Déricles Caminha

1985 – José Malta de Sá Júnior
1989 – Rinaldo Adilson de Souza
1989 – Maria de Fátima Guimarães Leite
1991 – Ricardo de Oliveira Paes Barreto
1992 – Ricardo Brito Albuquerque Pontes Freitas
1992 – Ângela Cristina de Norões Lins Cavalcanti
1994 – João Ismael do Nascimento Filho
1997 – Alípio de Carvalho Filho
1998 – José de Andrade Saraiva Filho
2000 – Nehemias de Moura Tenório
2002 – Feliciano da Silva Nilo
2003 – Lara Correa Gamboa da Silva
2003 – Marília Falcone Gomes Lócio
2003 – André Carneiro de Albuquerque Santana
2003 – Roberta Vasconcelos Franco Rafael Nogueira
2005 – Jorge Eduardo de Melo Sotero
2006 – Adriana Karla Souza Mendonça de Oliveira
2006 – Roberta Barcala Baptista Coutinho
2007 – **Draulternani Melo Pantaleão (atual)**
2013 – Francisco Assis de Morais Júnior
2013 – Moacir Ribeiro da Silva Junior
2014 – Gleydson Gleber Bento Alves de Lima Pinheiro
2015 – Felipe José Dias Martins da Rosa e Silva
2015 – Rafael Sindoni Feliciano
2016 – Douglas José da Silva
2017 – Cristiano Henrique de Freitas Araújo
2017 – Juliana Rodrigues Barbosa
2017 – Marcos Antônio Tenório
2018 – Leandro Souto Maior Muniz de Albuquerque

2018 – Isabella Ferraz Barros de Albuquerque Oliveira
2019 – Thiago Pacheco Cavalcanti

Informações geográficas

Situa-se a 1.000 m de altitude, dista 240 km do Recife. Tem 200 km² de área territorial dividida administrativamente entre os Distritos Sede e Pão de Açúcar de Poção. Sua população é composta por 11.302 habitantes. Localiza-se na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Vale do Ipojuca.

Feriados oficiais locais

15 de setembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora das Dores
13 de novembro – Homenagem ao Frei Henrique Broker
29 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Doutor Aluízio de Melo Xavier

Rua Frei Bernardo Scheneider, s/n – Alto da Bela Vista – Poção/PE – CEP: 55.240-000

Pombos

O Município

Em 8 de julho de 1833, a Câmara Municipal de Santo Antão transformou o Povoado de São João dos Pombos na sede do terceiro distrito daquela Cidade. Com a Lei Municipal n. 168, de 15 de junho de 1908, foi criado o Distrito de Pombos, vinculado ao Município de Vitória de Santo Antão.

Pombos conquistou sua independência política e foi elevado à categoria de Município por meio da Lei Estadual n. 4.989, de 20 de dezembro de 1963, sendo instalado em 22 de fevereiro de 1964.

A Comarca

Com a Lei Estadual n. 10.391, de 18 de dezembro de 1989, foi criada a Comarca de Pombos, instalada em 27 de janeiro de 2006, conforme Ato da Presidência do TJPE n. 149, sendo designada como Juíza Instaladora Raquel Toledo Fernandes Raposo.

Atualmente, a Comarca de Pombos é de 1ª entrância e possui vara única. A Defensoria Pública, o Ministério Público e a OAB funcionam nas instalações do fórum.

Justiça Eleitoral

Pombos é termo de Vitória de Santo Antão e compõe a 102ª Zona Eleitoral, contando com 65 seções e 18.423 eleitores, sob a responsabilidade da Juíza Maria Betânia Martins da Hora Rocha.

Juízes que atuaram na Comarca

2006 – Marylúsia Pereira Feitosa de Araújo
2006 – Raquel Toledo Fernandes Raposo
2007 – Luiz Carlos Vieira de Figueiredo
2007 – Tomás de Aquino Pereira de Araújo
2010 – Fernando Jorge Ribeiro Raposo
2012 – Laura Amélia Moreira Brennand Simões
2012 – Severiano de Lemos Antunes Júnior
2013 – Patrícia Caiaffo de Freitas Arroxelas Galvão
2015 – Malu Marinho Sette
2015 – Rafael Souza Cardozo
2015 – Ígor da Silva Rêgo
2015 – Uraquitan José dos Santos
2016 – Flávia Fabiane Nascimento Figueira
2017 – Brenda Azevedo Paes Barreto Teixeira
2017 – Rodrigo Fonseca Lins de Oliveira
2018 – Maria Betânia Martins da Hora Rocha
2019 – **Ricardo Guimarães Luiz Ennes (atual)**

Informações geográficas

A Cidade de Pombos fica a 208 m de altitude, distando 59 km da capital. Tem 239 km² de área dividida em 3 distritos: Sede, Dois Leões e Nossa Senhora do Carmo. Detém população de, aproxima-

damente, 27.148 habitantes. O Município está situado na Mesorregião da Mata pernambucana e na Microrregião de Vitória de Santo Antão.

Feriados oficiais locais

18 de janeiro – Dia da Padroeira Nossa Senhora dos Impossíveis
11 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Ronaldo de Barros Notaro

Rua I, s/n – Loteamento Capitão Manoel Gomes de Assunção – Pombos/PE – CEP: 55.630-000

Primavera

O Município

O Distrito de Primavera foi criado pela Lei Municipal n. 19, de 27 de novembro de 1913, integrado ao território do Município de Amaraji. Pela Lei Estadual n. 4.984, de 20 de dezembro de 1963, foi criado o Município de Primavera. A instalação ocorreu em 2 de março de 1964.

A Comarca

A Comarca de Primavera foi criada pela Lei Estadual n. 10.391, de 18 de dezembro de 1989. A Lei n. 10.629, de 18 de outubro de 1991, confirma Primavera entre as Comarcas de 1ª entrância. A Portaria n. 179/92 designou o dia 27 de março de 1992 para a instalação da Comarca, tendo como instalador o Juiz de Direito Adeildo Nunes. Foi desativada pelo Ato n. 2.157, de 23 de dezembro de 1998, assinado pelo então Presidente do Tribunal de Justiça Etério Ramos Galvão, que designou Janduhy Finizola da Cunha Filho, Juiz Substituto, para presidir os trabalhos de desativação da Comarca, ficando a mesma anexada a Amaraji. Foi, mais uma vez, ativada por autorização do Tribunal Pleno, sendo reinstalada em 25 de abril de 2001, conforme o Ato n. 524, de 17 de abril de 2001, em

que foi designada a Juíza Ricarda Maria Guedes Alcoforado para presidir os trabalhos.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Primavera, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Amaraji.

Justiça Eleitoral

Primavera é vinculada à 31ª Zona Eleitoral, com sede em Amaraji, e conta com 30 seções e 11.630 eleitores cadastrados. Tem como Juíza Eleitoral Izabel de Souza Oliveira.

Juízes que atuaram na Comarca

1992 – Adeildo Nunes
1993 – Dorgival Soares de Souza
1994 – Paulo Onofre de Araújo
1995 – Cláudio Américo de Miranda Junior
1996 – Auziênio de Carvalho Cavalcanti
1997 – Wagner Ramalho Procópio
1998 – Janduhy Finizola da Cunha Filho
2001 – Ricarda Maria Guedes Alcoforado
2001 – Adilson Agrícola Nunes
2001 – Sílvia Maria de Lima Oliveira
2003 – Climério Gutemberg Silva de Oliveira
2003 – Paulo Francisco da Costa
2004 – Ildete Veríssimo da Silva
2011 – Hugo Vinícius Castro Jiménez
2013 – Hugo Bezerra de Oliveira
2013 – Arnaldo Spera Ferreira Júnior

2013 – Márcio Araújo dos Santos
2015 – Fabiana Moraes Silva
2017 – Rafael Carlos de Morais
2018 – **Izabel de Souza Oliveira (atual)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 74 km do Recife e apresenta uma altitude de 129 m. Tem uma extensão territorial de 113 km² composta pela Sede e o Povoado Pedra Branca, onde vive uma população de 14.966 habitantes. Compõe a Microrregião da Mata Meridional e a Mesorregião da Mata pernambucana.

Feriados oficiais locais

13 de junho – Dia do Padroeiro Santo Antônio
2ª segunda-feira de novembro – Festa do Padroeiro
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição
20 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Professor Antônio Vicente de Andrade Bezerra

Rua Capitão Lima Ribeiro, n. 249 – Centro – Primavera/PE – CEP: 55.510-000

QUIPAPÁ

O MUNICÍPIO

O Povoado de Quipapá, cuja edificação teve início em 1820, com a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Quipapá, foi elevado a freguesia pela Lei Provincial n. 432, de 23 de junho de 1857. A freguesia foi extinta pela Lei n. 508, de 29 de maio de 1861, e restaurada pela Lei n. 701, de 2 de junho de 1866.

Com a Lei n. 919, de 18 de maio de 1870, as Freguesias de Panelas e Quipapá desmembraram-se de Caruaru e São Bento, formando outro município.

Quipapá foi elevada à categoria de Vila pela Lei Provincial n. 1.402, de 2 de maio de 1879, sendo desmembrada de Panelas.

Em 31 de dezembro de 1892, Quipapá foi constituído município autônomo, com base na Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

Pela Lei Estadual n. 432, em 19 de maio de 1900, o Município de Quipapá foi elevado à categoria de Cidade.

A COMARCA

Até a Lei n. 919, de 18 de maio de 1870, Quipapá era termo da Vila de São Bento do Una, pertencente a Caruaru. Durante o período de 1871 até 1873, foi termo da Vila de Panelas.

A Lei Provincial n. 1.093, de 24 de maio de 1873, criou a Comarca de Panelas, da qual Quipapá passou a ser Termo Judiciário.

Pela Portaria de 5 de março de 1890, Quipapá passou a ser sede da Comarca, tendo Panelas por Termo.

A Portaria, de 8 de abril de 1894, conferiu autonomia judiciária a Quipapá e Panelas.

A Comarca de Quipapá foi desativada e, posteriormente, restaurada pela Lei n. 1.228, de 6 de maio de 1914.

Atualmente, é Comarca de 1ª entrância e vara única.

O atual fórum da Comarca foi inaugurado em 25 de novembro de 2015. Nas instalações, funcionam a Justiça Eleitoral, o Ministério Público e a OAB.

Justiça Eleitoral

Quipapá sedia a 47ª Zona Eleitoral, distribuída em 79 seções, com 17.942 eleitores. Atualmente, tem como Juiz Eleitoral Francisco Jorge de Figueiredo Alves.

Juízes que atuaram na Comarca

1906 – Raymundo Miranda de Souza Villaça
1912 – Manoel Gomes Leal
1918 – João Barroso de Mello
1914 – José Vieira Rabello
1923 – Miguel de Souza Leão
1929 – Antônio Andrade Lima
1931 – Lauro Dornellas Câmara
1931 – Arnulpho Lins e Silva
1931 – José de Vasconcelos Valadares

1934 – Moacir Carneiro Campelo
1935 – Joaquim Crispiniano Coelho Brandão
1940 – Severino Alves Leite
1941 – Manoel Rodrigues Porto Filho
1945 – Caeté de Medeiros
1948 – Paulo de Sá Pereira
1951 – Cláudio da Cunha Cavalcanti
1952 – Carlos Cavalcanti de Almeida
1953 – Antônio Correia de Araújo
1963 – Onofre de Barros
1963 – José de Abreu Santos
1964 – Carlos Xavier de Paz Barreto Sobrinho
1964 – Benedito Sitônio
1965 – Nildo Nery dos Santos
1967 – Enéas Bezerra Barros
1968 – Dilnae Pinheiro Silveira Borba
1967 – Rilton Rodrigues da Silva
1969 – Ozael Rodrigues Veloso
1978 – Sócrates Otávio de França e Silva
1978 – Arlindo de Barros Correia
1981 – José Nunes Costa
1984 – Antônio Medeiros de Souza
1985 – Carlos Alberto Maranhão de Oliveira
1985 – Celmilo José Evangelista Gusmão
1987 – Évio Marques da Silva
1987 – Nilvan Alves Macena
1989 – José Severino Barbosa
1993 – Adjar Francisco de Assis Júnior
1992 – Severino Tenório Pinto

1994 – Luiz Gomes da Rocha Neto
1995 – Edson José de Andrade Coutinho
1998 – Djaci Salustiano de Lima
2000 **– Francisco Jorge de Figueiredo Alves (atual)**
2001 – José Milton Bispo
2003 – Aline Cardoso dos Santos
2005 – Adriana Brandão de Barros Correia
2005 – Luiz Mário Moscoso de Miranda
2007 – Enrico Duarte da Costa Oliveira
2007 – Carlos Fernando Carneiro Valença Filho
2007 – Zélia Maria Pereira de Melo
2008 – Evani Estêvão de Barros
2008 – Helenita Ramos Silva
2012 – Hydia Virgínia Christino Landim Farias
2012 – Eduardo José Loureiro Burichel
2015 – Marcelo Góes de Vasconcelos
2017 – Daniel Silva Paiva
2017 – Gabriel Augusto Amario de Castro Pinto
2018 – Raphael Calixto Brasil
2019 – Enéas Oliveira da Rocha
2020 – Priscila Maria de Sá Torres Brandão

Informações geográficas

O Município de Quipapá localiza-se na Zona da Mata Sul de Pernambuco, a 177 km da capital, numa altitude aproximada de 462 m, com área de 230 km² e população de 26.037 habitantes.

Filho ilustre na magistratura

O Juiz José de Abreu Santos nasceu em Quipapá.

Feriados oficiais locais

8 de dezembro – Padroeira Nossa Senhora da Conceição
19 de maio – Dia da Emancipação Política.

Fórum Desembargador José Neves

Rua Edson de Lira Paula, s/n, Vila Canarinho – Quipapá – PE – CEP: 55.415-000

Termo Judiciário

São Benedito do Sul

O Distrito de São Benedito do Sul foi criado através da Lei Municipal n. 34, de 20 de outubro de 1899, com a denominação de São Benedito, sendo desmembrado de Quipapá. O Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, mudou a sua denominação para Iraci. A Lei Estadual n. 4.980, de 20 de dezembro de 1963, criou o município com a denominação de São Benedito do Sul, dando à sua sede a categoria de Cidade. A instalação do Município ocorreu em 13 de maio de 1964.

A Cidade fica situada a 474 m de altitude, distando da capital 172 km, com 160 km² de área, onde vive uma população de 16.069 habitantes.

Administrativamente, o Município está formado pelos Distritos Sede e Igarapeba, situado na Microrregião da Mata Meridional pernambucana e na Mesorregião da Mata pernambucana.

O Município integra a 47ª Zona Eleitoral, que tem sede em Quipapá e conta com 25 seções e 8.878 eleitores.

Recife

O Município

O Recife foi criado através de Carta Régia datada de 19 de novembro de 1709. Porém, a data cívica de sua fundação, de acordo com o art. 176 da Lei Orgânica do Município, é 12 de março de 1537.

O povoado começou por volta de 1548, ocasião em que pescadores vindos do mar se estabeleceram na estreita faixa de terra que o ligava à vizinha Olinda e se alargava para o sul.

A Vila de Olinda, então sede da capitania de Pernambuco, não possuía porto para o iniciante comércio marítimo, em face das dificuldades da natureza local que impossibilitavam o tráfego dos navios. Por consequência, o incipiente porto do Recife, favorecido pelos arrecifes de arenito que formavam uma espécie de ancoradouro natural (daí a origem do nome da Cidade), servia para o desempenho daquela atividade comercial.

Em fevereiro de 1630, na praia de Pau Amarelo (hoje localizada no Município de Paulista), houve a grande invasão holandesa nas terras da Capitania de Pernambuco, por uma esquadra composta de 56 navios, comandada por Henry Cornell Lonk. Após os invasores holandeses ocuparem Olinda, rumaram para conquistar o

Recife. Em 1635, o governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, foi obrigado a render-se.

No dia 23 de janeiro de 1637, chega ao Recife o Conde João Maurício de Nassau, que, na qualidade de governador-geral das terras conquistadas, estabeleceu-se na Ilha de Santo Antônio, onde, em 1639, fundou a Cidade que, em sua homenagem, foi chamada Mauritzstadt (Cidade Maurícia). Em 14 de novembro de 1639, o Recife tornou-se capital do Brasil holandês, com a decisão que transferiu a Câmara de Escabinos de Olinda para a Ilha de Antônio Vaz.

Após 24 anos de ocupação, em 23 de janeiro de 1654, e depois de perderem várias batalhas, os holandeses deixaram o governo da capitania.

Passada a dominação holandesa, o Povoado do Recife experimentou um marcante desenvolvimento comercial através de seu porto, o que lhe rendeu, em 19 de novembro de 1709, por Carta Régia de Dom João V, a elevação à categoria de Vila, com a instalação do pelourinho no cais em 15 de fevereiro de 1710. Tal fato veio a acirrar a desavença com os nobres de Olinda, que já viviam às turras com os portugueses do Recife, a quem denominavam mascates. Resolveram, então, os nativistas olindenses atacar a Vila do Recife e terminaram por expulsar o governador português e ainda demolir o pelourinho, gerando o conflito chamado Guerra dos Mascates.

O mesmo episódio levou também, em 10 de novembro de 1710, o sargento-mor Bernardo Vieira de Melo a propor a instalação de uma República na capitania, através de reunião no Senado, em Olinda.

Entretanto, abortada a rebelião pelos portugueses, o pelourinho foi reerguido em 18 de novembro de 1711, e o Recife permaneceu como Vila.

Em 15 de fevereiro de 1827, o Recife foi elevado a capital da província por resolução do Conselho do Governo, confirmando uma portaria de 29 de dezembro de 1825.

Atual capital do Estado, a Cidade tem se revelado como o maior centro cultural, de serviços, de saúde e de lazer do Nordeste, além de ostentar o título de terceiro polo gastronômico do País.

A Comarca

Pelo Alvará de 30 de maio de 1815, a Vila do Recife tornou-se cabeça da Comarca de Pernambuco. Em 6 de fevereiro de 1821, um alvará com força de lei criou o Tribunal de Relação na Vila do Recife, o qual foi instalado em 13 de agosto de 1822, hoje sede do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Em 15 de fevereiro de 1827, o Recife foi elevado a capital da província por resolução do Conselho do Governo, confirmando uma portaria de 29 de dezembro de 1825. Em 20 de maio de 1833, também por resolução do Conselho do Governo, foi criada a Comarca do Recife, abrangendo os Termos Recife, Cabo, Olinda, Igarassu e Itamaracá. Posteriormente, Cabo, Olinda, Igarassu e Itamaracá tornaram-se Comarcas autônomas.

Justiça Eleitoral

Atualmente, a Comarca compreende onze zonas eleitorais, sendo: a) a 1ª,, com 106.015 eleitores, sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral José Júnior Florentino Santos Mendonça, ; b) a 2ª, com 105.393 eleitores, sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral Roberto Carneiro Pedrosa; c) a 3ª, com 106.506 eleitores, sob a responsa-

bilidade do Juiz Eleitoral Auziênio de Carvalho Cavalcanti; d) a 4ª, com 103.117 eleitores, sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral Ossamu Eber Narita; e) a 5ª, com 106.449 eleitores, sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral Robinson José de Albuquerque Lima; f) a 6ª, com 104.706 eleitores, sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral Nildo Nery dos Santos Filho; g) a 7ª, com 103.595 eleitores, sob a responsabilidade da Juíza Eleitoral Virgínia Gondim Dantas Rodrigues; h) a 8ª, com 104.244 eleitores, sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral Robinson José de Albuquerque Lima; i) a 9ª, com 104.135 eleitores, sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral João Ismael do Nascimento Filho; j) a 149ª, com 107.241 eleitores, sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral Sérgio Paulo Ribeiro da Silva e k) a 150ª, com 105.923 eleitores, sob a responsabilidade da Juíza Eleitoral Sandra de Arruda Beltrão Prado.

Novas unidades judiciárias

2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – instalada em 25 de janeiro de 2010 – Ato n. 485/2010. Criado como Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e transformado em vara pela Lei Complementar n. 209/2012.

Central de Conciliação e Mediação e Arbitragem do TJPE – instalação em 11 de maio de 2010, criada pela Lei Complementar n. 143/2009, Resolução n. 222/2007. Posteriormente transformada em Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), pela Lei Complementar n. 353/2017.

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade Maurício de Nassau e *Câmara de Conciliação, Mediação e Ar-*

bitragem da Faculdade Estácio – inauguradas em 17 de novembro de 2010.

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Universidade Católica de Pernambuco – Unicap e Instituto Nacional de Mediação e Arbitragem de Pernambuco – Inama/PE – inaugurados em 24 de maio de 2011.

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade Integrada de Pernambuco – Facipe – inaugurada em 19 de setembro de 2011.

1ª Juizado Especial da Fazenda Pública – instalado em 22 de dezembro de 2011, criado pela Resolução n. 321, de 19 de dezembro de 2011, em conformidade com a Lei Complementar n. 100/2007, com a redação determinada pela Lei Complementar n. 163, de 17 de dezembro de 2010.

9ª Vara Criminal (antiga 10ª Vara Criminal), *10ª Vara Criminal* (antiga 11ª Vara Criminal), *11ª Vara Criminal* (antiga 12ª Vara Criminal), *12ª Vara Criminal* (antiga 13ª Vara Criminal) – transformadas através da Lei Complementar n. 204, de 22 de maio de 2012.

2º Juizado Especial da Fazenda Pública – instalado em 10 de setembro de 2013, criado pela Lei Complementar n. 100/2007, alterada pela Lei Complementar n. 163 de 17 de dezembro de 2010.

Juizado Especial Cível Itinerante – Posto Avançado no Aeroporto dos Guararapes – instalado em 2 de junho de 2014, através do Ato n. 336, de 25 de abril de 2014.

Central de Agilização Processual – com jurisdição em todo o território do Recife e da Região Metropolitana – instalada em 4 de agosto de 2014 (Ato n. 586/14). Criada pelo art.180, XV, da

Lei Complementar n. 100/2007, com redação da Lei Complementar n. 297 de 13 de maio de 2014.

1ª e 2ª Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais da Capital (antigas 15ª e 16ª Varas de Família e Registro Civil) – criadas pela Lei Complementar n. 279, de 12 de maio de 2014, com a redação alterada pela Lei Complementar n. 298, de 10 de março de 2015.

25º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – instalado em 9 de setembro de 2015 – Ato 773 de 24 de agosto de 2015 que regulamentou a Lei Complementar n. 298, de 10 de março de 2015.

3º e 4º Juizados Especiais da Fazenda Pública da Capital – instalados em 15 de outubro de 2015 – Ato 1007-A/2015, criados pela Lei Complementar n. 100/2007, alterados pela Lei Complementar n. 163, de 17 de dezembro de 2010.

3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (antiga 1ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais) – instalada em 11 de dezembro de 2015. Criada pela Lei Complementar n. 100/2007, com alteração dada pela Lei Complementar n. 310 de 9 de dezembro de 2015. *Vara dos Executivos Fiscais Municipais* – instalada em 11 de dezembro de 2015. Criada pela Lei Complementar n. 100/2007, acrescida pela Lei Complementar n. 310, de 9 de dezembro de 2015, quando foi transformada a 2ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais em Vara dos Executivos Fiscais Municipais.

Central de Flagrantes – criada pela Lei Complementar n. 100/2007, com redação da Lei Complementar n. 310, de 9 de dezembro de 2015, e instalada pelo Ato n. 1.267 de 14 de dezembro de 2015.

Vara de Execução Penal – instalada em 11 de janeiro de 2016 – Ato n. 9, de 4 de janeiro de 2016.

13ª Vara Criminal A (antiga 1ª Vara de Entorpecentes A); *14ª Vara Criminal B* (antiga 1ª Vara de Entorpecentes B); *15ª Vara Criminal A* (antiga 2ª Vara de Entorpecentes A); *16ª Vara Criminal B* (antiga 2ª Vara de Entorpecentes B); *17ª Vara Criminal A* (antiga 1ª Vara de Entorpecentes A – Lei Complementar n. 204/2012, que antes era a 9ª Vara Criminal – Lei Complementar n. 100/2007); *18ª Vara Criminal B* (antiga 3ª Vara de Entorpecentes B – Lei Complementar n. 204/2012, que antes era a 9ª Vara Criminal – Lei Complementar n. 100/2007); *19ª Vara Criminal A* (antiga 4ª Vara de Entorpecentes A – Lei Complementar n. 204/2012, que antes era a 14ª Vara Criminal – Lei Complementar n. 100/2007); *20ª Vara Criminal B* (antiga 4ª Vara de Entorpecentes B – Lei Complementar n. 204/2012, que antes era a 14ª Vara Criminal – Lei Complementar n. 100/2007) – todas transformadas através da Lei Complementar n. 359, de 8 de junho de 2017.

Vara de Execução de Penas em Meio Aberto – instalada em 2 de fevereiro de 2018. Criada pela Lei Complementar n. 359, de 8 de junho de 2017.

Organização judiciária atual

A Comarca, de acordo com o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (COJE), Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007, possui atualmente a seguinte estrutura:

1ª Vara Cível – Seção A – Luiz Mário de Góes Moutinho

2ª Vara Cível – Seção A – Julio Cezar Santos da Silva

3ª Vara Cível – Seção A – Valéria Maria Santos Máximo

4ª Vara Cível – Seção A – Tomás de Aquino Pereira de Araújo
5ª Vara Cível – Seção A – Janduhy Finizola da Cunha Filho
6ª Vara Cível – Seção A – Kathya Gomes Veloso
7ª Vara Cível – Seção A – Iasmina Rocha
8ª Vara Cível – Seção A – Dilza Christine Lundgren de Barros
9ª Vara Cível – Seção A – Ailton Soares Pereira Lima
10ª Vara Cível – Seção A – Carlos Damião Pessoa Costa Lessa e Otoniel Ferreira dos Santos
11ª Vara Cível – Seção A – Luiz Sergio Silveira Cerqueira
12ª Vara Cível – Seção A – Dario Rodrigues Leite de Oliveira
13ª Vara Cível – Seção A – Mariana Vargas Cunha de Oliveira Lima e Raquel Barofaldi Bueno
14ª Vara Cível – Seção A – Virgínio Marques Carneiro Leão
15ª Vara Cível – Seção A – Luzicleide Maria Muniz Vasconcelos
16ª Vara Cível – Seção A – Marcelo Russell Wanderley
17ª Vara Cível – Seção A – Cíntia Daniela Bezerra de Albuquerque
18ª Vara Cível – Seção A – Arnaldo Spera Ferreira Júnior
19ª Vara Cível – Seção A – José Ronemberg Travassos da Silva
20ª Vara Cível – Seção A – Carlos Gonçalves de Andrade Filho
21ª Vara Cível – Seção A – Nehemias de Moura Tenório e Catarina Vila-Nova Alves de Lima
22ª Vara Cível – Seção A – Sônia Stamford Magalhães Melo
23ª Vara Cível – Seção A – Adriano Mariano de Oliveira
24ª Vara Cível – Seção A – Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho
25ª Vara Cível – Seção A – Ana Paula Lira Melo
26ª Vara Cível – Seção A – Damião Severiano de Sousa
27ª Vara Cível – Seção A – José Arnaldo Vasconcelos da Silva
28ª Vara Cível – Seção A – Adriana Cintra Coêlho

29ª Vara Cível – Seção A – Alexandre Freire Pimentel e Adriana Karla Souza Mendonça de Oliveira
30ª Vara Cível – Seção A – Emanuel Bonfim Carneiro do Amaral Filho
31ª Vara Cível – Seção A – Cátia Luciene Laranjeira de Sá Sampaio
32ª Vara Cível – Seção A – José Júnior Florentino dos Santos Mendonça
33ª Vara Cível – Seção A – Isaías Andrade Lins Neto e Karina Albuquerque Aragão Amorim
34ª Vara Cível – Seção A – Virgínia Gondim Dantas Rodrigues
1ª Vara Cível – Seção B – Cláudio Malta de Sá Barreto Sampaio
2ª Vara Cível – Seção B – Rogério Lins e Silva
3ª Vara Cível – Seção B – Julio Cezar Santos da Silva
4ª Vara Cível – Seção B – Eduardo Costa
5ª Vara Cível – Seção B – Sylvio Paz Galdino de Lima
6ª Vara Cível – Seção B – Valdereys Ferraz Torres de Oliveira
7ª Vara Cível – Seção B – Robinson José de Albuquerque Lima
8ª Vara Cível – Seção B – Rafael José de Menezes
9ª Vara Cível – Seção B – Carlos Gean Alves dos Santos
10ª Vara Cível – Seção B – Sebastião de Siqueira Souza
11ª Vara Cível – Seção B – Margarida Amélia Bento Barros e Marcus Vinícius Nonato Rabelo Torres
12ª Vara Cível – Seção B – Marcus Vinícius Nonato Rabelo Torres
13ª Vara Cível – Seção B – Clara Maria de Lima Callado
14ª Vara Cível – Seção B – Clara Maria de Lima Callado
15ª Vara Cível – Seção B – Marcus Vinícius Barbosa de Alencar Luz

16ª Vara Cível – Seção B – Fernando Jorge Ribeiro Raposo
17ª Vara Cível – Seção B – Ana Luíza Wanderley de Mesquita Saraiva Câmara e Valdereys Ferraz Torres de Oliveira
18ª Vara Cível – Seção B – Sílvio Romero Beltrão, Paulo Torres Pereira da Silva e Arnóbio Amorim Araújo Junior
19ª Vara Cível – Seção B – Jefferson Félix de Melo
20ª Vara Cível – Seção B – Sérgio Paulo Ribeiro da Silva
21ª Vara Cível – Seção B – Paulo Torres Pereira da Silva e Catarina Vila-Nova Alves de Lima
22ª Vara Cível – Seção B – Maria Cristina Souza Leão de Castro
23ª Vara Cível – Seção B – Maria Valéria Silva Santos de Melo
24ª Vara Cível – Seção B – Maria do Rosário Monteiro Pimentel de Souza
25ª Vara Cível – Seção B – André Vicente Pires Rosa
26ª Vara Cível – Seção B – José Alberto de Barros Freitas Filho e Rafael José de Menezes
27ª Vara Cível – Seção B – Ana Carolina Fernandes Paiva
28ª Vara Cível – Seção B – José Gilmar da Silva
29ª Vara Cível – Seção B – Ana Cláudia Brandão de Barros Correia Ferraz
30ª Vara Cível – Seção B – Eduardo Guilliod Maranhão e Carlos Eugênio de Castro Montenegro
31ª Vara Cível – Seção B – Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior
32ª Vara Cível – Seção B – Andréa Duarte Gomes
33ª Vara Cível – Seção B – Marcone José Fraga do Nascimento
34ª Vara Cível – Seção B – Lara Correa Gamboa da Silva
1ª Vara de Execução de Títulos Extrajudiciais – Seção A – Ricarda Maria Guedes Alcoforado

2ª Vara de Execução de Títulos Extrajudiciais – Seção A – Roberta Viana Jardim
1ª Vara de Execução de Títulos Extrajudiciais – Seção B – José Raimundo dos Santos Costa
2ª Vara de Execução de Títulos Extrajudiciais – Seção B – Frederico de Morais Tompson
1ª Vara da Fazenda Pública – José André Machado Barbosa Pinto, Breno Duarte Ribeiro de Oliveira e Haroldo Carneiro Leão Sobrinho
2ª Vara da Fazenda Pública – Jáder Marinho dos Santos
3ª Vara da Fazenda Pública – Teodomiro Noronha Cardozo
4ª Vara da Fazenda Pública – Djalma Andrelino Nogueira Júnior
5ª Vara da Fazenda Pública – Augusto Napoleão Sampaio Angelim
6ª Vara da Fazenda Pública – José Henrique Coelho Dias da Silva, Haroldo Carneiro Leão Sobrinho e Paulo Onofre de Araújo
7ª Vara da Fazenda Pública – Luiz Gomes da Rocha Neto
8ª Vara da Fazenda Pública – Airton Mozart Valadares Vieira Pires
1ª Vara dos Executivos Fiscais Estaduais – Lúcio Grassi de Gouveia
2ª Vara dos Executivos Fiscais Estaduais – Ângela Cristina de Norões Lins Cavalcanti e Rafael Souza Cardozo
Vara dos Executivos Fiscais Municipais – José Severino Barbosa, Ana Carolina Fernandes Paiva e Ana Luíza Wanderley de Mesquita Saraiva Câmara
1ª Vara de Família e Registro Civil – Clicério Bezerra e Silva

2ª Vara de Família e Registro Civil – Carlos Magno Cysneiros Sampaio
3ª Vara de Família e Registro Civil – Ana Emilia Correa de Oliveira Melo
4ª Vara de Família e Registro Civil – João Maurício Guedes Alcoforado
5ª Vara de Família e Registro Civil – Wilka Pinto Vilela
6ª Vara de Família e Registro Civil – Luiz Gustavo Mendonça de Araújo
7ª Vara de Família e Registro Civil – Paulo Romero de Sá Araújo
8ª Vara de Família e Registro Civil – Rosalvo Maia Soares
9ª Vara de Família e Registro Civil – João José Rocha Targino e Ana Paula Pinheiro Bandeira Duarte Vieira
10ª Vara de Família e Registro Civil – Valéria Rúbia Silva Duarte
11ª Vara de Família e Registro Civil – Paula Maria Malta Teixeira do Rêgo e Patrícia Rodrigues Ramos Galvão
12ª Vara de Família e Registro Civil – Andréa Epaminondas Tenório de Brito
1ª Vara de Sucessões e Registros Públicos – Maria Auri Alexandre Ribeiro e Laís Monteiro de Moraes Fragoso Costa
2ª Vara de Sucessões e Registros Públicos – Alfredo Hermes Barbosa de Aguiar Neto
3ª Vara de Sucessões e Registros Públicos – Saulo Fabianne de Melo Ferreira
4ª Vara de Sucessões e Registros Públicos – Andrea Rose Borges Cartaxo
5ª Vara de Sucessões e Registros Públicos – Romão Ulisses Sampaio

1ª Vara da Infância e Juventude – Valéria Bezerra Pereira Wanderley e Hélia Viegas Silva
2ª Vara da Infância e Juventude – Élio Braz Mendes e Hélia Viegas Silva
3ª Vara da Infância e Juventude – Paulo Roberto de Sousa Brandão, Anamaria de Farias Borba Lima Silva e Maria da Conceição Siqueira e Silva
4ª Vara da Infância e Juventude – Silvia Virgínia Figueiredo de Amorim Batista, Maria Amélia Pimentel Lopes e Anamaria de Farias Borba Lima Silva
Vara Regional da Infância e Juventude – Artur Teixeira de Carvalho Neto, Maria Amélia Pimentel Lopes, Anamaria de Farias Borba Lima Silva e Paulo Roberto de Sousa Brandão
1ª Vara de Acidentes do Trabalho – Carlos Antônio Alves da Silva
2ª Vara de Acidentes do Trabalho – Maria Segunda Gomes de Lima
Vara da Justiça Militar – Ana Cristina de Freitas Mota
1ª Vara Criminal – Cristóvão Tenório de Almeida
2ª Vara Criminal – Maria do Perpétuo Socorro de Britto Alves
3ª Vara Criminal – Laiete Jatobá Neto
4ª Vara Criminal – Gilvan Macedo dos Santos
5ª Vara Criminal – José Anchieta Félix da Silva
6ª Vara Criminal – Luciano de Castro Campos
7ª Vara Criminal – Francisco de Assis Galindo de Oliveira
8ª Vara Criminal – Ivan Alves de Barros
9ª Vara Criminal – Sandra de Arruda Beltrão Prado
10ª Vara Criminal – João Guido Tenório de Albuquerque
11ª Vara Criminal – Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

12ª Vara Criminal – Aubry de Lima Barros Filho
13ª Vara Criminal – João Guido Tenório de Albuquerque
14ª Vara Criminal – Aubry de Lima Barros Filho
15ª Vara Criminal – Evanildo Coelho de Araújo Filho
16ª Vara Criminal – Walmir Ferreira Leite
17ª Vara Criminal – Ana Maria da Silva
18ª Vara Criminal – Blanche Maymone Pontes Matos
19ª Vara Criminal – José Claudionor da Silva Filho
20ª Vara Criminal – Elson Zoppellaro Machado
1ª Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente – José Renato Bizerra
2ª Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente – Gleydson Gleber Bento Alves de Lima Pinheiro, José Carlos Vasconcelos Filho e José Renato Bizerra
1ª Vara do Tribunal do Júri – Fernanda Moura de Carvalho e Ernesto Bezerra Cavalcanti
2ª Vara do Tribunal do Júri – Jorge Luiz dos Santos Henriques e Maria Segunda Gomes de Lima
3ª Vara do Tribunal do Júri – Pedro Odilon de Alencar Luz e Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
4ª Vara do Tribunal do Júri – Abner Apolinário da Silva
Vara de Execução Penal – Roberto Costa Bivar e Cícero Bittencourt de Magalhães
Vara de Execuções das Penas em Meio Aberto – Roberto Costa Bivar e Cícero Bittencourt de Magalhães
1ª Vara Regional de Execução Penal – Orleide Rosélia Nascimento Silva
2ª Vara Regional de Execução Penal – Cícero Bittencourt de Magalhães e Roberto Costa Bivar

Vara de Execução de Penas Alternativas – Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior
Vara dos Crimes contra a Administração Pública e a Ordem Tributária – Roberta Vasconcelos Franco Rafael Nogueira
1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Ana Cristina de Freitas Mota
2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Marylúsia Pereira Feitosa Dias de Araújo
3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Isânia Maria Moreira Reis
1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Arnóbio Amorim Araújo Júnior
2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Luciana Maria Tavares de Menezes
3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Nalva Cristina Barbosa Campello Santos
4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Sérgio José Vieira Lopes
5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Maria Rosa Vieira Santos
6º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Michelle Duque de Miranda Scalzo
7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Sérgio Azevedo de Oliveira
8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Saulo Sebastião de Oliveira Freire
9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Maria Thereza Paes de Sá Machado

10º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Paulo Henrique Martins Machado
11º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Paulo Roberto Alves da Silva
12º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Abelardo Tadeu da Silva Santos
13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Fernanda Pessoa Chuahy de Paula e Nicole de Faria Neves Lopes da Cruz
14º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Felippe Augusto Gemir Guimarães
15º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Luciana Ferreira de Araújo Magalhães
16º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Maria Betânia Beltrão Gondim
17º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – João Ismael do Nascimento Filho
18º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Auziênio de Carvalho Cavalcanti
21º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Marcos Antônio Nery de Azevedo
22º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Nildo Nery dos Santos Filho
23º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – José Jorge de Amorim
24º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – José Marcelon Luiz e Silva
25º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Heraldo José dos Santos

Juizado Especial Criminal do Idoso – Ossamu Eber Narita
1º Juizado Especial Criminal – Gisele Vieira de Resende
2º Juizado Especial Criminal – Maria Margarida de Souza Fonseca
3º Juizado Especial Criminal – Edmilson Cruz Júnior
4º Juizado Especial Criminal – Aldemir Alves de Lima
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo e Criminal do Torcedor – Flávio Augusto Fontes de Lima
1º Juizado Especial da Fazenda Pública – Roberto Carneiro Pedrosa
2º Juizado Especial da Fazenda Pública – Raimundo Nonato de Souza Braid Filho
3º Juizado Especial da Fazenda Pública – Edvaldo José Palmeira
4º Juizado Especial da Fazenda Pública – Heriberto Carvalho Galvão
Juizado Informal de Família – Clicério Bezerra e Silva
Central de Agilização Processual Cível:
André Carneiro de Albuquerque Santana
Ana Paula Costa de Almeida
Cláudio da Cunha Cavalcanti
Patrícia Xavier de Figueirêdo Lima
Rafael José de Menezes
Central de Agilização Processual Criminal:
José Carlos Vasconcelos Filho
Juízes da 1ª e 2ª entrâncias:
Francisco Tojal Dantas Matos
Luiz Carlos Vieira de Figueiredo
Milena Flores Ferraz
Moacir Ribeiro da Silva Junior

Thiago Fernandes Cintra
Alexandra Loose
Gerson Barbosa da Silva Júnior
Danilo Félix Azevedo
Cristina Reina Montenegro de Albuquerque
Central de Cartas de Ordem, Precatória e Rogatória Cível e Criminal:
Área Cível: Luzicleide Maria Muniz Vasconcelos
Área Criminal: Edina Maria Brandão de Barros Correia
Central de Flagrantes
Juízes da 3ª entrância:
José Carlos Vasconcelos Filho
Blanche Maymone Pontes Matos
Juízes da 2ª entrância:
Ane Sena de Lins
Maria da Conceição Godoi Bertholini
Luiz Carlos Vieira Figueiredo
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC)
Coordenador Geral do Nupemec – Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Coordenador Setorial dos Cejusc's – Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Coordenador Setorial dos Cejusc's – Des. Eurico de Barros Correia Filho
Coordenador Geral-adjunto do Nupemec – José Alberto de Barros Freitas Filho
Juiz Coordenador – João Maurício Guedes Alcoforado
Juíza Auxiliar do Cejusc-Recife – Karina Albuquerque Aragão Amorim

Juíza Coordenadora das Casas de Justiça e Cidadania e dos Programas Especiais dos Cejusc's 1º e 2º Grau – Mariana Vargas Cunha de Oliveira Lima
Juiz Coordenador das Câmaras Privadas de Conciliação Mediação – Breno Duarte Ribeiro de Oliveira

Informações geográficas

O Recife nasceu no local chamado Marco Zero, de onde se via um trecho de terra em meio a um oceano de manguezais de frente para uma barreira de arrecifes de arenito, sendo este o ponto inicial das estradas do Estado de Pernambuco.

O Município tem altitude média de 4 m em relação ao nível do mar, porém algumas áreas localizam-se abaixo do nível do mar. Possui área de superfície de 218 km², integrando a Microrregião do Recife, na Mesorregião Metropolitana. A população do Município, em 2020, era de aproximadamente 1.653.461 habitantes.

Destaques

O Recife é berço de escritores, poetas, músicos e vários artistas de muitas formas de expressão, destacando-se Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto, Carlos Pena Filho e Mazuro Mota, que são nomes consagrados da poesia do Brasil e que retrataram o Recife em suas obras. Além da poesia, surgiram no Município nomes como Nélson Rodrigues e Gilberto Freyre, na literatura. Lenine, Antônio Nóbrega e Reginaldo Rossi, na música. Francisco Brennand, Vicente do Rego Monteiro e Lauro Villares, nas artes plásticas, dentre outros.

Possui também os seguintes filhos ilustres: José Inácio de Abreu e Lima, herói revolucionário de duas nações, um libertador das Américas, homenageado com seu nome para a refinaria de petróleo localizada no Complexo Portuário de Suape; Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, diplomata, parlamentar e escritor, foi um incansável abolicionista, seu nome foi escolhido para denominar a Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Em sua tradicional Escola de Direito pertencente à UFPE (onde ensinaram Pinto Ferreira, Luís Delgado, Murilo Guimarães, Torquato Castro, Octávio Lobo, dentre outros), estudaram muitos ilustres brasileiros que se tornaram figuras influentes e importantes do Império, a exemplo de Tobias Barreto, Castro Alves, Sylvio Romero, Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa. Com o surgimento da República, estudaram Rosa e Silva, Epitácio Pessoa e Nilo Peçanha.

Em tempos menos remotos, estudaram também no Recife Augusto dos Anjos, Aníbal Freire, Gilberto Amado, José Américo de Almeida, Assis Chateaubriand, José Augusto, Pontes de Miranda, José Lins do Rêgo, Raul Bopp, entre outros.

Nasceram em Recife os Desembargadores Jones Figueirêdo Alves, José Fernandes de Lemos, Fernando Eduardo de Miranda Ferreira, Milton José Neves, Frederico Ricardo de Almeida Neves, Antônio Carlos Alves da Silva, Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Gustavo Augusto Rodrigues de Lima, João Bosco Gouveia de Melo, Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, Antônio Fernando de Araújo Martins, Roberto Ferreira Lins, Marco Antônio Cabral Maggi, Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Alexandre Guedes Alcoforado Assunção, Romero de Oliveira Andrade, Leopoldo de Arruda Raposo, Antenor Cardoso Soares Júnior, Mauro

Alencar de Barros, Eurico de Barros Correia Filho, José Ivo de Paula Guimarães, Agenor Ferreira de Lima Filho, Itabira de Brito Filho, Erik de Sousa Dantas Simões, Stênio José de Souza Neiva Coelho, André Oliveira da Silva Guimarães, Itamar Pereira da Silva Júnior, Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo, Carlos Frederico Gonçalves de Moraes, Márcio Fernando de Aguiar Silva, Humberto Costa Vasconcelos Júnior, Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, Honório Gomes do Rego Filho, Évio Marques da Silva e Luiz Carlos de Barros Figueiredo.

Feriados oficiais locais

Data móvel – Sexta-feira Santa
24 de junho – Dia de São João
16 de julho – Dia da Padroeira Nossa Senhora do Carmo
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Praça da República, s/n – Santo Antônio – CEP: 50.010-040

Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano da Silva

Avenida Desembargador Guerra Barreto, s/n – Ilha de Joana Bezerra – CEP: 50.080-900

Fórum Paula Batista

Rua Imperador Dom Pedro II, n. 207 – Santo Antônio - CEP: 50.010-240

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley

Avenida Martins de Barros, n. 593 – Santo Antônio -
CEP: 50.010-230

Fórum Desembargador Benildes de Souza Ribeiro

(Central de Juizados Especiais da Capital)
Avenida Mascarenhas de Morais, n. 1.919 – Imbiribeira –
CEP: 51.170-001

Centro Integrado da Criança e do Adolescente – CICA

Rua João Fernandes Vieira, n. 405 – Boa Vista -
CEP: 50.050-200

3º Fórum Universitário de Pernambuco – UNICAP

Rua Dom Manuel Pereira, n. 104 – Campus UNICAP – Santo Amaro – CEP: 50.050-140

VI Fórum Universitário de Pernambuco – FIR – Juizado Especial de Trânsito

Avenida Abdias de Carvalho, n. 1.678 – Madalena
CEP: 50.720-635

VII Fórum Universitário de PE – Marista

Rua Gervásio Pires, n. 234 – 10º andar – Soledade – CEP: 50.060-090

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo e Criminal do Torcedor da Capital

Rua do Futuro, n. 99 – Graças – CEP: 52.050-010

Distrito Judiciário

Fernando de Noronha

O Distrito Estadual

O Arquipélago de Fernando de Noronha constitui região geoeconômica, social e cultural do Estado de Pernambuco, sob a forma de Distrito Estadual, e deverá ser transformado em município quando alcançar os requisitos e exigências mínimos previstos em lei complementar estadual.

Portugal passou a colonizar a ilha em 1737, através da capitania de Pernambuco, e implantou um sistema de fortificações e uma Colônia Correcional para presos comuns vindos de Pernambuco. Posteriormente, também foram abrigados presos políticos, até que, em 1938, a ilha foi requisitada pela União para tornar-se oficialmente um Presídio Político.

Em 1936 e 1937, Fernando de Noronha figurou como distrito do Recife.

Com o Decreto-Lei Federal n. 4.102, de 9 de fevereiro de 1942, tornou-se um Território Federal, administrado por militares até 1988, quando foi reintegrado a Pernambuco (CF, art. 15 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

O Distrito Judiciário

O Distrito Estadual de Fernando de Noronha constitui Distrito Judiciário Especial da Comarca da Capital de Pernambuco. A jurisdição é exercida pelo Juiz mais antigo, dentre os que compõem a primeira quinta parte da lista de antiguidade da capital, designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, pelo prazo de um ano, em conformidade com a Lei Complementar Estadual n. 100/2007, que dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco. O Fórum do Distrito de Fernando de Noronha foi inaugurado em 12 de novembro de 2007.

Juízes que atuaram em Fernando de Noronha

1997 – Airton Mozart Valadares Vieira Pires
1997 – Fausto de Castro Campos
1997 – Wellington Gadelha de Freitas
1998 – Virgínio Marques Carneiro Leão
2000 – Maria Auri Alexandre Ribeiro
2000 – Alexandre Freire Pimentel
2002 – Antônio de Melo Lima
2002 – Alberto Nogueira Virgínio
2002 – Roberto Ferreira Lins
2003 – Sílvio de Arruda Beltrão
2003 – Antenor Cardoso Soares Júnior
2004 – Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
2005 – Roberto da Silva Maia
2005 – Cláudio Jean Nogueira Virgínio
2005 – Josué Antônio Fonseca de Sena
2006 – Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

2006 – Eurico de Barros Correia Filho
2007 – Laís Fragoso Costa
2007 – Márcio Fernando de Aguiar Silva
2007 – Ossamu Eber Narita
2007 – Ailton Alfredo de Sousa
2008 – Heraldo José dos Santos
2008 – Odilon de Oliveira Neto
2010 – Heriberto Carvalho Galvão
2010 – André Oliveira da Silva Guimarães
2011 – Romão Ulisses Sampaio
2012 – Humberto Costa Vasconcelos Júnior
2012 – José Severino Barbosa
2013 – Paulo Torres Pereira da Silva
2014 – Marcelo Russel Wanderley
2015 – Virgínio Marques Carneiro Leão
2015 – João Maurício Alcoforado
2016 – Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho
2018 – José Raimundo dos Santos Costa
2019 – Rogério Lins e Silva
2020 – **André Carneiro de Albuquerque Santana (atual)**

Informações geográficas

No Oceano Atlântico, são 21 ilhas, ilhotas e rochedos, com uma área total de 26 km², a 545 km do Recife/PE e a 2.600 km do continente africano. A ilha principal, a única habitada, tem 16 km² de extensão e nela se concentram todas as atividades socioeconômicas do arquipélago, com uma população de 3.108 habitantes, vivendo, principalmente, do turismo.

Feriados oficiais locais

29 de junho – Dia de São Pedro
10 de agosto – Dia do Descobrimento de Fernando de Noronha
29 de agosto – Dia da Padroeira Nossa Senhora dos Remédios

Fórum Desembargador Roberto Ferreira Lins

Vila do Trinta, s/n – Centro de Convivência – Fernando de Noronha/PE – CEP: 53.990-000

Riacho das Almas

O Município

O Distrito de Riacho das Almas foi criado em 21 de dezembro de 1919, pela Lei Municipal n. 149, subordinado ao Município de Caruaru. A Lei Estadual n. 1.818, de 29 de dezembro de 1953, elevou-o à categoria de Município, instalado em 27 de junho de 1954.

A Comarca

A Comarca de Riacho das Almas foi criada pela Lei Estadual n. 1.818/1953, sendo instalada em 21 de maio de 1954 pelo Juiz Instalador José Frederico Floriano de Souza.

Foi extinta pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, passando a ser Termo Judiciário de Caruaru. Foi restaurada pela Resolução n. 10/1970 (Código de Organização Judiciária do Estado).

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Riacho das Almas, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Caruaru.

Justiça Eleitoral

Em Riacho das Almas, atualmente, funciona um Posto de Atendimento, vinculado à 41ª Zona Eleitoral, com sede em Carua-

ru, que é composto por 51 seções, com 18.875 eleitores, e está sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral Marupiraja Ramos Ribas.

Juízes que atuaram na Comarca

1954 – José Frederico Soriano de Souza
1956 – Santino Gomes de Melo
1956 – Edson Policarpo de Lira
1960 – Benildes de Souza Ribeiro
1964 – José de Oliveira Lima Filho
1966 – José Ferreira Lima
1969 – Vânio Fox da Rocha Pereira
1977 – Walter Gomes de Mello
1983 – Jovaldo Nunes Gomes
1985 – Emmanuel Santos Júnior
1986 – José Carneiro de Farias Souza
1986 – Solon Otávio de França
1986 – Guilherme Aristóteles Uchôa C. Pessoa de Melo
1988 – Marcelo Márcio Cardoso Fernandes
1989 – Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
1989 – Heriberto de Carvalho Galvão
1989 – Évio Marques da Silva
1990 – Luciano de Castro Campos
1991 – Lenivaldo Izídio de Sena
1992 – Demócrito Ramos Reinaldo Filho
1993 – Virgínia Gondim Dantas
1994 – Cladisson Ferreira Pinto
1994 – Maria do Socorro Brito Alves Vasconcelos
1994 – Sônia Maria Pereira Guerra

1995 – Anamaria Farias Borba
1996 – Jacinéa Ferreira de Vasconcelos Granja
1998 – Carlos Eugênio de Castro Montenegro
2003 – Sérgio Paulo Ribeiro da Silva
2005 – Júlio Olney Tenório de Godoy
2007 – Feliciano da Silva Nilo
2007 – Paulo César Oliveira de Amorim
2010 – Jefferson Félix de Melo
2012 – Patrícia Caiaffo de Freitas Arroxelas Galvão
2014 – Cristiano Henrique de Freitas Araújo
2015 – Carlos Neves da Franca Neto Júnior
2015 – Paulo Alves de Lima
2016 – Elias Soares da Silva
2017 – Lorena Junqueira Victorasso
2017 – Vanilson Guimarães de Santana Junior
2018 – Valdelício Francisco da Silva
2018 – Leonardo Batista Peixoto
2018 – **Thiago Meirelles Silva dos Santos (atual)**
2019 – Clécio Camêlo de Albuquerque

Informações geográficas

Riacho das Almas está situada a 407 m de altitude. Dista 135 km da capital, com área de 314 km² e população de, aproximadamente, 20.546 habitantes.

O Município é composto pelos Distritos Sede, Trapiá, Couro d'Antas, Pinhões, Vitorino e pelos Povoados Patos, Rangel e Palmatória. Está localizado na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Vale do Ipojuca.

Feriados oficiais locais

8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição
29 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Manoel Francisco Torres Galindo

Rua Maria Júlia da Mota, s/n – Centro – Riacho das Almas/ PE – CEP: 55.120-000

Ribeirão

O Município

O Distrito de Ribeirão foi criado em 19 de agosto de 1895, pertencente a Gameleira. A Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909, criou a Vila de Ribeirão. A Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, criou o Município de Ribeirão, desmembrando-o de Gameleira, tendo sido instalado em 1º de janeiro de 1929.

A Comarca

A Comarca de Ribeirão foi criada pelo Decreto-Lei Estadual n. 1.116, de 14 de fevereiro de 1945, tendo sido instalada em 15 de fevereiro de 1945.

É Comarca de 2ª entrância e vara única.

O nome do fórum celebra o Abolicionista José Mariano Carneiro da Cunha e foi reinaugurado em 27 de janeiro de 1998. No prédio, funcionam a Justiça Eleitoral e a Defensoria Pública. Possuem sedes próprias na Cidade o Ministério Público e a Justiça do Trabalho. A OAB não tem sede nem instalações nessa Comarca.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, as Comarcas de Cortês e Gameleira passam a ser agregadas à Comarca de Ribeirão.

Justiça Eleitoral

Ribeirão é sede da 28ª Zona Eleitoral, com 27.255 eleitores distribuídos em 89 seções eleitorais. Antônio Carlos dos Santos é o atual Juiz Eleitoral.

Juízes que atuaram na Comarca

1945 – Francisco Austerliano de Crasto
1948 – Agripino Ferreira Nóbrega
1955 – Otávio Claudino de Paiva
1959 – Márcio D'Albuquerque Leite
1960 – Aníbal Baltar Souto Maior
1967 – Mário Alves de Souza Melo
1978 – Gilberto da Silva
1995 **– Antônio Carlos dos Santos (atual)**
2000 – Arnaldo Spera Ferreira Júnior
2001 – Maria do Rosário Monteiro Pimentel de Souza
2002 – Climério Gutemberg Silva de Oliveira
2003 – Paulo Francisco da Costa
2004 – Maria do Carmo de Morais Melo
2005 – Fernando Escrivani Stefaniu
2006 – Andréa Calado da Cruz
2007 – Eunice Maria Batista Prado
2007 – Hugo Vinícius Castro Jiménez
2011 – Dulceana Maciel de Oliveira
2013 – Hugo Bezerra de Oliveira
2015 – Albérico Agrello Neto
2017 – Fábio Corrêa Barbosa
2017 – Guilherme Augusto de Albuquerque Arzani

2018 – Diego Vieira Lima
2019 – Emiliano César Costa Galvão de França
2020 – Fernando Jefferson Cardoso Rapette

Informações geográficas

Situada a 87 km da capital pernambucana, numa altitude de 97 m, Ribeirão está localizada na Mesorregião da Mata pernambucana e na Microrregião da Mata Meridional pernambucana. Tem uma área de 289 km², onde se distribui uma população de 47.616 habitantes. Pertencem a Ribeirão os Distritos Sede, José Mariano e Aripibu bem como os Povoados Usina Estreliana e José Lopes de Siqueira Santos.

Feriados oficiais locais

24 de junho – Dia de São João
26 de julho – Dia da Padroeira Santa Ana
11 de setembro – Dia da Emancipação Política
31 de outubro – Dia de Ações de Graças e Reforma Protestante

Fórum Abolicionista José Mariano

Praça Elizeu Lins de Andrade, s/n – Centro – Ribeirão/PE – CEP: 55.520-000

Rio Formoso

O Município

O Ato do Conselho Geral da Província, de 20 de maio de 1833, elevou Rio Formoso à categoria de Vila, desmembrando seu território da capital pernambucana. A Lei Provincial n. 258, de 11 de junho de 1850, posteriormente reconhecida pela Lei Provincial n. 1.318, de 4 de fevereiro de 1879, elevou a Vila à categoria de Cidade.

Passou a município autônomo em 31 de dezembro de 1892, desmembrado do Município de Sirinhaém, com base na Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

A Comarca

O Ato que elevou Rio Formoso à categoria de Vila também criou a Comarca, em 20 de maio de 1833, desmembrada da Comarca do Recife, tendo sido instalada em 10 de março de 1834 pelo Juiz de Direito Manuel Teixeira Peixoto.

Rio Formoso sofreu várias alterações nas divisões administrativas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no Decreto n. 92, de 31 de maio de 1938, Rio Formoso figura como Termo da Comarca de Sirinhaém. O Decreto-Lei n. 295, de 9 de dezembro de 1938, transferiu o Termo para a Comarca de

Barreiros. Pelo Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, Rio Formoso voltou a ter autonomia judiciária.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Rio Formoso, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Tamandaré.

Justiça Eleitoral

É sede da 26ª Zona Eleitoral, com 16.359 eleitores distribuídos em 57 seções. Possui os termos eleitorais de Sirinhaém e Tamandaré, sendo Raphael Calixto Brasil seu atual Juiz Eleitoral.

Juízes que atuaram na Comarca

1834 – Manuel Teixeira Peixoto
1841 – Antonio Afonso Ferreira
1846 – Fernando Afonso de Melo
1858 – Francisco Frederico da Silva
1859 – João Baptista Paes Barreto
1862 – Joaquim Francisco Diniz
1878 – Joaquim Francisco Paes Barreto
1881 – José Guilherme de Moura e Silva
1881 – Paulo Martins de Almeida
1881 – José de Deus Monteiro
1882 – Antonio de Albuquerque Hollanda Cavalcanti
1883 – Custódio Gomes Ferreira
1883 – Laurindo Carneiro Leão
1884 – Benjamim Rodrigues de Freitas Caracciolo
1886 – Caldas Lins
1889 – Manoel Joaquim dos Santos Patury

1895 – Bernardino Maranhão
1919 – José Roque Dias da Silva
1925 – José Lindoso
1930 – Timoleão Augusto de Albuquerque Maranhão
1931 – Herculano Lins Caldas
1939 – Horácio Holanda
1940 – Joaquim P. Campelo de Sodré
1941 – Severino Alves Leite
1945 – Cláudio de Morais Vasconcelos
1946 – Artur dos Santos Cruz Oliveira Filho
1953 – José Ribeiro Campos
1956 – Aníbal Vanderlei Cavalcanti
1956 – Clóvis Ferreira de Lima
1957 – José Edgar de Vasconcelos Dutra
1958 – Clemenceau Dutra de Almeida Lyra
1966 – Carlos Cavalcanti da Matta
1969 – Hélio Barros Siqueira Campos
1972 – Luiz Paulino dos Santos
1973 – Anthenor Barreto da Rocha Pimentel Belleza
1973 – Alcindo Torres Carvalho Lopes
1973 – Etério Ramos Galvão Filho
1974 – Adalberto Pereira Lopes
1981 – José Saraiva de Macedo
1989 – Márcio Fernando Aguiar Silva
1991 – Dorgival Soares de Souza
1992 – Agenor Ferreira de Lima Filho
1993 – Paulo Onofre de Araújo
1994 – Alexandre Freire Pimentel
1995 – Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

1999 – Margarida Amélia Bento Barros
2000 – Uraquitan José dos Santos
2000 – Arnaldo Spera Ferreira Júnior
2000 – Cláudio Malta de Sá Barreto Sampaio
2002 – Antônio Carlos dos Santos
2003 – Helena Cristina Madi de Medeiros
2003 – Paulo Francisco da Costa
2007 – Luiz Mário Moscoso de Miranda
2007 – Sander Fitney Brandão de Menezes Correia
2007 – Fábio Mello de Onofre Araújo
2009 – Gerson Barbosa da Silva Júnior
2013 – Miguel Maira Ruggieri Balazs
2015 – Albérico Agrello Neto
2015 – Augusto Napoleão Sampaio Angelim
2015 – Mariana Agostini de Sequeira
2017 – Emiliano César Costa Galvão de Franca
2017 – Guilherme Augusto de Albuquerque Arzani
2018 – Hydia Virgínia Christino de Landim Farias
2019 – **Raphael Calixto Brasil (atual)**
2019 – Ricardo Guimarães Luiz Ennes
2020 – Tatiana Cristina Bezerra Salgado

Informações geográficas

Numa altitude de 5 m, fica situada a 91 km da Capital pernambucana. Localiza-se na Mesorregião da Mata e na Microrregião da Mata Meridional, com 227 km² de área para uma população de, aproximadamente, 24.000 habitantes. Atualmente, compõem-se dos Distritos Sede e Cucaú.

Filho ilustre na magistratura

O magistrado Francisco Julião nasceu em Rio Formoso.

Feriados oficiais locais

7 de fevereiro – Dia da Batalha do Reduto
19 de março – Dia do Padroeiro São José
11 de junho – Dia da Emancipação Política
24 de novembro – Dia de Ação de Graças e da Reforma Protestante

Fórum Governador Agamenon Magalhães

Rua São José, 147 – Centro – Rio Formoso/PE –
CEP: 55.570-000

Sairé

O Município

O Município surgiu como um ponto de passagem entre o Agreste e a Mata Sul, atraindo agricultores que cultivavam a mandioca, a cana-de-açúcar e o café.

Era denominado de São Miguel e integrava o território do Município de Bezerros. Em 31 de dezembro de 1943, seu topônimo mudou para Sairé, quando se tornou sede da Vila do Município de Bezerros. Passou a Município autônomo e Cidade em virtude da Lei Estadual n. 4.942, de 20 de dezembro de 1963. A instalação foi em 13 de março de 1964.

A Comarca

Antes Termo de Camocim de São Félix, a Comarca de Sairé foi criada pela Lei Estadual n. 10.391, de 18 de dezembro de 1989. Foi instalada em 27 de janeiro de 2006, sendo designado como Juiz Instalador Fábio Onofre de Melo.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Sairé, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Camocim de São Félix.

Justiça Eleitoral

Sairé é termo da 132ª Zona Eleitoral, que tem Camocim de São Félix como sede. Possui 45 seções, 10.683 eleitores cadastrados, e o Juiz Eleitoral atual é Clélio Farias Guerra.

Juízes que atuaram na Comarca

1889 – João Lopes Delgado Sial
1891 – João Barbosa da Silva
1891 – Manoel Tertuliano Fragoso de Arruda
1894 – José Cavalcanti Caldas Albuquerque
1904 – Manoel Augusto de Miranda Henriques
1905 – Arthur Gonçalves Souto Maior
1905 – Leovegildo Lins de Arruda
1905 – Austerliano Correia de Castro
1907 – Severino Rodrigues da Costa Revorêdo
1910 – João Rodrigues da Costa Revorêdo
1914 – Francisco da Motta Silveira
1914 – João Batista D'Almeida
1915 – José Martins de Souza Barbosa
1920 – Manoel Cavalcanti Lima da Cunha
1921 – André Gonçalves da Costa Lima
1923 – Manoel Rodrigues de Souza Vianna
1925 – Osvaldo Cavalcanti da Costa Lima
1925 – Oscar Bandeira de Lima Coutinho
1927 – Antonio Negromonte
1928 – João Christiani de Almeida Catanho
1931 – Juliano Regueira Pinto de Souza
1935 – José Tomé Trindade Paula Mendes
1935 – Fernando Mariano da Costa Leão

1936 – Ascendino Cândido das Neves Filho
1946 – Cláudio de Morais Vasconcelos
1948 – Jeová da Rocha Wanderley
1952 – Clóvis Ferreira de Lima
1954 – Manoel Machado da Cunha Cavalcanti
1955 – José Albino de Aguiar
1955 – Benon Novais Henriques
1957 – Mauro Jordão de Vasconcelos
1958 – Rivaldo Duarte Ribeiro
1959 – José Edgar de Vasconcelos Dutra
1966 – Napoleão Tavares de Oliveira
1967 – Amando de Barros Figueirêdo
1969 – José de Abreu Santos
1969 – Aurélio Muniz Freire
1973 – José Ribamar Teles de Araújo
1985 – Sílvio de Arruda Beltrão
1985 – Alberto Nogueira Virgínio
1989 – José Viana Ulisses Filho
1991 – Nailton Max de Brito e Silva
1997 – Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior
2005 – Sebastião de Siqueira Souza
2006 – Renata da Costa Lima Caldas Machado
2006 – Clélio Farias Guerra
2006 – Laura Amélia Moreira Brennand Simões
2015 – Murilo Borges Koerich
2015 – Valdelício Francisco da Silva
2015 – Paulo Alves de Lima
2016 – Eliziongerber de Freitas
2017 – **Paulo Rodrigo de Oliveira Maia (atual)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 663 m de altitude, distando 110 km da capital, com superfície de 195 km^2 e 9.932 habitantes. Integra a Mesorregião do Agreste pernambucano e Microrregião do Brejo.

Feriados oficiais locais

6 de maio – Dia da Pedra Fundamental da Igreja de São Miguel
29 de setembro – Dia do Padroeiro São Miguel de Arcanjo
23 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Doutor Aluízio de Melo Xavier

Avenida Sete de Setembro, n. 01- Centro – Sairé/PE
CEP: 55.695-000

Salgueiro

O Município

O povoado surgiu ao redor de uma capela dedicada a Santo Antônio, construída embaixo de um salgueiro, em terras do Capitão Manuel de Sá Araújo.

A Lei Provincial n. 309, de 12 de maio de 1853, criou o Distrito de Santo Antônio do Salgueiro, subordinado ao Município de Cabrobó.

O Distrito de Salgueiro foi elevado à categoria de Vila em 30 de abril de 1864 pela Lei Provincial n. 580, desmembrado do território de Cabrobó. Sua instalação se deu em 27 de janeiro de 1865. Passou a município autônomo com a Lei Municipal n. 1, de 29 de novembro de 1892, com base na Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892. Salgueiro foi elevado à condição de Cidade pela Lei Estadual n. 275, de 26 de abril de 1898.

A Comarca

A Comarca de Salgueiro foi criada pela Lei Provincial n. 1.464, de 16 de junho de 1879, tendo sido instalada em 1º de outubro de 1881.

A Comarca é de 2ª entrância e possui duas varas cíveis, uma vara criminal e um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC).

A Vara Criminal foi criada através da Lei Complementar n. 298, de 10 de março de 2015, e instalada em 25 de setembro de 2017.

O CEJUSC foi criado pela Lei Complementar n. 353, de 23 de março de 2017, e instalado em 25 de janeiro de 2018.

A Justiça Eleitoral e a Defensoria Pública funcionam no fórum. O Ministério Público, a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal têm sedes próprias. Salgueiro é sede de Subseccional da OAB/PE.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Verdejante passa a ser agregada à Comarca de Salgueiro.

Justiça Eleitoral

Salgueiro sedia a 75ª Zona Eleitoral, com 117 seções, em que votam 40.054 eleitores. Atualmente, responde pela Justiça Eleitoral o Juiz José Gonçalves de Alencar.

Juízes que atuaram na Comarca

1881 – Miguel Gonçalves Lima
1881 – José Antônio da Câmara Lima Filho
1886 – Pedro Barboza da Cruz
1896 – Manoel Leônidas da Cruz
1903 – José Francisco do M. Silva
1906 – Adalberto Baptista da Silva
1907 – Pedro Alexandrino Machado Júnior
1911 – Ernesto Vieira Santos

1913 – Eusébio Brandão da Rocha
1914 – José Francisco de Morais e Silva
1915 – Miguel Domingos dos Santos Júnior
1915 – Romão Pereira Filgueira Sampaio
1919 – Sylvestre da Rocha Wanderley
1925 – Luiz Alencar
1927 – João Jungmann
1929 – Sócrates Gonçalves de Medeiros
1930 – Ângelo Jordão de Vasconcelos Filho
1930 – Pedro Nogueira Sampaio
1931 – João Capistrano de Moraes e Silva
1933 – José Bezerra Dantas
1933 – João de Morais Silva
1934 – João Evangelista Pereira de Oliveira
1935 – Mário Gadêlha Simas
1937 – Lívio Vieira da Cunha
1938 – Moacir da Costa Gomes
1939 – Joaquim Pereira Angelim
1941 – Oswaldo Belmont Gadelha
1944 – Jeová da Rocha Vanderley
1945 – Milton de Araújo Barbosa
1949 – João David de Souza Filho
1950 – Gabriel Felippe do Rêgo Barros
1952 – José Edgar de Vasconcelos Dutra
1952 – Enock Gomes de Almeida
1952 – Raul Costa Farias
1955 – José Alves Vieira Maciel
1956 – Taumaturgo de Almeida Bomfim
1956 – José Alves Vieira Maciel

1957 – Egídio Ferreira Lima
1957 – Walfrido Uchôa Cavalcante
1958 – Edgar Sobreira de Moura
1965 – Jáder Jordão de Vasconcelos
1966 – Enéas Bezerra Barros
1967 – Adalberto Pereira Lopes
1976 – Petrúcio Roberto Tobias Granja
1978 – João Gomes dos Passos
1982 – Antenor Cardoso Soares Júnior
1982 – Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
1984 – Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
1985 – Fausto de Castro Campos
1987 – Celmilo José Evangelista Gusmão
1988 – Ednaldo da Fonseca Rodrigues
1988 – Gualter Carlos de Alencar Neto
1989 – Emiliano Eustáquio da Silva
1990 – Aubry de Lima Barros
1991 – Valéria Bezerra Pereira Wanderley
1991 – Djalma Andrelino Nogueira Júnior
1992 – Paulo Torres Pereira da Silva
1992 – Luiz Cavalcanti Filho
1993 – Paulo Alves de Lima
1993 – José Jorge de Amorim
1993 – Francisco de Assis Timóteo Rodrigues
1994 – Marcus Vinícius Barbosa de Alencar Luz
1994 – Lúcio Grassi de Gouveia
1994 – Auziênio Carvalho Cavalcanti
1995 – Dilza Christine Lundgren de Barros
1995 – Ana Maria da Silva

1999 – Antônio de Pádua Casado de Araújo Cavalcanti
2001 – Hailton Gonçalves da Silva
2003 – Belize Câmara Correia
2003 – Josilton Antônio Silva Reis
2004 – Adriana Karla de Souza Mendonça
2006 – Ana Cecília Toscano Vieira Pinto
2006 – Glacidelson Antônio da Silva
2007 – Juliana Coutinho Martiniano Lins
2008 – José de Andrade Saraiva Filho
2008 – **José Gonçalves de Alencar (atual – 1ª Vara Cível e CEJUSC)**
2008 – Otávio Ribeiro Pimentel
2012 – Michelle Oliveira Chagas Silva
2012 – Murilo Borges Koerich
2014 – Elaine Cristine de Carvalho Miranda
2015 – Matheus de Carvalho Melo Lopes
2015 – Marcus César Sarmento Gadelha
2015 – Vallerie Maia Esmeraldo de Oliveira
2016 – Flávio Krok Franco
2017 – **Jandercleison Pinheiro Jucá (atual – Vara Criminal)**
2018 – Daladiê Duarte Souza
2019 – **Neider Moreira Reis Júnior (atual – 2ª Vara Cível**)

Informações geográficas

Salgueiro dista 512 km do Recife. Tem uma área de 1.678 km² e uma população de 60.930 habitantes. Fica localizado na Mesorregião do Sertão pernambucano e na Microrregião do Salgueiro. Administrativamente, é constituído de quatro distritos: Salgueiro,

Conceição das Crioulas, Umãs e Vasques e dos Povoados Pau Ferro, Aldeia Indígena Atikum e Montevidéu.

Feriados oficiais locais

30 de abril – Data da Emancipação Política.
13 de junho – Dia do Padroeiro Santo Antônio
23 de dezembro – Aniversário da Cidade

Filhos ilustres na magistratura

Nasceram em Salgueiro o Desembargador Francisco de Sá Sampaio e os Juízes de Direito Paulo Romero de Sá Araújo e Pedro Odilon de Alencar Luz.

Fórum Cornélio de Barros Muniz e Sá

Rua Manoel Francisco Santiago, n. 300 – Bairro Augusto Alencar Sampaio – Salgueiro/PE – CEP: 56.000-000

Saloá

O Município

O Distrito, subordinado ao Município de Bom Conselho, foi criado com a denominação de São Serafim, pela Lei Municipal n. 60, de 4 de março de 1921. Teve a denominação alterada para Barro pelo Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943.

A Lei Estadual n. 4.946, de 20 de dezembro de 1963, criou o Município de Saloá. Foi instalado em 12 de abril de 1964.

A Comarca

A Comarca de Saloá foi criada pela Lei Estadual n. 8.879, de 7 de dezembro de 1981, e instalada em 2 de março de 1991, tendo como Juiz Instalador Gerson Venâncio de Carvalho. Foi desativada em 13 de maio de 1999 por força do Ato n. 583/99 e passou a ser Termo de Bom Conselho. A Comarca foi reinstalada no dia 9 de março de 2001, através do Ato n. 134/2001, publicado em 10 de fevereiro de 2001, assinado pelo Desembargador Nildo Nery dos Santos, tendo como Juiz Reinstalador Severino Tenório Pinto.

É Comarca de 1ª entrância e de vara única. A Justiça Eleitoral, a Defensoria Pública, o Ministério Público e a OAB/PE têm sedes próprias na Comarca.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Iati passa a ser agregada à Comarca de Saloá.

Justiça Eleitoral

A Justiça Eleitoral da Cidade de Saloá representa a 136ª Zona Eleitoral, que possui 50 seções eleitorais e 13.103 eleitores cadastrados, sob a responsabilidade do Juiz de Direito Rômulo Macedo Bastos.

Informações geográficas

A Cidade fica a 750 m de altitude, distando 267 km do Recife. Tem 252 km^2 de área e população aproximada de 15.862 habitantes. É composta pelos Distritos Sede e Iatecá e dos Povoados São Serafim, Serrinha da Prata e Gigante. Fica situada na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião de Garanhuns.

Juízes que atuaram na Comarca

1988 – Cristóvão Tenório de Almeida
1991 – Gerson Venâncio de Carvalho
1991 – Adeildo Nunes
1992 – Francisco de Carvalho Silva Gueiros Filho
1992 – José Machado de Azevedo
1992 – Edvaldo José Palmeira
1992 – Agnaldo Esteves da Silveira Filho
1992 – Severino Tenório Pinto
1992 – Elson Zopellaro Machado
1992 – Karla Fabíola Rafael Peixoto

1992 – José Gilberto de Souza
1994 – Alexandre Sena de Almeida
1998 – Margarida Amélia Bento Barros
1999 – Severino Tenório Pinto
1999 – Rinaldo Adilson de Souza
2002 – Enéas Oliveira da Rocha
2003 – Cíntia Daniela Bezerra de Albuquerque
2003 – Roberto Costa Bivar
2003 – Jorge André de Carvalho Mendonça
2004 – Francisco Milton Araújo Júnior
2006 – Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
2006 – Cristiano Henrique de Freitas Araújo
2007 – Eliziongerber de Freitas
2013 – Francisco Tojal Dantas Matos
2013 – Maurício Santos Gusmão Júnior
2014 – Milena Flores Ferraz
2014 – **Rômulo Macedo Barros (atual)**
2016 – Ícaro Nobre Fonseca
2017 – Torricelli Lopes Lira

Feriados oficiais locais

27 de setembro – Dia do Padroeiro São Vicente
20 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Doutor Joaquim Cirilo de Araújo Pereira

Rua 21 de abril, s/n – Centro – Saloá/PE –
CEP: 55.350-000

Termo Judiciário

Paranatama

A Lei Estadual n. 4.944, de 20 de dezembro de 1963, criou o Município de Paranatama, desmembrado do Município de Garanhuns. A instalação ocorreu em 1º de março de 1964. Situado na Mesorregião do Agreste pernambucano, na Microrregião de Garanhuns, é constituído do Distrito Sede e dos Povoados Brejo Velho e Campo Sujo. Com área de 272 km², a 879 m de altitude, Paranatama dista 247 km do Recife e tem 11.478 habitantes.

O Município integra a 92ª Zona Eleitoral, com sede em Garanhuns, e conta com 42 seções e 10.167 eleitores. Maurício Santos Gusmão Júnior é o atual Juiz Eleitoral.

Sanharó

O Município

O Distrito de Sanharó foi criado pela Lei n. 18, de 12 de novembro de 1912, pertencente ao Município de Pesqueira. A Lei Estadual n. 375, de 24 de dezembro de 1948, criou o Município, e a instalação se deu em 2 de janeiro de 1949.

A Comarca

Sanharó foi o primeiro Distrito de Paz do Termo e Município de Cimbres, em 1833.

A Lei Estadual n. 508, de 27 de junho de 1949, criou a Comarca, e a sua instalação ocorreu em 16 de agosto de 1949, tendo como Juiz Instalador Aderson Antão de Carvalho.

A Comarca foi extinta por força do Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, ficando como Termo Judiciário da Comarca de Belo Jardim.

Pela Lei n. 8.879, de 7 de dezembro de 1981, a Comarca foi restaurada e instalada em 28 de dezembro de 1984. O Juiz Instalador foi Marcos Antônio Tavares de Albuquerque.

É Comarca de 1ª entrância e vara única. O Ministério Público, a Justiça Eleitoral e a OAB funcionam no fórum.

Justiça Eleitoral

Sanharó integra a 45ª Zona Eleitoral do Estado, com sede em Belo Jardim, e conta com, aproximadamente, 15.757 eleitores, distribuídos em 41 seções, tendo como Juiz Eleitoral Douglas José da Silva.

Juízes que atuaram na Comarca

1949 – Aderson Antão de Carvalho
1951 – Artur César Franklin
1955 – Enock Gomes de Almeida
1960 – André Alves de Melo
1964 – Benildes de Souza Ribeiro
1965 – Aluiz Tenório de Brito
1966 – José de Oliveira Lima Filho
1966 – Hélio Barros de Siqueira Campos
1984 – Marcos Antonio Tavares de Albuquerque
1985 – José Malta de Sá Júnior
1986 – Eudes dos Prazeres França
1986 – Lindolfo Cabral Pimentel
1987 – André Oliveira da Silva Guimarães
1990 – Vladimir Alves da Silva
1991 – Carlos Augusto de Albuquerque Barros
1992 – José Barroso Filho
1994 – Andréa Epaminondas Tenório de Brito
1994 – Francisco de Assis Galindo de Oliveira
1998 – José de Andrade Saraiva Filho
1998 – José Ronemberg Travassos da Silva
2000 – Nehemias de Moura Tenório

2001 – Carlos Damião Pessoa Costa Lessa
2002 – Carlos Gean Alves dos Santos
2002 – Feliciano da Silva Nilo
2003 – André Carneiro de Albuquerque Santana
2005 – Jorge Eduardo de Melo Sotero
2005 – Roberta Vasconcelos Franco Rafael Nogueira
2006 – Adriana Karla Souza Mendonça de Oliveira
2006 – Fábio Vinícius de Lima Andrade
2007 – Francisco Assis de Morais Júnior
2009 – Roberta Barcala Baptista Coutinho
2013 – Moacir Ribeiro da Silva Júnior
2014 – Djaci Salustiano de Lima
2014 – Draulternani Melo Pantaleão
2015 – **Douglas José da Silva (atual)**
2015 – Felipe José Dias Martins da Rosa e Silva
2017 – Marcos Antônio Tenório
2018 – Leandro Souto Maior Muniz de Albuquerque
2018 – João Paulo Barbosa Lima
2018 – Leon Elias Nogueira Barbosa
2019 – João Eduardo Ventura Bernardo
2020 – Mônica Wanderley Cavalcanti Magalhães

Informações geográficas

A Cidade fica a 653 m de altitude e tem 268 km² de área. O Município é constituído pelos Distritos Sede, Jenipapo e Mulungu. A população é de, aproximadamente, 26.890 habitantes. Está situada na Mesorregião do Agreste pernambucano e Microrregião do Vale do Ipojuca.

Filhos ilustres na magistratura

Os Juízes José Foester, que deu nome ao Fórum da Comarca de Sanharó, Antônio de Pádua Couto Caraciolo, que deu nome ao Fórum de Itapissuma, e José Romero Maciel de Aquino nasceram em Sanharó.

Feriados oficiais locais

Data móvel em novembro – Feira do Leite
24 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Juiz José Foester

Avenida Vice-Prefeito Iraldemir Aquino de Freitas, s/n – Centro – Sanharó/PE – CEP: 55.250-000

Santa Cruz do Capibaribe

O Município

Inicialmente, Santa Cruz era distrito do Município de Taquaritinga do Norte, passando a ser denominado Capibaribe, conforme o Decreto n. 952/1943.

Em 29 de dezembro de 1953, pela Lei Estadual n. 1.818, o Município foi criado com a denominação de Santa Cruz do Capibaribe e instalado em 9 de maio de 1954.

A Comarca

A Comarca de Santa Cruz do Capibaribe foi criada em 1953, pela Lei Estadual n. 1.818, de 29 de dezembro, que também criou o Município.

Em 1969, foi extinta pelo Decreto-Lei de n. 61, de 5 de agosto, passando a ser Termo de Taquaritinga, sendo restaurada em 1973, pela Lei Estadual n. 6.652, de 31 de dezembro.

A Comarca teve sua 2ª Vara Cível criada através da Lei n. 10.934, de 19 de julho de 1993, e instalada em 29 de dezembro de 1993, pelo Juiz Instalador Brasílio Antônio Guerra.

A Vara Criminal, criada pela Lei Complementar n. 100/2007, foi instalada em 14 de janeiro de 2010. A Vara da Fazenda Pública foi instalada em 27 de janeiro de 2016. O Juizado Especial Cível

e das Relações de Consumo foi criado pela Lei Complementar n. 100/2007, alterada pela Lei Complementar 163, de 17 de dezembro de 2010. O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, criado pela Lei Complementar n. 204 de 22 de maio de 2012 e transformado pela Lei Complementar n. 353 de 23 de março de 2017, foi instalado em 31 de janeiro de 2012.

Atualmente, a Comarca integra a 2ª entrância.

O Ministério Público e a Justiça Eleitoral têm sedes próprias. Santa Cruz do Capibaribe é sede de Subseccional da OAB/PE.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Jataúba passa a ser agregada à Comarca de Santa Cruz do Capibaribe.

Justiça Eleitoral

Santa Cruz do Capibaribe sedia a 109ª Zona Eleitoral, com 131 seções, e conta com 57.422 eleitores. Atualmente, responde pela Justiça Eleitoral o Juiz Moacir Ribeiro da Silva Júnior.

Juízes que atuaram na Comarca

1954 – Carlos Alberto Pedrosa Marinho
1954 – Naércio Cyreno Gonçalves
1964 – José Antônio Macêdo Malta
1964 – Jáder Jordão de Vasconcelos
1968 – Ivonaldo Pereira de Miranda
1976 – Vânio Fox da Rocha
1978 – João de Oliveira
1981 – Clóris Guimarães Ribeiro
1984 – Lenivaldo Izídio de Sena

1985 – Roberto da Silva Maia
1987 – Antônio de Jesus Chaves da Costa
1991 – Nilson Guerra Nery
1991 – Aguinaldo Esteves da Silveira Filho
1991 – Brasílio Antônio Guerra
1994 – Joaquim Francisco Barbosa
1995 – Virgínia Gondim Dantas Rodrigues
1996 – José Roberto Moreira
1998 – João Ismael do Nascimento Filho
1998 – Valdecy José Gusmão da Silva Júnior
2002 – Maria Valéria Silva Santos
2002 – Inês Maria de Albuquerque Alves
2002 – Idílio Oliveira de Araújo
2003 – Gleydson Gleber de Lima Pinheiro
2005 – Roberto Jordão de Vasconcelos
2006 – Christiana Brito Caribé da Costa Pinto
2006 – Eugênio Cícero Marques
2006 – Tito Lívio Araújo Monteiro
2007 – Adrianne Maria Ribeiro de Souza
2007 – Patrícia Caiaffo de Freitas Arroxelas Galvão
2009 – Solon Otávio de França
2009 – Paulo César Oliveira de Amorim
2009 – Jefferson Félix de Melo
2009 – Júlio Olney Tenório de Godoy
2012 – Luiz Célio de Sá Leite
2013 – Rildo Vieira da Silva
2013 – Hildemar Macedo de Morais
2015 – Carlos Neves de Franca Neto Junior
2015 – Edinaldo Aureliano de Lacerda

2015 – Eliziongerber de Freitas
2015 – Francisco Assis de Morais Júnior
2015 – Rommel Silva Patriota
2015 – Danilo Félix de Azevedo
2015 – Priscila Vasconcelos Areal Cabral Farias Patriota
2016 – Elias Soares da Silva
2016 – José Arnaldo Vasconcelos da Silva
2017 – Diego Vieira Lima
2017 – Vanilson Guimarães de Santana Júnior
2017 – Fernanda Vieira Medeiros
2017 – Flávio Krok Franco
2017 – Moacir Ribeiro da Silva Júnior
2017 – Lorena Junqueira Victorasso
2017 – Vanilson Guimarães de Santana Júnior
2018 – Juliana Rodrigues Barbosa
2018 – Altamir Cléreb de Vasconcelos Santos
2018 – Paulo Alves de Lima
2018 – Paulo Rodrigo de Oliveira Maia
2019 – João Paulo Barbosa Lima
2019 – Leonardo Batista Peixoto
2019 – Hildeberto Júnior da Rocha Silvestre

Organização judiciária atual

1ª Vara Cível – Juliana Rodrigues Barbosa
2ª Vara Cível – Leonardo Batista Peixoto
Vara Criminal – João Paulo Barbosa Lima e Leonardo Batista Peixoto

Vara Regional da Infância e Juventude – Hildeberto Júnior da Rocha Silvestre
Vara da Fazenda Pública e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Moacir Ribeiro da Silva Júnior
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Vanilson Guimarães de Santana Júnior

Informações geográficas

Situada na região do Agreste pernambucano, distante 192 km do Recife, Santa Cruz do Capibaribe tem área territorial de 336 km² e população de 107.937 habitantes. Administrativamente, é constituída por três Distritos: Sede, Poço Fundo e Vila do Pará.

Feriados oficiais locais

29 de setembro – Dia do Padroeiro São Miguel
5 de outubro – Dia da morte do Padre Zuzinha
29 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Naércio Cyreno Gonçalves

Avenida Miguel Arraes de Alencar, n. 70 – Bairro: Cruz Alta – Santa Cruz do Capibaribe/PE – CEP: 55.190-000

Santa Maria da Boa Vista

O Município

A Lei Provincial n. 58, de 20 de abril de 1838, elevou a Povoação de Boa Vista à categoria de Vila, a qual foi suprimida por disposição da Lei Provincial n. 520, de 13 de maio de 1862, sendo restaurada com a Lei Provincial n. 601, de 7 de junho de 1864.

A sede da Vila de Boa Vista foi transferida para a povoação de Petrolina por força da Lei Provincial n. 921, de 18 de maio de 1870. A restauração da Vila se deu com a Lei Provincial n. 1.057, de 7 de junho de 1872.

O Município foi criado pela Lei Municipal n. 4, de 16 de janeiro de 1893, embasada na Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892. Foi elevado à categoria de Cidade com a Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909.

O Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, alterou o nome do Município de Boa Vista para Coripós. A denominação do Município foi novamente modificada em 1º de janeiro de 1954, passando a ser chamado Santa Maria da Boa Vista, em razão da Lei Estadual n. 1.682, de 2 de outubro de 1953.

A Comarca

A Comarca da Boa Vista foi criada pela Lei Provincial n. 58, de 20 de abril de 1838, instalada em 1º de outubro do mesmo ano. A Lei Provincial n. 520/1862, que suprimiu a Vila, também extinguiu a Comarca, que foi restaurada pela Lei Estadual n. 1.228, de 6 de junho de 1914.

A Comarca integra a 1ª entrância e possui vara única. O Ministério Público tem sede própria, e a Justiça Eleitoral funciona no fórum, que foi inaugurado em 8 de dezembro de 1997.

Justiça Eleitoral

Santa Maria da Boa Vista é sede da 81ª Zona Eleitoral, com 145 seções, atualmente, com 30.011 eleitores, e tem como Juiz Eleitoral João Alexandrino de Macêdo Neto.

Juízes que atuaram na Comarca

1889 – Methodio Coelho da Cruz
1912 – Agapito Pereira Jordão
1914 – Pedro Alves de Barros
1914 – Permino de Araújo Lima
1917 – Amaro Militão de Barros
1924 – Pedro de Albuquerque Vieira
1929 – José Raimundo Ribeiro de Castro
1930 – Manoel Bento da Boaventura Filho
1933 – Manoel Casado de Oliveira Nobre
1934 – Francisco Gomes da Cruz
1935 – Otávio Vieira Sampaio
1939 – Antônio Jácome Pereira de Oliveira

1942 – Jeová da Rocha Vanderlei
1944 – Otílio Guedes de Freitas Montenegro
1945 – Paulo Maciel de Sá Pereira
1946 – Aderson Antão de Carvalho
1947 – Valfrido Uchoa Cavalcante
1947 – Wilson Mota Valença
1949 – José Eugênio dos Santos
1960 – Ivan Mota Gato
1962 – José Napoleão Tavares de Oliveira
1963 – Antenor Barreto da Rocha Pimentel Belleza
1966 – João Côrte Magalhães
1967 – Possídio do Nascimento Coelho
1967 – Ítalo José de Miranda Fonseca
1968 – José Rabelo de Araújo Pimentel
1976 – José Agripino e Silva
1981 – Eloy D'Almeida Lins
1981 – José Gentil Pessoa Bezerra
1983 – Fernando Barbosa Pinto
1984 – Josias Horácio da Silva
1985 – Frederico Ricardo de Almeida Neves
1986 – Antônio de Jesus Chaves da Costa
1987 – Roberto da Silva Maior
1987 – José Ferreira Neves Neto
1989 – Délio Lustosa Cantarelli
1989 – Rinaldo Adilson de Souza
1989 – Ednaldo da Fonseca Rodrigues
1989 – Antônio Carlos Alves da Silva
1990 – Itamar Pereira da Silva
1991 – Jorge Luiz dos Santos Henriques

1992 – João Batista Lustosa da Costa
1992 – Cátia Luciene Laranjeira de Sá Sampaio
1994 – Eliane Ferraz Guimarães Novaes
1994 – Jacinéia Ferreira de Vasconcelos
1995 – Marcos Franco Bacelar
1996 – Cícero Bittencourt de Magalhães
1997 – Josafá Moreira
1998 – Climério Gutemberg Silva de Oliveira
2001 – Cícero Everaldo Ferreira Silva
2003 – Haroldo Carneiro Leão Sobrinho
2003 – Edmilson Cruz Júnior
2003 – Glacidelson Antônio da Silva
2004 – Artur Teixeira de Carvalho Neto
2005 – Carla Adriana de Assis Silva Araújo
2005 – Anna Paula Borges Coutinho
2007 – Ângela Mesquita de Borba Maranhão
2009 – Josilton Antônio Silva Reis
2009 – Edmilson Cruz Júnior
2013 – Ana Carla Dias Lucas Mascarenhas
2015 – Elder Muniz de Carvalho Souza
2017 – **João Alexandrino de Macêdo Neto (atual)**
2017 – Elane Brandão Ribeiro

Informações geográficas

A Cidade fica a 361 m de altitude, distando 606 km da capital. Tem 3.001 km² de área, onde vive uma população de, aproximadamente, 41.931 habitantes. O Município está situado na Mesorregião do São Francisco pernambucano e na Microrregião de Petrolina.

É composta pelos Distritos Sede, Caraíbas e Urimamã. Possui os seguintes povoados: Vila Rural de Cupira, Areal, Núcleo Milano, Vila Rural de Inhanhum, Assentamento Boqueirão, Assentamento Vitória I, Assentamento Vitória II, Assentamento Safra I e Assentamento Safra II.

Feriados oficiais locais

7 de junho – Dia da Emancipação Política
20 de novembro – Dia da Consciência Negra
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum da Comarca de Santa Maria da Boa Vista

Rua Projetada, s/n – Loteamento Santa Maria – Santa Maria da Boa Vista/PE – CEP: 56.380-000

Santa Maria do Cambucá

O Município

Santa Maria de Cambucá era povoado pertencente a Taquaritinga do Norte e foi elevado à categoria de Distrito pela Lei Municipal n. 41, de 25 de julho de 1895.

Pela Lei Estadual n. 4.955, de 20 de dezembro de 1963, Santa Maria do Cambucá se tornou município autônomo. A instalação ocorreu em 23 de agosto de 1964.

A Comarca

A Lei n. 10.629, de 18 de outubro de 1991, criou a Comarca de Santa Maria do Cambucá, instalada em 9 de maio de 1992, tendo como Juiz Instalador Eudes dos Prazeres França.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Santa Maria do Cambucá, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Surubim.

Justiça Eleitoral

Santa Maria do Cambucá integra a 46ª Zona Eleitoral, com sede em Vertentes. Conta com 29 seções e 10.880 eleitores cadastrados, sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral Solon Otávio de França.

Informações geográficas

Santa Maria do Cambucá está situada a 494 m de altitude, distando 114 km da capital do Estado, e tem superfície de 92 km². É composta do Distrito Sede, onde vivem, aproximadamente, 14.223 habitantes. Localiza-se na Microrregião do Alto Capibaribe da Mesorregião do Agreste pernambucano.

Juízes que atuaram na Comarca

1991 – Eudes dos Prazeres França
1992 – Jorge Luiz dos Santos Henriques
1993 – Antônio de Vasconcelos Silva
1993 – Dário Rodrigues Leite Oliveira
1994 – José Roberto Moreira
1995 – Luiz Mário de Góes Moutinho
1996 – Cristiane Gouveia de Barros
1997 – Felipe Augusto Gemir Guimarães
1998 – Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
1998 – Idílio Oliveira de Araújo
2000 – Paulo César Oliveira de Amorim
2001 – Inês Maria de Albuquerque Alves
2003 – Solon Otávio de França
2003 – Lauro Pedro dos Santos Neto
2003 – Marinês Marques Viana
2006 – Gleydson Gleber Bento Alves de Lima Pinheiro
2007 – Adrianne Maria Ribeiro de Souza
2007 – Roberto Jordão de Vasconcelos
2011 – Feliciano da Silva Nilo
2013 – Rommel Silva Patriota

2015 – Danilo Félix Azevedo
2016 – Elias Soares da Silva
2017 – Vanilson Guimarães de Santana Júnior
2018 – Leonardo Batista Peixoto
2019 – **Carla de Moraes Rego Mandetta (atual)**
2020 – Juliana Rodrigues Barbosa
2020 – João Paulo Barbosa Lima

Filho ilustre na magistratura

Nasceu em Santa Maria do Cambucá o Desembargador João David de Souza Filho, Ex-Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Feriados oficiais locais

6 de janeiro – Comemoração do Dia de Reis
7 de outubro – Festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário
20 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum João David de Souza

Rua Doutor Miguel Brás, s/n – Centro – Santa Maria do Cambucá/PE – CEP: 55.765-000

Termo Judiciário

Frei Miguelinho

O Distrito de Frei Miguelinho foi criado por Lei Municipal de 16 de novembro de 1928. Tornou-se município autônomo pela Lei Estadual n. 4.977, de 20 de dezembro de 1963, tendo sido desmembrado de Vertentes. A sua instalação ocorreu em 4 de agosto de 1964. Situado na Microrregião do Alto Capibaribe, na Mesorregião do Agreste pernambucano, é composto dos Distritos Sede e Lagoa de João Carlos e dos Povoados Chã do Carmo, Placas, Patos, Valdemar Lima, Algodão Manso, Chã Grande, Sete Ranchos e Nova Capivara. Tem área de 212 km², numa altitude de 370 m, distando 166 km da capital, com 15.546 habitantes.

Frei Miguelinho integra a 46ª Zona Eleitoral, com sede em Vertentes, com 48 seções e 11.681 eleitores cadastrados. Solon Otávio de França é o atual Juiz Eleitoral.

São Bento do Una

O Município

O Distrito de São Bento foi criado pela Lei Provincial n. 309, de 3 de maio de 1853, vinculado ao Município de Garanhuns. Passou à categoria de Vila por disposição da Lei Provincial n. 476, de 30 de abril de 1860, sendo instalado em 6 de fevereiro de 1861.

A Lei Estadual n. 440, de 8 de junho de 1900, instituiu a Cidade e a sede do Município. Mudou sua denominação para São Bento do Una com o Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943.

A Comarca

A Lei Provincial n. 1.591, de 21 de junho de 1881, criou a Comarca de São Bento, sendo instalada em 11 de janeiro de 1890 pelo Juiz Manuel Cabral de Melo.

A Comarca é classificada como de 1ª entrância e possui duas varas. A 2ª Vara foi criada pela Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007, e instalada em 5 de outubro de 2018. A OAB, a Justiça Eleitoral e o Ministério Público funcionam no prédio do fórum. A Defensoria Pública tem sede própria.

Justiça Eleitoral

A Comarca de São Bento do Una sedia a 52ª Zona Eleitoral, com 94 seções, 36.063 eleitores e tem como Juiz Eleitoral Diógenes Lemos Calheiros.

Juízes que atuaram na Comarca

1890 – Manuel Cabral de Melo
1917 – Ephfrem Esdras Eustáquio Embriassú
1941 – Cincinato Pires Raposo de Oliveira
1941 – José Ferraz Ribeiro do Valle
1943 – Miguel Braz Pereira de Lucena
1946 – José Bezerra Filho
1951 – José Tenório Cerqueira
1955 – Hélio Machado da Silva Porto
1962 – Itamar Pereira da Silva
1966 – Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho
1967 – José Agripino e Silva
1967 – Anthenor Barreto da Rocha Pimentel Belleza
1970 – João Côrte Magalhães
1973 – Ivo Isidoro de Assis
1973 – José Maria de Carvalho
1978 – Dionísio Lopes de Almeida
1978 – Duque Rodrigues de Sampaio
1979 – Luiz Carlos da Cunha Muniz
1981 – Francisco Luiz Pitta Marinho
1982 – Petrúcio Roberto Tobias Granja
1982 – Antônio de Melo e Lima
1985 – Severino Tenório Pinto

1986 – Marcílio Duque Cavalcanti
1989 – José Machado de Azevedo
1990 – Francisco Jorge de Figueiredo Alves
1992 – Djalma Andrelino Nogueira Júnior
1992 – Carlos Magno Cysneiros Sampaio
1995 – Gilvan Macêdo dos Santos
1998 – Feliciano da Silva Nilo
2002 – Marcyrajara Maria Góis de Arruda
2003 – Augusto Napoleão Sampaio Angelim
2003 – Carlos Gean Alves dos Santos
2004 – Cristiano Henrique de Freitas Araújo
2005 – Julio Cezar Santos da Silva
2006 – Milena Flores Ferraz
2006 – Natália Assis de Melo Perez
2007 – Andrian de Lucena Galindo
2013 – Marcus Vinícius Barbosa de Alencar Luz
2014 – Enéas Oliveira da Rocha
2014 – Francisco Milton Araújo Júnior
2015 – Izabela Miranda Carvalhais de Barros Vieira
2015 – Priscila Maria de Sá Torres Brandão
2016 – Guilherme Augusto de Albuquerque Arzani
2017 – Daniel Silva Paiva
2018 – Fernando Jefferson Cardoso Rapette
2019 – João Paulo Barbosa Lima
2019 – Lucas Cristóvam Pacheco
2019 – **Diógenes Lemos Calheiros (atual – 1ª Vara**)
2019 – **Torricelli Lopes Lira (atual – 2ª Vara**)

Informações geográficas

São Bento do Una dista 206 km do Recife. Tem 719 km² de área territorial e 60.042 habitantes. É composto pelos Distritos Sede e Espírito Santo. Está localizado na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Vale do Ipojuca.

Filhos ilustres na magistratura

Os magistrados Geraldo de Souza Valença e Feliciano da Silva Nilo nasceram em São Bento do Una.

Feriados oficiais locais

7 de janeiro – Dia do Padroeiro Bom Jesus dos Pobres Aflitos
30 de abril – Dia da Emancipação Política

Fórum Doutor Geraldo de Souza Valença

Avenida Doutor Manoel Cândido, s/n – Centro – São Bento do Una/PE – CEP: 55.370-000

São Caitano

O Município

O Distrito de São Caitano foi criado pela Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909. A Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, o elevou a Município, desmembrando-o de Caruaru. A instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1929.

A Comarca

A Comarca de São Caitano foi criada em 14 de fevereiro de 1945 pelo Decreto-Lei Estadual n. 1.116, tendo como primeiro Juiz de Direito Manoel Rodrigues Porto Filho.

A Comarca integra a 1ª entrância e possui vara única. O Ministério Público e a Defensoria Pública funcionam nas instalações do fórum, e a Justiça Eleitoral tem sede própria.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, as Comarcas de Cachoeirinha e Tacaimbó passam a ser agregadas à Comarca de São Caitano.

Justiça Eleitoral

São Caitano é sede da 44ª Zona Eleitoral, que também abrange o eleitorado de Tacaimbó. Conta com 87 seções e 29.535 eleitores. Tem como Juiz Eleitoral Thiago Pacheco Cavalcanti.

Juízes que atuaram na Comarca

1945 – Manoel Rodrigues Porto Filho
1955 – José Lopes de Oliveira
1956 – Alcebíades Medeiros de Siqueira Campos
1962 – José Tenório de Cerqueira
1966 – Lamartine Holanda Cavalcanti
1967 – José Antônio Amorim
1970 – Armando de Barros Figueiredo
1972 – José Ferreira Lima
1978 – Duque Rodrigues Sampaio
1986 – Francisco Manoel Tenório dos Santos
1988 – Marcelo Márcio Cardoso Fernandes
1993 – José Caubi Arraes Bandeira
1995 – Antônio de Vasconcelos Silva
2003 – Emmanuel Santos Junior
2003 – Sérgio Paulo Ribeiro da Silva
2004 – Hailton Gonçalves da Silva
2007 – Maria Magdala Sette de Barros
2010 – Marupiraja Ramos Ribas
2010 – Gleydson Gleber Bento Alves de Lima Pinheiro
2011 – José Tadeu dos Passos e Silva
2012 – Helena Cristina Madi de Medeiros
2013 – Ângela Mesquita de Borba Maranhão
2013 – Hildemar Macedo de Moraes
2014 – Silvia Virgínia Figueiredo de Amorim Batista
2015 – Ana Roberta Souza Maciel de Lira Freitas
2015 – Brasílio Antônio Guerra
2016 – Edinaldo Aureliano de Lacerda
2016 – José Tadeu dos Passos e Silva

2017 – Naiana Lima Cunha Bhering
2017 – Danilo Félix Azevedo
2018 – Altamir Cléreb de Vasconcelos Santos
2018 – Lorena Junqueira Victorasso
2019 – **Thiago Pacheco Cavalcanti (atual)**
2019 – Clélio Farias Guerra

Informações geográficas

A Cidade fica a 552 m de altitude, distando 148 km da Capital. Tem 382 km² de área, onde vive uma população de, aproximadamente, 37.368 habitantes. O Município está situado na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Vale do Ipojuca. É formado pelos Distritos Sede, Tapiraim, Maniçoba e Povoado Santa Luzia.

Feriados oficiais locais

7 de agosto – Dia do Padroeiro
11 de setembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Desembargador Alcebíades Medeiros de Siqueira Campos

Avenida Pedro Almeida do Nascimento, s/n – Centro – São Caitano/PE – CEP: 55.130-000

São João

O Município

O Sítio São João ganhou essa denominação em 1883, quando passou a ser sede de um distrito de Garanhuns, e foi elevado à categoria de Município pela Lei Estadual n. 3.280, de 25 de novembro de 1958.

Em 1959, em virtude da suspensão da lei que criou novos municípios, São João voltou à condição de Distrito de Garanhuns e somente no ano seguinte, quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da referida lei, transformou-se novamente em município autônomo. A instalação aconteceu em 16 de maio de 1962.

A Comarca

A Comarca de São João foi criada pela Lei Estadual n. 3.280, de 25 de novembro de 1958, e sua instalação se deu em 16 de maio de 1962, tendo como Juiz Instalador Valdir Barbosa.

Foi extinta pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, passando a ser Termo de Angelim, e restaurada por força da Lei n. 7.503, de 18 de novembro de 1977, tendo como Juiz Reinstalador Sócrates Otávio de França e Silva.

O fórum, inaugurado em 26 de julho de 2008, abriga salas destinadas ao Ministério Público, à Justiça Eleitoral e à Defensoria Pública. A Comarca é classificada como de 1ª entrância e possui vara única.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Palmeirina passa a ser agregada à Comarca de São João.

Justiça Eleitoral

São João é sede da 116ª Zona Eleitoral, conta com 18.494 eleitores, 47 seções, e tem como Juiz Eleitoral Andrian de Lucena Galindo.

Juízes que atuaram na Comarca

1962 – Valdir Barbosa
1965 – Antônio de Barros e Silva
1968 – Duque Rodrigues de Sampaio
1969 – Benedito Sitônio
1974 – José Agripino e Silva
1974 – Aurélio Muniz Freire
1978 – Dorgival de Verçosa Lima
1983 – Ronaldo de Barros Notaro
1985 – Cladisson Ferreira Pinto
1986 – Bartolomeu Bueno de Freitas Morais
1987 – Francisco de Carvalho Silva Gueiros Filho
1992 – Cristóvão Tenório de Almeida
1993 – Silvania Esperia da Silva
1995 – Roberto Costa Bivar

1996 – Helenita Ramos Silva
1999 – Arnaldo Spera Ferreira Júnior
2000 – Marcyrajara Maria Góis de Arruda
2003 – Cristiano Henrique de Freitas Araújo
2003 – Enéas Oliveira da Rocha
2004 – Milena Flores Ferraz
2005 – Regina Célia de Albuquerque Maranhão
2006 – Luciana Josué Raposo
2007 – Zélia Maria Pereira de Melo
2009 – Marcus Vinícius Barbosa de Alencar Luz
2013 – Rafael Souza Cardozo
2015 – Thiago Fernandes Cintra
2014 – **Andrian de Lucena Galindo (atual)**
2014 – Francisco Milton Araújo Júnior
2017 – Karla Fabíola Rafael Peixoto Dantas
2018 – Márcio Bastos Sá Barretto
2018 – Raphael Calixto Brasil
2019 – Lucas Cristóvam Pacheco

Informações geográficas

São João está a 716 m de altitude, distando 225 km da capital. Tem 258 km² de superfície e 22.899 habitantes. Localiza-se na Mesorregião do Agreste pernambucano e Microrregião de Garanhuns. Freixeiras, Volta do Rio e Taquari são seus povoados.

Filho ilustre na magistratura

O Juiz Jefferson Félix de Melo nasceu em São João.

Feriados oficiais locais

24 de junho – Dia do Padroeiro São João Batista
25 de novembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Doutor Lito D'Azevedo e Silva Filho

Avenida José Clemente da Rocha, s/n – Centro – São João/PE – CEP: 55.435-000

São Joaquim do Monte

O Município

A povoação originariamente chamada São Joaquim foi elevada à categoria de Vila pela Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909. Passou a distrito do Município de Bonito através da Lei Municipal n. 2, de 7 de março de 1912.

A Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, criou o Município de São Joaquim, desmembrando-o de Bonito, e sua instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1929.

O Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, modificou o topônimo do Município para Camaratuba e, finalmente, tornou-se São Joaquim do Monte em virtude da Lei Estadual n. 416, de 31 de dezembro de 1948.

A Comarca

A Comarca de São Joaquim do Monte (com a antiga denominação Camaratuba) foi criada pelo Decreto-Lei Estadual n. 1.116, de 14 de fevereiro de 1945, que deu execução ao Decreto-Lei Federal n. 7.300, de 6 de fevereiro de 1945.

É classificada como Comarca de 1ª entrância. Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a

Comarca de São Joaquim do Monte passa a ser agregada à Comarca de Bonito.

Justiça Eleitoral

São Joaquim do Monte integra a 132ª Zona Eleitoral, com sede em Camocim de São Félix, e conta com 16.822 eleitores e 61 seções. Tem como Juiz Eleitoral Clélio Farias Guerra.

Juízes que atuaram na Comarca

1945 – Antônio Correia de Araújo
1947 – Pedro Cabral de Andrade
1947 – Djaci Alves Falcão
1948 – José Fernando Cabral de Andrade
1949 – Hermes da Sylva Júnior
1950 – Lívio Vieira da Cunha
1951 – Aderson Antão de Carvalho
1952 – Antônio Viana de Figueira
1953 – Pedro de Souza Barreto Primo
1953 – José Adolfo Sobrinho
1954 – José Lopes de Oliveira
1955 – José Albino de Aguiar
1956 – Pedro Ezequiel da Silva
1962 – Antônio Cabral Monteiro
1962 – José Figueiroa
1963 – Agenor Ferreira de Lima
1969 – Gilberto da Silva
1970 – Pedro Fernandes de Oliveira
1971 – Francisco Muniz Arraes

1973 – Maurício Lins Galvão
1981 – Marcílio de Sampaio Carvalho
1981 – José Rabelo de Araújo Pimenta
1981 – Lindolfo Cabral Pimentel
1886 – Luiz Fernando Lapenda Figueiroa
1990 – Antônio Floriano da Silva Filho
1992 – Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas
1992 – Jeanine de Almeida Sodré da Mota
1993 – Jorge Luiz dos Santos Henriques
1993 – Flávio Augusto Fontes de Lima
1994 – Robinson José de Albuquerque Lima
1995 – Severino Coutinho da Silva
1995 – José Romero Maciel de Aquino
1998 – Patrícia Rodrigues Ramos Galvão
2000 – Elson Zopellaro Machado
2000 – José Arnaldo Vasconcelos da Silva
2003 – Valéria Maria de Lima Melo
2006 – Severiano de Lemos Antunes Júnior
2009 – Clélio Farias Guerra
2009 – Severiano Coutinho da Silva
2011 – Brasílio Antônio Guerra
2012 – Maria Adelaide M. de Abreu Lacerda Melquíades
2013 – **Valdelício Francisco da Silva (atual)**
2013 – Silvia Virgínia Figueiredo de Amorim Batista
2013 – Fabíola Michele Muniz Mendes Freire de Moura
2014 – José Adelmo Barbosa da Costa Pereira
2015 – Ana Paula Viana Silva de Freitas
2017 – Murilo Borges Koerich
2018 – Altamir Cléreb de Vasconcelos Santos

Informações geográficas

A Cidade fica a 463 m de altitude, distando 133 km da capital. Tem 232 km² de área, onde vive uma população de 21.356 habitantes. O Município é dividido em três distritos: Sede, Barra do Riachão e Santana de São Joaquim. Monte Alegre e Cajueiro são seus povoados. Está situado na Microrregião do Brejo e Mesorregião do Agreste pernambucano.

Filhos ilustres na magistratura

Os Juízes Glacidelson Antônio da Silva, Artur Cezar Franklin e Sebastião Cabral de Carvalho nasceram em São Joaquim do Monte.

Feriados oficiais locais

6 de janeiro – Dia de Reis
6 de julho – Dia do Padroeiro São Joaquim
11 setembro – Dia da Emancipação Política do Município

Fórum José de Andrade Guedes

Praça Doutor Adalberto de Oliveira, n. 33/61 – Centro – São Joaquim do Monte/PE – CEP: 55.670-000

São José da Coroa Grande

O Município

O Distrito de São José da Coroa Grande foi criado pela Lei Municipal n. 5, de 30 de dezembro de 1901, integrante do território do Município de Barreiros. Em 9 de dezembro de 1938, conforme a Lei Estadual n. 235, teve o nome mudado para Puiraçu. Com a Lei Estadual n. 3.340, de 31 de dezembro de 1958, tornou-se município autônomo, voltando a denominar-se São José da Coroa Grande. Sua instalação ocorreu em 11 de abril de 1962.

A Comarca

A Lei Estadual n. 3.340, de 31 de dezembro de 1958, que criou o Município de São José da Coroa Grande, também criou a Comarca. Sua instalação ocorreu em 15 de maio de 1962.

Com o Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, a Comarca foi extinta, passando a ser Termo da Comarca de Barreiros.

A restauração da Comarca ocorreu com a Lei n. 10.629, de 18 de outubro de 1991, e sua reinstalação se deu em 11 de abril de 1993, através do Ato do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho.

Foi novamente desinstalada pelo Ato n. 144, de 3 de fevereiro de 1999, do Presidente Desembargador Etério Ramos Galvão,

voltando a ser Termo da Comarca de Barreiros. Posteriormente, através do Ato n. 1.624, publicado em 8 de novembro de 2001, a Comarca foi reinstalada pelo Juiz de Direito Rogério Lins e Silva.

Atualmente, é Comarca de 1ª entrância e vara única. O atual fórum foi inaugurado em 11 de janeiro de 2012, durante a gestão do Desembargador José Fernandes de Lemos.

Justiça Eleitoral

São José da Coroa Grande é Termo Eleitoral de Barreiros, que é sede da 42ª Zona Eleitoral, contando com 36 seções e 16.226 eleitores, sob a responsabilidade do Juiz de Direito Rodrigo Caldas do Valle Viana.

Juízes que atuaram na Comarca

1962 – Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho
1983 – Anthenor Pimentel Belleza
1987 – Ives Miranda Mayal
1989 – Josué Antônio Fonseca de Sena
1991 – Dorgival Soares de Souza
1993 – Antônio Carlos dos Santos
1994 – Otoniel Ferreira dos Santos
1995 – Marcone José Fraga do Nascimento
1996 – Roberto Carneiro Pedrosa
1997 – Carlos Damião Pessoa Costa Lessa
1998 – Sônia Stamford Magalhães Melo
1999 – Arnóbio Amorim Araújo Junior
2001 – Rogério Lins e Silva
2002 – Ana Luíza Wanderley de Mesquita

2002 – Antônio Carlos dos Santos
2003 – Cristina Reina Montenegro de Albuquerque
2004 – Carla Vasconcelos Rodrigues
2004 – Andrea Rose Borges Cartaxo
2006 – Helena Madi Medeiros
2007 – Sander Fítney Brandão de Menezes Correia
2016 – Marcelo Góes de Vasconcelos
2017 – Fábio Corrêa Barbosa
2018 – Rodrigo Caldas do Valle Viana
2019 – **Fernando Jefferson Cardoso Rapette (atual)**

Informações geográficas

Situado na Zona da Mata Sul, a 123 km do Recife, São José da Coroa Grande tem uma área de 69 km² e uma população de 21.586 habitantes. O Município é constituído apenas do Distrito Sede, mas conta com dois povoados importantes: Várzea do Una e Abreu do Una.

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia do Padroeiro São José
11 de abril – Dia da Emancipação Política

Fórum Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Rua Inaldo Moraes Acioli, Centro, s/n – São José da Coroa Grande/PE

São José do Belmonte

O Município

A Lei provincial n. 1.085, de 24 de abril de 1873, criou o Distrito de Belmonte, subordinado ao Município de Vila Bela, atual Serra Talhada, do qual foi desmembrado pelo Decreto Estadual n. 20, de 2 de outubro de 1890.

Tornou-se município autônomo em 26 de junho de 1893, com base na Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892, e sua instalação ocorreu em 11 de junho de 1894.

O Município teve seu topônimo alterado para Manissobal através do Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943. Passou a denominar-se São José do Belmonte por força da Lei Estadual n. 1.770, de 7 de dezembro de 1953.

A Comarca

A Comarca de Belmonte foi criada por ato do governo de 10 de julho de 1890, segundo ofício da Intendência de Floresta e classificada como de 1ª entrância pelo Decreto n. 577, de 17 de julho de 1890. Foi instalada em 7 de agosto do mesmo ano, na presença do Juiz Instalador Augusto Abel Peixoto de Miranda Henriques. Posteriormente, foi suprimida através de ato do Governo do Estado do

dia 10 de outubro do referido ano, quando Belmonte voltou a fazer parte da Comarca de Vila Bela.

O Decreto n. 132, de 6 de junho de 1922, determinou a restauração da Comarca, tendo sido novamente extinta por meio da Lei Estadual n. 1.650, de 22 de maio de 1924. Depois, o Decreto-Lei n. 629, de 6 de junho de 1941, restaurou a Comarca.

O fórum possui espaço destinado ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

É Comarca de 1ª entrância e possui vara única.

Justiça Eleitoral

São José do Belmonte é sede da 74ª Zona Eleitoral, com 107 seções, 25.116 eleitores, e tem como Juiz Eleitoral João Bosco Leite dos Santos Júnior.

Juízes que atuaram na Comarca

1890 – Augusto Abel Peixoto de Miranda Henriques
1891 – José Antônio
1894 – Sérgio Marques Magalhães
1900 – Manoel Nunes Correia
1907 – João Baptista de Miranda Souza Júnior
1908 – Felisberto dos Santos Pereira
1919 – José Joaquim Caldas Rocha
1920 – Affonso de Miranda Leal
1920 – José Duarte Santos de Vasconcelos
1923 – Timoleão Augusto de Albuquerque Maranhão
1924 – Cláudio da Cunha Cavalcanti
1925 – Luiz Duarte de Alencar

1928 – João Jungmann
1929 – Sócrates Gonçalves de Medeiros
1930 – Américo Gonçalves de Albuquerque
1931 – Benedito Marques Vieira
1931 – José Demétrio de Paula Mendes
1932 – Moacyr Carneiro Campelo
1933 – Augusto Zacarias da Silva
1935 – Ramiro Claudino da Silva
1935 – Manuel Ildelfonso Pereira de Lucena
1936 – Antônio Joaquim da Silva
1936 – Manoel Machado da Cunha Cavalcanti
1937 – Oscar Loureiro
1938 – Agripino Ferreira da Nóbrega
1938 – Adauto Maia
1938 – Inocêncio Cavalcanti de Novaes
1939 – José Bezerra Dantas
1941 – Renato Dornelas Câmara
1941 – Miguel Braz Pereira de Lucena
1943 – Clóvis Ferreira Lima
1944 – Euclides Rodrigues de Carvalho
1945 – Luiz Gonzaga Ribeiro Reis
1952 – Salustiano Cavalcanti de Albuquerque
1952 – Aníbal Baltazar de Souto Maior
1955 – Onevaldo Fernandes Maia
1955 – Alcindo Torres de Carvalho Lopes
1962 – José Ramos Angelim
1966 – Joaquim Rodrigues de Castro
1968 – Márcio de Albuquerque Xavier
1968 – Amaro José de Araújo

1970 – José de Ribamar Teles de Araújo
1972 – Ítalo José de Miranda Fonseca
1975 – Jones Figueirêdo Alves
1990 – Emiliano Eustáquio da Silva
1998 – Francisco de Assis Timóteo Rodrigues
2003 – Otávio Ribeiro Pimentel
2011 – Fabíola Michele Muniz Mendes Freire de Moura
2013 – Elaine Cristine de Carvalho Miranda
2013 – Michele Oliveira Chagas Silva
2014 – Murilo Borges Koerich
2014 – José Gonçalves de Alencar
2015 – Verônica Gómez Lourenço
2016 – Matheus de Carvalho Melo Lopes
2017 – Tatiana Lapa Carneiro Leão
2017 – João Paulo Barbosa Lima
2018 – Carla de Moraes Rego Mandetta
2019 – Daladiê Duarte Souza
2019 – Jandercleison Pinheiro Jucá
2019 – **João Bosco Leite dos Santos Júnior (atual)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 486 m de altitude, distando 470 km da capital, com 1.474 km² de área. É constituída pelos Distritos Sede e Bom Nome e pelos Povoados Carmo, Jatobá e Serrote, onde vive uma população de 34.021 habitantes. O Município está situado na Mesorregião do Sertão de Pernambuco e Microrregião de Salgueiro.

Filho ilustre na magistratura

O Desembargador Edgar Sobreira de Moura nasceu em São José do Belmonte.

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia do Padroeiro São José
26 de junho – Emancipação Política do Município
15 de setembro – Dia de Nossa Senhora das Dores

Fórum Doutor Geraldo Sobreira de Moura

Avenida Euclides de Carvalho, s/n – Centro – São José do Belmonte/ PE – CEP: 56.950-000

São José do Egito

O Município

O Distrito de São José da Ingazeira, pertencente ao Município de Ingazeira, foi criado pela Lei n. 1.028, de 21 de março de 1872. Foi elevado à categoria de Vila pela Lei Provincial n. 1.260, de 25 de maio de 1877, desmembrado de Afogados da Ingazeira. Com a Lei Provincial n. 1.428, de 11 de abril de 1881, teve o seu topônimo alterado para São José do Egito. Tornou-se município autônomo em 16 de maio de 1893, pela Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892. A sede municipal foi elevada à categoria de Cidade em 1º de julho de 1909, pela Lei Estadual n. 991.

A Comarca

Por ato do governador do Estado, de 9 de abril de 1894, São José do Egito passou a ter organização judiciária independente do Município de Ingazeira ao qual estava anexado. A Comarca foi instalada em 12 de março de 1884, tendo como instalador o Juiz Levino Vieira de Macedo Lima.

Pela Resolução n. 10, de 28 de dezembro de 1970, a Comarca de São José do Egito foi elevada à 2ª entrância. Com a Lei Complementar n. 22, de 3 de fevereiro de 1999, a Comarca voltou a ser classificada como de 1ª entrância e, posteriormente, a Lei Comple-

mentar n. 42, de 26 de dezembro de 2001, a elevou, mais uma vez, para 2ª entrância.

Em 7 de dezembro de 2012, foi instalada a 2ª vara da Comarca, criada pela Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007, tendo como instalador o Juiz Adelson Freitas de Andrade Junior.

O Ministério Público, a Justiça Eleitoral e a Defensoria Pública possuem sedes próprias. A OAB funciona no prédio do fórum, inaugurado em julho de 1984, na gestão do Presidente Benildes de Souza Ribeiro.

São José do Egito tem como Termo Judiciário Santa Terezinha.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Tuparetama passa a ser agregada à Comarca de São José do Egito.

Justiça Eleitoral

São José do Egito é sede da 68ª Zona Eleitoral, com 73 seções, atualmente, com 22.124 eleitores, tendo como Juíza Tayná Lima Prado. Possui como Termo Eleitoral Tuparetama.

Juízes que atuaram na Comarca

1894 – Francisco de Faria Castro
1918 – Fausto de Oliveira Campos
1934 – Severino Alves Leite
1935 – Amaro de Lira e César
1939 – Manoel Casado de Oliveira Nobre
1939 – José Luis de Sá Fonseca
1940 – Ângelo Jordão de Vasconcelos Filho
1941 – Lito de Azevedo e Silva Filho

1942 – Rubem Benvindo Ferreira Costa
1944 – Cláudio de Moraes Vasconcelos
1945 – Pedro Martiniano Lins
1947 – Antônio Correa de Araújo
1948 – Franklin Dantas Filho
1948 – Milton de Araújo Barbosa
1950 – Francisco de Assis Rosa e Silva Sobrinho
1951 – Torquato Francisco Pereira
1953 – José Higino Ribeiro Campos
1958 – Onofre de Barros
1961 – Lamartine de Holanda Cavalcanti
1961 – Manoel da Santa Cruz Valadares
1963 – Ed-Ek Gonçalves Lopes
1968 – Etério Ramos Galvão Filho
1969 – Vânio Fox da Rocha Ferreira
1972 – Ozael Rodrigues Veloso
1973 – Leonísio Lopes de Oliveira
1974 – Márcio de Albuquerque Xavier
1976 – Aristóteles de Siqueira Campos
1984 – Marcos Antônio Tavares de Albuquerque
1984 – Nilvan Alves Macena
1985 – Alberto Nogueira Virgínio
1985 – Cláudio Jean Nogueira Virgínio
1985 – Cladisson Ferreira Pinto
1989 – Rosalvo Maia Soares
1991 – Mauro Alencar de Barros
1991 – Luis Gustavo Mendonça de Araújo
1992 – Paulo de Oliveira Menezes
1994 – Carlos Magno Cysneiros Sampaio

1995 – José Tadeu dos Passos e Silva
1995 – André Calmom de Almeida Cezar
1999 – Draulternani Melo Pantaleão
2003 – José Francisco Almeida Filho
2003 – Edilson Rodrigues Moura
2004 – Roseane Lima Moura Padilha
2005 – Severiano de Lemos Antunes Júnior
2006 – Anna Regina Lemos Robalinho de Barros
2006 – Fabíola Michele Muniz Mendes Freire de Moura
2008 – Luiz Célio de Sá Leite
2009 – Ana Marques Veras
2012 – Adelson Freitas de Andrade Junior
2012 – Gustavo Mattedi Regiani
2012 – José Carvalho de Aragão Neto
2012 – Maria do Rosário de Arruda Oliveira
2012 – Márcio Araújo dos Santos
2013 – Maria da Conceição Godoi Bertholini
2015 – Brenda Azevedo Paes Barreto Teixeira
2015 – Raquel Barofaldi Bueno
2016 – Hildeberto Junior da Rocha Silvestre
2016 – Paulo Rodrigo de Oliveira Maia
2017 – Pablo de Oliveira Santos
2017 – Mariana Zenaide Teófilo Gadelha
2018 – **Tayná Lima Prado (atual – 1ª Vara)**
2019 – **Carlos Henrique Rossi (atual – 2ª Vara)**
2019 – Mirella Patrício da Costa Neiva
2020 – Jorge William Fredi
2020 – Fernando Cerqueira Marcos

Informações geográficas

A Cidade fica a 585 m de altitude, distando 362 km da capital. Tem 794 km² de área, onde vive uma população de, aproximadamente, 34.056 habitantes. O Município está situado na Mesorregião Sertão pernambucano e na Microrregião do Pajeú. Possui como Distritos Tigre, Riacho do Meio e Bonfim.

Filhos ilustres na magistratura

Os magistrados Francisco Manoel Tenório dos Santos, Demócrito Ramos Reinaldo Filho, Geraldo Magela Dantas Campos, José Tadeu dos Passos e Silva, Valdério de Siqueira Vasconcelos e Manoel da Santa Cruz Valadares nasceram em São José do Egito.

Feriados oficiais locais

6 de janeiro – Dia de Reis
9 de março – Data da Emancipação Política
19 de março – Dia do Padroeiro São José
24 de junho – Festa de São João

Fórum Juiz Fausto Campos

Rua 25 de Agosto, s/n – Centro – São José do Egito/PE –
CEP: 56.700-000

Termo Judiciário

Santa Terezinha

Santa Terezinha era distrito pertencente ao Município de São José do Egito. Em 1963, foi constituído município autônomo pela Lei Estadual n. 4.900, de 20 de dezembro de 1963, que elevou sua sede à categoria de Cidade. Sua instalação ocorreu em 6 de março de 1964. Administrativamente, o Município é composto pelo Distrito Sede e pelo Povoado Tigre.

Fica situado na Mesorregião do Sertão pernambucano e na Microrregião do Pajeú, com área de 200 km², a uma distância de 396 km da capital, numa altitude de 813 m e população de 11.865 habitantes.

Santa Terezinha integra a 99ª Zona Eleitoral, com sede em Itapetim, contando com 28 seções e 7.653 eleitores, tendo como Juiz Eleitoral Carlos Henrique Rossi.

São Lourenço da Mata

O Município

O Distrito de São Lourenço da Mata foi criado por Alvará de 13 de outubro de 1775. A Lei Provincial n. 1.805, de 13 de junho de 1884, criou a Vila e o Município de São Lourenço, composto de territórios desmembrados do Recife e de Paudalho, tendo sido instalado em 10 de janeiro de 1890.

Tornou-se município autônomo pela Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

São Lourenço foi elevado à condição de Cidade pela Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909, com a denominação de São Lourenço da Mata.

Com o Decreto-Lei n. 235, de 9 de dezembro de 1938, o Município passou a denominar-se São Lourenço, porém, com o Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, seu topônimo retornou a São Lourenço da Mata.

A Comarca

A Lei que criou o Município (Lei Provincial n. 1.805/1884) criou também a Comarca, desmembrada da de Olinda, que foi instalada em 13 de janeiro de 1890, sendo seu primeiro Juiz de Direito Gonçalo Paes de Azevedo Faro e Juiz Municipal Rodolfo Carvalho.

Pela Lei Estadual n. 697, de 20 de junho de 1904, passou a ser Termo Judiciário de Paudalho. Sua restauração se deu pela Lei Estadual n. 1.316, de 10 de junho de 1916. O Ato n. 351, de 14 de junho de 1920, extinguiu a Comarca novamente. A restauração, dois anos depois, resultou do Ato n. 130, de 10 de abril de 1922.

Pelo Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, foi anexado o Termo de Paudalho, posteriormente desmembrado da Comarca pelo Decreto-Lei Estadual n. 1.116, de 14 de fevereiro de 1945.

Atualmente, é Comarca de 2ª entrância, com três varas cíveis, uma criminal e um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC).

A Justiça Eleitoral, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Justiça do Trabalho possuem sedes próprias.

Justiça Eleitoral

São Lourenço da Mata é sede da 13ª Zona Eleitoral, composta por 207 seções, com 74.802 eleitores e, atualmente, está sob a responsabilidade da Juíza Eleitoral Marinês Marques Viana.

Juízes que atuaram na Comarca

1890 – Gonçalo Paes de Azevedo Faro
1890 – Rodolfo Carvalho
1894 – Eduardo Estanislau da Costa
1894 – Luiz Eugênio de Araújo Pinheiro
1894 – Fortunato Raphael Alves de Carvalho
1894 – Luiz Salazar da Veiga Pessoa
1900 – Salvador Celso de Albuquerque

1908 – Júlio Machado Guimarães
1908 – João Baptista Corrêa de Oliveira
1922 – Francisco Coelho Barboza
1923 – Joaquim Pedro Campelo de Souza
1924 – José Marcelino da Rosa e Silva Filho
1924 – José Julião Regueira Pinto de Souza
1926 – João Jungmann
1931 – Álvaro Simões Barbosa
1935 – Aprígio Gomes de Mello Cavalcanti
1938 – Arnulpho Lins e Silva
1938 – Edgard de Sá Cavalcanti de Albuquerque
1940 – Otávio Bandeira de Lima Coutinho
1948 – Cláudio de Moraes Vasconcelos
1949 – Severino Correia de Araújo
1953 – José Martins de Souza Leão
1957 – Rubem Bemvindo Ferreira Costa
1964 – Salustiano Cavalcanti de Albuquerque
1966 – André Alves de Melo
1966 – Ivan Malta Gatto
1975 – Josué Custódio de Albuquerque
1978 – José de Oliveira Lima Filho
1978 – Antonio Pessoa Leite
1978 – Beraldo de Arruda Veras
1979 – João Côrte Magalhães
1983 – José Alves de Queiroz
1985 – Roberto Wanderley Nogueira
1986 – José Nunes Costa
1986 – Fernando Rodrigues Beltrão
1989 – Gualter Carlos de Alencar

1990 – Walter Gomes de Mello
1990 – Fernando Menezes Silva
1991 – Évio Marques da Silva
1992 – Joaquim Pereira Lafayette Neto
1993 – Sandoval José de Assis e Silva
1994 – Nilbson Rogério Silva Galindo
1995 – Rafael José de Menezes
1995 – Karina Pinheiro D'Almeida Lins
1995 – Alexandre Sena de Almeida
1995 – Flávio Augusto Fontes de Lima
1996 – Honório Gomes do Rego Filho
1997 – Simone Cristina Barros
1998 – Julio Cezar Santos da Silva
2001 – José Gilmar da Silva
2003 – Ana Emília Correa de Oliveira Melo
2005 – Djaci Salustiano de Lima
2009 – **Marinês Marques Viana (atual – 1ª Vara Cível e CEJUSC**)
2012 – Gerson Barbosa da Silva Junior
2013 – Aldileide Paes Miranda Galindo
2013 – **José Wilson Soares Martins (atual – Vara Criminal)**
2015 – Natália Assis de Melo Perez
2015 – Danielle Christine Silva Melo Burichel
2017 – Rafael Sindoni Feliciano
2019 – Gustavo Augusto de Albuquerque Arzani
2019 – Iarly José Holanda de Souza
2019 – **Vivian Gomes Pereira (atual – 2ª e 3ª Varas Cíveis**)

Informações geográficas

A Cidade está a 16 m de altitude, distando da capital 18 km, com superfície de 264 km². Compõe-se administrativamente dos Distritos Sede e Nossa Senhora da Luz, onde vive uma população de 102.895 habitantes. Está situado na Microrregião do Recife e Mesorregião Metropolitana.

Filho ilustre na magistratura

O Desembargador Eudes dos Prazeres França nasceu em São Lourenço da Mata.

Feriados oficiais locais

10 de janeiro – Dia da Emancipação Política
10 de agosto – Dia do Padroeiro São Lourenço

Fórum Desembargador Paulo André Dias da Silva

Rua Tito Pereira, n. 267 – Centro – São Lourenço da Mata/PE – CEP: 54.730-970

São Vicente Férrer

O Município

A Lei Provincial n. 581, de 30 de abril de 1864, criou o Distrito de São Vicente subordinado ao Município de Macaparana. Com a Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909, foi elevado à categoria de Vila.

A Lei Estadual n. 1.818, de 29 de dezembro de 1953, criou o município com a denominação de São Vicente Férrer, instalado em 24 de julho de 1954.

A Comarca

A Comarca de São Vicente Férrer foi criada pela mesma Lei Estadual n. 1.818, de 29 de dezembro de 1953, instalada em 20 de setembro de 1954 pelo Juiz Aníbal Baltar Souto Maior.

Foi extinta pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, e passou a Termo Judiciário da Comarca de Macaparana. Foi restaurada pela Lei n. 10.629, de 18 de outubro de 1991, reinstalada em junho de 1992 pelo Juiz Ricardo Pessoa dos Santos.

Desativada por força do Ato n. 2.099, de 10 de dezembro 1998, voltou a ser Termo de Macaparana. Mais uma vez, a Comarca foi reinstalada no dia 10 de agosto de 2001, através do Ato n. 1.127/2001, publicado em 9 de agosto de 2001, do Desembargador Nildo Nery dos Santos, tendo como Juiz Reinstalador João José Rocha Targino.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de São Vicente Férrer, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Macaparana.

Justiça Eleitoral

São Vicente Férrer integra a 90ª Zona Eleitoral, com sede em Macaparana. É composta por 37 seções, conta com 13.771 eleitores e tem como Juiz Eleitoral Danilo Félix Azevedo.

Juízes que atuaram na Comarca

1954 – Aníbal Baltar Souto Maior
1960 – Waldemar Reis da Silva Rêgo
1962 – Ruy Ávila Pessoa
1967 – José Xavier Moraes
1992 – Ricardo Pessoa Borges dos Santos
1994 – Karina Pinheiro D'Almeida Lins
1995 – Saulo Fabianne de Melo Ferreira
1998 – Severino Bezerra do Nascimento
1998 – Ivon Vieira Lopes
1998 – Patrícia Rodrigues Ramos Galvão
1999 – Rafael José de Menezes
2000 – Milton Santana Lima Filho
2002 – Valdelício Francisco da Silva
2003 – Orleide Rosélia Nascimento Silva
2007 – Isabelle Moitinho Pinto
2008 – Rildo Vieira da Silva
2012 – Polireda Madaly Bezerra de Medeiros
2012 – Severino Rodrigues de Sousa

2013 – Luciana Marinho Pereira de Carvalho
2015 – Raquel Evangelista Feitosa
2016 – André Rafael de Paula Batista Elihimas
2017 – Carlos Antônio Sobreira Lopes
2017 – Gabriel Araújo Pimentel
2019 – **Danilo Félix Azevedo (atual)**
2020 – Felipe Arthur Monteiro Leal

Informações geográficas

São Vicente Férrer está situada a 419 m de altitude, dista 130 km da capital e tem 113 km² de área. É constituída pelos Distritos Sede e Siriji e pelos Povoados Coque e Chã Esquecida.

Detém população de, aproximadamente, 18.018 habitantes e está localizado na Mesorregião do Agreste pernambucano e Microrregião do Médio Capibaribe.

Feriados oficiais locais

2 de fevereiro – Dia de Nossa Senhora do Rosário
5 de abril – Dia do Padroeiro São Vicente Férrer
1ª segunda-feira após o último final de semana de novembro – Dia da Ressaca da Festa da Banana
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição
30 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Ivo Leitão de Melo Filho

Rua João Pessoa, n. 36 – Centro – São Vicente Férrer/PE – CEP: 55.860-000

Serra Talhada

O Município

Em 18 de abril de 1838, por força da Lei Provincial n. 52, foi criado o Distrito de Villa Bella, subordinado ao Município de Flores, tornando-se Vila no dia 6 de maio de 1851, com a Lei Provincial n. 280. A Vila foi instalada em 9 de setembro de 1851.

Em 1893, a Vila foi elevada à categoria de Município com base na Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

Em 1º de julho de 1909, pela Lei Estadual n. 991, Villa Bella passou a ser Cidade. Em 1939, pelo Decreto Estadual n. 336, de 15 de junho, a Cidade passou à denominação de Serra Talhada.

A Comarca

A Comarca de Serra Talhada foi criada, ainda com o nome de Vila Bela, pela Lei Provincial n. 1.057, de 7 de junho de 1872. Antes disso, no ano de 1851, Vila Bela havia sediado a Comarca de Pajeú das Flores.

A Comarca foi extinta passando a ser Termo Judiciário de Triunfo, por disposição da Lei Estadual n. 1.315, de 10 de junho de 1916, sendo restaurada em 1922, pelo Decreto n. 132, de 6 de junho do mesmo ano.

A Comarca é de 2ª entrância e, hoje, é constituída por duas varas cíveis, uma vara criminal, uma Vara Regional da Infância e Juventude e um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC). Este último foi criado pela Lei Complementar n. 353, de 23 de março de 2017, e instalado em 18 de janeiro de 2019. Já a Vara Regional da Infância e Juventude foi instalada em 5 de dezembro de 2019.

Um novo fórum foi inaugurado na Comarca em 26 de janeiro de 2016. O Ministério Público, a Justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho têm sedes próprias. A Defensoria Pública funciona nas dependências do fórum. Serra Talhada possui Subseccional da OAB/PE.

Justiça Eleitoral

Serra Talhada sedia a 71ª Zona Eleitoral, com 179 seções e 58.477 eleitores alistados. Atualmente, responde como Juiz Eleitoral Marcus César Sarmento Gadelha.

Juízes que atuaram na Comarca

1872 – Joaquim Gonçalves Lima
1873 – Francisco Luís Correia de Andrade
1876 – Arcôncio Primo da Silva
1878 – Manuel Joaquim Ferreira Esteves Júnior
1897 – Eduardo Correia da Silva
1901 – Joaquim Monteiro Diniz
1907 – João Severiano Carneiro da Cunha
1912 – Amaro Monteiro de Barros Corrêa
1912 – Antônio de Moraes Mello Avellino

1914 – Armando de Albuquerque Pereira de Oliveira
1915 – Januário Baptista do Amaral
1917 – Luiz Fernandes Parente Vianna
1917 – Félix Cavalcante da Cunha Rego
1918 – Antônio Franklin Ferreira Gouveia
1919 – Affonso de Miranda Leal
1922 – Augusto Santa Cruz Oliveira
1923 – Cândido Marinho da Silva
1924 – Luiz Pereira da Costa
1925 – Antônio Rufino da Silva
1925 – Augusto Salustiano
1926 – Júlio José Bezerra
1928 – João Carlos Ribeiro Roma
1930 – Manoel José Marinho
1931 – José Demétrio de Paula Mendes
1932 – Benedicto Marques Vieira
1935 – Oscar Loureiro
1938 – Agripino Ferreira da Nóbrega
1938 – José Bezerra Dantas
1939 – Luiz Gomes de Sá
1939 – Manoel Agripino do Rego Barros
1941 – Renato Dornelas Câmara
1945 – Aníbal Wanderley Cavalcanti
1946 – Djaci Alves Falcão
1946 – José Ribeiro Campos
1947 – Sinval Montezuma Lins
1949 – Luis Gonzaga Ribeiro dos Reis
1950 – João Batista Neto
1952 – Salustiano Cavalcanti de Albuquerque

1952 – Nelson Fialho dos Reis
1954 – Onevaldo Fernandes Maia
1957 – Francisco Carneiro Menezes
1959 – Geraldo de Sousa Valença
1960 – José Thomaz da Silva Ramos
1964 – Irajá D'Almeida Lins
1964 – João Côrte Magalhães
1969 – Ruy Trezena Patu
1970 – Ivonaldo Pereira de Miranda
1972 – Ítalo José de Miranda Fonseca
1979 – Vânio Fox da Rocha
1983 – Clodoaldo Bezerra de Souza e Silva
1987 – Alcides Déricles Caminha
1992 – José Machado de Azevedo
1992 – José Caubi Arraes
1993 – Francisco de Assis Timóteo Rodrigues
1994 – Adeildo Nunes
1995 – Sérgio Paulo Ribeiro da Silva
1996 – Luiz Sérgio Silveira Cerqueira
1996 – Isânia Maria Moreira Reis
1998 – Maria Eliane Cabral Campos Carvalho
1999 – Clóvis Silva Mendes
1999 – Carlos Gean Alves dos Santos
1999 – Odilon Oliveira Neto
2003 – José Francisco Almeida Filho
2005 – Sílvia Virgínia de A. Batista
2005 – Artur Teixeira de Carvalho Neto
2005 – Ana Virgínia da Costa Carvalho Albuquerque
2005 – Edilson Moura Rodrigues

2005 – José Maria de Carvalho Júnior
2006 – Otávio Ribeiro Pimentel
2010 – Márcio Araújo dos Santos
2011 – José Carvalho de Aragão Neto
2011 – Luciana Marinho Pereira de Carvalho
2012 – Evandro de Melo Cabral
2012 – Flávia Fabiane Nascimento Figueira
2013 – Gustavo Mattedi Regiani
2013 – Gustavo Valença Genú
2014 – Gilvan Macedo dos Santos
2015 – Alexandra Loose
2015 – Larissa da Costa Barreto
2015 – **Marcus César Sarmento Gadelha (atual – Vara Criminal)**
2017 – **Diógenes Portela Sabóia Soares Torres (atual – 1ª Vara Cível e CEJUSC)**
2017 – Augusto Cézar de Sousa Arruda
2017 – **José Anastácio Guimarães Figueirêdo Correia (atual – 2ª Vara Cível e Vara Regional da Infância e Juventude**)

Informações geográficas

Situada na Mesorregião do Sertão e Microrregião do Pajeú, distante 415 km da capital, Serra Talhada tem área territorial de 2.980 km² e população de 86.350 habitantes.

Administrativamente, é constituída de nove Distritos: Sede, Bernardo Vieira, Santa Rita, Caiçarinha da Penha, Luanda, Logradouro, Varzinha, Tauapiranga e Pajeú.

Feriados oficiais locais

6 de maio – Dia da Emancipação Política
8 de setembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Penha

Fórum Juiz Clodoaldo Bezerra de Souza e Silva

Rua Cabo Joaquim da Mata, s/n – Tancredo Neves – Serra Talhada/PE – CEP: 56.909-115

Serrita

O Município

A Lei Municipal n. 2, de 16 de novembro de 1892, criou o Distrito de Serrinha pertencente a Salgueiro. Em 1º de julho de 1909, pela Lei n. 991, tornou-se Vila. Serrinha foi elevada à categoria de Município de acordo com a Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, desmembrando-se dos territórios de Salgueiro, Leopoldina, Bodocó e Exu.

Pelo Decreto Estadual n. 55, de 23 de janeiro de 1931, o Município de Serrinha foi extinto e voltou a ser Distrito de Salgueiro. Três anos mais tarde, conforme o Decreto Estadual n. 314, de 27 de junho de 1934, ficou restaurado o Município de Serrinha. O nome da Cidade foi modificado para Serrita por força do Decreto-Lei n. 952, de 31 de dezembro de 1943.

A Comarca

Figurou como termo da Comarca de Salgueiro nos quadros de divisão territorial dos anos de 1933, de 1937, e no anexo do Decreto-Lei Estadual n. 92, de 31 de março de 1938. A Comarca da Serrita foi criada pelo Decreto n. 629, de 17 de junho de 1941, com a denominação de Serrinha.

Serrita é Comarca de 1ª entrância e de vara única. O Ministério Público, a Justiça Eleitoral, a Defensoria Pública e a OAB funcionam no fórum.

Justiça Eleitoral

A Comarca sedia a 76ª Zona Eleitoral e possui 43 seções para os 15.457 eleitores, tendo como Juiz Eleitoral Bruno Jader Silva Campos. Cedro é Termo Eleitoral de Serrita.

Juízes que atuaram na Comarca

1929 – Sócrates Gonçalves de Medeiros
1934 – João Evangelista Pereira de Oliveira
1936 – José Bezerra Dantas
1939 – Lívio Vieira da Cunha
1941 – José Luiz de Sá Fonseca
1943 – Antônio Correia de Araújo
1945 – Djaci Alves Falcão
1945 – Plácido de Souza
1946 – Sinval Montezuma Lins
1948 – Milton Araújo Barbosa
1948 – João Davi de Souza Filho
1949 – José Coelho Sampaio
1950 – Artur Cesar Franklin
1951 – José Edgar de Vasconcelos Dutra
1955 – José Alves Vieira Maciel
1955 – Antonio Tertuliano D'Almeida Lins
1957 – André Alves de Melo
1958 – Edgar Sobreira de Moura

1958 – José Coêlho Sampaio
1958 – Cláudio Américo de Miranda
1960 – Humberto da Costa Soares
1963 – Rômulo Gomes Falcão
1964 – Jáder Jordão de Vasconcelos
1966 – Ítalo José de Miranda Fonsêca
1966 – Enéas Bezerra Barros
1967 – Edmundo Jordão de Vasconcelos Sobrinho
1968 – Josué Custódio de Albuquerque
1968 – Adalberto Pereira Lopes
1970 – José Luís Ramos Wanderley
1973 – José Fernandes Mendonça de Souza
1975 – Arlindo de Barros Correia
1977 – José Agripino e Silva
1980 – Alexandre Gadelha Malta de Moura
1980 – João Gomes dos Passos
1981 – Antenor Cardoso Soares Júnior
1982 – Ives Miranda Mayal
1982 – Antônio de Melo e Lima
1983 – Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
1983 – Paulo Romero de Sá Araújo
1985 – José Roberto de Oliveira
1986 – Celmilo José Evangelista Gusmão
1988 – Gualter Carlos de Alencar Neto
1989 – Aubry de Lima Barros Filho
1990 – Valéria Bezerra Pereira Wanderley
1991 – José Jorge de Amorim
1992 – Paulo Alves de Lima
1994 – Marylúsia Feitosa Martins

1994 – Antônio de Pádua Casado de Araújo Cavalcanti
1996 – Cláudio Avelino de Andrade
1997 – José de Andrade Saraiva Filho
1998 – Dilza Christine Lundgren de Barros
1998 – Alexandre Pinto de Albuquerque
2001 – Juçara Leila do Rêgo Figueiredo
2002 – Hailton Gonçalves da Silva
2002 – José Carlos Vasconcelos Filho
2002 – Maria Segunda Gomes de Lima
2003 – Cristina Reina M. de Albuquerque
2005 – Gerson Barbosa da Silva Junior
2007 – Juliana Martiniano Coutinho Lins
2008 – Ana Cecília Toscano Vieira Pinto
2009 – José Gonçalves de Alencar
2011 – Fabíola Michele Muniz Mendes Freire de Moura
2011 – Otávio Ribeiro Pimentel
2012 – Murilo Borges Koerich
2013 – Michelle Oliveira Chagas Silva
2015 – Vallerie Maia Esmeraldo de Oliveira
2015 – Fábio Corrêa Barbosa
2017 – Ricardo Guimarães Luiz Ennes
2017 – Jandercleison Pinheiro Jucá
2017 – **Bruno Jáder Silva Campos (atual)**
2020 – Felipe Reis da Silva

Informações geográficas

Numa altitude de 425 m, o município está localizado a 535 km da capital de Pernambuco, possuindo uma área de 1.535 km² para

uma população de 19.196 habitantes. Fica situado na Microrregião de Salgueiro e na Mesorregião do Sertão pernambucano. É formado pelos Distritos Sede, Ipueira, Ori e pelos Povoados Santa Rosa, São Francisco do Brígida e Mundo Novo.

Feriados oficiais locais

11 de setembro – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano

Praça Coronel Chico Romão, s/n – Centro – Serrita-PE – CEP 56.140-000

Termo Judiciário

Cedro

O Distrito de Cedro foi criado em 10 de maio de 1957, desmembrado do Distrito de Ori de Serrita. Tornou-se Município pela Lei Estadual n. 4.963, de 20 de dezembro de 1963, sendo desmembrado de Serrita. Sua instalação se deu em 18 de maio de 1964. Está situado a 546 m de altitude, distando da capital pernambucana 560 km, com 148 km² de área. Tem distrito único, onde vive uma população de 11.891 habitantes. Situa-se na Mesorregião do Sertão pernambucano.

O Município integra a 76ª Zona Eleitoral, com sede em Serrita, contando com 22 seções e 9.668 eleitores.

Sertânia

O Município

A Lei Provincial n. 93, de 4 de maio de 1842, criou o distrito então denominado Alagoa de Baixo, subordinado ao Município de Cimbres (atual Pesqueira).

A Lei Provincial n. 1.093, de 24 de maio de 1873, elevou o Município de Alagoa de Baixo à categoria de Vila, que passou a município autônomo em 23 de junho de 1893, com base na Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

Pela Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909, foi elevado à condição de Cidade e sede do Município com a denominação de Alagoa de Baixo.

Por fim, o Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, modificou seu topônimo para Sertânia.

A Comarca

A Comarca de Sertânia foi criada por ato governamental de 10 de junho de 1890 e confirmada pelo Decreto Estadual n. 578, de 18 de junho do mesmo ano, tendo como primeiro Juiz de Direito Álvaro Barbalho Uchôa Cavalcanti.

Em 1903, a Comarca foi suprimida, passando a ser Termo Judiciário de Afogados da Ingazeira. Em 1905, passou a Termo de

Pesqueira, sendo restaurada em 1915. Foi novamente supressa em 1920, e finalmente restaurada em 1922, por meio do Decreto n. 132, de 6 de junho de 1922.

É Comarca de 2ª entrância e possui duas varas. Em 19 de setembro de 2012, foi instalada a 2ª Vara, criada pela Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007.

O Ministério Público, a Justiça Eleitoral e a Defensoria Pública têm sedes próprias em Sertânia. A OAB funciona no fórum.

Justiça Eleitoral

Sertânia é sede da 62ª Zona Eleitoral, com 104 seções, 25.936 eleitores, tendo como Juiz Eleitoral Osvaldo Teles Lôbo Júnior.

Juízes que atuaram na Comarca

1890 – Álvaro Barbalho Uchôa Cavalcanti
1891 – Manoel Ignácio dos Santos
1893 – Manoel Nunes da Silva
1899 – Duarte Francisco dos Santos
1905 – José Lopes Frazão
1914 – Augusto Sylvio Barreto
1927 – Elias José de Melo
1928 – Fausto de Oliveira Campos
1929 – Abelardo Moreira de Oliveira Lima
1932 – Januário Batista do Amaral
1932 – Ascendino Cândido das Neves Filho
1935 – Artur de Santa Cruz Oliveira
1940 – Luiz Gonzaga Nóbrega
1941 – Amaro de Lira e César

1941 – José Feliciano da Silva Porto
1942 – Agripino Ferreira da Nóbrega
1942 – Ângelo Jordão de Vasconcelos Filho
1949 – Hermes Paraíba Júnior
1951 – Otávio Claudino de Paiva
1955 – Orlando Marques de Albuquerque Cavalcanti
1956 – José Tenório de Cerqueira
1960 – Nelson Lopes Ribeiro de Lima
1966 – Rômulo Gomes Falcão
1969 – Manuel Rafael Neto
1970 – Josué Custódio de Albuquerque
1970 – José Gomes de Freitas
1982 – Lenivaldo Izídio de Sena
1983 – Ítalo José de Miranda Fonseca
1983 – Josué Antônio Fonseca de Sena
1984 – Eriberto Gouveia de Barros Lima
1986 – José Ivo de Paula Guimarães
1988 – Cláudio Jean Nogueira Virgínio
1989 – Manoel Barros de Freitas
1990 – Luiz Gustavo Mendonça de Araújo
1991 – Danilo Galvão Martiniano Lins
1991 – Emiliano Eustáquio da Silva
1993 – Ambrósio Agrícola Nunes
1994 – Fernando Menezes Silva
1997 – José Júnior Florentino dos Santos
1997 – José Marcelon Luiz e Silva
1997 – Teodomiro Noronha Cardoso
1999 – Aguinaldo Esteves da Silveira Filho
1999 – Cláudio Avelino de Andrade

2002 – Cláudio Márcio Pereira de Lima
2002 – Augusto Napoleão Sampaio Angelim
2003 – Gilvan Macedo dos Santos
2007 – Fabíola Michele Moura
2007 – Daniela Rocha Gomes
2008 – Ana Marques Veras
2009 – Luiz Célio de Sá Leite
2009 – Draulternani de Melo Pantaleão
2009 – Marcos Garcez de Menezes Júnior
2010 – Maria da Conceição Godoi Bertholini
2013 – Adelson Freitas de Andrade Júnior
2013 – Gustavo Valença Genú
2013 – Mônica Wanderley Cavalcanti Magalhães
2014 – Raquel Barofaldi Bueno
2015 – Brenda Azevedo Paes Barreto Teixeira
2015 – Paulo Rodrigo de Oliveira Maia
2017 – **Osvaldo Teles Lôbo Júnior (atual – 1ª e 2ª Varas**)
2017 – André Simões Nunes
2017 – Altamir Cléreb de Vasconcelos Santos
2017 – Mirella Patrício da Costa Neiva
2017 – Leonardo Batista Peixoto
2019 – Felipe Arthur Monteiro Leal
2019 – Rodrigo Barros Tomaz do Nascimento

Informações geográficas

A Cidade fica a 558 m de altitude, distando 312 km da capital. Tem 2.422 m² de área, constituída pelos Distritos Sede, Rio da Barra, Albuquerque Né, Henrique Dias e Algodões, onde vive uma

população de 36.050 habitantes. Cruzeiro do Nordeste, Caroalina, Moderna, Pernambuquinho, Umburanas e Valdemar Siqueira são seus povoados. O Município está situado na Mesorregião do Sertão pernambucano e na Microrregião do Sertão do Moxotó.

Filho ilustre na magistratura

O Juiz Manoel Barros de Freitas nasceu em Sertânia.

Feriados oficiais locais

24 de maio – Data da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Doutor Ulisses Lins de Albuquerque

Rua Padre Atanázio, s/n – Centro – Sertânia/PE
CEP: 56.600-000

Sirinhaém

O Município

Em 19 de junho de 1627, Sirinhaém foi elevada à categoria de Vila, tendo sido instalada em 1º de julho do mesmo ano, com o nome de Vila Formosa de Sirinhaém.

O Distrito, com a denominação de Formosa, foi criado por Alvará de 26 de junho de 1759 e elevado a município autônomo em 5 de janeiro de 1893, de acordo com a Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

Atingiu a condição de Cidade e sede do Município com o nome de Serinhãem, pela Lei Estadual n. 100, de 12 de junho de 1895. Pelo Decreto-Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938, passou a ser grafado Sirinhaém.

A Comarca

A Comarca de Sirinhaém foi criada por Ato do Governo Estadual de 29 de março de 1894, tendo sido seu primeiro Juiz de Direito Argemiro Martiniano da Cunha Galvão.

A Comarca foi extinta pela Lei Estadual n. 946, de 15 de abril de 1909, passando ser de Termo Judiciário de Rio Formoso. Foi, posteriormente, restaurada pela Lei Estadual n. 1.316, de 10 de junho de 1916.

O Decreto-Lei Estadual n. 116, de 21 de maio de 1938, extinguiu novamente a Comarca, passando, desta feita, a ser Termo de Barreiros.

Pelo Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, o Termo Judiciário de Sirinhaém foi transferido da Comarca de Barreiros para Rio Formoso.

O Decreto-Lei Estadual n. 1.116, de 14 de fevereiro de 1945, que deu execução ao Decreto Federal n 7.300, de 6 de fevereiro do mesmo ano, restaurou a Comarca de Sirinhaém, desmembrando-a da Comarca de Rio Formoso.

O prédio do fórum foi reformado e reinaugurado em 3 de janeiro de 2002.

É Comarca de 1ª entrância e de vara única. Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Sirinhaém passa a ser agregada à Comarca de Ipojuca.

Justiça Eleitoral

Sirinhaém integra a 26ª Zona Eleitoral, com sede em Rio Formoso, possui 78 seções e 27.667 eleitores. O Juiz Eleitoral é Raphael Calixto Brasil.

Juízes que atuaram na Comarca

1894 – Argemiro Martiniano da Cunha Galvão
1894 – Francisco de Assis Pereira Rocha
1902 – José Felippe Nery da Silva Filho
1906 – Sylvestre da Rocha Wanderley
1912 – Amaro Epiphanio de Vasconcelos Martins

1913 – Álvaro Travassos Veras
1915 – Antônio de Andrade Lima
1918 – Manoel Agripino do Rêgo Barros
1918 – Francisco de Assis Gomes Ferreira
1920 – Henrique Daniel da Câmara Pimentel
1923 – Paulo Martins de Almeida
1926 – Luiz Mendes Wanderley
1927 – João Baptista de Almeida
1930 – Sócrates J. de Medeiros
1931 – Antônio José Henriques Lima
1936 – Emanoel Dornellas de Albuquerque
1937 – Ezequiel Lopes de Barros
1938 – Joaquim P. Campelo de Sousa
1939 – Manoel de Souza Peixoto
1941 – Severino de Almeida Leite
1945 – José Antônio Oliveira Júnior
1945 – José Antonio de Souza Ferraz
1952 – Gabriel Lucena Cavalcanti
1955 – José Ribeiro Campos
1956 – Clóvis Ferreira de Lima
1957 – Manoel Machado da Cunha Cavalcante
1963 – Luiz Gonzaga Ribeiro
1966 – Alcindo Torres de Carvalho Lopes
1974 – Antônio Martins Veras
1977 – Aquino de Farias Reis
1982 – José Vital Bezerra Galindo
1982 – Alexandre Gadelha Malta de Moura
1983 – Marcos Miguel de Farias Silva

1985 – Wellington Gadelha de Freitas
1986 – Fernando Rodrigues Beltrão
1988 – Paulo Romero de Sá Araújo
1989 – Sérgio Marinho Falcão
1989 – Aubry de Lima Barros Filho
1991 – André Vicente Pires Rosa
1991 – Frederico Guilherme Rodrigues de Lima
1991 – Nilson Guerra Nery
1992 – Vladimir Alves e Silva
1994 – Clicério Bezerra e Silva
1996 – Rafael José de Menezes
1997 – Eduardo Costa
1998 – Otoniel Ferreira dos Santos
1998 – Nélia Navais Henriques
1999 – Sônia Stamford Magalhães Melo
2000 – Ângela dos Santos
2000 – Uraquitan José dos Santos
2004 – Helena Cristina Madi de Medeiros
2007 – Luiz Mário Moscoso de Miranda
2008 – Fábio Mello de Onofre Araújo
2012 – Miguel Maira Ruggieri Balazs
2012 – Rogério Lins e Silva
2012 – Fábio Mello de Onofre Araújo
2014 – Roberta Barcala Baptista Coutinho
2015 – Marília Ferraz Martins Thum
2015 – Augusto Napoleão Sampaio Angelim
2017 – Antônio Carlos dos Santos
2017 – Guilherme Augusto de Albuquerque Arzani
2018 – Emiliano César Costa Galvão de França

2018 – Sander Fitney Brandão de Menezes Correia
2019 – **Tatiana Cristina Bezerra Salgado (atual)**
2019 – Raphael Calixto Brasil

Informações geográficas

Sirinhaém dista da capital pernambucana 79 km, numa altitude de 49 m. Está localizada na Mesorregião da Mata e na Microrregião da Mata Meridional pernambucana, com uma área de 374 km² para 45.865 habitantes. O Município é formado, atualmente, pelos Distritos Sede, Barra de Sirinhaém e Ibiratinga e pelos Povoados Usina Trapiche, Agrovila Trapiche, Santo Amaro, 31 de Março e Gamela.

Feriados oficiais locais

15 de janeiro – Dia do Padroeiro Santo Amaro
12 de junho – Dia da Emancipação Política
15 de agosto – Dia do Padroeiro São Roque
31 de outubro – Dia da Consciência Evangélica
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fórum Desembargador Medeiros Correia

Rua Sebastião Chaves, n. 215 – Centro – Sirinhaém /PE –
CEP: 55.580-000

SURUBIM

O MUNICÍPIO

O Distrito de Surubim, então pertencente ao Município de Bom Jardim, foi criado pela Lei Municipal n. 3, de 27 de abril de 1893.

Foi elevado à categoria de Vila pela Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909.

Pela Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, foi constituído em município autônomo, e sua sede, elevada à categoria de Cidade. A sua instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1929.

A COMARCA

Através do Decreto n. 629, de 17 de junho de 1941, posteriormente ratificado pela Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, foi criada a Comarca de Surubim, sendo composta naquele momento pela sede (Surubim) e o Termo de Orobó (ex-Queimadas). Desmembrada da Comarca de Bom Jardim, a Comarca de Surubim foi instalada em 11 de julho de 1941, tendo como Juiz Instalador João Capistrano Morais e Silva.

A Defensoria Pública, a Justiça do Trabalho e a OAB têm sedes próprias. O Ministério Público funciona nas dependências do fórum. Na Cidade, há Subseccional da OAB/PE.

Atualmente classificada como de 2ª entrância, a Comarca possui duas varas. A Comarca de Surubim possui os Termos Judiciários Casinhas e Vertente do Lério.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Santa Maria do Cambucá passa a ser agregada à Comarca de Surubim.

Justiça Eleitoral

Surubim sedia a 34ª Zona Eleitoral, que conta com 117 seções e 44.461 eleitores. O Juiz Eleitoral atual é Joaquim Francisco Barbosa.

Juízes que atuaram na Comarca

1942 – João Capistrano Morais e Silva
1942 – Oscar Loureiro
1948 – José Ribeiro Campos
1952 – José Bezerra Filho
1954 – João Davi de Sousa Filho
1958 – Francisco Rodrigues dos Santos
1962 – José Edgar de Vasconcelos Dutra
1968 – José de Abreu Santos
1971 – Aurélio Muniz Freire
1973 – Etério Ramos Galvão
1978 – Jones Figueirêdo Alves
1985 – Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
1989 – Antônio de Vasconcelos Silva
1994 – Élio Braz Mendes
1996 – Alberto Flávio Barros Patriota

1997 – Ivan Alves de Barros
1997 – Cristiane Gouveia de Barros
1998 – Adriano Mariano de Oliveira
1999 – Ernesto Bezerra Cavalcanti
2001 – José Ronemberg Travassos da Silva
2002 – Marinês Marques Viana
2005 – **Joaquim Francisco Barbosa (atual – 2ª Vara)**
2015 – **Paulo César Oliveira de Amorim (atual – 1ª Vara)**
2015 – Isis Miranda de Souza Machado
2015 – Nahiane Ramalho de Mattos
2020 – Iarly José Holanda de Souza
2020 – Lucas Tavares Coutinho
2020 – Torricelli Lopes Lira

Informações geográficas

A Cidade está localizada a 394 m de altitude, distando 122 km da capital. Conta com superfície de 252 km² e população de 65.647 habitantes, aproximadamente. Está localizada na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Alto Capibaribe.

Filhos ilustres na magistratura

Os Juízes Igor da Silva Rego, Maria Eliane Cabral Campos de Carvalho e Maria Adelaide Abreu nasceram em Surubim.

Feriados oficiais locais

20 de janeiro – Dia de São Sebastião
19 de março – Dia do Padroeiro São José
11 de setembro – Emancipação Política

Fórum Bacharel Dídimo Gonçalves Guerra

Rua Cônego Benigno Lira, s/n – Centro – Surubim/PE –
CEP: 55.750-000

Termos Judiciários

Casinhas

As Leis Municipais n. 46, de 16 de dezembro de 1925, e n. 2, de 16 de novembro de 1929, criaram o Distrito de Casinhas, subordinado ao Município de Surubim. Por força da Lei Estadual n. 11.228, de 12 de julho de 1995, foi elevado à categoria de Município, desmembrado de Surubim. Sua instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1997. Com 115 km² de extensão, numa altitude de 390 m, possui uma população de 14.368 habitantes e dista da capital pernambucana 130 km. Está situado na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Alto Capibaribe. É constituído pelo Distrito Sede e pelos Povoados Oratório, Lagoa da Pedra, Vila Nova e Junco.

Casinhas integra a 34ª Zona Eleitoral, com sede em Surubim, com 39 seções e 11.531 eleitores.

Vertente do Lério

O Município de Vertente do Lério foi criado pela Lei Estadual n. 10.622, de 1º de outubro de 1991, quando foi desmembrado do Município de Surubim. A 290 m de altitude, está localizado na Me-

sorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Alto Capibaribe. Distando da capital 140 km, possui uma extensão de 73 km² para uma população de 7.570 habitantes. Vertente do Lério é constituído pelo Distrito Sede e pelos Povoados Carão, Mata Virgem, Lero e Sítio Gambá.

O Município integra a 34ª Zona Eleitoral, com sede em Surubim, com 24 seções e 7.555 eleitores.

Tabira

O Município

Desde a divisão administrativa de 1911, o Distrito do Espírito Santo integrava o Município de Ingazeira. Passou a denominar-se Tabira, pelo Decreto-Lei Estadual n. 92, de 31 de março de 1938.

A Lei Estadual n. 418, de 31 de dezembro de 1948, criou o Município de Tabira, o qual foi desmembrado do Município de Afogados da Ingazeira, tendo sido instalado em 30 de janeiro de 1949.

A Comarca

A Comarca de Tabira foi criada pela Lei Estadual n. 508, de 27 de junho de 1949, e instalada em 26 de setembro do mesmo ano. O Juiz Instalador foi Geraldo Magela Dantas Campos.

O fórum atual foi inaugurado em maio de 1987 na gestão do Presidente Cláudio Américo de Miranda.

O Ministério Público, a Defensoria Pública e a Justiça Eleitoral funcionam nas instalações do fórum.

É Comarca de 1ª entrância e vara única. Possui como Termo Solidão.

Justiça Eleitoral

Tabira é sede da 50ª Zona Eleitoral, com 66 seções e 19.821 eleitores. Atualmente, tem como Juiz Eleitoral Jorge William Fredi. Possui como Termos Eleitorais Ingazeira e Solidão.

Juízes que atuaram na Comarca

1949 – Geraldo Magela Dantas Campos
1954 – Antônio Tertuliano D'Almeida Lins
1960 – Leduar Monteiro Cavalcanti de Albuquerque
1962 – Demócrito Ramos Reinaldo
1966 – Ed-Ek Gonçalves Lopes
1966 – Duque Rodrigues de Sampaio
1968 – Ozael Rodrigues Veloso
1970 – Etério Ramos Galvão Filho
1973 – Pedro Pedrosa de Oliveira Melo
1979 – Aristóteles de Siqueira Campos
1981 – Jonas Abrantes Gadelha
1982 – Antônio Medeiros de Souza
1983 – Alberto Nogueira Virgínio
1985 – Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
1985 – Eudes dos Prazeres França
1986 – Antônio de Vasconcelos Silva
1989 – Mauro Alencar de Barros
1991 – Marcelo Russel Wanderley
1992 – André Vicente Pires Rosa
1992 – Izaias Andrade Lins Neto
1994 – Alberto Flávio Barros Patriota
1995 – José Francisco Almeida Filho

1998 – Caio Neto de Jomael de Oliveira Freire
2002 – Draulternani Melo Pantaleão
2003 – Carla Santina de Souza Rodrigues
2003 – José Carvalho de Aragão Neto
2003 – Enrico Duarte da Costa Oliveira
2005 – Anna Regina Lemos Robalinho de Barros
2006 – Fabíola Michelle Muniz Mendes Freire de Moura
2007 – José Carvalho de Aragão Neto
2008 – José Francisco Almeida Filho
2010 – Fábio Vinícius de Lima Andrade
2011 – Ana Marques Veras
2011 – Daniela Rocha Gomes
2011 – Maria da Conceição Godoi Bertholini
2011 – Márcio Araújo dos Santos
2012 – Clenya Pereira de Medeiros Renovato
2015 – Hilberto Júnior da Rocha Silvestre
2017 – André Simões Nunes
2018 – Rodrigo Barros Tomaz do Nascimento
2019 – **Jorge William Fredi (atual)**
2019 – Tayná Lima Prado
2019 – José Anastácio Guimarães Figueiredo Costa

Informações geográficas

A Cidade fica a 558 m de altitude, distando 394 km da capital. Tem 388 km² de área, onde vive uma população de, aproximadamente, 28.704 habitantes. O Município está situado na Mesorregião do Sertão de Pernambuco e na Microrregião do Pajeú. Tabira possui o Distrito Sede e os Povoados Brejinho e Borborema.

Feriados oficiais locais

27 de maio – Data da Emancipação Política
15 de agosto – Dia da Padroeira Nossa Senhora dos Remédios

Filhos ilustres na magistratura

Os Juízes Draulternani Melo Pantaleão, Ana Marques Veras, Airton Mozart Valadares Vieira Pires, Djalma Andrelino Nogueira Júnior e Sebastião de Siqueira Souza nasceram na Cidade de Tabira, em Pernambuco.

Fórum José Veríssimo Monteiro

Rodovia Roberto Vianey Pires Liberal, s/n – Nossa Senhora dos Remédios – Tabira/PE – CEP: 56.780-000

Termo Judiciário

Solidão

Antes da criação do Município de Tabira, o Distrito de Solidão pertencia ao Município de Afogados da Ingazeira. Passou a município autônomo pela Lei Estadual n. 4.969, de 20 de dezembro de 1963. Foi instalado em 14 de março de 1964.

Situa-se na Mesorregião do Sertão pernambucano e na Microrregião do Pajeú, com área de 138 km², população de 6.021 habitantes, numa altitude de 586 m, e dista 408 km do Recife.

O Município integra a 98ª Zona Eleitoral, com sede em Carnaíba. Conta com 18 seções e 5.422 eleitores, tendo como Juiz Eleitoral Bruno Querino Olímpio.

Tacaimbó

O Município

Com a Lei Municipal de 15 de novembro de 1907, foi criado o distrito denominado Antônio Olinto, pertencente ao Município de Caruaru. Tal nome surgiu como uma homenagem ao engenheiro que construiu a estação rodoviária daquela região.

O Distrito de Antônio Olinto passou a pertencer ao Município de São Caitano, quando este foi criado pela Lei Estadual n. 1.931, de 11 setembro de 1928.

Em decorrência da existência de um município de igual denominação em Minas Gerais, foi necessário alterar o nome do local, que passou a chamar-se Tacaimbó, através do Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943. A denominação faz referência a uma tribo que existiu no local.

A Lei Estadual n. 4.982, de 30 de dezembro de 1963, criou o Município de Tacaimbó, o qual foi desmembrado de São Caitano. A instalação ocorreu no dia 1º de março de 1964.

A Comarca

A Comarca de Tacaimbó foi criada pela Lei Estadual n. 10.391, de 18 de dezembro de 1989, sendo instalada, em 20 de janeiro de 2006, pelo então Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

Desembargador Antônio Macêdo Malta, através do Ato n. 143, de 17 de janeiro de 2006. O Juiz Instalador foi Antônio de Vasconcelos Silva, Juiz de Direito da Comarca de São Caitano.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Tacaimbó, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de São Caitano.

Justiça Eleitoral

Tacaimbó não possui sede da Justiça Eleitoral, sendo Termo de São Caitano, onde funciona a 44ª Zona Eleitoral. Possui 34 seções, 10.146 eleitores e tem Thiago Pacheco Cavalcanti como Juiz Eleitoral.

Juízes que atuaram na Comarca

2006 – Hailton Gonçalves da Silva
2006 – Antônio de Vasconcelos Silva
2006 – Renata da Costa Lima Caldas Machado
2006 – Maria Magdala Sette de Barros
2007 – Lauro Pedro dos Santos
2011 – Jefferson Félix de Melo
2012 – Hildemar Macêdo de Morais
2013 – Fabíola Michele Muniz Mendes Freire de Moura
2014 – Ângela Mesquita de Borba Maranhão
2015 – Ana Roberta Souza Maciel de Lira Freitas
2015 – Raquel Toledo Fernandes Raposo
2016 – Cristiano Henrique de Freitas Araújo
2016 – José Arnaldo Vasconcelos da Silva
2017 – Naiana Lima Cunha Bhering

2018 – Lorena Junqueira Victorasso
2018 – Altamir Cléreb de Vasconcelos Santos
2018 – Thiago Meirelles Silva dos Santos
2019 – João Paulo Barbosa Lima
2019 – Leandro Souto Maior Muniz de Albuquerque
2019 – **Torricelli Lopes Lira (atual)**
2019 – Thiago Pacheco Cavalcanti

Informações geográficas

A Cidade fica a 576 m de altitude, distando 164 km da capital. Tem uma área aproximada de 228 km², onde vive uma população de 12.859 habitantes. O Município está situado na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Vale do Ipojuca. Apresenta como Distritos, Sede e Riacho Fechado, e os Povoados Melancia e Igrejinha.

Feriados oficiais locais

13 de junho – Dia do Padroeiro Santo Antônio
31 de outubro – Dia da Reforma do Protestante
20 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Juiz José Ferreira Lima

Praça Coronel Francelino Otaviano de Araújo, n. 80, Centro – Tacaimbó -PE – CEP: 55.140-000

Tacaratu

O Município

O Distrito de Tacaratu foi criado por Alvará Régio de 24 de maio de 1808, subordinado ao Município de Petrolândia. A Lei Provincial n. 248, de 16 de junho de 1849, elevou Tacaratu à categoria de Vila.

A Lei Estadual n. 1.818, de 29 de dezembro de 1953, criou o Município de Tacaratu, instalado em 13 de maio de 1954.

A Comarca

A mesma Lei Estadual n. 1.818/195, que criou o Município, também instituiu a Comarca, sendo instalada em 23 de outubro de 1954, pelo Juiz Instalador Antônio de Souza Dantas.

A Comarca foi desativada pela Juíza Hydia Virgínia Christino de Landim Farias, designada pelo Ato n. 160, de 4 de fevereiro de 1999, passando a ser Termo de Petrolândia. Foi reinstalada em 13 de maio de 2000 pelo Juiz Reinstalador Edilson Rodrigues Moura, designado pelo Ato n. 624/2000 do Presidente Desembargador Nildo Nery dos Santos.

A Comarca é classificada como de 1ª entrância e possui vara única. Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Ór-

gão Especial do TJPE, a Comarca de Tacaratu passa a ser agregada à Comarca de Petrolândia.

Justiça Eleitoral

Em Tacaratu, está sediada a 89ª Zona Eleitoral, com 38 seções, contando com 16.381 eleitores. Atualmente, tem como Juíza Eleitoral Marina Bandeira Araújo Barbosa de Lima

Juízes que atuaram na Comarca

1954 – Antônio de Souza Dantas
1957 – Nelson Lopes Ribeiro Lima
1957 – João Duque Correia Lima
1957 – Leduar Monteiro Cavalcanti de Albuquerque
1959 – José Alves Vieira Maciel
1961 – Carlos Xavier de Paes Barreto Sobrinho
1961 – Antônio Pedro de Souza
1963 – José Antônio de Amorim
1963 – José Carneiro de Farias Souza
1969 – Jurandir Soriano de Sá
1969 – André Rui de Andrade Albuquerque
1973 – Antônio de Pádua Carneiro Camarotti
1978 – Dâmocles Virgílio Leite do Amaral
1982 – Clodoaldo Bezerra de Souza e Silva
1982 – Cladisson Ferreira Pinto
1983 – Romão Ulisses Sampaio
1984 – José Carlos Patriota Malta
1985 – Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
1989 – Vladimir Alves e Silva

1990 – José Caubi Arraes Bandeira
1990 – Humberto Costa Vasconcelos Júnior
1991 – Cristóvão Tenório de Almeida
1992 – Fernando Antônio Sobrinho Cordeiro
1992 – Andréa Epaminondas Tenório de Brito
1993 – Ibrahim Alves da Silva Filho
1993 – Evanildo Coelho de Souza Filho
1994 – Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
1994 – Maria Auri Alexandre Ribeiro
1994 – Ana Maria da Silva
1995 – Ernesto Bezerra Cavalcanti
1997 – Luiz Sérgio Silveira Cerqueira
1998 – Carla Adriana de Assis e Silva
1998 – Hydia Virgínia Christino de Landim Farias
2000 – Isabelle Moitinho Pinto
2003 – Carlos Henrique Siqueira Ribeiro
2003 – Ana Carolina Fernandes Paiva
2004 – Maurício Santos Gusmão Júnior
2004 – Eunice Maria Batista Prado
2007 – Carlos Eduardo das Neves Mathias
2007 – Marcos Garcez de Menezes Júnior
2011 – Ivanhoé Holanda Félix
2013 – Elias Soares da Silva
2013 – Priscila Vasconcelos Areal Cabral Farias Patriota
2015 – Lucas Carvalho Viegas
2015 – Adriano da Silva Araújo
2016 – Rodrigo Caldas do Valle Viana
2017 – José Anastácio Guimarães Figueiredo Correia
2017 – Isabella Ferraz Barros de Albuquerque

2018 – Altino Conceição da Silva
2019 – Vivian Maia Canen
2019 – **Marina Bandeira Araújo Barbosa de Lima (atual)**

Informações geográficas

Tacaratu dista 457 km do Recife. Tem área territorial de 1.264 km^2 e população de 22.231 habitantes. Está situada na Mesorregião do São Francisco pernambucano e na Microrregião do Sertão de Itaparica.

Feriados oficiais locais

13 de maio – Dia da Emancipação Política
2 de fevereiro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Saúde

Fórum da Comarca de Tacaratu

Rua Pedro Toscano, n. 366 – Centro – Tacaratu/PE –
CEP: 56.480-000

Tamandaré

O Município

Em 17 de maio de 1905, foi criado o Distrito de Tamandaré, subordinado ao Município de Rio Formoso. Com a Lei n. 11.257, de 28 de setembro de 1995, foi criado o Município de Tamandaré, desmembrado de Rio Formoso, instalado em 4 de janeiro de 1997.

A Comarca

A Comarca de Tamandaré foi criada e qualificada como de 1ª entrância pela Lei Complementar Estadual n. 100, de 21 de novembro de 2007 (Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco), e foi instalada, em 24 de julho de 2009, pelo Juiz de Direito Fábio Mello de Onofre Araújo. O Ministério Público funciona no Fórum.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Rio Formoso passa a ser agregada à Comarca de Tamandaré.

Justiça Eleitoral

Tamandaré é Termo Eleitoral de Rio Formoso, integrando a 26ª Zona Eleitoral, com 42 seções e 17.103 eleitores. Atualmente, tem como Juiz Eleitoral Raphael Calixto Brasil.

Juízes que atuaram na Comarca

2009 – Fábio Mello de Onofre Araújo
2010 – Adrianne Maria Ribeiro de Souza
2011 – Evaní Estevão de Barros
2011 – Rogério Lins e Silva
2012 – Otávio Ribeiro Pimentel
2013 – Roberta Barcala Baptista Coutinho
2013 – Sander Fitney Brandão de Menezes Correia
2014 – Antonio Carlos dos Santos
2015 – Augusto Napoleão Sampaio Angelim
2016 – Carlos Eugênio de Castro Montenegro
2016 – Albérico Agrello Neto
2017 – Fábio Corrêa Barbosa
2017 – Guilherme Augusto de Albuquerque Arzani
2017 – Lucas de Carvalho Viegas
2018 – Diego Vieira Lima
2018 – Hydia Virgínia Christino de Landim Farias
2018 – Rodrigo Caldas do Valle Viana
2019 – **Thiago Felipe Sampaio (atual)**

Informações geográficas

Situada a 105 km da capital pernambucana, na Mesorregião da Zona da Mata Sul, Tamandaré tem uma área de 213 km² dividida entre os Distritos Sede e Saué. Sua população é de, aproximadamente, 23.623 habitantes.

Feriados locais oficiais

29 de junho – Dia do Padroeiro São Pedro
31 de julho – Dia de Santo Inácio de Loyola
28 de setembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Juiz Clemenceau Dutra de Almeida Lyra

Avenida Doutor Leopoldo Lins, s/n – Centro – Tamandaré/PE – CEP: 55.578-000

Taquaritinga do Norte

O Município

O povoado foi elevado à categoria de Vila com a denominação de Taquaritinga, pela Lei Provincial n. 1.260, de 26 de maio de 1877, desmembrado de Limoeiro.

A Cidade de Taquaritinga foi criada pela Lei Provincial n. 1.895, de 10 de maio de 1887.

Tornou-se município autônomo em 16 de novembro de 1892, com base na Lei n. 52, de 3 de agosto de 1892.

Pelo Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, o Município de Taquaritinga passou a denominar-se Taquaritinga do Norte.

A Comarca

A Comarca de Taquaritinga foi criada pela Lei Provincial n. 1.260, de 26 de maio de 1877, tendo sido instalada em 20 de junho de 1879. O Juiz Instalador foi Luiz Ferreira Maciel Pinheiro.

A sede da Comarca de Taquaritinga foi transferida para Vertentes, quando esta foi elevada à categoria de Vila, pela Lei Provincial n. 1.317, de 4 de fevereiro de 1879. Taquaritinga voltou a ser sede de Comarca com a Lei Provincial n. 1.864, de 5 de maio de 1886, sendo o Termo de Vertentes transferido para Taquaritinga.

É Comarca de 1ª entrância e vara única. No prédio do fórum, inaugurado em 2018, existem salas destinadas à Justiça Eleitoral, ao Ministério Público, à OAB e à Defensoria Pública.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Vertentes passa a ser agregada à Comarca de Taquaritinga do Norte.

Justiça Eleitoral

Em Taquaritinga do Norte, funciona a 51ª Zona Eleitoral, com 54 seções e 20.055 eleitores. Atualmente, está à frente o Juiz Eleitoral Solon Otávio de França.

Juízes que atuaram na Comarca

1879 – Luiz Ferreira Maciel Pinheiro
1945 – José Pessoa de Oliveira Cavalcanti
1945 – Clodoaldo Peixoto de Oliveira
1946 – Carlos Alberto Pedrosa Marinho
1950 – Alfredo Pessoa de Lima
1951 – João David de Souza Filho
1953 – José Lopes de Oliveira
1956 – Sebastião Cabral de Carvalho
1958 – Cláudio Cabral de Mello
1968 – Beraldo de Arruda Veras
1978 – João de Oliveira Cintra Neto
1983 – Lenivaldo Izídio de Sena
1989 – Frederico Guilherme Rodrigues de Lima
1989 – Antônio de Vasconcelos Silva
1989 – Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

1992 – Nivaldo Rodrigues Machado Filho
1993 – Francisco Jorge de Figueiredo Alves
1997 – José Roberto Moreira
1998 – Paulo César de Oliveira de Amorim
2000 – Idílio Oliveira de Araújo
2007 – Lauro Pedro dos Santos Neto
2007 – Roberto Jordão de Vasconcelos
2009 – Adrianne Maria Ribeiro de Souza
2010 – Paulo César Oliveira de Amorim
2011 – Patrícia Caiaffo de Freitas Arroxelas Galvão
2012 – Rommel Silva Patriota
2015 – Danilo Félix de Azevedo
2017 – Lorena Junqueira Victorasso
2017 – **Solon Otávio de França (atual)**
2018 – Leonardo Batista Peixoto
2019 – Thiago Meirelles Silva dos Santos
2019 – Valdelício Francisco da Silva
2020 – Juliana Rodrigues Barbosa

Informações geográficas

Numa altitude de 774 m, situa-se a 182 km da Capital pernambucana, na Mesorregião do Agreste e na Microrregião do Alto Capibaribe. Tem área de 475 km² e população de 28.775 habitantes. Pertencem a Taquaritinga os Distritos Sede, Gravatá do Ibiapina e Pão de Açúcar, bem como os Povoados Socorro, Algodões e Jerimum.

Feriados oficiais locais

15 de janeiro – Dia do Padroeiro Santo Amaro
19 de março – Dia de São José Padroeiro de Pão de Açúcar
10 de maio – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição

Filhos ilustres na magistratura

Nasceram em Taquaritinga do Norte os Desembargadores Amaro José de Araújo e José Paes de Andrade e o Juiz Ivanhoé de Holanda Félix.

Fórum Defensora Pública Marliete Aragão de Farias

Avenida Sargento Otacílio Coêlho da Mata, n. 690
Centro – Taquaritinga do Norte/PE – CEP: 55.790-000

Terra Nova

O Município

A Lei Municipal n. 3, de 13 de junho de 1896, criou o Distrito de Terra Nova, subordinado ao Município de Leopoldina. Posteriormente, o Decreto-Lei n. 952, de 31 de dezembro de 1943, transformou o Município de Leopoldina em Parnamirim. Através da Lei Estadual n. 3.340, de 31 de dezembro de 1958, Terra Nova emancipou-se, configurando um município autônomo, sendo instalado em 1º de março de 1962.

A Comarca

A Comarca de Terra Nova foi criada pela mesma lei que instituiu o Município, em 1958, porém, voltou a ser Termo Judiciário de Parnamirim, quando desinstalada pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969.

A Comarca foi restaurada com a Lei n. 10.391, de 18 de dezembro de 1989, mas continuou vinculada a Parnamirim, pois apenas foi reinstalada em 1995, tendo como Juiz Instalador José de Andrade Saraiva Filho.

Por meio do Ato n. 2.101, de 9 de dezembro de 1998, o Presidente do Tribunal de Justiça determinou a desativação da Comarca

de Terra Nova e essa voltou, mais uma vez, a ser Termo Judiciário de Parnamirim.

Em seguida, o Ato n. 656, de 27 de abril de 2000, autorizou a reativação da Comarca, designando como Juiz Instalador Antônio de Pádua Casado de Araújo Cavalcanti.

Em 19 de maio de 2000, foi inaugurada a sede do fórum.

A Comarca é classificada como de 1ª entrância e possui vara única. Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Terra Nova passa a ser agregada à Comarca de Parnamirim.

Justiça Eleitoral

Terra Nova é Termo Eleitoral de Parnamirim, fazendo parte da 78ª Zona Eleitoral. Conta atualmente com 30 seções e 7.870 eleitores. O Juiz Eleitoral é Felipe Reis da Silva, que responde pelos Municípios de Parnamirim e Terra Nova.

Juízes que atuaram na Comarca

1958 – Antônio de Lira e Souza
1960 – Heli Leitão de Melo
1960 – José Maria Florentino de Lima
1962 – Mário Alves de Souza Melo
1962 – Itamar Pereira da Silva
1963 – Sebastião Romildo Vale de Oliveira
1966 – João Furtado da Silva Júnior
1995 – José de Andrade Saraiva Filho
1996 – Abérides Nicéas de Albuquerque Filho
1998 – Dilza Christine Lundgren de Barros

1998 – Caio Neto de Jomael Oliveira Freire
2000 – Antônio de Pádua Casado de Araújo Cavalcanti
2000 – Maria Segunda Gomes de Lima
2001 – Juçara Leila do Rêgo Figueiredo
2003 – Hailton Gonçalves da Silva
2003 – Frederico de Morais Tompson
2004 – José Carlos Vasconcelos Filho
2005 – Gerson Barbosa da Silva Júnior
2006 – Orlan Donato Rocha
2006 – Glacidelson Antônio da Silva
2007 – Juliana Coutinho Martiniano Lins
2007 – José Gonçalves de Alencar
2007 – José de Andrade Saraiva Filho
2009 – Otávio Ribeiro Pimentel
2012 – Michelle Oliveira Chagas Silva
2012 – Murilo Borges Koerich
2015 – Fábio Corrêa Barbosa
2015 – Vallerie Maia Esmeraldo de Oliveira
2017 – Jandercleison Pinheiro Jucá
2017 – Ricardo Luiz Guimarães Ennes
2018 – **Bruno Jader Silva Campos (atual)**
2019 – Carla de Moraes Rego Mandetta
2020 – Felipe Reis da Silva

Informações geográficas

A Cidade está a 355 m de altitude, situando-se a 554 km da Capital, com superfície de 318 km² e população estimada de 10.206 habitantes. Está localizada na Mesorregião do São Francisco e Mi-

crorregião de Petrolina, sendo composta pelo Distrito Sede e pelo Povoado de Guarani.

Feriados oficiais locais

20 de janeiro – Dia do Padroeiro São Sebastião
1º de março – Dia da Emancipação Política
15 de setembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Fórum João Mendes de Sá

Rua João Ribeiro da Silva, s/n – Centro – Terra Nova/PE – CEP: 56.190-000

TIMBAÚBA

O MUNICÍPIO

Em 28 de maio de 1873, a Lei Provincial n. 1.103 criou a Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Timbaúba, constituída dos Distritos de Timbaúba e de Cruangy.

A Lei Provincial n. 1.363, de 8 de abril de 1879, elevou o Distrito de Timbaúba à categoria de Vila, com a mesma denominação.

Foi alçada à categoria de Cidade com a Lei Provincial n. 1.811, de 27 de junho de 1884. Timbaúba apenas se tornou município autônomo em 26 de fevereiro de 1893, por força da Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

A COMARCA

A Comarca de Timbaúba foi criada pela mesma Lei Provincial n. 1.363, de 8 de abril de 1879, sendo instalada no dia 18 de março de 1882, tendo como Juiz Instalador Balbino de Moraes Pinheiro.

Em 26 de janeiro de 1998, foi inaugurado o prédio do fórum.

Timbaúba é Comarca de 2ª entrância, com duas varas e uma Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Ciências de Timbaúba, em convênio com o TJPE, instalada em 21 de março de 2012. A Justiça Eleitoral, a Defensoria Pública, o Mi-

nistério Público e a Justiça do Trabalho têm sedes próprias. Timbaúba é sede de uma Subseccional da OAB/PE.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Ferreiros passa a ser agregada à Comarca de Timbaúba.

Justiça Eleitoral

Timbaúba é sede da 36ª Zona Eleitoral, composta por 129 seções, com 41.498 eleitores cadastrados. Atualmente, está sob responsabilidade do Juiz Eleitoral José Gilberto de Souza.

Juízes que atuaram na Comarca

1882 – Balbino de Moraes Pinheiro
1887 – Lourenço Bezerra Vieira de Melo
1887 – Belarmino Guedes Correia Gondim
1888 – Paulino Velloso Freire
1890 – José de Barros Pereira de Andrade
1890 – José Antônio Alves de Assumpção
1892 – Antônio da Silva Antunes
1892 – Rodolpho Monteiro Moreira
1893 – Pedro da Silva Gusmão
1893 – Manuel Nunes Correia
1895 – Archimedes de Oliveira Sousa
1895 – Pedro Martins de Athayde
1896 – Marçal Emiliano Camello Pessoa
1896 – Fortunato Raphael Alves de Carvalho
1898 – Benedicto Teixeira Palha
1899 – Manoel Gomes Cavalcante

1901 – Luiz Vicente Borges
1902 – Thomas Soriano de Souza
1910 – José Gomes de Mello
1912 – Clementino Pereira de Mello
1924 – Ângelo Jordão de Vasconcelos Filho
1924 – Agripino Thysso Nogueira Lima
1927 – Agrício Gonçalves da Silva Brazil
1928 – Renato Dornellas Câmara
1931 – Arnulpho Lins e Silva
1931 – Joaquim Freire Barbosa da Silva
1933 – Djalma Tavares da Cunha Mello
1934 – Lauro Dornelas Câmara
1944 – João Samuel da Costa
1952 – Fernando Antônio Tavares de Andrade
1953 – Nelson Pereira de Arruda
1953 – Salustiano Cavalcanti de Albuquerque
1956 – José Lopes de Oliveira
1957 – Otílio Guedes de Freitas Montenegro
1958 – Walfrido Uchoa Cavalcante
1960 – Geraldo Correia da Silva
1967 – Irajá D'Almeida Lins
1968 – Antônio Martins Veras
1972 – Sebastião Romildo Vale de Oliveira
1984 – Marcelo Márcio Cardoso Fernandes
1985 – Eduardo Augusto Paurá Peres
1989 – José Malta de Sá Júnior
1989 – Germano Gladstone de Oliveira Japiassú
1990 – Carlo Augusto de Albuquerque Barros
1990 – José Valdmir de Oliveira Chaves

1990 – Nailton Max de Brito e Silva
1990 – Aubry de Barros Lima Filho
1991 – Josué Antônio Fonseca de Sena
1992 – Carlos Antônio Alves da Silva
1992 – Ricardo Pessoa dos Santos
1993 – Marcos Franco Bacelar
1994 – José Barroso Filho
1996 – Clicério Bezerra e Silva
1998 – Mariza Silva Borges
1999 – **José Gilberto de Souza (atual – 1ª Vara e Câmara de Conciliação)**
2004 – Luciene Robéria Pontes de Lima
2005 – Luiz Artur Guedes Marques
2013 – André Rafael de Paula Batista Elihimas
2016 – Maria do Rosário Arruda de Oliveira
2017 – Carlos Antônio Sobreira Lopes
2017 – Diniz Cláudio de Miranda Cavalcanti
2017 – Gabriel Araújo Pimentel
2017 – Verônica Gómez Lourenço
2017 – Ícaro Nobre Fonseca
2019 – **Danilo Félix Azevedo (atual – 2ª Vara)**

Informações geográficas

Situada na Zona da Mata de Pernambuco, distante 98 km da capital, Timbaúba tem uma área de 290 km² e uma população de 53.022 habitantes. Administrativamente, é constituída dos Distritos Sede, Cruanjí e Livramento do Tiúma, além dos Povoados Catucá, Queimadas e Usina Cruanjí.

Filho ilustre na magistratura

Nasceu em Timbaúba o Juiz Sylvio Paz Galdino de Lima.

Feriados oficiais locais

8 de abril – Dia da Emancipação Política
15 de setembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora das Dores
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição

Fórum Juiz Irajá D'Almeida Lins

Rua Severino Ribeiro Alves, n. 106 – Barro – Timbaúba/PE – CEP: 55.870-000

Toritama

O Município

O Distrito Torres foi criado em 1925, com o Decreto-Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938, passando a pertencer ao Município de Taquaritinga do Norte.

Até 1943, o distrito e a Vila chamavam-se Torres, passando à denominação de Toritama com o Decreto n. 952, de 31 de dezembro do mesmo ano.

Com a Lei Estadual n. 1.818, de 29 de dezembro de 1953, Toritama passou a Município, tendo sido instalado em 23 de maio de 1954.

A Comarca

A Comarca de Toritama foi criada pela Lei Estadual n. 1.818, de 29 de dezembro de 1953, a mesma que instituiu o Município, sendo instalada em 23 de maio de 1954.

Em 1969, a Comarca foi extinta pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto, passando a ser Termo de Vertentes, restaurada pela Lei n. 7.503, de 18 de novembro de 1977. Um novo fórum foi inaugurado no Município, em 12 de julho de 2019.

A Comarca integra a 1ª entrância e possui vara única. A Justiça Eleitoral, a OAB e o Ministério Público funcionam no fórum.

Justiça Eleitoral

Toritama sedia a 112ª Zona Eleitoral, com 54 seções, contando com 31.171 eleitores, sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral Thiago Meirelles Silva dos Santos.

Juízes que atuaram na Comarca

1953 – José Ferreira de Lima
1954 – Carlos Alberto Pedrosa Marinho
1955 – Onevaldo Fernandes Maia
1960 – Edmundo Pessoa de Araújo
1966 – Jáder Jordão de Vasconcelos
1970 – Senyr Jatahy de Sampayo
1976 – Etério Ramos Galvão Filho
1977 – Ivonaldo Pereira de Miranda
1982 – Emmanuel Santos Júnior
1988 – Antônio de Jesus Chaves da Costa
1989 – José Roberto de Oliveira
1993 – Brasílio Antônio Guerra
1996 – Inês Maria de Albuquerque Alves
1999 – Carlos Eugênio de Castro Montenegro
2005 – Adrianne Maria Ribeiro de Souza
2006 – Patrícia Caiaffo de Freitas Arroxelas Galvão
2009 – Roberto Jordão de Vasconcelos
2010 – Feliciano da Silva Nilo
2010 – Maria Adelaide M. de Abreu Lacerda Melquíades
2010 – Renata da Costa Lima Caldas Machado
2013 – Rommel da Silva Patriota
2013 – Rildo Vieira da Silva

2013 – Solon Otávio de França
2015 – Carlos Neves da Franca Neto Júnior
2015 – Cristiano Henrique de Freitas Araújo
2016 – Hildemar Macedo de Morais
2017 – Juliana Rodrigues Barbosa
2017 – Lorena Junqueira Victorasso
2018 – **Thiago Meirelles Silva dos Santos (atual)**
2019 – Augusto Cézar de Sousa Arruda

Informações geográficas

Localizada na Mesorregião do Agreste pernambucano, na Microrregião do Alto Capibaribe, Toritama dista 172 km da capital, tem área territorial de 25 km² e população de 46.164 habitantes.

Feriados oficiais locais

2 de fevereiro – Dia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
17 de março – Dia da Retratação Política de José Manoel da Silva
8 de dezembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição
29 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Ernesto Herculino Cordeiro

Rua Heleno Rodrigues da Silva, n. 450 – Loteamento Monte Verde – Toritama/PE – CEP: 55.125-000

Tracunhaém

O Município

O Distrito de Tracunhaém foi criado pela Lei Municipal n. 5, de 30 de novembro de 1892, com base na Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892. Integrava o território do Município de Nazaré.

Tracunhaém passou à categoria de Cidade e tornou-se Município no ano de 1963, na administração do Governador Miguel Arraes de Alencar, por força da Lei Estadual n. 4.951, de 20 de dezembro do mesmo ano, oportunidade em que foi desmembrada de Nazaré da Mata. A instalação do Município de Tracunhaém ocorreu em 2 de março de 1964.

A Comarca

A Comarca de Tracunhaém foi criada em razão da Lei Estadual n. 10.391, de 18 de dezembro de 1989, e instalada em 20 de janeiro de 2006, em sessão presidida pelo Juiz Carlos Alberto Maranhão de Oliveira.

Atualmente, é classificada como Comarca de 1ª entrância e possui vara única. O Ministério Público, a OAB e a Defensoria Pública funcionam no fórum.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Buenos Aires passa a ser agregada à Comarca de Tracunhaém.

Justiça Eleitoral

Tracunhaém é Termo Eleitoral da 23ª Zona Eleitoral, que tem Nazaré da Mata como sede, e possui 28 seções e 10.608 eleitores. O Juiz Eleitoral atual é Demetrius Liberato Silveira Aguiar.

Informações geográficas

O Município de Tracunhaém está situado a 85 m de altitude, distando 64 km da capital do Estado, com uma superfície de 135 km². A Cidade é composta do Distrito Sede, onde vivem, aproximadamente, 13.769 habitantes. Localiza-se na Microrregião Setentrional da Mesorregião da Mata pernambucana.

Juízes que atuaram na Comarca

2006 – Carlos Alberto Maranhão de Oliveira
2006 – Aldileide Paes Miranda Galindo
2008 – Álvaro Mariano da Penha
2013 – José Faustino Macedo de Souza Ferreira
2014 – Rafael Medeiros Antunes Ferreira
2015 – Aline Cardoso dos Santos
2015 – Mariana Vieira Sarmento
2017 – Carlos Antonio Sobreira Lopes
2017 – Diniz Cláudio de Miranda Cavalcanti
2017 – Augusto Napoleão Sampaio Angelim

2019 – **Felipe José Dias Martins da Rosa e Silva (atual)**
2019 – Marcelo Marques Cabral
2019 – Milton Santana Lima Filho
2020 – Demetrius Liberato Ferreira Aguiar

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia do Artesão
13 de junho – Festa do Padroeiro Santo Antônio
20 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Juiz Valdir Barbosa

Loteamento Vila Santa Cruz, às Margens da BR – 408 – Tracunhaém/PE – CEP: 55.805-000

Trindade

O Município

O Distrito de Trindade, que tinha a denominação Olho d'Água, pertencia a Ouricuri e foi transferido para o Município de São Gonçalo (hoje Araripina), através do Decreto-Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938. Mudou sua denominação para Nascente através do Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, e passou a município autônomo por meio da Lei Estadual n. 4.957, de 20 de dezembro de 1963, quando se desmembrou de Araripina. A instalação do Município ocorreu em 30 de maio de 1964.

A Comarca

A Comarca de Trindade, antes Termo de Araripina, foi criada pelo art. 1º da Lei Estadual n. 10.391, de 18 de dezembro de 1989, e a sua instalação ocorreu em 26 de janeiro de 1990. O primeiro Juiz de Direito foi Armando Tavares da Silva. É classificada como Comarca de 1ª entrância e possui vara única. Funcionam no fórum a Defensoria Pública, a Justiça Eleitoral, a OAB e o Ministério Público.

Justiça Eleitoral

Trindade é sede da 133ª Zona Eleitoral, que possui 53 seções e 22.278 eleitores. A Juíza Eleitoral atual é Olívia Zanon Dall'Orto Leão.

Juízes que atuaram na Comarca

1990 – Armando Tavares da Silva
1990 – Adeildo Nunes
1991 – Milton Santana Lima Filho
1992 – Maria Rosa Vieira Santos
1994 – José Raimundo dos Santos Costa
1995 – Luiz Eduardo de Sousa Neto
1998 – Valdelício Francisco da Silva
2003 – Isânia Maria Moreira Reis
2006 – Ivanhoé Holanda Félix
2008 – Sydnei Alves Daniel
2011 – Carlos Eduardo das Neves Mathias
2011 – Rafael Cavalcanti Lemos
2013 – Rodrigo Ramos Melgaço
2013 – João Ricardo da Silva Neto
2014 – Pedro Fernandes Alonso Alves Pereira
2015 – Fernanda Vieira Medeiros
2015 – Rodrigo Fonseca Lins de Oliveira
2017 – Thiago Meirelles Silva dos Santos
2017 – Paulo Ricardo Cassaro dos Santos
2017 – Fernando Jefferson Cardoso Rapette
2019 – **Olívia Zanon Dall'Orto Leão (atual)**

Informações geográficas

Trindade está situada a 518 m de altitude, distando 645 km da capital, com área de 295 km², onde vivem 30.521 habitantes. Situa-se na Mesorregião do Sertão pernambucano, Microrregião do Araripe. Saco Verde é seu Povoado.

Feriados oficiais locais

29 de setembro – Dia da Padroeira Santíssima Trindade
20 de dezembro – Dia da Emancipação Política

Fórum da Comarca de Trindade

Rua 25 de Abril, n. 226 – Centro – Trindade/PE –
CEP: 56.250-000

Triunfo

O Município

A Lei Provincial n. 930, de 2 de junho de 1870, elevou a povoação de Baixa Verde à categoria de Vila, com a denominação de Triunpho, desmembrado do Município de Flores. A Vila foi instalada em 8 de janeiro de 1872. Foi elevada à categoria de Cidade e Comarca com a Lei n. 1.805, de 13 de junho de 1884, desmembrando-se da Cidade de Vila Bela. Constituiu-se município autônomo em 14 de julho de 1893, com base na Lei Estadual n. 52, de 3 de agosto de 1892.

A Comarca

A Lei Provincial n. 1.057, de 7 de junho de 1872, criou a Comarca de Vila Bela, constituída do Termo do mesmo nome e da Vila de Triunfo.

A Comarca de Triunfo foi criada em 13 de junho de 1884, pela Lei Provincial n. 1.805, e instalada somente em 25 de janeiro de 1890, tendo como primeiro Juiz de Direito Arthur Eloy de Barros Pimentel.

A Comarca foi extinta pela Lei Estadual n. 697, de 20 de junho 1904, passando a ser Termo da Comarca de Flores. Foi restaurada pela Lei Estadual n. 1.174, de 1º de maio de 1913.

É Comarca de 1ª entrância e de vara única. A Defensoria Pública funciona no fórum. O Ministério Público e a Justiça Eleitoral têm sedes próprias.

Justiça Eleitoral

Triunfo é Termo da 67ª Zona Eleitoral, com sede em Flores, e possui, atualmente, 11.151 eleitores e 39 seções, tendo como Juíza Eleitoral Ana Carolina Santana.

Juízes que atuaram na Comarca

1890 – Arthur Eloy de Barros Pimentel
1893 – Manoel da Sousa Monteiro
1893 – Belamiro César Gusmão
1893 – Francisco Lima da Silva Maya
1894 – Severino Leite Cavalcante
1894 – Manoel Gomes da Silveira Barros
1895 – Aureliano Valério de Sá
1896 – Adalberto Pereira dos Santos
1896 – Pedro Alves da Luz
1898 – Elias Valgueiro Torres Barros
1899 – Antônio Jesus da Conceição Souza
1901 – Lúcio Barros
1902 – Luís Pereira da Silva
1902 – João Ferreira Gonçalves
1906 – Braz Alves Feitosa
1907 – João Vieira da Cunha
1914 – Luiz Gonzaga de Siqueira Badu
1914 – Ulisses Elisio do Nascimento Wanderley

1914 – Augusto Pinto de Campos
1915 – Martinho Lopes da Costa
1916 – Genésio Gonçalves de Lima
1919 – José Luiz da Silva
1919 – Júlio César de Azevedo
1923 – Cláudio da Cunha Cavalcanti
1923 – Firmino Rodrigues Pereira
1925 – Afonso de Miranda Leal
1928 – Jesus Gonçalves Lima
1929 – João Jungmann
1929 – Manoel José de Carvalho Coimbra
1930 – Sócrates Gonçalves de Medeiros
1934 – João Capistiano de Moraes e Silva
1942 – Caeté de Medeiros
1945 – Djaci Alves Falcão
1950 – Luís Gonzaga dos Reis
1951 – Márcio Rosemberg Leite
1952 – Nelson Fialho dos Reis
1952 – Moacir da Costa Gomes
1954 – Geraldo Correia da Silva
1958 – André Alves de Melo
1960 – Manoel Monteiro de Lima
1960 – Wilson Mota Valença
1961 – Ivan Malta Gatto
1962 – Aluiz Tenório de Brito
1964 – Irajá D'Almeida Lins
1967 – Ruy Trezena Patu
1979 – João Gomes dos Passos
1979 – Vânia de Rocha

1981 – Milton José Neves
1984 – Waldemir Pinheiro Banja
1985 – Antônio de Vasconcelos Silva
1986 – Germano Gladstone de Oliveira Japiassu
1989 – Raimundo Nonato de Souza Braid Filho
1989 – Ailton Soares Pereira Lima
1992 – Marcos Antônio Nery de Azevedo
1994 – Isaías Andrade Lins Neto
1996 – Sérgio Paulo Ribeiro da Silva
1997 – Frederico José Torres Galindo
1998 – Carlos Jean Alves dos Santos
1999 – José Francisco Almeida Filho
2003 – Rúbia Celeste Cabral Pereira Tavares de Melo
2003 – Ana Virgínia da Costa Carvalho Albuquerque
2003 – Maria Eliane Cabral Campos Carvalho
2003 – Edilson Rodrigues Moura
2003 – Hélia Viegas Silva
2005 – José Carvalho de Aragão Neto
2006 – Márcio Araújo dos Santos
2006 – Isânia Maria Moreira Reis
2007 – Luciana Marinho Pereira de Carvalho
2007 – Artur Teixeira de Carvalho Neto
2008 – Ana Marques Veras
2011 – Daniela Rocha Gomes
2013 – Gustavo Mattedi Reggiani
2013 – Clenya Pereira de Medeiros
2015 – Alexandra Loose
2015 – Larissa da Costa Barreto
2017 – Augusto Cézar de Sousa Arruda

2017 – Marcus César Sarmento Gadelha
2018 – Ana Carolina Santana
2018 – José Anastácio Guimarães Figueiredo Correia
2018 – Pablo de Oliveira Santos
2020 – Bruno Querino Olímpio
2020 – **Adriana Botaro Torres (atual)**

Informações geográficas

A Cidade fica a 1.004 m de altitude, distando 407 km da capital, constituída dos Distritos Iguaçu e Canaã, onde vive uma população de, aproximadamente, 15.243 habitantes. O Município está situado na Mesorregião do Sertão pernambucano e na Microrregião do Pajeú e possui 191 km².

Filho ilustre na magistratura

O magistrado Ruy Trezena Patu Júnior é natural de Triunfo.

Feriados oficiais locais

13 de junho – Data da Emancipação Política
15 de setembro – Dia da Padroeira Nossa Senhora das Dores

Fórum Doutor Caeté de Medeiros

Praça 15 de novembro, n. 48 – Centro – Triunfo/PE
CEP: 56.870-000

Termo Judiciário

Santa Cruz da Baixa Verde

O Distrito de Brocotó, criado pela Lei n. 289, de 30 de novembro de 1953, denominou-se Santa Cruz da Baixa Verde, com a Lei Estadual n. 1.795, de 17 de dezembro de 1953. O Município de Santa Cruz da Baixa Verde foi criado pela Lei n. 4.973, de 20 de dezembro de 1963, que, posteriormente, foi anulada por decisão judicial em processo ajuizado pelo Município do Triunfo, mas foi recriado em 1991, pela Lei n. 10.620, de 1º de outubro de 1991, elevando a Vila à categoria de Cidade, sede do novo município. A instalação se deu em 1º de janeiro de 1993.

O Município está situado na Mesorregião do Sertão pernambucano e na Microrregião do Pajeú, com uma área territorial de 114 km². A Cidade fica a 850 m de altitude, distando 413 km da capital, constituída do Distrito Sede, onde vive uma população de 12.650 habitantes.

O Município integra a 71ª Zona Eleitoral, com sede em Serra Talhada, conta com 32 seções e 8.915 eleitores. Marcus César Sarmento Gadelha é o Juiz Eleitoral atual.

Tuparetama

O Município

Inicialmente, foi criado o distrito com a denominação de Bom Jesus, pelo Decreto-Lei Estadual n. 235, de 9 de dezembro de 1938, passando, posteriormente, à denominação de Tupã.

Através do Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, passou a chamar-se Tuparetama. A Lei Estadual n. 421, de 31 de dezembro de 1948, transfere o Distrito de Tuparetama do Município de Afogados da Ingazeira para o de Tabira.

Com a Lei Estadual n. 3.332, de 31 de dezembro de 1958, foi elevado à categoria de Município com o nome de Tuparetama, sendo instalado em 11 de abril de 1962.

A Comarca

A mesma Lei Estadual n. 3.332/1958 também criou a Comarca de Tuparetama, sendo instalada em 15 de maio de 1962, pelo Juiz de Direito Demócrito Ramos Reinaldo. Pelo Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, a Comarca de Tuparetama foi extinta e passou a Termo de Tabira, sendo recriada pela Lei Estadual n. 10.629, de 18 de outubro de 1991, e reinstalada em 11 de abril de 1994 pelo Juiz Reinstalador Paulo de Oliveira Menezes, designado pela Portaria n. 394/1994 do Presidente Desembargador Luiz Belém de Alencar.

A Comarca é de 1ª entrância, possui vara única e tem Ingazeira como Termo Judiciário. Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Tuparetama passa a ser agregada à Comarca de São José do Egito.

Justiça Eleitoral

Tuparetama é Termo Eleitoral de São José do Egito, onde funciona a 68ª Zona, com 29 seções, totalizando 7.890 eleitores inscritos, e tem como Juíza Eleitoral Tayná Lima Prado Santana.

Juízes que atuaram na Comarca

1962 – Demócrito Ramos Reinaldo
1963 – Ruy Trezena Patu
1966 – Ed-Ek Gonçalves Lopes
1966 – Pedro Pedrosa de Oliveira Melo
1968 – Ozael Rodrigues Veloso
1970 – Etério Ramos Galvão Filho
1971 – Vânio Fox da Rocha Pereira
1973 – João de Oliveira
1973 – Leonísio Lopes de Almeida
1974 – Márcio de Albuquerque Xavier
1976 – Aristóteles de Siqueira Campos
1984 – Marcos Antônio Tavares de Albuquerque
1984 – Nilvan Alves Macena
1985 – Flávio Pessoa de Souto Maior
1985 – Alberto Nogueira Virgínio
1985 – Cláudio Jean Nogueira Virgínio
1985 – Cladisson Ferreira Pinto

1989 – Eurico Barros Correia Filho
1989 – Rosalvo Maia Soares
1991 – Marcelo Russel Wanderley
1991 – Luiz Gustavo Mendonça de Araújo
1992 – André Vicente Pires Rosa
1993 – Isaías Andrade Lins Neto
1994 – Paulo de Oliveira Menezes
1994 – José Tadeu dos Passos e Silva
1995 – Carlos Magno Cysneiro Sampaio
1995 – Wagner Ramalho Procópio
1997 – André Calmon de Almeida Cezar
1998 – Maria Rosa Vieira Santos
1998 – Cláudio Malta de Sá Barreto Sampaio
1999 – Caio Neto Jomael Oliveira Freire
2000 – Carla Adriana de Assis da Silva
2001 – Drauternani Melo Pantaleão
2003 – Pierre Souto Maior Coutinho de Amorim
2003 – Ana Marques Veras
2005 – Luiz Célio de Sá Leite
2006 – Vladimir José Nobre de Carvalho
2006 – Gilvan Macêdo dos Santos
2008 – José Francisco Almeida Filho
2012 – Gustavo Mattedi Regiani
2012 – Adelson Freitas de Andrade Júnior
2012 – José Carvalho de Aragão Neto
2013 – Maria do Rosário Arruda de Oliveira
2015 – Brenda Azevedo Paes Barreto Teixeira
2015 – Mirella Patrício da Costa Neiva
2015 – Raquel Barofaldi Bueno

2016 – Alexandra Loose
2017 – Leonardo Batista Peixoto
2017 – Mariana Zenaide Teófilo Gadelha
2018 – Osvaldo Teles Lobo Junior
2019 – Tayná Lima Prado
2019 – **Fernando Cerqueira Marcos (atual)**

Informações geográficas

Situada a 358 km da capital, Tuparetama detém área de 178 km², dividida entre os Distritos Sede e Santa Rita, com uma população de 8.202 habitantes, aproximadamente. Está localizada na Macrorregião do Sertão e na Microrregião do Pajeú.

Feriados oficiais locais

11 de abril – Dia da Emancipação Política
Junho (data móvel) – Dia do Padroeiro Sagrado Coração de Jesus

Fórum Pedro Leite Ferreira

Rua Tereza Menezes, s/n – Santa Cecília – Tuparetama/PE – CEP: 56.760-000

Termo Judiciário

Ingazeira

O Município de Ingazeira foi criado pela Lei Estadual n. 4.971, de 20 de dezembro de 1963. Dista 390 km da capital, possui área territorial de 245 km² e população de, aproximadamente, 4.548 habitantes. Está localizado na Macrorregião do Sertão e na Microrregião do Pajeú.

O Desembargador Bartolomeu Bueno de Freitas Morais nasceu em Ingazeira.

O Município integra a 50ª Zona Eleitoral, com sede em Tabira, com 16 seções e 3.908 eleitores, tendo como Juiz Eleitoral Jorge William Fredi.

VENTUROSA

O MUNICÍPIO

A Lei Municipal n. 14, de 8 de janeiro de 1911, criou o Distrito de Boa Sorte, o qual ficou subordinado ao Município de Pedra por determinação da Lei Municipal n. 73, de 15 de novembro de 1929. Através do Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, passou a denominar-se Venturosa.

Foi elevado à categoria de Município com a denominação de Venturosa pela Lei Estadual n. 3.340, de 31 de dezembro de 1958, sendo instalado em 20 de março de 1962.

A COMARCA

A mesma Lei Estadual n. 3.340, de 31 de dezembro de 1958, também criou a Comarca de Venturosa, que foi instalada em 17 de maio de 1962, pelo Juiz Instalador Leduar Monteiro Cavalcanti de Albuquerque.

O Decreto n. 61, de 5 de agosto de 1969, extinguiu a Comarca, passando a ser Termo de Pedra, e a sua restauração deu-se com a Lei Estadual n. 7.503, de 18 de novembro de 1977.

Assim, em 6 de janeiro de 1978, foi reativada a Comarca de Venturosa pelo Juiz Reinstalador Pedro Coutinho de Almeida.

A Comarca foi mais uma vez desativada em 19 de fevereiro de 1999, por força do Ato n. de 146/1999, publicado em 4 de fevereiro de 1999, sendo anexada à Comarca de Pedra. Foi reinstalada em 27 de abril de 2001, através do Ato n. 525/2001, tendo como Juiz Reinstalador Clélio Farias Guerra.

A Comarca é classificada como de 1ª entrância e possui vara única. A Justiça Eleitoral e o Ministério Público funcionam no prédio do fórum.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Pedra passa a ser agregada à Comarca de Venturosa.

Justiça Eleitoral

A Comarca de Venturosa sedia a 120ª Zona Eleitoral, que conta com 36 seções, totalizando 14.272 eleitores. Atualmente, o Juiz Eleitoral Caio Neto de Jomael Oliveira Freire é o responsável pela Justiça Eleitoral da Comarca.

Juízes que atuaram na Comarca

1962 – Leduar Monteiro Cavalcanti de Albuquerque
1963 – José de Oliveira Lima Filho
1964 – Antônio Martins Veras
1964 – José Antônio Amorim
1965 – Antônio de Barros Silva
1966 – Hélio Barros de Siqueira Campos
1966 – Cícero Cardoso Guedes Alcoforado
1966 – Luiz Gonzaga Padilha
1967 – Sebastião Romildo Vale de Oliveira

1968 – Hermínio Áureo de Queiroz
1968 – Manoel Alves da Rocha
1977 – Marcílio de Sampaio Carvalho
1981 – Emanuel Santos Júnior
1982 – Adalberto de Oliveira Melo
1983 – José Roberto Ladranha Távola
1985 – José Valdmir de Oliveira Chaves
1985 – Eurico Lopez de Andrade
1989 – Maria Aparecida Dias Costa
1991 – Andreya Chisthiane Gomes da Costa
1991 – Ricardo de Oliveira Paes Barreto
1992 – Cristóvão Tenório de Almeida
1994 – Júlio César Vasconcelos de Almeida
1998 – Tomaz de Aquino Pereira de Araújo
2001 – Clélio Farias Guerra
2001 – Cláudio Márcio Pereira de Lima
2003 – Juliana Moreira Maciel
2004 – **Caio Neto de Jomael Oliveira Freire (atual)**
2005 – Adriana Carla Souza Mendonça de Oliveira
2012 – Rafael Medeiros Antunes Ferreira
2015 – Izabel de Souza Oliveira
2017 – João Eduardo Ventura Bernardo
2017 – Thiago Pacheco Cavalcanti
2020 – Isabella Ferraz Barros de Albuquerque Oliveira

Informações geográficas

A Cidade dista 249 km do Recife. Tem 335 km² de área, composta pelos Distritos Sede e Grotão. A população do Município é

de, aproximadamente, 18.661 habitantes. Situa-se na Mesorregião do Agreste pernambucano e na Microrregião do Vale do Ipanema.

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia do Padroeiro São José
30 de março – Dia da Emancipação Política

Fórum Francisco Pereira de Carvalho Barros

Rua Tenente Wastingney Wandenkolk Wanderley, s/n – Centro – Venturosa/PE – CEP: 55.270-000

Verdejante

O Município

Em 29 de novembro de 1892, o Distrito foi criado com a denominação de Lagoa dos Milagres, pela Lei Municipal n. 1, subordinado ao Município de Salgueiro. A Lei Municipal n. 80, de 6 de dezembro de 1919, alterou a denominação do Distrito para Bezerros.

Por sua vez, o Decreto-Lei Estadual n. 92, de 31 de março de 1938, modificou a denominação do Distrito de Bezerros para Riacho Verde. Com o Decreto-Lei Estadual n. 952, de 31 de dezembro de 1943, passou a ser chamada Verdejante.

O Município de Verdejante foi criado pela Lei n. 3.336, de 31 de dezembro de 1958, e sua instalação ocorreu em 25 de março de 1962.

A Comarca

A Comarca de Verdejante foi criada pela Lei n. 3.328, de 30 de dezembro de 1958, sendo instalada no dia 3 de junho de 1962, pelo Juiz Instalador Edgar Sobreira de Moura.

No dia 5 de agosto de 1969, com o Decreto-Lei n. 61, foi extinta a Comarca de Verdejante, que passou a ser Termo Judiciário da Comarca de Salgueiro.

A Lei n. 7.503, de 18 de novembro de 1977, restaurou a Comarca, sendo reinstalada no dia 28 de março de 1978, pelo Juiz Jones Figueirêdo Alves.

Com o Ato n. 2.103, de 9 de dezembro de 1998, do Presidente Desembargador Etério Ramos Galvão, foi mais uma vez desativada a Comarca de Verdejante, voltando a ser Termo de Salgueiro.

No dia 10 de junho de 2000, foi reativada a Comarca de Verdejante, através do Ato n. 843, de 16 de maio de 2000, do Presidente Desembargador Nildo Nery dos Santos, sendo Juiz Instalador Antônio de Pádua Casado de Araújo Cavalcanti.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Verdejante, classificada como de 1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Salgueiro.

Justiça Eleitoral

Verdejante faz parte da 75ª Zona Eleitoral, com sede em Salgueiro, e possui 25 seções, estando cadastrados 7.459 eleitores, sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral José Gonçalves de Alencar.

Juízes que atuaram na Comarca

1962 – Edgar Sobreira de Moura
1963 – Cícero Guedes Cardoso Alcoforado
1964 – Rômulo Gomes Falcão
1966 – Júlio Pereira de Almeida
1968 – João Batista de Albuquerque
1971 – Adalberto Pereira Lopes
1974 – Enéas Bezerra Barros
1977 – Jones Figueirêdo Alves

1978 – Eloy D'Almeida Lins
1979 – José Rabelo de Araújo Pimenta
1980 – João Gomes dos Passos
1980 – Alexandre Gadelha Malta de Moura
1982 – Nilvan Alves Macena
1982 – Roberto Wanderley Nogueira
1983 – Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
1984 – Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
1985 – Fausto de Castro Campos
1987 – Ednaldo da Fonseca Rodrigues
1989 – Paulo Torres Pereira da Silva
1992 – Luiz Cavalcanti Filho
1992 – Francisco de Assis Timóteo Rodrigues
1992 – José Jorge de Amorim
1996 – José de Andrade Saraiva Filho
2000 – Antônio de Pádua Casado de Araújo Cavalcanti
2000 – Hailton Gonçalves da Silva
2004 – Adriana Karla de Souza Mendonça
2004 – Josilton Antônio Silva Reis
2005 – Artur Teixeira de Carvalho Neto
2005 – Glacidelson Antônio da Silva
2005 – Patrícia Caiaffo de Freitas Arroxelas Galvão
2008 – Otávio Ribeiro Pimentel
2011 – Fabíola Michele Muniz Mendes Freire de Moura
2012 – Elaine Cristine de Carvalho Miranda
2013 – Demetrius Liberato Silveira Aguiar
2013 – Michelle Oliveira Chagas Silva
2014 – Murilo Borges Koerich
2015 – Verônica Gómez Lourenço

2015 – Flávio Krok Franco
2017 – João Paulo Barbosa Lima
2017 – Tatiana Lapa Carneiro Leão
2018 – Tatiana Cristina Bezerra Salgado
2018 – Carla de Moraes Rego Mandetta
2019 – Rodrigo Barros Tomaz do Nascimento
2019 – Rodrigo Ramos Melgaço
2019 – Bruno Jader Silva Campos
2019 – Daladiê Duarte Souza
2019 – **Marcos José de Oliveira (atual)**

Informações geográficas

Situada na Mesorregião do Sertão Central e na Microrregião de Salgueiro, Verdejante dista 499 km do Recife, possui área territorial de 476 km² e população de 9.534 habitantes. Detém, ainda, três Povoados: Grossos, Lagoa e Malhada da Areia.

Feriados oficiais locais

25 de março – Dia da Emancipação Política
27 de junho – Dia da Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
4 de agosto – Dia da Morte de Joaquim Tavares de Sá

Fórum Doutor Jonas Pereira Neto

Praça Raimundo Targino Ferreira, s/n – Centro – Verdejante/PE – CEP: 56.120-000

Vertentes

O Município

O Distrito de Vertentes, que pertencia a Taquaritinga, foi criado pela Lei Municipal n. 2, de 18 de abril de 1892. A sede passou a Vila através da Lei Estadual n. 991, de 1º de julho de 1909. A Lei Estadual n. 1.267, de 4 de junho de 1915, transferiu a sede do Município de Taquaritinga para Vertentes.

Por força da Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, Vertentes foi elevado à categoria de Município autônomo, e sua instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1929.

A Comarca

Vertentes tornou-se sede da Comarca de Taquaritinga pela Lei Provincial n. 1.260, de 26 de maio de 1877. Depois, por meio da Lei Provincial n. 1.864, de 5 de maio de 1886, a sede da Comarca transferiu-se para Taquaritinga, voltando a Vertentes em 22 de julho de 1915 de forma definitiva.

Em 1929, quando Vertentes tornou-se município autônomo, permaneceu como sede da Comarca, e Taquaritinga como Termo.

Com a Resolução n. 445, de 14 de dezembro de 2020, do Órgão Especial do TJPE, a Comarca de Vertentes, classificada como de

1ª entrância, passa a ser agregada à Comarca de Taquaritinga do Norte.

Justiça Eleitoral

A Justiça Eleitoral de Vertentes representa a 46ª Zona Eleitoral do Estado de Pernambuco, tendo os Municípios Frei Miguelinho e Santa Maria do Cambucá como Termos. A Zona conta com 48 seções, e tem, em seus registros, 38.909 eleitores cadastrados. O Juiz Eleitoral atual é Solon Otávio de França.

Juízes que atuaram na Comarca

1879 – Luiz Ferreira Maciel Pinheiro
1880 – Manoel Annes Jacome Pires
1882 – Joaquim Francisco da Silva
1882 – Alexandre de Castro
1891 – Arthur da Silva Rego
1901 – Belarmino Cesar Gondim
1904 – Armando de Albuquerque Pereira de Oliveira
1911 – Francisco Muniz Falcão
1912 – Albérico Marques Macieira
1913 – José Pedro de Abreu e Lima
1913 – Canuto Clemente de D'Oliveira Guimarães
1915 – Renato Dornellas Câmara
1923 – Antônio de Moraes Lima
1923 – Michael Alves Mendes
1924 – Manoel Rodrigues Porto Filho
1926 – Júlio José Bezerra
1927 – José Demétrio de Paula Mendes

1929 – Renato Barbosa da Fonseca
1931 – Raphael Cavalcanti de Albuquerque
1933 – Natanael Tavares Gouveia Marinho
1935 – Severino Alves Leite
1937 – Oscar Loureiro
1942 – Nestor Cavalcante de Carvalho Varejão
1946 – Pedro Martiniano Lins
1948 – José Ribeiro Campos
1949 – Alcebíades Medeiros de Siqueira Campos
1956 – Salustiano Cavalcanti de Albuquerque
1957 – Francisco Zacarias Rodrigues do Santos
1957 – João Batista Neto
1961 – Sebastião Cabral de Carvalho
1962 – Hélio Machado da Silva Porto
1964 – Onevaldo Fernandes Maia
1964 – Edgar Sobreira de Moura
1969 – Senyr Jatahy de Sampayo
1974 – Etério Ramos Galvão Filho
1977 – Ivonaldo Pereira de Miranda
1985 – Lenivaldo Izídio de Sena
1986 – Sílvio Roberto Pessôa de Rezende
1990 – Eudes dos Prazeres França
1992 – Jorge Luiz dos Santos Henriques
1994 – Francisco Jorge de Figueiredo Alves
1994 – **Solon Otávio de França (atual)**
1999 – Idílio Oliveira de Araújo
2000 – Paulo César Oliveira de Amorim
2003 – José Raimundo dos Santos Costa
2003 – Lauro Pedro dos Santos Neto

2003 – Marinês Marques Viana
2006 – Joaquim Francisco Barbosa
2007 – Patrícia Caiaffo de Freitas Arroxelas Galvão
2008 – Feliciano da Silva Nilo
2009 – Luciana Maria Tavares de Menezes
2009 – Roberto Jordão de Vasconcelos
2015 – Cristiano Henrique de Freitas Araújo
2015 – José Arnaldo Vasconcelos da Silva
2015 – Rommel Silva Patriota
2017 – Vanilson Guimarães de Santana Junior
2018 – Leonardo Batista Peixoto
2020 – Juliana Rodrigues Barbosa

Informações geográficas

Vertentes está situada a 401 m de altitude, distando 121 km da capital do Estado. Tem superfície de 196 km² e população estimada em 20.954 habitantes. O Município é composto do Distrito Sede e dos Povoados São João do Ferraz, Serra da Cachoeira, Livramento, Capela Nova, Serra Seca e Chã do Junco. Localiza-se na Microrregião do Vale do Ipanema e na Mesorregião do Agreste pernambucano.

Feriados oficiais locais

19 de março – Dia do Padroeiro São José
11 de setembro – Dia da Emancipação Política
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição

Filhos ilustres na magistratura

O Desembargador João Aureliano Correia de Araújo e o Juiz Fernando Rodrigues dos Santos nasceram em Vertentes.

Fórum Desembargador João Aureliano Correia de Araújo

Praça Agamenon Magalhães, n. 300 – Centro – Vertentes/PE – CEP: 55.770-000

Vicência

O Município

A Lei Provincial n. 1.448, de 5 de junho de 1879, elevou o Povoado de Vicência à categoria de Freguesia.

Passou à categoria de Vila com a denominação de Vicência, pelo Decreto Estadual n. 142, de 30 de maio 1891, instalada em 15 de junho de 1891.

A Lei Municipal n. 5, de 30 de novembro de 1892, criou o Distrito de Vicência, subordinado a Nazaré.

A Vila foi extinta pela Lei n. 72, de 16 de maio de 1895, que tornou sem efeito o Decreto Estadual n. 142.

Vicência passou a Município com a Lei Estadual n. 1.931, de 11 de setembro de 1928, desmembrado de Nazaré.

A Comarca

A Lei Estadual n. 209, de 9 de julho de 1948, criou a Comarca de Vicência, instalada em 25 de setembro do mesmo ano, sendo o Juiz Instalador Antônio Viana de Siqueira.

Com o Decreto-Lei n. 61, de 5 de agosto de 1969, a Comarca foi desinstalada, passando a Termo de Aliança, sendo, posteriormente, restaurada através do art. 447, da Resolução n. 10, de 28 de dezembro de 1970.

A Comarca é de 1ª entrância e possui vara única. O Ministério Público, a Defensoria Pública e a Justiça Eleitoral funcionam no fórum.

Justiça Eleitoral

Vicência integra a 90ª Zona Eleitoral, com sede em Macaparana. É composta por 75 seções, com 21.771 eleitores cadastrados e, atualmente, está sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral Danilo Félix Azevedo.

Juízes que atuaram na Comarca

1948 – Antônio Viana de Siqueira
1949 – Augusto de Holanda Cardoso Ayres
1950 – Benedito Marques Vieira
1952 – José Maranhão de Andrade Lima
1952 – Américo Gregório Tôrres
1959 – Egídio Ferreira Lima
1961 – Salustiano Cavalcanti de Albuquerque
1963 – Jonas de Aquino Lucena
1963 – Manoel José Carvalho Coimbra
1967 – José Luiz Ramos Wanderley
1969 – Antônio Martins Veras
1969 – Ítalo José de Miranda Fonseca
1972 – José Maria de Carvalho
1973 – José Alencar Dias da Costa Araújo
1977 – Maurício Lins Galvão
1979 – Joaquim Rodrigues de Castro
1980 – Antônio Dias da Costa Araújo

1981 – Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes
1983 – Sebastião Romildo Valle de Oliveira
1983 – Eduardo Augusto Paurá Peres
1983 – Sílvio Roberto Pessoa de Resende
1985 – Petrúcio Roberto Tobias Granja
1986 – Francisco Manoel Tenório dos Santos
1986 – Wellington Gadelha de Freitas
1987 – Alcides Déricles Caminha
1987 – Carlos Alberto Maranhão de Oliveira
1987 – Carlos Augusto de Albuquerque Barros
1991 – José Valdmir de Oliveira Chaves
1992 – José Viana Ulisses Filho
1992 – Carlos Antônio Alves da Silva
1994 – Milton Santana Gomes Filho
1999 – Severino Bezerra do Nascimento
2003 – Mariza da Silva Borges
2004 – Luciana Maranhão de Araújo
2004 – Isabelle Moitinho Pinto
2006 – Valdelício Francisco da Silva
2007 – Maria das Graças Serafim Costa
2013 – Hauler dos Santos Fonsêca
2014 – Arthur Teixeira de Carvalho Neto
2015 – Iarly José Holanda de Souza
2015 – André Rafael de Paula Batista Elihimas
2016 – Marcos Garcez de Menezes Júnior
2017 – Mariana Vieira Sarmento
2017 – Carlos Antônio Sobreira Lopes
2017 – Carlos Neves da Franca Neto Júnior
2018 – Rafael Sampaio Leite

2018 – Gabriel Araújo Pimentel
2019 – José Gilberto de Souza
2019 – **Felipe Arthur Monteiro Leal (atual)**
2020 – Ícaro Nobre Fonseca

Informações geográficas

Vicência está situada a 300 m de altitude, distando 88 km do Recife. Tem área de 231 km² e população de 32.643 habitantes. A Cidade é composta dos Distritos Sede e Murupé e dos Povoados Borracha, Trigueiros, Angélica, Usina Barra, Usina Laranjeiras e Turiaçu. Compõe a Microrregião Setentrional e a Mesorregião da Mata pernambucana.

Feriados oficiais locais

26 de julho – Dia da Padroeira Santa Ana
11 de setembro – Dia da Emancipação Política

Fórum Doutor Cláudio Gueiros Leite

Rua Deoclides de Andrade Lima, n. 05 – Centro – Vicência/ PE – CEP: 55.850-000

Vitória de Santo Antão

O Município

O Alvará datado de 27 de julho de 1811, assinado pelo Príncipe-Regente Dom João VI, erigiu a povoação de Santo Antão à categoria de Vila, instalada em 29 de maio de 1812.

O território da Vila de Santo Antão foi desmembrado da Comarca de Olinda pela Lei Provincial n. 113, de 6 de maio de 1843, que elevou a Vila de Santo Antão à categoria de Cidade, nomeando-a de Vitória em razão do êxito na Batalha das Tabocas da Insurreição Pernambucana, em 3 de agosto de 1645.

Vitória passou a município autônomo em 9 de março de 1893, com base na Lei Estadual n. 52 de 3 de agosto de 1892.

Teve seu topônimo alterado para Vitória de Santo Antão por força do Decreto-Lei n. 952, de 31 de dezembro de 1943, para evitar duplicidade no país.

A Comarca

A Comarca de Santo Antão foi criada pelo Conselho Geral da Província, com a Resolução de 20 de maio de 1833. Foi instalada em 12 de dezembro de 1833 pelo Juiz de Direito José Teles de Menezes.

A Lei de Organização Judiciária, Lei n. 4.386, de 18 de abril de 1962, inclui a Comarca de Vitória de Santo Antão entre as Co-

marcas de 3ª entrância, porém, na lista de antiguidade dos juízes de Pernambuco do ano de 1963, publicada no Diário Oficial de 2 de fevereiro de 1964, a Comarca figurava entre as classificadas de 2ª entrância, assim permanecendo até hoje.

O Juizado Especial Cível e Criminal foi inaugurado em 28 de maio de 1996, sendo seu instalador o Juiz de Direito Auziênio de Carvalho Cavalcanti. O referido Juizado foi instituído pelo Ato n. 663, de 23 de maio de 1996, com fundamento no art. 3º da Lei n. 11.279, de 28 de novembro de 1995 e na Resolução n. 85, de 21 de dezembro de 1995, do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A 2ª Vara Criminal da Comarca foi instalada em 15 de agosto de 2001, tendo como Juíza Instaladora Sandra de Arruda Beltrão, e a 3ª Vara Cível foi inaugurada em 27 de janeiro de 2006, ambas criadas pela Lei Complementar n. 31, de 2 de janeiro de 2001.

Em convênio com o Tribunal, foi inaugurada a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade Osman da Costa Lins (Facol) em 21 de setembro de 2011. A Vara Regional da Infância e Juventude, criada pela Lei Complementar n.100/2007, foi instalada em 11 de novembro de 2011.

Em 5 de julho de 2019, foi instalado o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC).

O Ministério Público, a Defensoria Pública e a Justiça do Trabalho têm sedes próprias em Vitória de Santo Antão. A OAB utiliza salas no fórum e no Juizado Especial Cível. A Cidade possui Subseccional da OAB.

Justiça Eleitoral

Atualmente, a Comarca de Vitória de Santo Antão compreende duas zonas eleitorais, a 18ª com 246 seções e 74.975 eleitores, e a 102ª com 41 seções e 38.392 eleitores, incluindo nesta os votantes do Município de Pombos. Respondem pelas 18ª e 102ª Zonas Eleitorais, respectivamente, os Juízes Hugo Vinícius Castro Jiménez e Maria Betânia Martins da Hora Rocha.

Juízes que atuaram na Comarca

1829 – Inácio da Silva Coutinho
1829 – Alexandre José da Fonseca
1833 – José Teles de Menezes
1834 – Gervásio Eugênio Simões
1835 – José Álvares da Silva Freire
1866 – Manoel Innocencio Pires de Figueiredo Camargo
1889 – Maximiano Delgado de Araújo Nunes
1890 – Francisco de Souza Leão
1890 – Romualdo Correia de Melo
1890 – Vitalino Cordeiro Lins
1890 – Alexandre José Maria de Holanda Cavalcanti
1890 – João de Sá Cavalcanti Lins
1890 – Manoel Maria de Holanda Cavalcanti
1890 – Fausto Gonçalves de Albuquerque Silva
1890 – Joaquim Florentino de Góes Cavalcanti
1890 – Cândido Ferreira Lustosa
1890 – Francisco José Martins
1890 – José Jeronymo Cavalcanti de Albuquerque
1899 – Inocêncio da Costa Brito

1906 – Augusto Emílio da Fonseca Galvão
1907 – Augusto Cavalcanti de Albuquerque
1913 – Manoel Henrique de Souza
1914 – Antônio Milburger Saraiva Galvão
1915 – Diomedes de Carvalho Lima
1915 – Theodomiro Christovão do N. Valois Filho
1919 – Edgar Cesário de Azevedo
1922 – Felinto Ferreira de Albuquerque
1923 – Genaro de Meira Freire
1924 – Antônio de Mello Verçosa Filho
1924 – Nestor dos Santos Silva
1926 – José Gomes de Andrade Filho
1926 – Adolpho Nunes Lins
1928 – Lindolfo José de Souza Nóbrega
1931 – Tertuliano Francisco do Nascimento Feitosa
1935 – Zacarias Henriques
1935 – Nestor José de Oliveira Freitas
1937 – Evandro Muniz Netto
1942 – Euclides Ferraz
1951 – João Ricardo Tavares
1951 – José Selênio Campos
1951 – José Antônio de Sousa Ferraz
1955 – Mário Bezerra da Silva
1956 – Nelson Pereira de Arruda
1957 – Geraldo Magela Dantas Campos
1957 – José Albino de Aguiar
1966 – Antônio Tavares de Melo
1966 – Wilson da Mota Valença
1966 – Cláudio Américo de Miranda

1967 – Lamartine de Holanda Cavalcanti
1969 – Gilberto Augusto Correia Gondim
1969 – Rômulo Gomes Falcão
1970 – Dilnae Pinheiro Silveira Borba
1975 – José Xavier de Moraes
1980 – José Maria de Carvalho
1981 – José Antônio Amorim
1981 – João Gomes dos Passos
1982 – Rivadávia Brayner de Melo Rangel
1982 – Josias Horácio da Silva
1983 – Dorgival de Verçosa Lima
1983 – Antenor Cardoso Soares Júnior
1986 – Marcos Antônio Tavares de Albuquerque
1987 – Flávio Pessoa de Souto Maior
1987 – Ronaldo de Barros Notaro
1989 – Lenivaldo Izídio de Sena
1989 – Wellington Gadelha de Freitas
1989 – Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
1990 – Dorgival Soares de Souza
1991 – Paulo Roberto Alves da Silva
1991 – Évio Marques da Silva
1993 – Andreya Christhiany Lins Gomes da Costa
1994 – Adjar Francisco de Assis Júnior
1995 – Paulo Roberto de Sousa Brandão
1995 – Pedro Odilon de Alencar Luz
1995 – João Maurício Guedes Alcoforado
1996 – Sandra de Arruda Beltrão
1996 – Luiz Gomes da Rocha Neto
1996 – Auziênio de Carvalho Cavalcanti

1997 – Marcos Antônio Nery de Azevedo
1997 – Isaías Andrade Lins Neto
1997 – Roberto Carneiro Pedrosa
1998 – Reginaldo Alves de Andrade
1998 – Edson José de Andrade Coutinho
1999 – Marinês Marques Viana
2000 – Eduardo Costa
2002 – Nildo Nery dos Santos Filho
2002 – Ernesto Bezerra Cavalcanti
2003 – Maria do Rosário Monteiro Pimentel de Souza
2003 – Iasmina Rocha
2003 – Wilka Pinto Vilela Correia
2004 – Jáder Marinho dos Santos
2004 – Frederico de Morais Tompson
2006 – Breno Duarte Ribeiro de Oliveira
2006 – Luiz Carlos Vieira de Figueirêdo
2006 – Uraquitan José dos Santos
2006 – Fernando Jorge Ribeiro Raposo
2008 – Andréa Calado Venâncio
2008 – Luciana Maria Tavares de Menezes
2009 – Maria Betânia Martins da Hora Rocha
2013 – Waldemiro de Araújo Lima Neto
2014 – Hugo Vinícius Castro Jiménez
2014 – Anna Paula Borges Coutinho
2015 – Malu Marinho Sette
2015 – Clenya Pereira de Medeiros
2017 – Matheus de Carvalho Melo Lopes
2018 – Rodrigo Fonseca Lins de Oliveira
2019 – Sheila Cristina Torres Santos Moreira

Organização judiciária atual

1ª Vara Cível – Maria Betânia Martins da Hora Rocha
2ª Vara Cível – Rodrigo Fonseca Lins de Oliveira
3ª Vara Cível – Hugo Vinícius Castro Jiménez
1ª Vara Criminal – Uraquitan José dos Santos
2ª Vara Criminal – Anna Paula Borges Coutinho
Vara Regional da Infância e Juventude – Sheila Cristina Torres Santos Moreira
Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo – Matheus de Carvalho Melo Lopes
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) – Anna Paula Borges Coutinho

Informações geográficas

Vitória de Santo Antão está situada a 157 m de altitude, distando 51 km do Recife. Detém 335 km² de superfície e é constituída por dois Distritos: Sede e Pirituba, onde vivem 138.757 habitantes. Seu território integra a Microrregião da Vitória de Santo Antão e a Mesorregião da Zona da Mata pernambucana.

Feriados oficiais locais

17 de janeiro – Dia do Padroeiro Santo Antão
24 de junho – Dia de São João
3 de agosto – Dia da Batalha do Monte das Tabocas
8 de dezembro – Dia de Nossa Senhora da Conceição

Fórum Severino Joaquim Krause Gonçalves

Rua Joaquim Nabuco, n. 280 – Matriz – Vitória de Santo Antão/PE – CEP: 55.612-900

Referências

ALVES SOBRINHO, José. *Ibirajuba e sua história*. Ibirajuba: Edição do autor, 2000.

ANDRADE, Yvon Bezerra de. *Memórias Barreirenses*. Recife: Edição do autor, 2007.

AQUINO, Severino Tomaz. *Chã Grande das Palmeiras e de todas as épocas*. Chã Grande: Centro de Estudos e Pesquisas de Chã Grande, 2006.

ARAGÃO, José. *História da Vitória de Santo Antão*: da "Cidade" de Braga à Cidade da Vitória (1626-1843). vol. 1. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1977.

______. *História da Vitória de Santo Antão:* da Cidade da Vitória à da Vitória de Santo Antão (1843-1982). Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1983.

ARAÚJO, Júlio Ferreira de. *História de Santa Cruz do Capibaribe*. Santa Cruz do Capibaribe: Edição do autor, 2003.

ARAÚJO, Mário J. de. *Memórias de minha terra Toritama*. Recife: CEPE, 2007.

ARAÚJO, Severino Soares de. *Paudalho*: terra dos engenhos. Paudalho: Edição do autor, 1990.

ARRAES, Francisco Muniz. *Araripina*: história, fatos e reminiscências. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1988.

BERNARDINO, Bertrando. *Retratos de São José da Coroa Grande*. Recife: Bagaço, 2004.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. *Hemeroteca Digital* [2020]. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

______. Tribunal Superior Eleitoral. *Estatísticas do Eleitorado* [2020]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-por-municipio-zona>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRITO, Roberta de Lima. História da Cidade de Primavera a partir da década de 1960. Recife: Imprensa Universitária, 2005.

CABRAL, Flávio José Gomes. *História Legislativa do Bonito*. Bonito: Câmara Municipal do Bonito, 2000.

CALLADO, João Pereira. *História de Lagoa dos Gatos*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1981.

DODÔ, Luiz da Silva. *Memórias de Alagoa de Baixo* (hoje, Sertânia). Sertânia: Edificantes, 1999.

FELIPE, Israel. *História do Cabo*. Recife: Arquivo Público, 1962.

FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. Floresta: capítulo da História Sertaneja. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1981.

FONSECA, Genivaldo de G. M. da. *Uma memória... para memória*: a luta pela emancipação eleições subsequentes (o que não foi contado). Condado: Edição do autor, 2002.

FUNDAÇÃO Casa da Cultura de Serra Talhada. *De Villa a Serra*: a história de Serra Talhada. 2. ed. Serra Talhada: Fundação, 2006.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco*. 2. ed. Recife: CEPE, 2006. 4 v.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1958. 319 p.

______. *Canais. Banco de Dados:* Cidades. [2020]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 18 nov. 2020.

JULIÃO, Francisco. Irmão Juazeiro. vol. 3. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.

LEÃO, Mariinha. *Lendas, Mitos e Histórias da Terra dos Barões*. 2. ed. Escada: Seriarte, 2001.

LINS, Alberto Frederico. *Gravatá*: apontamentos e silvas geográficas, históricas, sociais, religiosas e políticas da terra e do povo. Recife: Arquivo Público, 1965.

LOPES, Diana Rodrigues. *Triumpho*: a Corte do Sertão. 2. ed. Triunfo: Edição do autor, 2006.

MAIOR, Ronaldo J. Souto. *Bezerros*: seus fatos e sua gente. vol. 1. Recife: Edição do autor, 2005.

MEDEIROS, Luiz Antonio. *Surubim*: história de todos os tempos. 2. ed. Recife: Universitária da UFPE, 2003.

MENEZES, Eduardo. *Memória Histórica de Catende*. Catende: Êxodus, 2007.

MIRANDA, Gasparina P. de. *Descubra Pombos*. Pombos: Prefeitura Municipal de Pombos, 1995.

PEDROSA, Petronilo. *Nazaré*: terra e gente. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1983.

PERNAMBUCO. Associação dos Magistrados do Estado. *Institucional:* Relação de juízes [2020]. Disponível em: <http://www.amepe.com.br/_inst_juizes.php>. Acesso em: 18 nov. 2020.

______. Condepe Fidem. *Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco.* [2020] Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem>. Acesso em: 20 nov. 2020.

______. Assembleia Legislativa do Estado. *Legislação*. [2020]. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3524>. Acesso em: 18 nov. 2020.

______. Cepe. *Companhia e editora de Pernambuco*. [2020]. Disponível em: <https://diariooficial.cepe.com.br/diariooficialweb/#/home?diario=MQ%3D%3D>. Acesso em: 18 nov. 2020.

______. Tribunal de Justiça. Diagnóstico de um Poder imolado. Recife: O Tribunal, 1979.

______. Tribunal de Justiça. *Judiciário*: Comarcas de Pernambuco [2020]. Disponível em: <http://www.tjpe.jus.br/institucional/quem-somos/Comarcas-de-pernambuco>. Acesso em: 18 nov. 2020.

______. Tribunal Regional Eleitoral. *Zonas Eleitorais* [2020]. Disponível em: <https://www.tre-pe.jus.br>. Acesso em: 18 nov. 2020.

______. Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região. *Jurisdições das Varas do Trabalho do Brasil*. [2020]. Disponível em: <https://www.trt6.jus.br/portal>. Acesso em: 18 nov. 2020.

RIO FORMOSO. *Rio Formoso*: recortes da História Municipal. Rio Formoso: Liceu, 2003.

ROBERT, Henri. *Os grandes processos da História*. Porto Alegre: Globo, 1964.

SÁ, Luiz Conrado de Lorena e, *Serra Talhada*: 250 anos de História, 150 anos de emancipação política. Serra Talhada: Sertagráfica, 2001.

SANTOS, Luiza Maria de Vasconcelos. *Carpina*: uma caminhada histórica. Carpina: Edição do autor, 2003.

SANTOS, Maria do Carmo Ferrão. *Tamandaré:* a história de um município. Tamandaré: Edição do autor, 2000.

SENA, Davis Ribeiro de. *Terra das Correntes*. Correntes: O Monitor, 2001.

SILVA, Aurino Vieira da. *Palmares a princesa do Una*. Recife, Mônica Gráfica, 1965.

SILVA, Maria do Socorro da Costa. *Sanharó:* momentos de saudade. Caruaru: KGR, 2003.

SOUZA NETO, Belarmino de. *Flores do Pajeú*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1988.

SUNA, Lusivan. *Timbaúba* ontem e hoje. Recife: Comunicarte, 1992.

TÁVORA, José Geraldo. *Cheiro da Terra*: gente, costumes, vida. Orobó: Edição do autor, 1989.

WANDERLEY, Paulo Rocha. *Ontem e hoje:* no país dos Papangus. Bezerros: Indústria Gráfica Andrade, 1996.

Centro de Estudos Judiciários
Av. Dantas Barreto, n. 119, 1º andar
Salas 112/114 – Santo Antônio
Recife-PE – CEP 5010-919
www.tjpe.jus.br/cej